

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PUC-SP**

**Felipe Henrique Gonçalves da Silva**

**Democracia e Socialismo nos debates do  
Partido dos Trabalhadores  
(1987-1991)**

**MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**São Paulo**

**2012**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PUC-SP**

**Felipe Henrique Gonçalves da Silva**

**Democracia e Socialismo nos debates do  
Partido dos Trabalhadores  
(1987-1991)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social, sob a orientação do Prof. Doutor Antonio Rago Filho.

**São Paulo**

**2012**

Banca Examinadora:

---

---

---

*À Mariana, a minha companheira.*

*Ao Daniel Galhardo (in memoriam)*

*Aos meus amigos, a família que escolhemos.*

*Aos meus alunos e professores.*

*A todos aqueles (as) que vislumbram um horizonte sob a perspectiva humana.*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Osvaldo Pereira da Silva e Maria José Gonçalves, pelo carinho e dedicação.

À Mariana Barbedo pelo companheirismo, pela cumplicidade, pela lealdade e pela paixão com que vive todos os dias ao meu lado. Obrigado por suportar as minhas angústias com paciência, carinho e amorosidade. Lembro que sem a sua insistência o projeto dessa pesquisa não teria chegado à PUC-SP.

Ao orientador e professor Doutor Antônio Rago Filho, importante referência na minha vida acadêmica. Um grande exemplo de professor, intelectual e de ser humano, que consegue reunir qualidades tão raras em tempos tão “sombrios”. Obrigado!

À querida professora Lívia Cotrim, que esteve assiduamente presente desde o início dessa pesquisa. Desde os tempos da graduação do curso de Ciências Sociais, da Fundação Santo André, mostrou um compromisso inarredável com a educação e com o rigor com o pensamento marxiano. O seu rigor intelectual e a sua firmeza nos embates teóricos, me possibilitaram a coragem para empreender essa tarefa.

À Vera Lúcia Vieira pelas aulas inspiradoras, pelas dicas e orientações durante esse período da pós-graduação na PUC-SP.

Ao grande amigo de todas as horas, Thiago Voltatoni, por vivenciar todas as angústias e alegrias, compartilhando todos os problemas que perpassam as nossas vidas. Contigo tive as mais honestas discussões sobre o Partido dos Trabalhadores.

Aos amigos da Fundação Santo André, pelas festas regadas com afeto, por compartilhar angústias, sonhos, perspectivas e dramas humanos. Obrigado: Wellington (Bach), Danila Begio, Ademar Junior, Alex Ribeiro, Aline Vasconcelos, André Stuchi, Carlos Guerra, Claudinei Rezende, Cleber Toledo, Danilo Amorim, Felipe Marineli, Fernanda Pimentel, Fernando Marineli, Gregory Monteiro, Gustavo Mazarão, Jenifer Sabatini, Joana D’arc, Leandro Candido, Leonardo Carillo, Leandro de Moraes Silva, Letícia Monteiro, Liliane Dantas, Lucélia Dantas, Luciano Dutra, Marcelo Galindo, Rodrigo Chagas, Vladmir Luis, Thaís Lapa e aos demais que também fazem parte desse grupo.

Aos antigos camaradas do "Manifesto Ilícito", por serem os primeiros a compartilhar comigo a certeza que “nada deve parecer natural, nada deve ser impossível de mudar”. Obrigado: Raphael Mouro, Rodrigo Stradiotto, Karin Klotz e Camila Faria.

Ao Rafael Dias e Vitor Sartori pelas produtivas discussões e pelo companheirismo durante o curso do mestrado. À Angela pela lucidez sempre necessária em momentos que não encontramos forças para superar as dificuldades que nos aparecem.

Ao Alexandre Linares pelo fornecimento das fontes e outros materiais, além dos esclarecimentos e da honestidade com o conhecimento e com a militância. Ao querido Rodrigo Saraiva pelo abstract.

À CAPES e ao CNPQ pela bolsa de estudos concedida.

*É sempre uma lástima, humanamente penosa, perder oportunidades históricas. Mas, do que tem sido feita a crônica da esquerda no Brasil? Ou é mais justo perguntar no mundo? Quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana.*

*(José Chasin)*

## Resumo

Esta dissertação analisa a formação e o desenvolvimento do pensamento político do Partido dos Trabalhadores (PT) entre os anos de 1987 a 1991. Busca compreender os debates acerca das categorias de democracia e de socialismo e, com isso, a apropriação da noção da democracia como um valor universal, a partir de uma leitura eurocomunista das principais teses e categorias do marxista italiano Antônio Gramsci. Para tanto, analisa discussões acerca de conceitos como: *partido de massas*, *Estado*, *acumulação de forças*, *hegemonia*, “*socialismo real*” e “*socialismo democrático*”. Nesse percurso investigativo, nos debruçamos sobre artigos da revista Teoria e Debate e resoluções políticas dos Encontros e Congressos Nacionais, ambos os documentos oficiais do Partido dos Trabalhadores.

Procuramos, ainda, apreender o processo histórico de formação teórica do PT levando em conta a sua relação tanto com a esquerda brasileira da qual emerge, quanto com o caráter da “esquerda democrática” no mundo em geral. De modo que podemos notar que o PT, apesar de se propor como “novidade histórica”, engendra em si os mesmos problemas que agonizaram a esquerda em sua história, haja vista que ao rejeitar empreender uma análise teórica profunda da realidade, se torna vítima de práticas eleitoreiras e de propostas de melhores formas de administração do capital, sob o discurso de programa de crescimento econômico e distribuição de renda.

A queda do Muro de Berlim e a derrocada do “socialismo real” consolidaram um processo de abandono das teses marxistas e de definição do “socialismo democrático”, ou seja, a opção pela defesa da “via democrática para o socialismo” evidencia a passagem da centralidade do trabalho, própria da ontologia marxiana, para a centralidade da política. Nesta mudança, foram abandonadas, em definitivo, referências marxistas que ainda pairavam e, em seu lugar, passaram a figurar elementos pós-modernos e liberais.

Encontramos ao longo da pesquisa apropriações problemáticas acerca das principais teses de Karl Marx. Procuramos a partir do legado marxiano evidenciar os limites da democracia política, como a última forma de liberdade, pois se assenta sob pilares da sociedade regida pelo capital. Ao demonstrar a natureza negativa da política, evidenciamos a propositura marxiana pela superação da política e do capital e em favor da emancipação humana.

**PALAVRAS CHAVE:** Partido dos Trabalhadores; Democracia; Socialismo; Socialismo Democrático; Marxismo.

## Abstract

This dissertation analyzes the formation and development of the political thought of the Workers Party (Partido dos Trabalhadores - PT) between the years 1987 to 1991. It seeks to understand the debates about the categories of democracy and socialism and, therefore, the appropriation of the notion of democracy as a universal value, from a eurocommunist reading of the main theses and categories of the Italian Marxist Antonio Gramsci. It analyzes the discussions of concepts such as mass party, state, accumulation of power, hegemony, "real socialism" and "democratic socialism". In this investigative path, we studied magazine articles from *Teoria e Debate* (Theory and Discussion) and political resolutions of Meetings and National Congresses, both official documents of the Workers Party (PT).

Still looking to grasp the historical process of formation of the PT theory taking into account their relationship with both the Brazilian left which emerges, as with the character of the "democratic left" in the world as a whole. In this way we can note that PT, despite of being proposed as a "new historical", itself engenders the same problems that agonized left in its history, considering that by rejecting to undertake a deep theoretical analysis of reality, PT becomes the victim of electioneering practices and proposals for better ways of administering the capital, in the speech program for economic growth and income distribution.

The fall of the Berlin Wall and the collapse of "real socialism" consolidated a process of abandonment of Marxist theories and definition of "democratic socialism", in other words the option for the defense of "democratic path to socialism" emphasizes the centrality of the passage from work, typical of Marx's ontology, to the centrality of politics. In this change, Marxist references have been definitely abandoned, the ones which still hovered and, instead, they feature post-modern and liberal features.

We found during the research appropriations issues about the main theses of Karl Marx. We seek from the Marxian legacy show the limits of political democracy as the ultimate form of freedom, because it rests on pillars of society ruled by capital. By demonstrating the negative nature of politics, we evidenced by the Marxist bringing in order to overcome the politics and the capital in favor of the human emancipation.

**KEYWORDS:** Workers Party (Partido dos Trabalhadores – PT), Democracy, Socialism, Democratic Socialism, Marxism.

## LISTA DE ABREVIATURAS

AE – Articulação de Esquerda

AFP – Acúmulo de Forças Prolongado

APS – Ação Popular Socialista

ARENA – Aliança da Renovação Nacional

ART – Articulação

AUL – Articulação Unidade na Luta

BS – Brasil Socialista

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CM – Campo Majoritário

CO – Causa Operária

CORQUI – Comitê Internacional pela Reconstrução da Quarta Internacional

CS – Convergência Socialista

CST – Corrente Socialista dos Trabalhadores

DCE-USP – Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo

DR – Democracia Radical

DS – Democracia Socialista

FS – Força Socialista

FS – Fórum Socialista

GPP – Guerra Popular Prolongada

Libelu – Liberdade e Luta

MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado

MES – Movimento Esquerda Socialista

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MPT – Movimento Partido dos Trabalhadores

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro

OSI – Organização Socialista Internacionalista

ORM-DS – Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista

OT – O Trabalho

PAG – Plano de Ação do Governo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCI – Partido Comunista Italiano

PCO – Partido da Causa Operária

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PRC – Partido Revolucionário Comunista

PST – Partido Socialista dos Trabalhadores

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PPS – Poder Popular e Socialismo

PV – Partido Verde

SPD – Partido Social-Democrata Alemão

SU – Secretariado Unificado

TM – Tendência Marxista

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Objeto e objetivos	14
Procedimento analítico	21
Literatura bibliográfica	26
Orientações gerais e apresentação do trabalho	32
CAPÍTULO I – A “NOVIDADE HISTÓRICA”	36
1.1 As Greves do ABCD e o surgimento do “Novo Sindicalismo”	36
1.2. A Fundação do Partido dos Trabalhadores (PT)	44
1.3. Um Partido plural: as Tendências e os intelectuais	54
1.4. Espontaneísmo e radicalidade subjetiva: os primeiros anos (1979-1986)	69
1.5. A revista Teoria e Debate e seus interlocutores	92
CAPÍTULO II – A ESTRATÉGIA PETISTA	96
2.1. Na esquerda do capital (1987-1991)	96
2.2. Partidos de massas e partido de quadros	117
2.3. Concepções acerca do Estado	152
2.4. Acumulação de Forças e Hegemonia	163
2.5. Socialismo Real e União Soviética	182
2.6. Socialismo Democrático no PT	222
CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS	244
3.1. O processo de conversão da “esquerda democrática”	244
3.2. Centralidade da política e centralidade do trabalho	262

3.3. Metapolítica e emancipação humana	268
CONSIDERAÇÕES FINAIS	283
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	290

## INTRODUÇÃO

### Objeto e objetivos

O objetivo deste estudo é a apreensão histórica dos debates acerca dos conceitos democracia e socialismo na revista *Teoria e Debate* e nos *Encontros e Congressos Nacionais* do Partido dos Trabalhadores (PT), entre os anos de 1987 e 1991. Buscamos, nessas linhas, esquadrihar os artigos da revista e refletir a respeito das permanências e rupturas dos temas relacionados às noções de democracia e socialismo na fisionomia do projeto político do PT.

Os debates acerca das representações da “democracia” foram realizados, principalmente, na revista *Teoria e Debate*, cujo objetivo era a promoção das polêmicas suscitadas pelos intelectuais orgânicos do partido. Tais polêmicas se constituíram, muitas vezes, como “prévias” e “balanços” das resoluções dos *Encontros e Congressos Nacionais* do partido.

Os diversos aspectos relacionados ao caráter do socialismo defendido pelo PT, assim como o próprio desenvolvimento de sua auto-identificação, foram temas centrais de debates acalorados nos mais de trinta anos da trajetória histórica do partido. As perguntas relacionadas ao socialismo do PT foram repetidas dentro e fora dos espaços partidários e acadêmicos por ativistas políticos e intelectuais das mais variadas matrizes teóricas. Desde a temática mais geral do socialismo e seu desenvolvimento, passando pela profundidade das questões circundantes da identidade político-ideológica do PT, até a evidente importância histórica e prática deste que é o maior partido do sistema político brasileiro, estendem-se os aspectos de relevância deste trabalho.

Surgido no início do ano de 1980, o Partido dos Trabalhadores se consolida hoje como um dos mais importantes partidos da América Latina. De modo que estudá-lo é parte de um processo de apreensão dos múltiplos aspectos da realidade brasileira, cuja relevância social se faz notória na medida em que essa agremiação política possui um destacado papel na recente história do país.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) para a Presidência da República em 2002 é considerada um marco na história brasileira. Um sindicalista e ex-operário

metalúrgico, dirigente e candidato histórico do Partido dos Trabalhadores ascendeu ao mais alto cargo do Executivo nacional, eleito com mais de 60% dos votos, opção de quase 53 milhões de eleitores de um país onde impera uma das mais gritantes desigualdades sociais no mundo. No momento de sua eleição, amplos setores da intelectualidade se apresentaram de forma otimista, pois acreditavam que a eleição de um líder sindical representava uma vitória sobre o neoliberalismo, uma vez que o partido eleito possuía um projeto nacional que mudaria os rumos até então seguidos pelo governo de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, de submissão aos ditames do capital internacional.

A simbologia que se construiu diante da eleição presidencial de Lula e as esperanças existentes em diversos setores da sociedade sobre o futuro do “Governo Lula” ilustram a singularidade desse momento histórico e, ao mesmo tempo, evidenciam a importância de compreender o projeto petista para o Brasil em seus múltiplos aspectos.

Em 2006, o povo brasileiro conferiu à Lula um segundo mandato que o levaria a ápices de popularidade que foram capazes de “fazer o nome” de sua sucessora Dilma Rousseff – a então ministra da Casa Civil de seu governo – à vitória nas eleições de 2010, promovendo, assim, o terceiro mandato do governo presidencial sob a administração do Partido dos Trabalhadores. Por isso, compreender o programa político deste partido faz-se necessário tanto no que se refere ao contexto político nacional, quanto ao internacional. Todavia, o significado de seu programa político só pode ser compreendido se analisado sob a luz do contexto histórico da esquerda nacional e internacional no seu processo de formação.

Ao pensar, introdutoriamente, o “chão” histórico do partido, temos que mencionar dois aspectos fundamentais de sua constituição. O PT emergiu em um contexto histórico nacional marcado pela mobilização do movimento operário que, por sua vez, foi impulsionado pelas Greves do ABCD Paulista e pelo advento do chamado “novo sindicalismo” e, internacionalmente, por um refluxo do movimento operário ilustrado pela crise do “socialismo real”.

Pontuando as determinações históricas no âmbito nacional, vale dizer que as Greves do ABCD, de 1979, trouxeram aos primeiros documentos políticos do PT fortes componentes espontaneístas de radicalismo e confrontos imediatos pela inexistência de um programa político teleológico. Fica evidenciado nos primeiros anos do partido, que o “basismo” oriundo das Greves do ABCD, aliado à sua constituição heterogênea,

marcada por uma ampla pluralidade ideológica, produziram um partido preso a propostas políticas genéricas e ausentes de uma política estratégica consequente.

O PT se apresenta como “novidade histórica”,<sup>1</sup> já que por meio do “basismo” procura se desvencilhar do populismo trabalhista do PTB e das alianças de classe com a burguesia, promovidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB):

O Partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massa, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil, é um partido que nasce da consciência que os trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária.<sup>2</sup>

A “novidade histórica” estaria também na própria constituição do partido, que buscou confluir em seus primeiros anos de formação uma pluralidade de correntes ideológicas que apresentaram posições distintas acerca do conceito de democracia e de seu papel na construção do que se convencionou chamar “socialismo petista”.

No entanto, conforme ressalta Maria Izabel Lagoa, o PT nasce se dizendo um partido novo, amplo, aberto, de massa, confrontando-se com a esquerda tradicional. Assim, ao afirmar-se como um partido novo, renega semelhanças com os partidos de esquerda até então existentes no Brasil. Essa recusa à história do movimento operário anterior ao partido, resultado do próprio caráter dos diversos setores que conformam o partido, tornar-se-ia potencialmente perigosa na medida em que desconsidera uma análise dos erros cometidos no passado, deixando o partido predisposto a cometer os mesmo erros.<sup>3</sup>

A respeito de suas raízes históricas internacionais, vale ressaltar a derrocada do “socialismo real” em fins da década de 1980 que consolidou um processo de revisão do

---

<sup>1</sup> O PT afirma-se como uma novidade na história da esquerda brasileira, basta ver as Resoluções do 1º Encontro Nacional de 1981, e os autores: AZEVEDO, Clóvis Bueno. *A estrela partida ao meio: ambiguidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995; GADOTTI, M. Otaviano, P. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989; KECK, M. *A lógica da diferença: o Partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Atica, 1991; MENEGUELLO, R. *PT: A Formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Todavia, como veremos ao longo da dissertação, esta novidade não se apresenta como a solução as diversas questões pelas quais a esquerda brasileira enfrentou.

<sup>2</sup> 1º Encontro Nacional de 1981. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 107.

<sup>3</sup> LAGOA, Maria Izabel. *O Programa Político do Partido dos Trabalhadores no contexto de uma Esquerda em crise*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UNESP, p.83.

marxismo protagonizado pelos chamados “marxistas ocidentais”<sup>4</sup> em fins da década de 1970, principalmente àqueles vinculados ao Partido Comunista Italiano (PCI) – que, a partir de uma leitura particular de Antônio Gramsci, iniciaram um processo de constituição de uma “nova esquerda” preocupada em alargar a cidadania e a democracia em busca de uma economia social e de mercado, por meio de uma atuação política que privilegiasse a esfera parlamentar. Verifica-se que a derrocada dos países do “socialismo real”, ilustrada com a queda do Muro de Berlim, expressou o desfecho da “Guerra Fria” e tornou-se um momento simbólico para justificar a consolidação desta “crise” no ideário marxista. É nesse contexto internacional de “crise” e revisão do marxismo que se desenvolve o projeto político do Partido dos Trabalhadores.

Tendo em vista que o fim da Guerra Fria pode ser considerado como o “divisor de águas” na transição para uma nova conjuntura internacional, partimos de um recorte temporal que acreditamos ser bastante significativo para a compreensão nacional desta problemática: os anos entre 1987 a 1991. Aliado ao fato de que esta pesquisa apresenta um objeto capaz de estabelecer um diálogo rico com um dos processos históricos mais significativos do século XX: o colapso do “socialismo real” na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que representou uma crise no conjunto das práticas e nos principais paradigmas dos partidos de esquerda no Brasil, entre eles o PT.

O debate sobre o vínculo entre democracia e socialismo aparece como uma questão fundamental para o Partido dos Trabalhadores. Afirmando-se como uma alternativa às tradições autoritárias da política brasileira, o PT propunha um novo modelo para a construção do socialismo no país, no qual a democracia seria o seu caminho e fundamento; e, assim, passava a ser entendida pelo partido como um valor universal, em si e para si.

Desse modo, esta pesquisa pretende, também, problematizar as consequências políticas da apropriação petista da noção de democracia como um valor universal, bem como discutir de que maneira a instrumentalização do conceito de hegemonia contribuiu para a sua transformação programática, no período de 1987 a 1991.

Por mais positiva que seja a efervescência do debate, principalmente nos últimos trinta anos, introduziu-se nas discussões marxistas o ideário de que haveria uma “crise” na teoria marxista, pois esta teria perdido sua validade na medida em que seus pressupostos não mais se adequariam à realidade. Como descreveu Maria Isabel Lagoa,

---

<sup>4</sup> ANDERSON, P. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

o fracasso da esquerda em vários países da Europa e, principalmente, o colapso dos países do “socialismo real” e a queda do muro de Berlim, tornaram-se momentos emblemáticos para justificar a emergência desta “crise” na teoria marxista. Criaram-se as condições para certas parcelas dos intelectuais de esquerda realizarem uma “autocrítica” de seu passado e abandonarem as determinações políticas de classe e de revolução social.<sup>5</sup>

Com base em uma revisão teórica muito mais preocupada em se livrar de qualquer associação com o passado soviético, do que criar uma nova prática política ofensiva ao capital, esta parcela de intelectuais proporcionou a emergência de uma nova esquerda, a “esquerda democrática”. Procurando se reestruturar sobre novas bases, esta esquerda terá como marca registrada o não reconhecimento da centralidade do mundo do trabalho no processo histórico, além de abstrair de suas teses a ideia de socialismo como teleologia da ação revolucionária, ressaltando em seu lugar a necessidade de alargar a cidadania e a democracia em busca de uma economia social de mercado.

Como assinala Eurelino Coelho, é provável que em todos estes campos, nas últimas décadas do século passado, tenham surgido mais ex-marxistas do que novos marxistas. É neste sentido – e não no de uma suposta “crise do paradigma marxista” – que consideramos pertinente falar em crise do marxismo.<sup>6</sup> É também objetivo deste trabalho contribuir para a explicação deste fenômeno histórico – a crise do marxismo – valendo-se da investigação de sua manifestação particular nos projetos políticos da parcela mais influente da esquerda brasileira contemporânea. Vale ressaltar que o que está sendo chamado aqui de crise do marxismo pode ser constatado, sem dificuldades, com uma observação superficial da cena política e de intelectuais internacionais nos trinta últimos anos do século XX.<sup>7</sup>

Posições antes ocupadas por sujeitos identificados com o marxismo (partidos políticos, sindicatos, editorias, movimentos culturais e sociais) tornaram-se lugares de elaboração e difusão de outros projetos e ideias, muitas vezes ocupados pelas mesmas

---

<sup>5</sup> LAGOA, Maria Izabel. *O Programa Político do Partido dos Trabalhadores no contexto de uma Esquerda em crise*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UNESP, p.10-11.

<sup>6</sup> O que está em questão é uma das manifestações localizadas e específicas de um processo que tem, de fato, amplitude internacional. Outras organizações políticas, no Brasil e em vários países de todos os continentes, renegaram o marxismo mais ou menos na mesma época. Além de políticos, o marxismo foi rejeitado também por filósofos, sociólogos, economistas, historiadores. Uma vez que não pode haver marxismo sem marxistas, a deserção dos marxistas engendra a crise do marxismo. Quanto mais numerosos e ilustres os desertores, tanto mais grave a crise.

<sup>7</sup> COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigente do PT (1979-1998)*. Niterói, 2004. Tese (Doutorado em História) – UFF, p.15-16.

pessoas. A ruptura destes militantes e intelectuais com o marxismo implicou diretamente em abandonar ou, no mínimo, relegar a um plano secundário os grandes temas aportados pelo marxismo nos circuitos culturais e políticos, tais como classes, luta de classes, mais-valia, fetichismo da mercadoria, revolução, entre outros.

Assumir que a crise do marxismo deve ser entendida, antes de tudo, como crise dos marxistas implica numa exigência de rigor no tratamento da história destes marxistas/ex-marxistas. Neste sentido, a crise do marxismo se manifesta, aqui, como uma reviravolta teórica e programática empreendida pelas organizações em seus projetos políticos. O aspecto essencial da mudança é o rompimento com os elementos marxistas até então vigentes e a elaboração de um projeto novo no qual tais elementos foram substituídos por referências pós-modernas e liberais. Foi para entender historicamente esta ruptura que a pesquisa se ocupou da história do PT.

Acerca da relação entre socialismo e democracia, é preciso afirmar que, para essa “esquerda democrática”, a concepção de socialismo contém no bojo a experiência política vivenciada no Leste Europeu. Submetem intrinsecamente o conceito de socialismo ao regime construído após a Revolução Russa de 1917. O termo mais utilizado para classificar as sociedades pós-capitalistas, como veremos no curso da pesquisa, é “socialismo real”, o qual seria sinônimo de “socialismo autoritário”.

A, assim chamada, “esquerda moderna”, para não abandonar a proposta de construção da sociedade socialista, enfatiza sempre que o erro do modelo soviético, em amplo grau e medida, era devido a não instauração de mecanismos democráticos. Na Europa, autores representativos desta ideia, como Palmiro Togliatti, Umberto Cerroni, Cornelius Castoriadis, Claude Lefort, Pietro Ingrao e no Brasil, teóricos como Marilena Chauí, Francisco Weffort e Carlos Nelson Coutinho têm canalizado esforços teóricos para evidenciar que o socialismo sucumbiu naqueles países por ter se tornado cada vez menos democrático e mais autocrático. Deste modo, a esquerda moderna, sempre que adota a expressão socialismo, demarca que se trata de um “socialismo democrático” em oposição às formas de “socialismo autoritário” objetivadas pelo mundo.

O objetivo de tal esquerda é evidenciar, de um lado, a diferença, a distância e a oposição de suas propostas em relação ao “modelo soviético” e, de outro, a sua profunda adesão aos valores democráticos. Há desse modo, uma efetiva conversão da esquerda à democracia. Contudo, ao contrário do que possa parecer, esse processo não foi em nada simples. Como demonstraremos, implicou, também, uma profunda negação de temas e conceitos fundamentais da tradição marxista.

Reformulações teóricas e mudanças práticas foram, simultaneamente, influenciando a configuração da chamada “via democrática para o socialismo”. Esta alternativa se encontra, hoje, hegemônica no interior da esquerda, tanto mundial como nacional. Não obstante, a nossa intenção neste trabalho é, em primeiro lugar, compreender a natureza e o sentido dessa alternativa e, em segundo lugar, refletir acerca da pertinência de se entender o “socialismo democrático” como a expressão efetiva do socialismo.

Com base na análise documental, percebe-se que o termo “democracia” aparece com certa frequência nos primeiros anos de existência do PT e, depois das eleições presidenciais de 1989 e da queda do Muro de Berlim, torna-se peça chave de sua orientação teórica. Com isso, a compreensão dos debates que envolvem o termo é fundamental para o entendimento do chamado “socialismo democrático”, princípio norteador dos programas do partido.

Assim, a análise dos conceitos teórico-políticos dos autores que representam o chamado “socialismo democrático” ou “socialismo petista”, fez-se necessária, pois a “conversão” da nova esquerda pós-64 – no qual o PT está inserido – à democracia tem sido um processo que implica, sobretudo, em grandes rupturas e reformulações teóricas, especialmente de conceitos como socialismo, democracia, política, revolução, cidadania, Estado, sociedade civil, entre outros, seguido, conseqüentemente, por intensas mudanças práticas.

Coube aqui, ainda que brevemente, uma investigação das matrizes teóricas que ajudaram a construir a identidade ideológica do PT. Neste sentido, as traduções e interpretações realizadas pelos chamados “marxistas acadêmicos” em torno do “marxismo ocidental” e do eurocomunismo, em específico, G. Lukács, Ernest Bloch e principalmente Antonio Gramsci, tornam-se necessárias na medida em que foram utilizados para a recusa do modelo soviético e a vulgarização do marxismo. Neste sentido, cabe ressaltar a importância que o Partido Comunista Italiano, por meio de seus líderes, como Enrico Berlinguer, conseguiram exercer sobre a intelectualidade da “nova esquerda”, principalmente no que concerne a reavaliação de conceitos como “democracia” e “hegemonia”.

Encontramos também, no bojo da construção da identidade ideológica petista, setores da Igreja Católica, dentre eles o da “Teologia da Libertação”. Assim, coube investigar as posições de intelectuais como Frei Betto acerca da problemática da

democracia e de experiências como a Revolução Sandinista na Nicarágua que contou com a influente participação de setores católicos na derrubada da ditadura de Somoza.

Em suma, na investigação das polêmicas realizadas na *Teoria e Debate* encontramos as diversas correntes ideológicas, geralmente organizadas em *tendências* políticas que desenvolveram discussões e promoveram a construção das concepções acerca da problemática da democracia e sua relação com a construção do projeto petista para o país. Neste sentido, coube a essa pesquisa investigar como o PT resolveu a questão das tendências.

A análise das matrizes teóricas e das metamorfoses que ocorreram no interior do pensamento petista ao longo de sua história exigiu a compreensão do “chão” histórico-social que envolveu a sua construção e consolidação enquanto agremiação política, assim como os intensos embates teóricos efetuados interna e externamente que consolidariam o seu projeto político.

Buscar os direcionamentos dados para a atuação do PT, analisando seus nexos internos, significa ir além da retórica que aponta seus erros e acertos. Significa a tentativa de compreensão desses momentos, na busca de identificar as potencialidades desperdiçadas, para não cometer os mesmos erros, ou seja, significa enfrentarmos nossa própria história, ao invés de simplesmente refutá-la.

### **Procedimento analítico**

Gramsci nos ensina que por meio da história de um partido podemos estudar toda uma sociedade. Para chegar a este resultado seria necessário reconstituir não apenas a história de seus dirigentes mais expressivos em cada momento, mas as ideias defendidas e as práticas de seus grupos internos e de seus principais integrantes, as grandes polêmicas internas ou a relação entre dirigentes e os filiados e simpatizantes.<sup>8</sup> Seguindo este ensinamento, debruçamo-nos sobre a revista *Teoria e Debate* a fim de destrinchar suas contendas internas acerca de socialismo e democracia e imergir na trajetória percorrida pelo partido mais expressivo na atualidade brasileira.

O marxista italiano afirma que o partido é o primeiro ato da vontade coletiva que se pretende universal e que, como tal, pode ser qualquer aparelho privado de hegemonia. Fazemos assim, a constatação de que a formação do PT contou com vários partidos políticos no sentido gramsciano (setores da Igreja, sindicatos, etc.). Mas é em *O*

---

<sup>8</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 25.

*moderno príncipe* que encontraremos a mais importante definição sobre o partido e seu papel na atual sociedade:

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo: um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.<sup>9</sup>

Esta concepção acerca da função dos partidos e, de modo especial, do partido da classe trabalhadora, liga-se à reflexão sobre os intelectuais e à estratégia da luta pela hegemonia nas sociedades ocidentais. Nessa perspectiva, é determinante a importância do partido na construção da hegemonia, pois ele forma a “vontade coletiva” de um grupo social e se torna um “intelectual orgânico coletivo”. Na visão de Gramsci, todos os membros de um partido político devem ser considerados intelectuais uma vez que, no partido, supera-se a atividade econômica e se assume uma função diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual. Daí seu papel de intelectual orgânico coletivo.

Deste modo, partidos são organismos que atuam na preparação e difusão das “concepções de mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções”<sup>10</sup>. Elaborar e difundir concepções de mundo, para Gramsci, são tarefas próprias dos intelectuais. E, com efeito, por suas funções, partidos políticos são intelectuais:

Que todos os membros de um partido devam ser considerados como intelectuais é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; contudo, se refletirmos bem, nada é mais exato. Será preciso fazer uma distinção de graus: um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual.<sup>11</sup>

Gramsci dá outra contribuição ao analisar o papel de polícia dos partidos e avaliar se eles cumprem um papel progressista ou reacionário:

---

<sup>9</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. *Maquiavel e Notas Sobre o Estado e a Política*. 3ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002, p. 19.

<sup>10</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, p.105.

<sup>11</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 25.

Progressista quando tende a manter na órbita da legalidade as forças reacionárias alijadas do poder e a elevar ao nível da nova legalidade as massas atrasadas. É reacionária quando tende a comprimir as forças vivas da História e a manter uma legalidade ultrapassada, antihistórica, tornada extrínseca<sup>12</sup>.

Assim, a história de um partido não é apenas a narrativa da existência interna de “uma organização política, de como ela nasce, dos primeiros grupos que a constituem, das polêmicas ideológicas através das quais se forma o seu programa e sua concepção do mundo e da vida.”<sup>13</sup> A “moldura do quadro” tem que ser mais abrangente, se o objetivo não é apenas o de escrever uma crônica histórica, mas o de interpretar a história do partido. A “história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social”. Mas, uma vez que os grupos ou classes sociais não existem fora do “quadro global de todo o conjunto social e estatal (e, frequentemente, também com interferências internacionais)” pode-se dizer que “escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico.”<sup>14</sup> Esta indicação metodológica de Gramsci alerta para a questão da *totalidade*.

Destarte, para a perspectiva assumida neste trabalho, o problema teórico-metodológico da totalidade é incontornável. Por um lado, como indicou Gramsci, a história de um partido exige que se tome em linha a história do “conjunto social e estatal”, a própria teia de relações sociais e políticas nas quais o partido existe realmente. Por outro lado, a chamada “crise do marxismo” é um fenômeno internacional. O problema a ser enfrentado é lidar com um evento particular, ou mesmo com uma série particular de eventos, sem perder de vista a sua relação com a totalidade em movimento do qual ele é um momento determinado.

Neste âmbito, as principais relações dizem respeito ao conflito existente entre as diferentes forças políticas, sociais e econômicas, tanto em escala internacional quanto nacional, tanto externa, quanto internamente ao partido. A “crise do marxismo” no projeto político do PT aparecerá como um aspecto nacional de um problema de história mundial. O elemento de mediação entre o particular e o geral é a dinâmica da luta de classes no período pesquisado. Assim, só se pode compreender adequadamente se levarmos em conta o conflito de classes existentes na sociedade e no interior do próprio

---

<sup>12</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, vol. 3. Maquiavel e Notas Sobre o Estado e a Política*. 3ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002, p. 29.

<sup>13</sup> Idem, p. 87.

<sup>14</sup> Idem, *ibid.*

partido, representada pela constelação de organizações e tendências políticas presentes nos debates, encontros e congressos.

A investigação da crise do marxismo nos projetos políticos das organizações de esquerda no Brasil nos coloca, então, em contato com a *história mundial*. É, talvez, algo parecido com o que Roberto Schwarz descobriu ao estudar a história de certas ideias peculiares no Brasil colonizado e escravista: “Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia-a-dia, fomos levados a refletir sobre o processo de colonização em seu conjunto, que é internacional”.<sup>15</sup> Estes são afloramentos do problema metodológico da *totalidade*.

Ainda quanto à forma de abordagem para o escopo de nossos estudos, consideramos notadamente razoável e coerente a análise histórico-imanente do objeto posto em apreciação, o que nos remete a extrair dele mesmo seus próprios significados e conexões internas. Utilizaremos uma metodologia que permita apreender os *nexos internos* dos documentos estudados, respeitando assim, sua integridade como objeto de estudo e fenômeno histórico específico de uma dada configuração social. Lembrando que uma análise histórica rigorosa e eficaz deve contextualizar o objeto de estudo na concretude de suas determinações histórico-societárias levando em consideração toda dinâmica dos embates sociais. Logo, a metodologia que nos propomos utilizar, tal como as indicações acima mencionadas, busca no próprio objeto as suas reais configurações.

Atentando certa observação do filósofo húngaro István Mészáros,<sup>16</sup> nosso procedimento para a compreensão do objeto de estudo deve levar em consideração três momentos necessariamente interligados, a saber: a *análise imanente* do ideário escolhido, a consideração das relações que este estabelece com sua gênese histórica concreta, ou seja, sua *determinação social* e, por fim, o desvendamento da *função social* que determinada ideologia exerce na realidade objetiva. De sorte que o procedimento alcance a apreensão da *particularidade* do próprio objeto do qual emanam suas específicas qualificações. Em outras palavras, cabe à nossa abordagem metodológica: 1. A *análise imanente*, ou a constituição interna do objeto histórico, que busca respeitar a configuração própria de sua efetivação societária; 2. A *produção histórico-social*, a compreensão de que o autor e sua obra estão situados historicamente, a saber, a busca dos nexos constitutivos e tramas reais de onde o objeto nasce, brota, produz-se. É a

---

<sup>15</sup> SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. 5ed. São Paulo: Duas Cidades – 34, 2000.

<sup>16</sup> MÉSZÁROS, István. *Filosofia, Ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*, São Paulo: Ensaio, 1993.

captura de sua historicidade, a busca de sua gênese histórica e, por fim; 3. A *função social*, a finalidade que cumpre o objeto nas contradições e tensões da trama real em que nasce e viceja, a saber, em nosso caso, qual foi o peso efetivo da teoria política desenvolvida nas discussões sobre as concepções de democracia na construção do projeto político do Partido dos Trabalhadores.

A tese em voga demarca e resume o distanciamento da *filosofia especulativa*, a favor da análise imanente fundada na apreensão ontológica do mundo real como síntese ativa e complexa da objetividade com a subjetividade. Prossegue

Dar as costas aos *automovimentos da razão* e voltar-se para os *automovimentos do mundo real*, eis o giro marxiano. Calar o pensamento que só fala de si, mesmo quando ardentemente deseja falar das “pedras”, para deixar que as “pedras” falem pela boca da filosofia. Esganar a especulação filosófica que fala *pelo* mundo, para que o mundo possa falar de si pela voz, assim tornada concreta, da filosofia. Descentrado de si mesmo e recentrado sobre o mundo, o pensamento, rompido o hermafroditismo da especulação, pode abraçar a substância que o forma e o fortalece. Procedente do mundo, ao mundo retorna. Não para uma tarefa tópica ou para alguma assepsia formal. Volta ao mundo para tomá-lo no complexo de complexos de sua totalidade. Debruça-se sobre ele para capturá-lo pela raiz, colhê-lo pela “anatomia da sociedade civil”, pela matriz da sociabilidade.<sup>17</sup>

A necessidade de colocar o mundo “sobre os seus próprios pés” é condição imprescindível para investigar o processo de entificação do ser social e questionar qual o ato que se encontra na matriz do processo de tornar-se homem do homem.

No que concerne os documentos históricos utilizados para atingir os propósitos apresentados, debruçamo-nos sobre as edições da revista *Teoria e Debate* do período de 1987 a 1991 e as *Resoluções dos Encontros e Congressos Nacionais* do Partido dos Trabalhadores do mesmo período. A importância destas fontes reside no fato de se constituírem como documentos oficiais do partido.

A revista *Teoria e Debate* é uma publicação oficial do Partido dos Trabalhadores e publicada pela Editora Perseu Abramo, administrada pela Fundação Perseu Abramo, instituição a serviço dos interesses do partido. A existência da revista se justifica para que seja possível o estabelecimento de um espaço de debates entre as diversas correntes ideológicas no interior do partido, assim como a difusão das “prévias” e “balanços” acerca dos Encontros e Congressos Nacionais do PT. Neste sentido, a revista *Teoria e*

---

<sup>17</sup> CHASIN, José. Da razão do mundo ao mundo sem razão. In: *Marx hoje*. São Paulo: Ensaio, 1988, p.44-45.

*Debate* será o nascedouro de muitas concepções de mundo que irão nortear as práticas políticas do PT, mas será espaço também para muitas derrotas e enterros de teses e concepções que um dia chegaram a influenciar o partido e seus principais intelectuais: Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort, José Álvares Moisés, José Dirceu, José Genoino, Marco Aurélio Garcia, Olívio Dutra, Paul Singer, Tarso Genro, entre outros.

Por isso, é perceptível, ao longo dos debates que ocorrem na revista, a existência de polêmicas que se mostram presentes em grande parte da esquerda mundial e nos principais partidos que se apresentam comprometidos com a transformação da realidade brasileira. Deste modo, identificamos uma grande preocupação dos principais intelectuais do partido após a queda do Muro de Berlim e o colapso do chamado “socialismo real” com a relação entre democracia e socialismo. Tais preocupações serão transformadas em posicionamentos políticos acerca do projeto nacional do Partido dos Trabalhadores.

O período delimitado para investigação da revista *Teoria e Debate* se justifica por ser esse o período no qual podemos identificar as principais discussões que darão o corpo ideológico para construção do partido que hoje se efetivou. Por isso, é também o período em que podemos ter acesso às principais discussões sobre o “socialismo real”, o “modelo soviético”, o vínculo entre democracia e socialismo, assim como a construção do projeto petista para o país.

As *Resoluções dos Encontros e Congressos Nacionais* do Partido dos Trabalhadores se constituem como documentos oficiais que irão nortear a prática política do partido em nível nacional. Neste sentido, nos *Encontros e Congressos* verificamos as posições teórico-políticas que tornar-se-iam hegemônicas no partido a ponto de contribuir para a definição de sua identidade ideológica.

### **Literatura bibliográfica**

Os que estudaram a trajetória da esquerda, em especial da social-democracia e dos partidos comunistas sob o stalinismo, costumam considerar algumas interpretações mais clássicas que podem servir como referência para o processo vivido pelo PT. Uma dessas interpretações é a de que os partidos social-democratas precisam fazer uma opção: ou mantêm sua base social original (na classe trabalhadora) e os seus programas originais que apontam para mudança social (o socialismo) e não conseguem aquilo que eles dizem querer, ou seja, ganhar o poder por meio do voto, ou flexibilizam os seus

programas, fazem alianças para além da sua base social e chegam ao poder pela via eleitoral. Contudo, ao chegar ao poder por meio do voto, dessa decolagem eleitoral, já não têm mais o mesmo compromisso com a mudança que tinham antes.<sup>18</sup>

Outra forma de interpretação clássica de transformações em partidos de esquerda é a que se centra na ideia da burocratização. Na medida em que os espaços institucionais vão sendo ocupados e o próprio partido se transforma num partido grande, a cada mandato conquistado, amplia-se também a cadeia de assessores ligados a esse mandato, de verbas públicas utilizadas, a ocupação do espaço institucional passa a ser uma questão de sobrevivência para aqueles que ali estão colocados e para todos que estão a reboque deles. Então, a estratégia política passa muito mais por ganhar a próxima eleição para continuar ocupando aqueles espaços do que pelos compromissos programáticos ou com as bases sociais. A tese da burocratização tem uma versão conservadora, centrada na teoria das elites, para estudar a social-democracia.<sup>19</sup>

Mas há também a versão de Leon Trotski para interpretar o caso soviético e dos partidos nele inspirados, que envolve ideias como a de uma “crise de direção” oriunda de um grupo dirigente do Estado ou do partido que se burocratizou e, por isso, rompeu com o projeto revolucionário original se transformando em gestor de um Estado ou de um partido burocrático.<sup>20</sup>

Tais ideias também ajudam a iluminar a questão do Partido dos Trabalhadores, bastando, para constatá-lo, analisar os números e perfis de participantes dos congressos e encontros do PT, nos quais são definidos os rumos partidários. Ao longo dos anos 1990, passaram a predominar, nesses espaços, os ocupantes de mandatos, cargos públicos nas administrações municipais, estaduais e assessorias parlamentares ou executivas, escasseando cada vez mais o percentual de militantes sem vínculo com a institucionalidade nos espaços de decisão e nas direções do partido.

No que concernem aos trabalhos produzidos acerca do tema proposto – a democracia e o socialismo no Partido dos Trabalhadores entre os anos de 1987 e 1991 – podemos citar Clóvis Azevedo<sup>21</sup> que, ao fazer uma análise a respeito das posições ideológicas do partido, em especial aquelas ligadas às concepções de socialismo e democracia, conclui que o partido adotou, nos seus primeiros anos, um discurso

---

<sup>18</sup> Conf. PRZERWORSKI, Adam. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

<sup>19</sup> Conf. MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UnB, 1982.

<sup>20</sup> A esse respeito, entre outros, conf. Leon Trotski *A revolução traída: o que é e para onde vai a URSS*. São Paulo: Instituto. José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

<sup>21</sup> AZEVEDO, Clóvis Bueno. *A estrela partida ao meio*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

ambíguo e marcado pela tensão entre os paradigmas leninista e social-democrata. Além disso, o autor realiza um esforço em sistematizar as posições ideológicas dos diferentes grupos que compunham o PT até 1995.

Embora haja um razoável consenso na literatura a respeito da existência das mudanças pelas quais o PT passou, não existe acordo sobre o que as causou, nem sobre como o caso petista se insere dentro do quadro teórico mais amplo do estudo dos partidos políticos. O trabalho de Pedro Ribeiro<sup>22</sup> gira em torno de duas dimensões de análise: funcional e organizativa. Para o autor, o PT seguiu o caminho da social-democracia europeia, adquirindo características inequívocas de partido profissional-eleitoral e se tornando cada vez mais dependente do Estado. Muito bem documentada e com um percurso teórico claro, a análise de Ribeiro opta por enfatizar as semelhanças das transformações petistas com as descritas pela literatura a respeito da social-democracia europeia. Essa ênfase, porém, acaba diluindo, em parte, as especificidades do caso petista e a importância da preservação de práticas e regras ao longo da história partidária, responsáveis também por moldar o seu desenvolvimento organizativo.

Leôncio Martins Rodrigues<sup>23</sup> indica que “o PT surgiu dos movimentos sociais, mas dos movimentos sociais ligados a Igreja Católica. Por outro lado, o partido de fato foi lançado e apoiado por dirigentes sindicais, por liderança operárias.” O autor afirma também que esta ideia relacionada à natureza do partido se dá pelo fato de que a sua formação é constituída basicamente por trabalhadores, como é o caso de Lula, considerado a maior liderança operária naquele momento histórico. No entanto, o partido deveria ser entendido do ponto de vista sociológico como um partido de classes médias, ou mais exatamente, de um setor das classes médias, de acordo com a análise das profissões dos membros do Diretório Nacional.

Ao se debruçar na investigação da revista *Teoria e Debate*, verifica-se que a historiografia pouco explorou a importância dos debates no interior da revista na elaboração das resoluções dos Encontros e Congressos Nacionais do Partido dos Trabalhadores. As publicações acerca do tema pouco tem esclarecido sobre as matrizes teóricas que tem sustentado a prática política do PT. Recentemente sobre essa problemática Mauro Iasi afirmou:

---

<sup>22</sup> RIBEIRO, Pedro. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos, 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, p.342.

<sup>23</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos: escritos de Sociologia Política*. São Paulo: Ática, 1990, p. 10.

A experiência do PT é um excelente exemplo do movimento de constituição de uma classe contra a ordem do capital que acaba por se amoldar aos limites da ordem que queria superar. Aqui, como em outros campos da ação humana “as aparências enganam ao que odeiam e aos que amam”, de modo que aqueles que viram no PT uma manifestação de classe representando uma perspectiva anticapitalista encontram na atual deformação as razões para uma análise retroativa do tipo “sempre foi assim”, enquanto os “cegos” pelo amor incondicional ficam maquiando os atuais descaminhos como se fossem originais genialidades táticas em que em algum momento retomarão o rumo original surpreendendo a todos, inclusive a atônica classe trabalhadora. Um e outro se enganam.<sup>24</sup>

Nesse sentido, Iasi se posiciona contra aqueles que preferem análises “fatalistas” acerca da história do PT, tanto aqueles que recorrem na defesa do projeto petista, assim como os que identificam nos primeiros anos de construção do partido o germe do que seria o PT de hoje. Assim, aos olhos de Iasi, o PT não foi desde sempre “uma versão tupiniquim de socialdemocracia”, nem tão pouco foi a pureza do classismo se constituindo como uma “novidade histórica” em relação aos demais partidos representantes da classe trabalhadora. Essa questão aqui seria mais prosaica: “O PT é a reencenação de uma fábula já conhecida, e trágica, que de tanto ser reprisada adquire aquela tonalidade cômica sem perder a seriedade dramática.”<sup>25</sup>

Sobre os intelectuais e suas concepções que formariam o embrião do Partido dos Trabalhadores, em 1979, Moacir Gadotti e Otaviano Pereira diziam:

Um grupo de intelectuais – principalmente de São Paulo, da chamada “esquerda independente” – tentou formar um partido socialista de tipo europeu. Participaram desse movimento, entre outros sociólogos, Francisco Welffort, José Álvares Moisés e Francisco de Oliveira, os economistas José Serra e Paul Singer, o então candidato pelo extinto MDB, Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso, Mario Covas e Luís Carlos Bresser Pereira. As reuniões eram realizadas no CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) em frente à PUC de São Paulo, no bairro das Perdizes. Esses intelectuais pretendiam, na época, unir o novo sindicalismo brasileiro que estava nascendo do ABCD com o chamado “grupo autêntico” do MDB, entre os quais Aírton Soares, Francisco Pinto, Alencar Furtado.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)*, 1.ed, São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.359.

<sup>25</sup> Mauro Iasi dá por entender que essa “fábula já conhecida” seria as posições de intelectuais da social-democracia alemã, como Bernstein, que compreendiam o socialismo como o próprio movimento de reformas realizado no interior do próprio capitalismo. IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)*, 1.ed, São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.359 e 468-469.

<sup>26</sup> GODOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT?: Origem, projeto e consolidação do PT*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 25-26.

Como sabemos, parte desses intelectuais iria participar da formação do PT, ao passo que outros permaneceriam no MDB, depois PMDB, para em seguida formar um partido assumidamente social-democrata, o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

Segundo Antônio Ozaí, o desfecho do processo do PT comprova seu caráter social-democrata, assim, este partido se enquadraria naquilo que Guimarães<sup>27</sup> chamaria de uma “equação em aberto”, ou seja, “cuja resolução dilema socialdemocrata estaria jogado para o futuro”.<sup>28</sup>

Na contramão das posições anteriores, o filósofo José Chasin é explícito:

A curta história do PT é a história de um desencontro, ou talvez seja melhor dizer de um encontro infeliz. O encontro desafortunado entre o que de melhor e mais autêntico emergiu do movimento operário pós-64, e da figura mais brilhante do sindicalismo brasileiro de todos os tempos – Lula, com um produto ideológico de baixa qualidade, uma espécie de “resíduo calcinado” da crise ideológica de nossos tempos. Crise ideológica e “resíduo” que, embora parecendo mais questionar do que responder, questionam mal e respondem errado. Tem de reconhecer aí uma grande dose de perplexidade, mas também grande parcela de temor por eventuais contaminações stalinianas. Este grande responsável reaparece, mas isto não explica nem justifica prevenções ou preconceitos, muito menos saltos ideológicos para trás. Da perplexidade, do temor, das prevenções e dos preconceitos, bem como das acrobacias ideativas à ré, que recusam a razão e a história – em última análise o próprio proletariado, acaba por originar-se uma postura de liberal-radicalismo.<sup>29</sup>

Assim, Chasin identifica no surgimento do PT as raízes de uma versão adstringida do marxismo e uma visão liberal da democracia, concepções que seriam desdobradas explicitamente ao longo da trajetória do partido. Como verificaremos no decorrer do trabalho, as assertivas de Chasin se evidenciaram as mais adequadas para a compreensão de nosso objeto.

Delimitadas algumas discussões bibliográficas que serão desenvolvidas e retomadas no decorrer do trabalho de acordo as exigências dos temas, vale ressaltar ambiguidades que se explicitam nas discussões acerca desse tema.

---

<sup>27</sup> GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Claro enigma: o PT e a tradição socialista*. Campinas, IFCH/Unicamp, 1990.

<sup>28</sup> OZAÍ, Antônio. *Partido de massas e partido de quadros: a socialdemocracia e o PT*. São Paulo: Editora CPV, 1996, p. 139.

<sup>29</sup> CHASIN. *A Miséria Brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000, p.139.

Para o PT, apoiar a democracia significa, “ser favorável à liberdade de associação e organização, à livre expressão de ideias, à liberdade de culto, ao direito social, à comunicação e à liberdade política, partidária e sindical.”<sup>30</sup> No entanto, um dos maiores problemas dessa afirmação é saber se as liberdades valem para todos ou só para os que não tem interesses diferentes dos da classe trabalhadora.

Essas afirmações levam a detectar uma série de ambiguidade dentro do círculo do pensamento petista acerca da problemática da democracia. Clovis de Azevedo detectou essas ambiguidades nos documentos petistas com uma série de afirmações em prol da democracia “formal” e “truncada”, própria do regime liberal burguês e uma democracia efetiva, que seria própria do socialismo. Azevedo questiona:

Afinal, o que é a democracia, para o PT? Uma forma de governo em que o poder pertence ao povo? Ou trata-se de um governo qualquer, que tanto pode ser do povo quanto da burguesia? Na primeira hipótese, desde que se julgue apropriado o governo da maioria, é decorrência valorar-se positivamente a democracia. Na segunda, não há democracia propriamente dita, apenas democracia com tais ou quais adjetivos. A democracia será positiva ou negativa a depender se sua qualificação. O Partido dos Trabalhadores oscila entre uma e outra forma de tratamento de democracia.<sup>31</sup>

Essas ambiguidades seriam superficialmente resumidas por André Singer:

Em resumo, até 1990 o PT pode ser lido ora como um partido democrático, comprometido com a manutenção de ampla liberdade para a disputa dos postos de direção do Estado por meio de eleições, ora como um partido em que a luta eleitoral seria só uma fase da conquistada hegemonia, após o qual apenas os partidos que não se opusessem à classe trabalhadora substituiria.<sup>32</sup>

Verifica-se, portanto, um grande debate acerca dos fatores que irão permitir a construção do PT e a constituição de sua raiz teórica. A formação acadêmica de seus principais intelectuais, a interpretação peculiar da realidade brasileira, a influência de correntes teóricas europeias, foram fatores que condicionaram a construção daquilo que se convencionou chamar de “novidade histórica”: o Partido dos Trabalhadores.

---

<sup>30</sup> SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001, p.37.

<sup>31</sup> AZEVEDO, Clovis. *Leninismo e Social-Democracia*: Uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, p.138-40.

<sup>32</sup> SINGER, André. *Op. cit.*, p.38.

## Orientações gerais e apresentação do trabalho

Antes de apresentarmos a capitulação é importante pontuar algumas orientações gerais desta pesquisa. Há uma enorme profusão de argumentos erigidos contra o marxismo pelos intelectuais petistas que pesquisamos. Em muitos momentos, travaremos um debate também nesse terreno, mas não é esse o escopo central desta dissertação. Estes combates teóricos e políticos são relevantes, mas relembramos que, aqui, o fio condutor é o processo histórico no qual ocorre a crise do marxismo nos debates internos do PT.

Alertamos também que, embora o trabalho se concentre no período 1987-1991, vamos recorrer, com frequência, ao período anterior (1979-1986) como recurso de comparação e forma de explicitar algumas das transformações e continuidades verificadas durante o trabalho.

A respeito do conjunto documental sobre o qual nos debruçamos, temos, além da revista *Teoria e Debate*, as resoluções dos encontros e congressos. Para que fique clara a natureza destas fontes é necessário, desde logo, conhecer o processo do qual elas são resultado. Conforme alerta Reinaldo Barros Cicone, um partido como o PT, heterogêneo e rico em tendências e grupos, possui uma forma complexa de elaboração de seus documentos.

Tendências são agrupamentos de funcionamento permanente (ou que se formam em período anteriores aos Encontros) a fim de interferir na elaboração política do partido. Cada uma de suas tendências, ou grupos internos que se formam nas vésperas dos encontros, apresenta um texto que contém suas ideias sobre algum ou sobre todos os pontos de pautas previstos para aquele Encontro. A forma como cada um dos grupos elabora o seu texto varia, mas, em geral, algumas pessoas escrevem a primeira versão, apresentada a um grupo maior de pessoas que propõe modificações.

Assim surge cada uma das teses que serão apresentadas ao conjunto do partido. A partir daí, no confronto de posições, ocorre um novo debate. Deste processo decorrem as resoluções com as quais trabalhamos. É claro que esse processo não é linear, mas sim permeado por contradições e rupturas. Obviamente, um texto elaborado, discutido e aprovado por centenas de pessoas, com as mais diferentes experiências e opiniões, tende a perder algo de sua coerência interna. O resultado, às vezes, passa a ser uma coletânea de diversas teses distintas, conformando um texto que pode até conter passagens

contraditórias entre si. Embora reconheçamos os problemas e as limitações deste tipo de material, consideramos a sua validade para o seu estudo para a compreensão do projeto petista.<sup>33</sup>

A maioria dos estudos históricos sobre este partido toma como fonte, quase exclusivamente, os textos das resoluções dos encontros e congressos. Ora, aqueles documentos expressam, a cada momento, o *resultado* do processo político que constitui o PT. A trama de relações políticas que resulta ora em consenso, mais ou menos amplo, ora em imposição da vontade da fração majoritária, não é diretamente perceptível nos textos aprovados nas plenárias dos encontros ou nas instâncias dirigentes. Os estudos da dinâmica das relações internas no PT e das relações dos militantes e do PT com a realidade exterior ao partido exigem a ampliação e a diversificação das fontes, tal como tentei fazer aqui ao realizar o trabalho de apreensão dos debates da revista *Teoria e Debate*.

Outra análise importante deveria confrontar as decisões partidárias com a prática do partido, isto é, verificar em que medida as resoluções são efetivamente praticadas. Isso exigiria levar em conta a atuação partidária em diversos âmbitos: nos movimentos sociais, nas prefeituras, nos parlamentos etc. Isso permitiria checar em que grau as resoluções tem efeito prático e efetivo no cotidiano do partido. Infelizmente, não foi possível que esta análise fizesse parte da dissertação, devido ao tempo instituído para a produção da pesquisa. Dessa forma, tentaremos nos manter na direção de uma análise das resoluções e vontades do partido evidenciadas nos artigos da revista *Teoria e Debate*. Evidentemente, isso não será seguido à risca, ora porque a realidade influencia, subordina e refaz as resoluções, ora porque estas são simplesmente esquecidas pelo conjunto do partido.

De modo nenhum seria possível considerar este trabalho como uma pesquisa histórica definitiva do PT, já que a produção historiográfica é uma construção coletiva. O leitor mais atento poderá descobrir, no próprio texto, inúmeros aspectos ainda carentes de maiores informações ou passíveis de reinterpretação. Se estas lacunas servirem de estímulos para que outros alcancem resultados mais completos, o trabalho já terá sido de alguma valia.

---

<sup>33</sup> CICONI, Reinaldo Barros. *Da intenção ao gesto: um olhar gramsciano sobre a possibilidade de integração do PT à ordem*. Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas, p.04.

Por fim, cabe descrever a organização da dissertação que compreende esta introdução, o capítulo I – *A “Novidade Histórica”* no qual buscamos evidenciar o “chão” histórico da fundação do PT, assim como os princípios e os primeiros documentos programáticos que marcaram a sua construção. Apresentaremos as “Greves do ABCD” e o surgimento do chamado “novo sindicalismo” dentro do contexto da crise do “milagre econômico” da ditadura militar como fenômenos importantes para a constituição do PT. No cenário internacional, assinalamos o momento de crise do movimento operário e do “socialismo real”. Evidenciaremos o seu caráter anticapitalista, classista, socialista e de massa dos seus primeiros anos (1979-1986), assim como a delimitação, ainda que genérica, do que viria a ser o chamado “socialismo petista”. Demonstraremos as discussões acerca do perfil do partido que irá marcar toda a história do partido. Também procuramos demonstrar o seu caráter plural, descrevendo as características das diversas tendências internas do partido, elucidando as suas matrizes teóricas e seus projetos políticos, ressaltando a existências de diversos “marxismos”. Por fim, trataremos de evidenciar as motivações e objetivos que possibilitaram a criação da revista *Teoria e Debate*.

No capítulo II – *A Estratégia Petista*, procuramos evidenciar as resoluções políticas mais importantes dos Encontros e Congressos Nacionais, no período de 1987 a 1991, que ilustram a estratégia petista para o país. Nesse contexto, demonstraremos os impactos da derrocada do “socialismo real” nas suas reformulações teóricas e a influência de teses “gramscianas”, eurocomunistas e habermasinas no pensamento petista. Para compreendermos o perfil do partido nos debruçaremos sobre a clássica discussão: partidos de quadros *versus* partido de massas. Apresentaremos também as discussões sobre a questão do Estado e suas implicações na formulação da estratégia de acúmulo de forças e hegemonia. Demonstraremos as consequências da derrocada do “socialismo real” para definição do “socialismo petista” e o seu balanço histórico acerca do marxismo conhecido no século XX. Por fim, evidenciaremos a importância das teses da “democracia como valor universal” na elaboração do “socialismo petista”.

No capítulo III – “Considerações Críticas” -, valendo-se de uma perspectiva ontológica da obra marxiana, demonstraremos o percurso da esquerda do século XX em sua direção à democracia, ou seja, a sua conversão em “esquerda democrática”. Para tanto, evidenciaremos os clássicos debates envolvendo a social-democracia alemã em sua proposta revisionista de crítica aos pressupostos capitais da obra marxiana. Problematizaremos as experiências históricas do “socialismo real” e a sua contribuição

para o processo de vulgarização do marxismo. Conheceremos os aspectos centrais das teses eurocomunistas, a sua contribuição para o que foi chamado de “socialismo democrático” e a recepção dessas teses no Brasil por intelectuais como Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort e por sua expressão institucionalizada, o Partido dos Trabalhadores. Demonstraremos como o percurso dessa esquerda à democracia resultou na centralidade da política em detrimento da centralidade do trabalho, dimensão fundante do ser social. Por fim, demonstraremos que tais teses contrariam a contribuição marxiana de compreender a política como dimensão essencialmente negativa, pois se assenta sob o domínio perverso do capital, impossibilitando uma radical revolução social sob a perspectiva de uma emancipação humana.

Seguimos, então, para o primeiro capítulo.

## CAPÍTULO I – A “NOVIDADE HISTÓRICA”

### 1.1 As Greves do ABCD e o surgimento do “Novo Sindicalismo”

A entrada dos trabalhadores na cena histórica no final da década de 1970 e princípio dos anos 1980 provocou um ressurgimento do movimento operário em plena crise do chamado “milagre econômico brasileiro”<sup>34</sup> – sustentáculo da estrutura política repressiva da autocracia burguesa bonapartista. Ao estancar a produção com os seus braços cruzados, as greves paralisavam o “coração industrial” do país, transformando-se em “arma política, uma vez que feria os pilares da acumulação monopolista subordinada – a política salarial, a política de superexploração da força de trabalho”.<sup>35</sup> Como produto das greves, surgiram os novos sindicalistas, simbolizados pela figura de Luís Inácio “Lula” da Silva. Conhecidos por grande parcela dos estudiosos do período como “sindicalistas autênticos”, deram origem ao movimento denominado “novo sindicalismo”. Entre os estudiosos que defenderam a tese da existência de um “novo sindicalismo”, citamos José Álvaro Moisés e Francisco Weffort, futuros dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT).

Para Weffort, a organização sindical desenvolvida e aplicada desde a ditadura Vargas tinha características de organização corporativista fascista com articulação rigidamente vertical, proibindo a formação de centrais operárias ou pactos intersindicais. O autor imprimiu críticas intensas ao sindicalismo praticado no período 1945-64, mas o fez apenas do ponto de vista econômico-social. Ao analisar as movimentações do período democrático, elegeu a política como forte condicionante das ações sindicais, apontando para o fato de que os dirigentes, com o tempo, abandonaram

---

<sup>34</sup> Sob a égide do “milagre econômico”, entre os anos de 1968 e 1973, a modernização brasileira impulsionada pelo regime militar viveu seu ápice. Esse ciclo de desenvolvimento econômico brasileiro teve como base a institucionalização financeira promovida pelo Estado, a superexploração do trabalho e a “inundação de dólares”, exequível pelo endividamento externo e pelas importações de bens de capital e tecnologia. A economia brasileira aprofundou o padrão de acumulação monopolista liderado pelo Departamento III (bens de consumo duráveis), em consonância com os interesses do capital privado externo, do capital estatal e do capital privado nacional. Essa unidade de grupos, que formou o chamado “tripé do capitalismo monopolista brasileiro”, uniu diversas frações da burguesia e o Estado. Ver em: MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004, p. 70-1.

<sup>35</sup> RAGO FILHO, Antônio. O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa. *Projeto História*, n. 29, tomo1, 2004, p. 152.

os debates em torno das mudanças na estrutura sindical para atuarem em consonância com o Estado e, assim, obterem as reformas sociais e vantagens políticas.

Desses apontamentos, nasceu o conceito de “sindicalismo populista” que passou a caracterizar o modelo anterior ao golpe de 1964 como de “reformistas”, “pelegos”, não “autônomos”, o que criou, nos estudos sobre o tema, uma confrontação de épocas e um abismo entre os períodos. Na perspectiva de Weffort, o “sindicalismo populista” poderia ser caracterizado pelo afastamento das lideranças sindicais das organizações locais dos trabalhadores, privilegiando as organizações de cúpulas oficiais e, desse modo, conformando-se à estrutura sindical oficial, à distância entre as reivindicações gerais dos líderes sindicais e às questões específicas dos trabalhadores. O Estado, ao ser tomado como interlocutor privilegiado de espaços a serem conquistados, pôs em segundo plano os conflitos diretos entre capital e trabalho.

O conceito de populismo desenvolvido, principalmente por Francisco Weffort<sup>36</sup>, e levado adiante por outros autores, interpreta a realidade brasileira pelos seus aspectos universalizantes, análise que primou por encontrar traços de similitudes entre os governos mundiais mais do que compreender a particularidade de formação e desenvolvimento da sociedade e do capitalismo brasileiro. Inviabilizou-se assim a verificação das impossibilidades de superação daquele tipo de Estado e do sindicalismo da época e a compreensão de como surgiram organizações operárias que, em busca de novas alternativas, fundaram intersindicais e outros organismos paralelos, no sentido de criar novas vias de reivindicação e conquistas para a classe operária.

No final da década de 1970, o movimento sindical, sobretudo no ABCD Paulista, despontou no cenário nacional como o grande interlocutor e agente de negociação entre capital e trabalho, além de ser porta-voz das denúncias sobre o caráter superexplorador da política econômica da autocracia bonapartista. Sob novas circunstâncias, abriram-se possibilidades imediatas para o desdobramento das lutas iniciadas no pré-1964 e que foram interrompidas pelo golpe. Ao seu tempo e com novas demandas na agenda de negociação, o movimento operário e sindical voltou a se manifestar como resposta prática na região do ABCD paulista onde se concentrava o parque industrial brasileiro e as principais montadoras de automóveis do país, pilar importante nos planos econômicos do governo.

---

<sup>36</sup> WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra*. Estudos CEBRAP: São Paulo, 1973.

O “novo sindicalismo” iniciado nessas greves foi caracterizado pelos ideólogos petistas como um movimento novo e autônomo diante das manifestações operárias e sindicais do chamado pré-64. Muitos foram os autores que trabalharam e continuam trabalhando com o conceito de “novo sindicalismo” entendendo que, a partir das primeiras manifestações no ABCD Paulista, no final da década de 1970, nascia um novo modelo de atuação sindical baseado em lideranças verdadeiramente atuantes, ligadas e preocupadas com a conscientização a ser conquistada no chão de fábrica e sensivelmente comprometidas com a causa operária, o que caracterizaria, de imediato, a total oposição às práticas sindicais anteriores ao golpe militar.

Assim, na concepção desses autores, o “novo sindicalismo” carregava consigo a ausência de programas partidários e das velhas tendências do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tão característicos de movimentos sindicais anteriores. Procurava-se, portanto, fazer das manifestações da década de 1970 um movimento que carregava neutralidade política, originalidade reivindicativa e efetiva participação do operariado na construção de um novo perfil sindical no país.

Designado pela historiadora Fabiana Scoleso<sup>37</sup> como um conceito que “não consegue se livrar das aspas”, o “novo sindicalismo” – conceito elaborado para exprimir o caráter de fronteira entre o sindicalismo do pré-64 e o do pós-64 – foi esboçado por Francisco Weffort, autor que estabeleceu os primeiros parâmetros de comparação entre a ação sindical nos dois períodos. De acordo com Weffort, as ações sindicais do pós-64 haviam superado as ações corporativistas e populistas, caracterizadas como “pelegas” e “reformistas” do período anterior. Posteriormente, essa oposição teórica foi bastante utilizada para designar as paralisações metalúrgicas no ABCD Paulista, caracterizadas como “autênticas e autônomas”.

Para Scoleso, o referido conceito não se “livra das aspas”, pois entre os dois períodos “há muito mais traços de continuidade do que rupturas superadoras”. Ainda que reconhecendo elementos novos, como o caráter espontâneo, em movimentos como os de Contagem e Osasco, em 1968, e no ABCD Paulista no fim da década de 1970, a autora infere que as ações pós-1964 não conseguiram superar a antiga estrutura sindical, já que não aboliu a arrecadação do imposto e, ao mesmo tempo, foi perdendo o laço fundamental com a base operária ao optar pela luta política por meio do Partido dos

---

<sup>37</sup> SCOLESO, Fabiana. *Reestruturação Produtiva e Sindicalismo Metalúrgico do ABC Paulista: As Misérias da Era Neoliberal na década de 1990*. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em História) - PUC/SP.

Trabalhadores (PT). Dessa forma, renunciou ao historicamente novo, ou seja, à participação política das massas trabalhadoras, e retomou o antigo politicismo.<sup>38</sup>

Não é nosso propósito esmiuçar os acontecidos das greves, mas é notória a importância de assinalar os seus lineamentos gerais, sobretudo da Greve Geral de 1979, quando em fins de janeiro, os sindicatos metalúrgicos do estado estabeleceram, entre outras, as reivindicações básicas: 34,1 % de aumento salarial acima do índice oficial, piso salarial igual a três salários mínimos, reconhecimento e estabilidade para os delegados sindicais, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, reajustes trimestrais.<sup>39</sup> É importante destacar que tais reivindicações exteriorizavam uma afronta à modernização brasileira.

Para Ricardo Antunes, a luta revelou a verdadeira condição de vida do trabalhador brasileiro, seu sentimento diante das aporias sociais e desnudou o Estado, fazendo com que assumisse de uma forma bem clara, sua função de braço armado da burguesia.<sup>40</sup> O autor afirma que as greves de 1979 trouxeram conquistas históricas para o trabalhador brasileiro: feriram a ordem social estampando nitidamente sua dimensão política, proclamaram objetivamente a necessidade de liquidar a política econômica vigente. Viveu-se o confronto entre o operariado, de um lado, e o capital e o seu Estado bonapartista, de outro. O ganho material foi pequeno. O ganho político, no entanto, foi considerável. O operariado tomou consciência do caráter ditatorial do Estado e seu vínculo com o capital monopólico, bem como sua dimensão repressiva. Em sua particularidade, ainda desmistificou o discurso do “gradualismo democrático” do recém-empossado presidente da República, general João Batista Figueiredo.

A luta pela devolução do sindicato fez com que as massas valorizassem sua entidade classista e desejassem desvincular o sindicato do Estado, que não os representava. Aumentaram as perspectivas do movimento reivindicatório dos assalariados: em 1979 ocorreram 430 greves no país. Este momento contrastou com

---

<sup>38</sup> Tomamos o conceito de “politicismo” na acepção que lhe dá José Chasin, segundo a qual “politizar é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional. Enquanto falsificação teórica e prática, o politicismo é um fenômeno simétrico ao economicismo. [...]. O politicismo arma uma política avessa, ou incapaz de levar em consideração os imperativos sociais e as determinantes econômicas. Expulsa a economia da política [...] jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matizador do econômico em relação ao político”. CHASIN, José. *Hasta cuando? A propósito das eleições de novembro*. In: \_\_\_\_\_. *Miséria Brasileira*. Santo André: Ad Hominem, 2000, p. 123-4.

<sup>39</sup> ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho: o Confronto Operário no ABC Paulista: as Greves 1978/80*. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

<sup>40</sup> Idem.

toda a fase anterior (de resistência democrática), pois configuraria o movimento democrático de massas. Por tudo isso, Ricardo Antunes acredita que seja possível,

ao se transpor a aparência da greve, vê-la como um movimento que contou com a ação organizacional do sindicato, com a liderança inequívoca de Lula, mas lembrando que tudo isso deu-se ainda nos marcos da intuição operária. Espontânea em sua efetividade, com a presença ativa do sindicato operário na sua preparação, desenvolvimento e continuidade, novamente sem a presença dos partidos na sua deflagração, condução ou comando, tendo na temática salarial sua causalidade fundante, assumindo desde logo nítida dimensão política, de confronto e ofensividade, pois voltava-se contra a raiz da política econômica baseada na superexploração da força de trabalho, a Greve Geral Metalúrgica de março de 1979, quando vista numa perspectiva globalizante e de totalidade, constituiu-se numa expressiva vitória do movimento operário.<sup>41</sup>

Já sobre a greve geral metalúrgica de 1980, Ricardo Antunes lhe confere um caráter ofensivo em relação às anteriores:

Ao contrário da experiência de 1978, e de modo similar à de 1979, a paralisação de 1980 assumiu a feição de uma greve geral metalúrgica. A reivindicação de um índice de produtividade além do limite oferecido pelo patronato, a luta pela estabilidade, pela redução da jornada de trabalho, pelo avanço da organização sindical na fábrica e contra o despotismo fabril, constituíram-se em pontos de confronto a partir dos quais o proletariado metalúrgico objetivava avançar em suas reivindicações e conquistas, o que confere à ação operária a dimensão de *greve ofensiva*.<sup>42</sup>

As greves agudizariam as tensões e adiariam as reformas constitucionais. Ancorado nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na ampliação do discurso da Teologia da Libertação, as greves se puseram em marcha, contrariando as oposições parlamentares do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o pequeno partido comunista de talhe “eurocomunista” (PCB), que defendia o avanço das negociações com os patrões para desativar o movimento grevista. Lula, em entrevista concedida em 1982, demonstrou possuir clareza sobre a posição pecebista e não lhe poupava de críticas:

O que temos é uma divergência de visão de unidade. De um lado, nós temos que ser honestos: o PCB tem como orientação política para o movimento sindical a concepção de que o sindicato deve ser uma correia de transmissão do Partido. E é assim nos países comunistas. Então, a diferença que existe é que, através dessa orientação, os militantes sindicais ligados ao

---

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> Idem, p.88. Grifo original.

PCB querem que a unidade se dê através de um acerto entre a cúpula sindical. O que eu e outros companheiros defendemos é que só poderá existir unidade sindical se tivermos sensibilidade para tirar uma fórmula de luta conjunta, não de documentos, mas uma proposta de luta que seja assumida por todos os sindicatos.<sup>43</sup>

Na medida em que lutavam contra o arrocho salarial, os grevistas questionavam simultaneamente a política salarial e a própria política econômica dos militares. O fato de acontecerem no polo mais dinâmico da economia brasileira, no coração da acumulação capitalista, justifica plenamente o destaque que alcançaram. Mas, também em razão da sua grande visibilidade, as greves metalúrgicas funcionaram como estopim, abrindo caminho para mobilizações de vários outros segmentos.

Nas palavras de José Chasin:

As massas, muito mais do que no verbo, exibiram a chaga alargada de antiga fome e com ela derrubaram, por um momento, instituições depravadas (leia anti-greve, por exemplo) e apontaram o caminho necessário: liquidar o alicerce econômico da ditadura, despedaçar a política econômica da superexploração do trabalho, dizer não, definitivamente, ao arrocho salarial e com isto puxar o tapete sob os pés do sistema. Romper, portanto, o politicismo, fazendo prevalecer os conteúdos de raiz, na forma de um movimento das bases. Pela ação das bases atingir a raiz do sistema. E, assim, no desdobramento complexo de um complexo processo, chegar a abatê-lo. Dar-lhe fim pela combinação das exigências e prioridades autênticas das especificidades efetivas do todo concreto, resgatando desse modo, pela morte do politicismo, a verdadeira prática da prática verdadeira. Linha nova de novos conteúdos. Política!<sup>44</sup>

As greves do ABCD Paulista foram, sem sombra de dúvida, movimentos legítimos que responderam prontamente ao abuso da política econômica promovida pelo governo autocrático, por meio do chamado “milagre econômico brasileiro” e pelo seu próprio fracasso e esgotamento na década de 1970. As greves mostraram que as verdadeiras bases do desenvolvimento econômico do país se realizavam sobre a superexploração do trabalho, o arrocho salarial e a miséria social à qual a classe trabalhadora estava condenada. Porém, com o tempo, também assumiu o caráter politicista quando transpôs os agentes sindicais para o universo político. Assim, as lideranças sindicais foram incapazes de “compreender e sequer tem a intenção de solucionar as diferenças e os contrastes produzidos pelo capital na sociedade, assim

---

<sup>43</sup> RAGO FILHO, Antonio et al. Lula: retrato de corpo inteiro. *Nova Escrita Ensaio*, v.9, 1982, p.41.

<sup>44</sup> CHASIN, José. Hasta cuando? A propósito das eleições de novembro. In: \_\_\_\_\_. *A Miséria Brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000, p. 126.

como eliminar as relações de exploração que sustentam seus princípios”, eliminando da sua prática “seu principal potencial mobilizatório na busca de uma ruptura superadora”.<sup>45</sup>

O politicismo, entre outras coisas, fenômeno antípoda da politização, desmancha o complexo de especificidades, de que se faz e refaz permanentemente o todo social, e dilui cada uma das “partes” (diversas do político) em pseudopolítica. Considera, teórica e praticamente, o conjunto do complexo social pela natureza própria e peculiar de uma das especificidades (política) que o integram, descaracterizando com isto a própria dimensão do político arbitrariamente privilegiada. Em suma, consiste na liquefação da rica carneção da realidade concreta em calda indiferenciada, que é suposta como política, enquanto não passa de uma hipertrofia do político, uma espécie de hiperpolítica que, nesta distorção, nega a si mesma. Em outros termos, convertendo a totalidade estruturada e ordenada do complexo real – complexo de mediações – num bloco de matéria homogênea, além da falsificação intelectual praticada, o politicismo configura para a prática um objeto irreal, pois este resulta da bárbara amputação do ente concreto, que sofre a perda de suas dimensões sociais, ideológicas e especialmente de suas relações e fundamentos econômicos.<sup>46</sup>

Desse modo, ao encaminhar as greves do ABCD para perspectiva politicista, as lideranças sindicais romperam com a possibilidade de produzir as condições necessárias para uma saída a partir da lógica onímota do trabalho e, com isso, abriram o caminho para a institucionalização da autocracia burguesa.

O movimento espontâneo das massas trabalhadoras, que se verificou entre 78 e 80, ameaçou inflectir o percurso, negando o politicismo e abrindo caminhos para a política, para o historicamente novo. Nisto se mostrou, como por vezes ocorre nas lutas sociais, à frente dos partidos políticos, mas seus esforços foram abalados. Entre a política e o politicismo prevaleceu, lastimavelmente, o segundo, o historicamente velho, por iniciativa do sistema e pelo concurso das oposições partidárias. Predominando o velho politicismo, a travessia, partindo do bonapartismo, desemboca, sem alternativa, na institucionalização da autocracia burguesa.<sup>47</sup>

Com isso, a suposta ruptura com o “historicamente velho” preconizada pelos ideólogos do “novo sindicalismo”, redundou numa prática politicista, representada e

---

<sup>45</sup> SCOLESO, Fabiana, op. cit., p.80.

<sup>46</sup> CHASIN, José, op. cit., p. 123-4.

<sup>47</sup> Idem, p. 127.

viabilizada pelo projeto político do Partido dos Trabalhadores (PT) e encaminhada pela institucionalização da autocracia burguesa.<sup>48</sup>

O PT, como veremos ao longo deste trabalho, reduziu a ilimitada possibilidade de luta por meio das bases operárias para se debruçar sobre o papel burocrático e minimizador da lógica do sistema autocrático burguês nacional. Desse modo, passou a ser um partido em oposição ao movimento operário por limitar as possibilidades de ruptura e superação e procurando a viabilização dos conflitos de classe por meio de projetos políticos.

O PT, em vista da questão eleitoral, não escapou ao politicismo geral das oposições. Um politicismo forçado, pode-se talvez dizer, mas o fato é que se distanciou do movimento sindical, não procurou fazer uma campanha apoiada sobre as massas, e não atinou com as necessidades de um programa econômico de transição democrática. Suas imperdoáveis vacilações, quando à realização da CONCLAT, são disto grande e significativa evidência. A realização da CONCLAT, às vésperas das eleições, seria precisamente a última oportunidade para uma tentativa de modificação qualitativa do processo eleitoral. Seria a chance de tentar arrancá-lo do absoluto domínio politicista sob a qual fenece. Sucumbiu especialmente o PT quando, posto entre viabilizar-se pela rota do movimento de massas “ou” através da via eleitoral, mas não foi capaz de somar e articular os dois caminhos e acabou por embarçar-se, até a alma, apenas no jogo eleitoral, soçobrando às exigências deste. E neste campo será fatalmente batido.<sup>49</sup>

Para Fabiana Scoleso, transpor essa organização e as demandas efetivas da classe operária para o debate político sob a responsabilidade de alguns membros do partido era restringir o potencial de luta do operariado, agenciar as principais problemáticas da classe operária dentro da própria esfera política de superexploração do trabalhador, dar continuidade e fazer parte da lógica do sistema, não praticando a verdadeira política, mas, ao invés disso, o politicismo, e abandonar o potencial de transformação da lógica destrutiva do capital e passar a atuar dentro da mesma perspectiva.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> Para o filósofo José Chasin, a autocracia burguesa institucionalizada é a “forma de dominação burguesa em ‘tempos de paz’, e o bonapartismo é a forma de dominação burguesa em ‘tempos de guerra’. E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação do capitalismo pela via colonial, as formas burguesas de dominação política oscilam e se alternam entre diversos graus do bonapartismo e da autocracia burguesa institucionalizada, como toda nossa história republicana evidencia”. CHASIN, José. *A miséria brasileira. 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000, p. 128.

<sup>49</sup> CHASIN, José. *A miséria brasileira. 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000, p. 140.

<sup>50</sup> SCOLESO, Fabiana. Op. cit., p.87.

Contudo, o conceito “novo sindicalismo” se desfaz porque o elemento que o caracterizava e tornava o sindicalismo do ABCD oposto às ações sindicais do passado, que era a prática política, passou a ser absorvida pelas lideranças dos movimentos e acabou desembocando, rapidamente, na constituição de um partido em 1980. Ao se distanciar do movimento sindical, não procurou fazer uma campanha e um programa econômico apoiados nas necessidades materiais dos trabalhadores. Embarçou-se no jogo eleitoral.

## 1.2. A Fundação do Partido dos Trabalhadores (PT)

*"O PT derrubou o Muro de Berlim em 1980, quando nasceu".<sup>51</sup>*

Datado de 10 de fevereiro de 1980, o manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) teve como primeiros signatários, presentes à cerimônia de lançamento da legenda que ocorreu no auditório do Colégio Sion, na cidade de São Paulo, homens e mulheres cuja trajetória de vida figuravam como símbolos de luta, de resistência, entre os quais: o militante e crítico de arte Mário Pedrosa; o líder das Ligas Camponesas, Manoel da Conceição; o historiador Sérgio Buarque de Holanda; a atriz, militante e presidente do Sindicato dos Artistas de São Paulo, Lélia Abramo; o herói da Guerra Civil Espanhola e da Resistência Francesa, Apolônio de Carvalho; e o professor Moacir Gadotti, em nome do educador Paulo Freire.<sup>52</sup>

Com forte tônica da luta de classes, os trabalhadores e as “elites” são denominados ao longo do *Manifesto* de maneira inconciliável: os primeiros como os “construtores das riquezas da nação”, “povo trabalhador”, “explorados”, “massas exploradas” e, os segundos, como “exploradores”. De acordo com o documento, o partido nascia “da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados”<sup>53</sup>, “da vontade de emancipação das massas populares”. Emerge, portanto, engajado na luta contra o modo de produção capitalista, de modo a

---

<sup>51</sup> LULA em entrevista à João Machado e Paulo Vannuchi, n°13, jan/fev/mar de 1991.

<sup>52</sup> SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001 (Folha Explica), p.10.

<sup>53</sup> MANIFESTO. Aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no *Diário Oficial da União* de 21 de outubro de 1980.

projetar a organização da classe trabalhadora<sup>54</sup> para que a “situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo”.<sup>55</sup>

O ideário da transformação social em prol da classe trabalhadora “dá o tom” do *Manifesto*, que exterioriza o entusiasmo da conquista política dos trabalhadores no histórico episódio das greves do ABCD Paulista, apontando a conscientização da luta por parte do trabalhador como a mais importante lição desse movimento que “aprendeu em suas lutas que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá”.<sup>56</sup>

Assim, após a “dura resistência democrática”, a sociedade brasileira se deparou com a “novidade histórica” da “mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos”,<sup>57</sup> para a qual o partido deveria ser “uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista”. Queriam ver “a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade” e, por isso mesmo, buscavam:

Um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.<sup>58</sup>

A ideia inicial era a configuração de um partido plural e democrático, comprometido e focado nas bandeiras sociais da classe trabalhadora, grupo que o constituiu – já que o PT foi fundado, também, por trabalhadores que se empenharam na luta contra os mecanismos de repressão imposta pela ditadura militar e o seu modelo de desenvolvimento.

As greves que ocorreram entre os anos de 1978 e 1979, foram o germe da fundação do PT. Já no ano de 1978, começou a ser considerada a necessidade da organização de um partido que representasse os trabalhadores. As lutas travadas nesse contexto levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos

---

<sup>54</sup> O *Manifesto* caracteriza a classe trabalhadora como constituída por operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados.

<sup>55</sup> MANIFESTO. Aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no *Diário Oficial da União* de 21 de outubro de 1980.

<sup>56</sup> *Idem*.

<sup>57</sup> *Idem*.

<sup>58</sup> *Idem*.

trabalhadores – em especial a proibição do direito de greve e o arrocho salarial – e mostraram ao trabalhador o vínculo indissolúvel do Estado com as classes dominantes, já que não faltaram soldados armados para conter os manifestantes, tampouco medidas “legais” para proibir a atuação dos sindicatos. Assim, do enfrentamento a um regime organizado no sentido de afastar o trabalhador do centro de decisão política, o movimento popular se viu limitado em suas lutas imediatas e específicas. Chegaram à conclusão de que era necessária uma organização política que garantisse a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Ao ser questionado sobre o assunto em um programa de televisão, Lula afirmou: “Eu vejo a possibilidade de, num trabalho de preparação da classe trabalhadora, num futuro bem próximo, nós, trabalhadores, criarmos um partido saído da base”<sup>59</sup>, o qual contaria com a participação não só de trabalhadores, mas de todos que se afinassem com os princípios da classe trabalhadora.

Em 1979 se intensificaram as discussões acerca da criação do partido. André Singer explica que aquele ano foi decisivo para sua fundação pelo caráter organizativo e unificado das greves que, no seu decorrer, contou com a mobilização e solidariedade de setores democráticos e de esquerda.<sup>60</sup>

Sob essa atmosfera, na ambiência de forte movimentação de massa, o movimento Pró-PT se fortaleceu. Antes do acordo assinado, em 1º de maio de 1979, a Comissão Nacional Provisória divulgou uma *Carta de Princípios*.<sup>61</sup> Valendo-se do binômio explorados e oprimidos X classes dominantes, o texto fundamentava a necessidade da organização política dos trabalhadores em prol de “melhorias de sua condição de vida e de trabalho” e demarcava a importância da greve geral do ABCD para essa iniciativa:

Os trabalhadores entenderam ao longo desse ano de lutas, que as suas reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores e é por isso, dialeticamente, que vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes.<sup>62</sup>

---

<sup>59</sup> SILVA, Luiz Inácio da. *Lula: Entrevistas e Discursos*. São Paulo: ABCD, 1980, p.70.

<sup>60</sup> SINGER, André. Op. cit., p.23.

<sup>61</sup> A carta foi elaborada por um comitê composto por Jacó Bittar, Paulo Skromov. Henos Amorina, Wagner Benevides e Robson Camargo. Como o partido só foi oficializado em 1980, a carta não é considerada, *stricto sensu*, oficial. Cf. GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 33.

<sup>62</sup> GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. Op. cit., p. 34.

A historiografia acerca da fundação do PT, de maneira geral, caracteriza-se por apontar o partido como uma novidade na política brasileira devido ao seu processo de formação, proposta política e organização interna. Destacam-se os estudos de Meneguello<sup>63</sup> e Keck<sup>64</sup> que dissertam, com base na análise do contexto histórico e institucional que envolveu o partido nos seus primeiros anos, sobre a posição singular do PT no quadro partidário brasileiro, caracterizado por agremiações “fracas”, ou seja, pouco institucionalizadas.

Keck considera que alguns fatores contribuíram para a formação do PT. Em primeiro lugar, o surgimento de lideranças trabalhistas conhecidas nacionalmente, tendo como núcleo central São Paulo, particularmente Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e líder das primeiras grandes greves do final da década de 1970. Em segundo lugar, uma base de massa que já se manifestara em São Paulo no final dos anos 1970, nas greves e lutas sociais.

A autora, contudo, também considera que estes dois elementos não são suficientes para explicar o surgimento de um partido com as características do PT, numa conjuntura que ainda conservava muitos elementos do regime militar. Para ela, outros elementos foram importantes para a formação do PT, como a preparação do terreno para seu lançamento pela esquerda organizada, cuja visibilidade crescente no plano público no final da década de 1970 ajudou a ampliar a possibilidade de que um espaço à esquerda do espectro político viesse a ser ocupado. E também o fato de que, à medida que se consolidava o processo de criação do Partido dos Trabalhadores, um grupo de deputados estaduais da esquerda do PMDB, em São Paulo, sentiu-se aos poucos marginalizado em relação à liderança do partido e filiou-se ao PT no início dos anos 80. Estes parlamentares forneceram-lhe um apoio essencial em termos logísticos e de infraestrutura durante o período de sua legalização.<sup>65</sup>

Para as autoras, a formação do PT está diretamente ligada ao surgimento do “novo sindicalismo” urbano no final dos anos 1970. Forjado na região do ABCD Paulista e consequência das transformações socioeconômicas pelas quais passou o Brasil nos anos de 1960 e 1970, que resultaram na formação de uma classe operária numerosa e representativa econômica e politicamente, o “novo sindicalismo” foi assim denominado por enfrentar o conflito entre capital e trabalho de forma distinta do

---

<sup>63</sup> MENEGUELLO, Rachel. *PT: A formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

<sup>64</sup> KECK, Margaret E. *PT: a lógica da diferença*. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

<sup>65</sup> Idem, p. 90.

sindicalismo antes verificado no Brasil, atrelado ao Estado. Independente, teria questionado por meio de greves e campanhas salariais no final dos anos 70, as ordens política e econômica estabelecidas durante o período do regime militar. As mobilizações de trabalhadores entre 1977 e 1979 transformaram o “novo sindicalismo” em um importante ator político e deram impulso às discussões para a formação de um partido de trabalhadores, possibilidade que se abria com a reforma partidária de 1979.

Nessa avaliação, além do “novo sindicalismo”, outros sujeitos políticos encamparam a ideia de organização de um partido popular, fazendo com que a proposta nascida no chão de fábrica suplantasse suas bases sindicais rapidamente. Líderes comunitários ligados às Comunidades Eclesiais de Base e vinculados à Teologia da Libertação, parlamentares de esquerda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – partido de oposição ao regime militar –, intelectuais, membros de organizações de esquerda e militantes de movimentos populares urbanos enxergaram na construção do PT a possibilidade de participar mais ativamente do processo político institucional. No entanto, os sindicalistas foram o principal grupo político presente na fundação do Partido dos Trabalhadores. A posição de maior projeção que a chefia de organizações sociais conferiu a seus dirigentes, pesou na formação inicial do PT, tanto que, já em sua Comissão Provisória, formada em outubro de 1979, nove dos 17 membros eram presidentes ou diretores de sindicatos, o que representava 60% da mesma, contra apenas um parlamentar, que representava 6%.<sup>66</sup>

O trabalho de Meneguello, além de apontar a origem do partido como uma das razões de sua novidade no cenário político brasileiro, destaca a proposta política e a organização interna partidária como elementos singulares na experiência petista. Para a autora, a negativa em se alinhar automaticamente a qualquer matriz ideológica específica e o caráter classista de sua proposta política marcaram o partido durante o processo da sua formação e seus primeiros anos foram, que se afirmava como socialista e democrático, mas se recusava a definir claramente suas posições ideológicas mais amplas, e defendia a inserção de novos atores na política institucional a partir da noção de representação política orgânica.

Quanto ao aspecto organizacional, a agremiação teria apresentado um desenho institucional inovador com relação aos padrões verificados no Brasil. O PT teria primado por garantir a participação das bases no processo decisório e a ligação com os

---

<sup>66</sup> COUTO, Cláudio Gonçalves. *O desafio de ser Governo: o PT na Prefeitura de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

movimentos sociais, superando as restrições impostas pela legislação. O símbolo dessa preocupação do partido com a democracia participativa interna seria a criação dos Núcleos de Base, cujas principais funções eram ligar o partido à sociedade, ampliar a conexão entre as várias instâncias partidárias e servir como um local de educação política e permanente atividade de militância.<sup>67</sup>

Keck tem uma posição semelhante à de Meneguello com relação aos primeiros anos de vida do PT. O forte enraizamento social, a natureza programática, a dinâmica democrática interna e a preocupação com a representação dos interesses das bases fizeram do PT uma anomalia. Nas palavras da autora:

Afirmei que o PT constitui um fato novo entre as instituições políticas brasileiras por diversas razões: primeira, porque ele se propôs a ser um partido que expressava os interesses dos pobres e dos trabalhadores na esfera política; segunda, porque procurou ser um partido inteiramente democrático; e, por fim, porque queria representar todos os seus membros e responsabilizar-se perante eles pelos seus atos.<sup>68</sup>

Embora sem o alcance e a influência dos trabalhos de Meneguello e Keck, outros estudos contribuíram para a compreensão das características e dilemas vividos pelo PT nos seus primeiros anos. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira<sup>69</sup> analisam documentos que marcaram a fundação do partido e as tensões causadas pela sua entrada na arena eleitoral. Isabel Oliveira<sup>70</sup> também oferece um panorama acerca das transformações do “novo sindicalismo” no sentido da construção de uma agenda política mais ampla e inclusiva no período imediatamente anterior à formação do PT.

Gadotti e Pereira chamam a atenção para a configuração, em 1979, de uma conjuntura política “contraditória”: de um lado, “tendências extremamente promissoras de um futuro de liberdades e de conquistas de melhores condições de vida” e, de outro, os perigosos riscos das lutas populares mediante o processo chamado “abertura política” que, a saber, constitui no fato dos “detentores do poder” reformarem o “regime de cima para baixo”, de modo que:

Pretendem reformar alguns aspectos do regime mantendo o controle do Estado, a fim de evitar alterações no modelo de desenvolvimento econômico que só a eles interessa e que se baseia sobretudo na superexploração das massas trabalhadoras,

---

<sup>67</sup> MENEGUELLO, Rachel. *PT: A formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

<sup>68</sup> KECK, Margaret E., op. cit., p.271.

<sup>69</sup> GADOTTI, Moacir, PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

<sup>70</sup> OLIVEIRA, Isabel R. de. *Trabalho e Política: as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis: Vozes, 1987.

através do modelo econômico de onde sobressai o arrocho salarial.<sup>71</sup>

Diante da pretensão da manutenção da política econômica ditada pelo capital financeiro internacional, se pôs a urgência da participação política dos trabalhadores:

É por isso que a ideia de um Partido dos Trabalhadores, que, ressurgindo no bojo das greves do ano passado e anunciado na reunião intersindical de Porto Alegre em 19 de janeiro de 1979, tende a ganhar hoje uma irresistível popularidade. Porque se trata hoje, mais do que nunca, de uma necessidade objetiva para os trabalhadores.<sup>72</sup>

A tendência concretizou a atração pela autenticidade e liderança do movimento operário e pelo seu carismático líder, Lula, que trouxe uma “irresistível popularidade” e uma gama de adesões para a proposta do PT. Vale notar que nesse processo, os trabalhadores receberam um grande apoio de setores da Igreja Católica, atuantes na própria formação do PT. Para André Singer, a adesão mais significativa foi justamente a dos grupos católicos progressistas que durante a “noite autoritária” criaram uma rede de pequenas organizações populares dispersas pelo Brasil, a começar pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A importância dessa incorporação se dá, principalmente, pela capilaridade que dá ao partido: “onde menos se esperava, nos rincões mais afastados, aparecia, como do nada, um núcleo pró-PT. Eram militantes anônimos da Igreja”.<sup>73</sup> Vale destacar as importantes adesões de figuras de expressão no meio religioso, tais como Frei Betto, Plínio de Arruda Sampaio e a ex-freira Irma Passoni.

Apresentado como uma “novidade histórica”, sob o argumento de ser o primeiro partido político brasileiro de “massas” e organizado “de baixo para cima”, ou seja, construído da vontade dos próprios trabalhadores e que, desde a origem, rompe com a estrutura sindical então vigente e ao mesmo tempo nega os partidos oficiais<sup>74</sup> ou clandestinos, o PT atraiu setores variados e heterogêneos da sociedade: professores universitários, parlamentares do MDB, a exemplo de Eduardo Suplicy; diversos grupos clandestinos de orientação leninista, tais como a Ação Popular (AP), o Movimento de

---

<sup>71</sup> GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. Op. cit., p. 36.

<sup>72</sup> Idem, p. 34.

<sup>73</sup> SINGER, André. Op. cit., p.21.

<sup>74</sup> Na *Carta de Princípios*, de 1º de maio de 1979, rejeitou-se a possibilidade de incorporação do trabalhismo, que ressurgia no seio da Reforma Partidária: “As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que hoje sejam anunciadas ‘sem erros do passado’ [...] não passam de propostas de arremendação dos trabalhadores para defesa de interesses de ‘setores do empresariado nacional’”. No documento, são proferidas ainda críticas ao MDB que, “pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista [...] jamais poderá ser reformado”. GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. Op. cit., p. 36-38.

Emancipação do Proletariado (MEP), os resquícios da Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), e o Partido Revolucionário Comunista (PRC), entre outros.<sup>75</sup>

Leôncio Martins Rodrigues afirma que as análises sobre o PT enfatizam excessivamente o peso dos sindicalistas na formação do partido e dão pouca atenção às organizações católicas que tiveram um papel decisivo na viabilização do partido em todo o país, ajudando na formação de diretórios e, posteriormente, nas eleições em favor de candidatos petistas. Para o autor, o apoio da Igreja e de suas organizações, embora não de modo oficial, manifestou-se desde os primeiros momentos da formação do partido. Além dos setores mais progressistas e das tendências ligadas à Teologia da Libertação, personalidades ligadas às tendências mais tradicionais, vindas do antigo Partido Democrata Cristão, também aderiram ao PT. Enfim, segundo o autor, “a Igreja Católica foi um fator decisivo tanto na formação como no crescimento posterior do PT”.<sup>76</sup>

Além dessas duas instituições, sindicatos e Igreja, o PT também contou, desde o início, com o apoio de outro segmento importante e legítimo da sociedade brasileira: a alta intelectualidade. Assinaram a ficha de filiação do PT, no momento de sua fundação intelectuais do porte do historiador Sérgio Buarque de Hollanda, do crítico literário Antônio Cândido, do crítico de cinema e arte Mário Pedrosa, do educador Paulo Freire, o filósofo José Arthur Gianotti e do cientista político Francisco Weffort, este último com uma participação bastante ativa na direção do partido.<sup>77</sup>

Outro grupo importante na formação do PT foi a esquerda marxista, pois praticamente todas as organizações da esquerda brasileira, com exceção do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), ingressaram no PT. A posição desses agrupamentos diante do PT variava muito: alguns deles se dissolveram após a filiação, outros viam no partido um mero abrigo provisório, sem maiores chances de tornar-se um partido revolucionário efetivo. Quanto aos agrupamentos de esquerda, Leôncio Martins Rodrigues afirma que exerceram papéis ambíguos na formação do partido. Por um lado, contribuíram muito para sua organização inicial, trabalhando nas campanhas de filiação; mas, por outro, procuraram fechar o partido ao ingresso de simpatizantes

---

<sup>75</sup> SINGER, André, op. cit., p.22.

<sup>76</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos: escritos de Sociologia Política*. São Paulo: Ática, 1990, p. 14.

<sup>77</sup> Idem, p. 15.

vistos como não confiáveis e, ainda, em alguns momentos, prendiam-se a questões de princípio provocadoras de discussões intermináveis, prejudicando as deliberações.

Ainda segundo Rodrigues, os agrupamentos de esquerda também exerceram uma influência difusa na formação das convicções ideológicas partidárias, pois a pouca clareza das outras lideranças do PT quanto ao que se entendia por socialismo e democracia, fator presente desde seus primórdios, fez com que o partido se mostrasse suscetível à influência ideológica dos agrupamentos de esquerda. Muitas pequenas organizações de esquerda, frequentemente originárias do movimento estudantil, começaram a organizar-se de forma mais aberta. Um dos mais ativos, dentre a constelação de grupos de esquerda, era a Convergência Socialista, que desde sua formação, em janeiro de 1978, havia apontado a necessidade de criação de um partido socialista. A Convergência foi um dos primeiros defensores da ideia de um Partido dos Trabalhadores. A Liberdade e Luta (Libelu), organização estudantil, e o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) acabaram filiando-se ao partido. Alguns parlamentares oriundos da tendência popular do MDB, como Edson Khair, Antonio Carlos de Oliveira, Eduardo Suplicy entre outros, também aderiram ao PT.

No que concerne o chão político no qual se inscreve a fundação do PT, temos o contexto de transição pelo alto – denominado por muitos como “abertura política” – no qual se insere a reforma partidária. Para Antonio Rago Filho, essa transição foi conduzida por frações da classe dominante que, diante da crise do “milagre”, começaram a clamar por maior participação nas decisões políticas, ainda que a mudança de forma não modificasse o traço autocrático.<sup>78</sup>

Em 1979, o regime militar promoveu uma reforma partidária, permitindo a volta do pluripartidarismo. Após a reforma, foram criados, além do Partido dos Trabalhadores, liderado por Lula; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que ficou sob a liderança de Ivete Vargas, após uma longa briga judicial com Leonel Brizola, que também reivindicava esta sigla histórica do trabalhismo; a Aliança da Renovação Nacional (ARENA) transformou-se em Partido Democrático Social (PDS) e continuou como partido do governo e o MDB transformou-se em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), continuando como o maior partido de oposição ao Estado bonapartista até o seu fim, em 1984.

---

<sup>78</sup> RAGO FILHO, Antônio. O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa. *Projeto História*, n° 29, tomo1, 2004, p. 157.

A ideia de criação de um partido de trabalhadores foi oficialmente lançada como uma resolução do Encontro de Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado na cidade de Lins, no interior paulista, em janeiro de 1979. Os delegados presentes defenderam que a discussão sobre a fundação do novo partido deveria ser aprofundada através do debate nacional mantido com trabalhadores e setores progressistas.

A formação do PT foi discutida mais uma vez, em junho de 1979, no Encontro Nacional dos Metalúrgicos, realizado na cidade mineira de Poços de Caldas. Havia discordância quanto ao momento de fundar o partido, mas todos concordavam que a proposta devia ser discutida pelas bases. A partir do Encontro de Poços de Caldas, o ritmo das discussões foi acelerado e no mesmo mês, aconteceu uma reunião em São Bernardo do Campo com líderes sindicais, intelectuais e políticos do MDB para discutir a fundação do partido.

No dia 26 de junho, Lula anunciou em Belo Horizonte que uma primeira versão do programa do partido seria distribuída para ser discutida com os operários. Mas, neste pronunciamento, não se referia apenas às bases sindicais, mas também às associações de bairro. Para ele, um partido dos trabalhadores seria um partido de todos os assalariados, procurando se distanciar da ideia do PT como um partido dos sindicatos.

Em outubro de 1979, em encontro do qual participaram cerca de cem pessoas, entre intelectuais, parlamentares e líderes sindicais, foi decidido que o PT seria estruturado como organização partidária, aprovou-se também uma Declaração Política e um documento chamado Sugestões para Formas Transitórias de Funcionamento e constituiu-se a Comissão de Organização do Movimento Pró-PT, composta por 16 membros, dos quais 14 eram sindicalistas, oito deles presidentes de sindicatos. Apenas um parlamentar fazia parte da comissão, o deputado federal pelo Rio de Janeiro, Edson Khair.

No dia 10 de fevereiro de 1980, quando foi formalmente fundado o Partido dos Trabalhadores, no Encontro Nacional realizado no Colégio Sion, em São Paulo, estiveram presentes cerca de mil pessoas, representantes dos núcleos do Movimento Pró-PT de 17 estados. No encontro, foi aprovado o *Manifesto do Partido dos Trabalhadores*, assinada a ata de fundação e eleita a Comissão Nacional Provisória. No dia 11 de fevereiro de 1982, foi concedido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o registro provisório do PT.

### 1.3. Um Partido plural: as Tendências e os intelectuais

*Sem espírito ou dimensão ontológica, ou seja, sem o estatuto de uma filosofia primeira, é impossível sequer perceber quais são, num dado momento, os problemas científicos verdadeiros [...] nem se posicionar em face das vertentes, sem cair na falácia da equivalência e/ou complementaridade das mesmas, ou ainda sucumbir, de forma ainda mais deletéria, à invocação do pluralismo, que de invocação antidogmática passa à simples condição de camuflagem da ignorância e subterfúgio do oportunismo em teoria.<sup>79</sup>*

Devido à sua composição bastante heterogênea, o PT nasceu sob fortes divergências, haja vista que no próprio movimento sindical, precursor do PT, já havia tendências que se identificavam como trotskistas, maoístas e marxista-leninistas, além de grupos bastante organizados, como por exemplo, a Democracia Socialista, a Convergência Socialista e a Ala Vermelha, bem como os Socialistas Democráticos.<sup>80</sup>

O reconhecimento dessa multiplicidade de atores por parte daqueles que estavam à frente da organização da agremiação aconteceu ainda em 1979, quando o Movimento Pró-PT afirmou em sua *Carta de Princípios*: “O PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressalvando apenas que as inscrições serão individuais”.<sup>81</sup>

A heterogeneidade no PT fez disputarem espaço internamente, grupos compostos por ex-combatentes armados que se intitulavam marxistas e grupos compostos por correntes progressistas da Igreja Católica, inclusive com padres, frades e freiras, que tiveram grande importância na construção e difusão da própria existência do partido.

Participaram da formação do PT os militantes do “novo sindicalismo”, a esquerda católica, parlamentares da ala esquerda do ex-MDB, intelectuais de esquerda, as novas organizações trotskistas que se tornaram mais populares no Brasil, a partir dos anos 1970 e grupos e militantes egressos da luta armada. Em comum a todos estes grupos estava a crítica aos dois modelos de esquerda que predominaram no Brasil do pré-1964: o aliancismo do PCB pró-soviético e o nacional-populismo trabalhista do PTB.

---

<sup>79</sup> CHASIN, José. *Ensaio Ad Hominem*. Santo André: Ad Hominem, 2000, n.1, T.3, p.14.

<sup>80</sup> SINGER, André, op. cit., p.17-21.

<sup>81</sup> CARTA DE PRINCÍPIOS (1979) In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 54.

Os grupos da chamada esquerda marxista que confluíram para a formação do PT contribuíram decisivamente para este dilema originário do partido. Como apresentavam uma estrutura orgânica centralizada e, não raro, consideravam-se, eles próprios, a “vanguarda da revolução socialista”, por isso o ingresso no PT era considerado como um movimento tático de acumulação de forças na luta contra a ditadura militar. Para estes grupos, portanto, o PT era entendido como uma “frente de trabalhadores”, cuja existência era considerada um passo importante para a construção ou para o fortalecimento do futuro “partido revolucionário”. Representando esta linha política interna ao PT, na primeira metade dos anos 80, estavam organizações como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Força Socialista e o Partido Revolucionário Comunista (PRC), além das organizações trotskistas, como a Convergência Socialista (CS), a Causa Operária e O Trabalho.

Os dirigentes oriundos do chamado “novo sindicalismo” apontavam que o partido corria o risco de se transformar em uma “frente”, caracterizado pela dupla militância e disciplina, o que dificultaria a organização da agremiação e a sua consolidação como um ator institucional viável. Desse modo, recusava a ideia de o PT se constituir como uma federação de partidos. Essa foi uma das razões para o surgimento da tendência Articulação dos 113, em 1983.

Apesar de fazerem parte da fundação da Articulação, intelectuais como Marco Aurélio Garcia e Eder Sader e ativistas políticos como José Dirceu e Wladimir Pomar – cuja origem vincula-se à tradição política marxista – predominavam nesta fração petista os sindicalistas oriundos do “novo sindicalismo”, dentre os quais se destacava o próprio Lula. Assim, organizado em torno de líderes sindicais, intelectuais e militantes independentes, o agrupamento buscava construir uma maioria estável nos órgãos diretivos partidários e controlar a maior quantidade de recursos organizativos disponíveis, consolidando assim a posição predominante de suas lideranças na estrutura partidária.

Desse modo, a Articulação compunha a tendência majoritária do PT composta por nomes expressivos como: Luís Inácio da Silva, José Dirceu, Olívio Dutra, Luís Gushiken, Jair Meneguelli, Aloizio Mercadante, Plínio de Arruda Sampaio dentre outros. Para Keck, esse foi o momento de afirmação clara da primeira “coalizão dominante” no interior do PT.

A formação de uma coalizão dominante, a Articulação, foi uma tentativa, por parte de sua liderança de consolidar a identidade

do partido de modo a garantir a sua sobrevivência. O desejo de traçar para o partido uma rota a meio caminho entre a esquerda revolucionária e os que procuravam uma definição mais solidamente ancorada no plano institucional e eleitoral levou a preservação de uma dose substancial de ambiguidade; os membros da Articulação estavam decididos a preservar a ideia do partido como movimento, mesmo enquanto promoviam dentro dele um maior grau de institucionalização formal.<sup>82</sup>

Como afirma Antônio Ozaí da Silva, a Articulação é a face do PT. Dentro do partido, ser “petista” será sinônimo de militância na Articulação. Sua política, suas teses, sua prática social e partidária dão o tom ao partido. Detentora do controle da direção partidária, com o domínio da máquina burocrática, a maioria dos parlamentares e dos prefeitos, a Articulação é a principal responsável pela prática petista, por suas formulações estratégicas, concepção de socialismo e modelo de partido. Não é exagero afirmar que a evolução do PT se confunde com sua trajetória.<sup>83</sup>

Assim, a Articulação representaria o lado pragmático do PT, formada majoritariamente por militantes experimentados na tarefa da negociação e da conciliação, como são os sindicalistas. Disputar a institucionalidade para taticamente conseguir benefícios para a classe trabalhadora seria o objetivo declarado dessa tendência.

A formação da Articulação e seu desenvolvimento organizativo, com a realização de plenárias próprias e deliberações prévias anteriores aos encontros partidários, facilitaram a construção de uma atuação mais coesa por parte do agrupamento, mas não significou o fim das disputas internas ou a diluição das outras facções organizadas no interior do PT.

A consolidação de eleições proporcionais para a direção partidária, em 1984, incentivou o partido a discutir mais abertamente a regulamentação da existência das tendências e suas formas de atuação, o que não havia acontecido até então.

Em 1986, a prisão de um grupo de militantes petistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) em uma tentativa de assalto a um banco para financiar a Revolução Sandinista na Nicarágua colocou ainda mais urgência na definição de regras para a atuação das tendências no interior do PT.<sup>84</sup> Ainda que não

---

<sup>82</sup> KECK, Margaret E., op. cit., p.192.

<sup>83</sup> SILVA, Antônio Ozaí da. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PUC-SP, p.88.

<sup>84</sup> KECK, Margaret E., op. cit., p.138.

regulamentadas ou “legalizadas”, as tendências se reuniam e deliberavam em separado no PT desde a sua fundação. E desde o início, também, atuavam como força interna na deliberação e condução dos trabalhos do partido.

O 4º Encontro Nacional do partido, realizado em 1986, foi marcado pelas críticas, especialmente da *Articulação*, à excessiva autonomia e independência de algumas facções:

[...] coabitam dentro do Partido diferentes correntes ou tendências organizadas, que possuem sua própria política e sua própria disciplina, grande parte das vezes em contraposição à política adotada democraticamente pelo Partido, rompendo com a disciplina do PT, cujo aspecto mínimo é o cumprimento das decisões do PT. Algumas tendências dentro do PT constituem partidos dentro do Partido. Embora haja diferenciação nas suas políticas ante o problema-chave da construção do PT, nos últimos anos tem havido a formação, entre outras, de um bloco entre elas para impor ao partido a tática geral e diversas táticas setoriais. [...] As decisões dos órgãos dirigentes do PT só são levadas em conta se coincidirem com as próprias decisões das instâncias dirigentes dessas tendências. Nessas condições, elas rompem constantemente não só com a disciplina, mas também com a democracia interna do PT. Esse método de ação de tendências prejudica a construção do PT como Partido.<sup>85</sup>

Ainda no 4º Encontro Nacional, o PT aprovou uma resolução na qual reconhecia o “direito de tendências” e a garantia de presença de minorias nas instâncias partidárias, e autorizou o Diretório Nacional a promover um amplo debate a respeito da regulamentação das tendências no interior do partido. Assim, a citada resolução, ao mesmo tempo em que reafirmava o caráter democrático e pluralista do PT, expresso pela possibilidade de existência de frações (denominadas como tendências) que fariam a disputa política ideológica interna ao partido, sustentava o caráter estratégico do Partido dos Trabalhadores na construção do socialismo, rejeitando e proibindo o uso instrumental do partido por qualquer tendência, prática comum até então. Como consequência, foi apresentada uma normatização do funcionamento das frações petistas. As seguintes citações constam da “Resolução sobre as tendências” do 5º Encontro Nacional de 1987 e mostram bem como a Articulação e o PT resolveram o conflito que os acompanhou nos seus primeiros anos.

[...] o PT compromete-se a aperfeiçoar no seu interior, cada vez mais, as condições democráticas que permitam a todos e a cada

---

<sup>85</sup> Resolução do 4º Encontro Nacional de 1986 In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 287-288.

um de seus filiados o debate amplo e livre, a efetiva participação no processo decisório, o exercício da crítica e o legítimo direito de disputa de órgãos de direção. [...] Sendo democrático, o PT admite em seu interior a disputa ampla entre diferentes opiniões. Acredita que somente a mais ampla liberdade de pensamento e o incentivo ao debate político poderá torná-lo genuína fonte de conhecimento e fortalecê-lo como instrumento de ação dos trabalhadores. Entretanto, da mesma forma que defende e garante a pluralidade de pensamento sobre as mais variadas questões, exige a mais forte unidade de ação, pois é na base desse elemento que reside a eficácia do partido como instrumento de intervenção na luta de classes, no rumo do socialismo. O PT, portanto, defende a democracia interna como princípio partidário, ao mesmo tempo que reitera a necessidade de acatamento obrigatório das deliberações das instâncias partidárias como expressão desse mesmo princípio. Em vista do acima exposto, o PT vê como natural a formação, em seu interior, de agrupamentos para defender posições políticas [...].<sup>86</sup>

O documento faz referência à acepção “democrática” em que o PT, pretensamente, via com “naturalidade” o processo de formação de grupos internos que defendiam “posições políticas”. Ainda que, como dito, grupos distintos já se organizassem internamente no PT desde a sua fundação. Havia, entretanto, desde o início, a preocupação de que a liberação de tendências pudesse criar verdadeiras facções internas no PT, com o risco em potencial de se normatizar uma conduta de insubordinação das instâncias e decisões majoritárias.

É rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT. Quer dizer, o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria; com representação pública própria; com disciplina própria, implicando inevitavelmente em dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular.<sup>87</sup>

Por isso, já na Resolução lançada em 1987, o PT estabeleceu algumas determinações em sua própria redação final, estabelecendo que:

a) Uma tendência do PT é um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento).

---

<sup>86</sup> Resolução do 5º Encontro Nacional de 1987 In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 356-357.

<sup>87</sup> Idem, p. 357.

- b) As tendências do PT se distinguem das articulações ou blocos de militantes que se formam apenas nos períodos de encontros.
- c) As tendências do PT deverão respeitar escrupulosamente seu caráter de agrupamento de militantes para defender posições no interior do partido. Submetido à disciplina partidária como militante, nenhum agrupamento interno ou tendência poderá expressar-se nessa condição diretamente à sociedade, seja através de manifestações públicas, seja através da imprensa ou por qualquer outro meio. Por conseguinte, os instrumentos de veiculação de suas políticas devem dirigir-se exclusivamente aos membros do partido.
- d) As coordenações das tendências, bem como suas políticas, devem ser transparentes para o conjunto do partido.
- e) O caráter apenas interno das tendências não admite que suas necessidades financeiras para articular ou divulgar suas posições políticas sejam supridas por atividades externas ao partido. Por conseguinte, suas finanças só podem ser obtidas no interior do partido, sem concorrer ou prejudicar as atividades de finanças do PT, razão pela qual devem estar submetidas à política de finanças do partido.
- f) Uma tendência do partido não pode constituir um partido distinto do PT, nem usar nome de partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico (rumo ao socialismo).<sup>88</sup>

Assim surgia, em 1987, a liberação para constituição de tendências no PT, bem como as primeiras regras de seu funcionamento, proibições explícitas e, principalmente, o conceito atribuído a tendências pelo próprio partido. Dessa forma, a regulamentação das tendências segue o seu evidente propósito de “frear” as aspirações dos agrupamentos e restringir sua área de atuação submetendo seu funcionamento à subserviência integral ao partido. Como afirma, Antônio Ozaí:

A resolução considerou rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT. A partir de então, o PT não mais admitiria em seu interior organizações com política particulares em relação à política geral do PT, com direção e representação pública próprias; com disciplina própria, implicando inevitavelmente em dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com jornais públicos e de periodicidade regular.<sup>89</sup>

Em entrevista a Antônio Ozaí, Valter Pomar afirmou que não se configurou um núcleo marxista organicamente estruturado como tendência na Articulação. No entanto, enfatizou o papel dos marxistas presentes nesta tendência. De acordo com Antônio

---

<sup>88</sup> Idem, p. 357-358.

<sup>89</sup> OZAÍ, Antônio. A Esquerda marxista e o PT. *Revista Espaço Acadêmico*, n°87, 2008, p.01.

Ozaí, esses setores se constituíram os principais responsáveis pelas formulações políticas e teóricas que a Articulação consolidou nessa fase. A elaboração de suas teses para o 5º Encontro Nacional, por exemplo, teve uma influência decisiva dos militantes vinculados a essa tradição: José Dirceu, Rui Falcão, Wladimir Pomar, entre outros.<sup>90</sup>

Oswaldo Martins Amaral evidencia que o processo de regulamentação das tendências teve importantes efeitos na organização partidária. Primeiro, reduziu significativamente a independência dos grupos no interior da agremiação, diminuindo os incentivos para a realização, por parte das facções, de ações autônomas contrárias às estratégias partidárias mais amplas, e aumentando o poder do centro decisório partidário, que passou a contar com mais mecanismos para fazer valer suas determinações no âmbito interno. Segundo, tornou mais institucionalizado tanto o processo de seleção de lideranças quanto o de decisão sobre os rumos do partido. A competição política no interior da agremiação se estruturou em torno das tendências, pois elas passaram a ser os principais veículos de representação interna, canalizando diferentes demandas partidárias.<sup>91</sup>

Em direção semelhante, Lincoln Secco, em recente estudo, afirma que o direito à formação de tendências provocou dois movimentos no PT:

- 1) A fundação da Articulação dos 113, simbolicamente liderada por Lula. O grupo passou a dar um centro político unificador ao partido; 2) A aumento do peso da institucionalidade (executiva parlamentar e sindical) no partido, voltado para a resolução de questões mais concretas da população, mas também responsável pela maior burocratização partidária e pelo deslocamento de centros de decisões para instituições alheias ao partido.<sup>92</sup>

Pode-se citar como nomenclaturas dadas às tendências, que atuaram direta ou indiretamente, por um determinado período: Articulação (ART), Articulação Unidade na Luta ou Unidade na Luta, Articulação de Esquerda (AE), Democracia Radical (DR), Democracia Socialista (DS), Campo Majoritário (CM), Força Socialista (FS), Movimento Esquerda Socialista (MES), Movimento PT (MPT), O Trabalho (OT), Ação Popular Socialista (APS), Convergência Socialista (CS), Tendência Marxista (TM), Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), Brasil Socialista (BS), Fórum Socialista (FS), Secretariado Unificado (SU) etc.

---

<sup>90</sup> OZAÍ, Antônio. Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores. Uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação-PT. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 22, 2003, p.07.

<sup>91</sup> AMARAL, Oswaldo Martins E. *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. Campinas-SP, 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - UNICAMP, p.139.

<sup>92</sup> SECCO, Lincoln. *História do PT*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011, p. 93-94.

Outra força interna importante no PT, porém nem tão organizada ou articulada, são os chamados “independentes”. Este grupo, apesar de não se constituir oficialmente enquanto tal, possui relativa participação na composição de chapas e relatorias das teses nos Encontros, às vezes, funcionando de “pêndulo” ou “voz alternativa” às discussões travadas pelas tendências.

Obviamente, nenhuma tendência interna do PT se auto-intitulava de “direita” e dificilmente uma delas diria que não é de “esquerda”. Todavia, além da origem de seus membros, as tendências internas do PT se distinguem umas das outras por meio de disputas internas, especialmente, em dois momentos: nas eleições de cargos dirigentes e na relatoria de teses que direcionam ideologicamente as atividades políticas do partido.

Como salienta Luiz Fernando Ozawa, as tendências, “dentro de si”, sofrem debates intermináveis no campo teórico e na prática política. Membros das tendências mantêm um constante debate de posicionamento ideológico da corrente e empurram o agrupamento para um ou outro lado, produzindo textos, discutindo conjuntura política e formalizando manifestos e teses.<sup>93</sup>

Já as tendências “entre si”, de igual maneira, são obrigadas a manter a relação dialógica no interior do partido, inclusive com correntes de pensamento ideológico diverso. Não raras vezes, as tendências formulam alianças políticas para a construção de teses em que há acordos integrais ou sobre determinados pontos, e também para disputas eleitorais na composição de chapas para os cargos dirigentes do partido.<sup>94</sup>

A fração Democracia Socialista (DS) tem origem no final dos anos 70, com a união de diversos grupos regionais de esquerda (principalmente, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, estados onde a DS permanece forte até hoje) que se reuniam em torno do jornal *Em Tempo*, que compunha a chamada “imprensa alternativa” contrária à ditadura militar. O nome com que fundada: Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista (ORM-DS) lhe conferia um caráter de organização política autônoma, com direção e linha política próprias. Desde o seu início, entretanto, a DS optou por tomar parte da organização do PT, que considerava um partido estratégico. Ainda nos anos 1970, a DS entrou em contato com o chamado Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional, facção do movimento trotskista internacional liderado pelo economista marxista belga Ernest Mandel, cuja principal filiada internacional era a Liga

---

<sup>93</sup> OZAWA, Luiz Fernando. *Partido dos Trabalhadores e Governo Lula: dilemas e tensões ideológico-programáticas*. Itajaí, 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) - UNIVALI, p.88.

<sup>94</sup> Idem, p.89.

Comunista Revolucionária (LCR) francesa, que tinha como um dos seus líderes o filósofo Daniel Bensaid, conhecido por sua atuação no maio francês de 1968. A partir de então, a DS passou a figurar como a “seção brasileira” do SU.

Nos anos 1980, a DS esteve junto à Articulação na defesa do direito de tendência do PT. Por isso, a partir de 1987, a DS decidiu deixar de caracterizar-se como uma “organização revolucionária”, assumindo-se simplesmente como uma “tendência do PT”, o que implicava que todos os militantes da DS necessariamente teriam que ser também petistas. Isto contrastava, por exemplo, com a posição do PRC que, nos seus primeiros anos, cujos militantes eram filiados tanto ao PT como ao PMDB.

No final da década de 1980, no contexto da crise do socialismo real, a DS reafirmou seu caráter marxista, apresentando ao conjunto do partido a chamada “estratégia da pinça”, segundo a qual o ataque ao aparato estatal burguês deveria se dar por meio de um movimento articulado, em formato de pinça, no qual a disputa dos espaços institucionais burgueses deveria ser combinada com a construção de um poder estatal, o “poder popular”, pois partia do princípio que a ruptura com o Estado burguês era estratégica para o projeto socialista. Bastante similar ao que defendia a esquerda chilena (do MIR e do PS) no período de governo da Unidade Popular (UP), a “estratégia da pinça”, conforme discussão apresentada em um artigo por um dos principais dirigentes da DS, o cientista político mineiro Juarez Guimarães,

[...] estabelece um traço de diferenciação nítido entre a experiência brasileira e a experiência bolchevique, onde as possibilidades de acumulação de forças no plano institucional eram bastante reduzidas. Estabelece também um marco distinto dos modelos de guerra popular prolongada, em que a acumulação de forças se faz através da confrontação armada com a institucionalidade que se quer destruir.<sup>95</sup>

Nestes termos, a “estratégia da pinça” propunha ao PT o enfrentamento de cinco problemas fundamentais para a construção do socialismo: a construção do partido revolucionário, a formação do bloco antimonopolista, a criação dos organismos de poder popular, a ocupação de posições na institucionalidade e, por fim, o enfrentamento do problema militar.<sup>96</sup>

Considerando as dificuldades dos trabalhadores de resistirem em um processo revolucionário contra o “Exército profissional burguês”, Guimarães alertava para a necessidade de criação de uma política de resistência democrática de massas ajustada às

<sup>95</sup> GUIMARÃES, Juarez. A estratégia da pinça. *Revista Teoria e Debate*, n.12, 1990, p. 32.

<sup>96</sup> Idem, p. 33.

iniciativas do movimento operário e popular (táticas de massa contra a repressão, estruturas de autodefesa, criação de redes e estruturas ao abrigo da repressão policial etc.), que, em presença de um contexto de constituição dos organismos de poder popular, podem e precisam transformar-se em uma acumulação própria no campo militar.<sup>97</sup> Tratava-se de uma estratégia que considerava a construção da hegemonia dos trabalhadores com base em uma “dualidade de poderes” na qual a democracia era apenas um instrumento de acumulação de forças para a revolução socialista.

Progressivamente, e principalmente como resultado da experiência de “socialização política” pelo qual passaram os seus militantes ao ocuparem espaços-chave em prefeituras (como Porto Alegre e Belo Horizonte) e em governos estaduais (como no Rio Grande do Sul), a DS passou a abandonar posicionamentos como a “estratégia da pinça”, relacionada à clássica tradição do marxismo, para assumir temas novos como a democracia participativa e a economia solidária. A construção de novos espaços públicos – e não mais a dualidade de poderes – passou a ocupar o centro da estratégia da DS.

A Articulação de Esquerda (AE) surgiu de um racha da antiga Articulação, em 1993. Naquele ano, o segmento majoritário e moderado da Articulação formou a Articulação Unidade na Luta (AUL), que a partir de então passou a defender com mais vigor a aliança do PT com os setores considerados de centro. Por outro lado, os militantes da Articulação mais identificados com a ortodoxia marxista se agruparam em torno de um manifesto intitulado “Hora da Verdade”, formando um grupo que, no final daquele ano, adotou o nome de Articulação de Esquerda (AE).

Reunindo inicialmente personalidades que posteriormente romperiam com a esquerda petista, como Arlindo Chinaglia e Rui Falcão, a AE conseguiu articular uma coalizão dominante junto à DS, que apresentou a chapa vitoriosa – intitulada “Uma opção de esquerda” – no 8º Encontro Nacional do PT, em 1993. Esta coalizão dominante conduziu o PT durante a campanha presidencial de 1994, assumindo um papel decisivo para afastar o PT de alianças com partidos como o PDT e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – possibilidade que se fez presente, pelo menos, até o início de 1994, antes da edição do “Plano Real”.<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> Idem, *ibid.*

<sup>98</sup> Criado em 1993, por Fernando Henrique Cardoso que, na ocasião era Ministro da Fazenda, o Plano Real foi um plano de estabilização econômica que, organizado em etapas, resultou no fim de quase três décadas de inflação elevada e na substituição da antiga moeda pelo Real, a partir de primeiro de julho de 1994.

O manifesto “A Hora da Verdade” alertava a militância petista sobre o risco de o PT, a exemplo de outros “partidos de origem operária e popular”<sup>99</sup>, converter-se em um “partido da ordem”, baseado na burocratização, na baixa participação da militância e no privilégio conferido à disputa institucional. Em contrário, o manifesto defendia que o PT recuperasse “sua tradição radical, popular, democrática, socialista”.<sup>100</sup>

Três anos depois, em 1996, a AE defendeu, em outro documento, a necessidade de o PT reafirmar o socialismo como seu objetivo estratégico, em torno do qual o programa democrático-popular, que subsidiou as candidaturas presidenciais de Lula em 1989 e 1994, seria um movimento tático. Ao mesmo tempo, a AE fazia um alerta a respeito das limitações da via eleitoral – um ponto-chave do programa democrático-popular – para a realização das transformações estruturais que levariam ao socialismo, sobretudo por considerar outras experiências eleitorais de esquerda que, originalmente destinadas à construção do socialismo, sucumbiram à derrota, como a França de Léon Blum e o Chile de Salvador Allende. A questão para AE, não era de abandonar a tática eleitoral:

Entretanto enquanto prevalecerem condições minimamente democráticas, cabe à esquerda disputar eleições, como um momento de propagandear e submeter ao veredicto popular as reformas estruturais que almejamos realizar, disputando projetos e construindo nossa hegemonia. E, caso vencamos as eleições, cabe implementar as reformas [...]. Mas com consciência dos limites deste caminho.<sup>101</sup>

Assim, a AE concluía que “a vitória da esquerda numa disputa presidencial não resolve o problema do poder e, portanto, não elimina a necessidade da ruptura revolucionária”.<sup>102</sup> Aparece aqui uma influência das concepções de Gramsci sobre a disputa da hegemonia na sociedade.

A corrente O Trabalho, mais conhecida pelo nome de Libelu (Liberdade e Luta), era uma chapa estudantil que disputou eleições ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP. Esta tendência foi impulsionada pela Organização Socialista Internacionalista (OSI), de origem trotskista, que fazia uma análise segundo qual os sindicatos oficiais atrelados à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) travavam lutas políticas por meio de reivindicações incompatíveis com a tese de autonomia sindical,

---

<sup>99</sup> POMAR, Valter. Socialismo ou barbárie. In: *Documentos da Articulação de Esquerda*. São Paulo: Viramundo, 2000, p.15.

<sup>100</sup> Idem, p.18.

<sup>101</sup> Idem, p.43.

<sup>102</sup> Idem, *ibid.*

presente no *Manifesto do Programa do Partido dos Trabalhadores*, cuja tese defendia que os sindicatos deveriam ser dirigidos por uma política independente. A OSI parte ainda da constatação de que o PT não era um partido revolucionário. Em relação às propostas da OSI apresentadas em sua I Conferência Nacional, afirma Antônio Ozaí:

O PT é uma resposta ao movimento do operariado no sentido de sua organização independente. É uma resposta que atende aos interesses de auto-preservação da pelegada ‘autêntica’, bem entendido. Porém, para os trabalhadores o importante é conhecer as intenções ocultas dos pelegos; o importante é que o PMDB é inaceitável como partido, como também é inaceitável a limitação de suas lutas no plano sindical.<sup>103</sup>

No entanto, as propostas da OSI referentes ao PT foram modificadas. No IV Encontro Nacional, segundo Antonio Ozaí, a organização escolhe o PT, considerando que o partido se construía como uma opção do operariado pelas relações que mantém com as massas e porque “construir o PT, contribui com a construção do partido revolucionário”. A OSI tentava, assim, uma aproximação com a Articulação dos 113, pois considerava que esta tendência era o pilar de sustentação do Partido dos Trabalhadores. Esta foi uma tentativa de levar as influências da IV Internacional ao partido.

Ao ingressar no PT, a OSI defendeu que este se construísse como um partido de classe, combatendo a ideia de um partido “dos trabalhadores e da sociedade” ou de um “partido aberto”. Conforme Karepovs e Leal era preciso lutar pelo término da ditadura brasileira, romper os acordos firmados pelos governos com o imperialismo, lutar pela independência nacional, etc. Os autores ainda lembram que a OSI conjuntamente à Convergência Socialista fizeram um manifesto: “Em 82 vote PT – Contra a ditadura, os patrões e seus partidos”. Ao longo de 1984, defenderam a convocação de uma Assembleia Constituinte sem a participação das oposições no Colégio Eleitoral. À medida que novos Congressos eram realizados, a OSI adotava o nome de Fração da IV Internacional e tentava uma aproximação com o intuito de aprofundar sua integração no PT. Mais tarde, adotou o nome O Trabalho e se constituiu como uma corrente dentro do PT, respeitando e adotando as resoluções do partido.<sup>104</sup>

De uma cisão do Comitê Internacional pela Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI) surgiu a Causa Operária que, desde o surgimento do PT,

---

<sup>103</sup> SILVA, Antonio Ozaí da. *História das tendências no Brasil*. Origens, cisões e propostas. São Paulo: Dag Editorial, 1987, p. 180.

<sup>104</sup> KAREPOVS, Dainis, LEAL, Murilo. Os Trotskismos no Brasil: 1966-2000. In: RIDENTI, Marcelo, REIS, Daniel Aarão (orgs). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

tentou influenciar seu destino travando debates acerca da organização e atuação do partido. Defendia que o PT estivesse envolvido na formação de comitês dentro dos sindicatos para que fossem organizados a partir de seu lugar de trabalho, nos sindicatos classistas e de massas: um partido operário. A Causa Operária sempre se recusou a encampar as propostas da Articulação dos 113 e de outras correntes do PT. O reduzido número de militantes, aliado à falta de correspondência com as demais organizações dentro do PT, levou ao isolamento da Causa Operária no partido.

A Convergência Socialista (CS) era constituída por brasileiros, ex-exilados na Argentina, que possuíam a publicação *Independência Operária*. Seus integrantes organizaram-se em torno da Tendência Leninista-Trotskista do Secretariado Unificado (SU) que, junto com militantes da FBT, formaram a Liga Operária, cuja referência era o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) da Argentina. Em 1977, a Liga Operária passou a chamar-se Partido Socialista dos Trabalhadores e lançou o movimento Convergência Socialista, cujo objetivo central era aglutinar militantes socialistas para a formação de um partido no Brasil. Em 1979 o PST passou a se chamar Convergência Socialista.

A Convergência Socialista, desde o lançamento do PT, encampou a ideia de formação do partido, embora apresentasse críticas referentes às suas formas de organização. Sendo uma organização da IV Internacional com a proposta de construir um partido revolucionário no Brasil, um partido da IV Internacional, a CS definiu suas posições a favor da construção do Partido dos Trabalhadores em contraposição às propostas do Partido Comunista Brasileiro, visto como um partido contrarrevolucionário. Ao encampar a ideia da construção do PT, suas críticas estavam voltadas à direção petista, que estaria conduzindo o partido a uma política de conciliação com a burguesia e ao capitalismo e, com isso, para a formação de um partido eleitoreiro que abandonaria as lutas sociais.

Karepovs e Leal destacam uma divisão interna que teria havido na CS nas discussões acerca dos rumos que a organização deveria empreender dentro do partido:

desde o começo se estabeleceu uma relação tensa, em que a Convergência Socialista sofreu pressões diluidoras em seu novo meio de trabalho, tendo que se esforçar por delimitar seu território, pressionando para que o PT mantivesse um caráter classista e uma orientação programática socialista.<sup>105</sup>

---

<sup>105</sup> KAREPOVS, Dainis e LEAL, Murilo, op. cit., p.173.

Para a Convergência Socialista, o PT teria uma proposta pequeno-burguesa, pois em lugar de ter como base as organizações operárias de massas, assumia uma proposta de aliança da burocracia sindical com os grupos pequeno-burgueses de esquerda baseada na formação de núcleos, o que não superaria o chamado nacionalismo burguês. Esta tendência distinguiu-se de todas as outras por não ter contribuído sistematicamente para a construção do PT, direcionando suas críticas ao setor majoritário. Posicionava-se mais próxima às lutas sindicais e às lutas organizadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), do que ao PT. Defendia a formação de frações sindicais que deveriam possuir autonomia de atuação independentemente da vinculação partidária.

No 5º Encontro Nacional, realizado em 1987, uma dissidência da Articulação, Poder Popular e Socialismo (o PPS) lançou a tese conhecida como o “PT pela Base”, liderada pelo deputado Eduardo Jorge. O PPS se centrou na caracterização da sociedade brasileira e da revolução brasileira, na defesa de uma política de alianças classistas, de um “Governo Democrático e Popular” sob a hegemonia dos trabalhadores, da candidatura de Lula à Presidência da República e de um programa de transição ao socialismo.

O PPS passou, em 1987, por um processo de mudanças que determinaram a alteração do nome da organização para Vertente Socialista. Formado principalmente por militantes da área da saúde na Zona Leste de São Paulo, por membros da Pastoral Operária, dirigido por Eduardo Jorge em São Paulo, por Virgílio Guimarães em Minas Gerais e pelo goiano Augusto de Franco, membro pelo Diretório Nacional, e pelo paulista Pedro Dallari.

De acordo com Clóvis Azevedo, a Vertente Socialista surgiu em maio de 1987, como uma dissidência da Articulação, sob o nome de PPS, posteriormente convertido. Segundo o manifesto do então PPS, era necessário “perguntar em que medida a prática do partido vem acompanhando ou não o seu discurso inovador”. Entendia o grupo que o PT tinha “análises insuficientes” e “poucas políticas”, que a direção partidária afastava-o “do ideal de um partido de massas, não (conseguia) mobilizar nem organizar as bases partidárias”, que os “núcleos estão desprotegidos”, que o PT ressentia-se da “despolitização” e da “falta de democracia interna”.<sup>106</sup>

Já o Partido Revolucionário Comunista (PRC), reivindicava que o PT fosse um ponto de encontro de elementos embrionários de uma futura frente política de massa

---

<sup>106</sup> AZEVEDO, Clovis. *Leninismo e Social-Democracia: Uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - USP, p.206.

operário-popular. No entanto, a organização tinha um problema fundamental a ser resolvido: sendo o PRC uma organização marxista-leninista, que seguia o centralismo democrático como princípio norteador de disciplina partidária, como atuar segundo a disciplina do Partido dos Trabalhadores, que privilegiava a democracia interna e a crítica aos Partidos Comunistas? O PRC julgava que o PT era um partido estratégico da esquerda brasileira capaz impulsionar a construção de um partido revolucionário no Brasil e, assim, alcançar o socialismo sob a hegemonia popular. Mas, ao longo da década de 1980, a organização passou por um processo de debates dos quais surgiu a concepção de atuar no PT conforme a disciplina do partido. Esta relação dúbia do PRC em relação ao PT trouxe sérios problemas à organização que, em 1989 passou por um processo de autocrítica e acabou por mudar suas concepções originárias. Em 1992, os seus principais líderes formaram a “Democracia Radical”, sob influência das teses de Antonio Gramsci, Jurgen Habermas, Hannah Arendt e Norberto Bobbio.

Márcia Regina Berbel indica em sua análise a presença dos sindicalistas ligados a Lula na formação do PT. Também comenta a posição adotada pelos intelectuais e o grupo dos “autênticos” ligados ao MDB, o papel que a Igreja Católica dispunha nas formulações para a criação do partido e o papel que a chamada esquerda clandestina teve na formação do Partido dos Trabalhadores. Sobre a influência da Igreja Católica, Berbel afirma:

Antes mesmo da elaboração da Teologia da Libertação, as experiências da juventude estudantil cristã, através da JUC (Juventude Universitária Católica) entre 1960 e 1962, apontavam para a necessidade de uma prática política junto aos setores desprivilegiados da população, utilizando-se da literatura marxista.<sup>107</sup>

Berbel também enfatiza que a Igreja só ingressou de fato no PT, em 1983. As comunidades Eclesiais de Base (CEBs) eram organismos da Igreja que atuavam nos bairros, organizando os trabalhadores em suas lutas cotidianas, como organizações de movimentos sem-teto, que tiveram um papel decisivo na organização dos movimentos populares urbanos.

Acerca da participação da Igreja Católica, Armando Boito Jr. diz que esta, no início do novo sindicalismo teve participação fundamental. Enquanto as organizações da esquerda marxista estavam debilitadas devido às duras repressões pós-AI-5, a Teologia da Libertação, ao contrário, estava em ascensão no Brasil e na América Latina.

---

<sup>107</sup> BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura* (1978 – 1980). São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História), FFLCH - USP, p.36.

Nesse sentido, a ação da Teologia da Libertação contribuiu para a orientação de esquerda assumida pela liderança sindical emergente no ABCD paulista, que poucos anos depois organizaria a tendência Articulação<sup>108</sup>. Os setores católicos que se integraram ao PT na época de sua fundação foram a Pastoral Operária e alguns intelectuais, como Plínio de Arruda Sampaio.

O fato de que na origem da proposta de criação de um novo partido de trabalhadores havia, sim, um setor que claramente defendia uma organização mais identificada com o que chamavam de um “socialismo de tipo europeu”, pode, por contraste, enfatizar o caráter classista do partido fundado em 1980.

Sobre os intelectuais e suas concepções que formaram o embrião do Partido dos Trabalhadores em 1979, Moacir Gadotti e Otaviano Pereira dizem:

Um grupo de intelectuais – principalmente de São Paulo, da chamada ‘esquerda independente’ – tentou formar um partido socialista de tipo europeu. Participaram desse movimento, entre outros sociólogos, Francisco Welffort, José Álvares Moisés e Francisco de Oliveira, os economistas José Serra e Paul Singer, o então candidato pelo extinto MDB, Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso, Mario Covas e Luís Carlos Bresser Pereira. As reuniões eram realizadas no CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) em frente à PUC de São Paulo, no bairro das Perdizes. Esses intelectuais pretendiam, na época, unir o novo sindicalismo brasileiro que estava nascendo do ABCD com o chamado “grupo autêntico” do MDB, entre os quais Aírton Soares, Francisco Pinto, Alencar Furtado.<sup>109</sup>

Como sabemos, parte destes intelectuais iria participar da formação do PT, enquanto outros permaneceriam no MDB, depois PMDB, para em seguida formar um partido assumidamente social-democrata, o PSDB.

#### **1.4. Espontaneísmo e radicalidade subjetiva: os primeiros anos (1979-1986)**

E assim como na vida privada distingue-se o que um homem pensa e diz de si mesmo daquilo que ele é e faz na realidade, convém igualmente, nas lutas históricas, distinguir ainda mais a retórica e as fantasias dos partidos, de um lado, de sua verdadeira natureza e de seus verdadeiros interesses, de outro, distinguir o que eles imaginam ser daquilo que eles realmente são.<sup>110</sup>

---

<sup>108</sup> BOITO JR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, São Paulo: Xamã, 1999, p.210.

<sup>109</sup> GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano, op. cit., p. 25-26.

<sup>110</sup> MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.465.

O nascimento do PT no início da década de 1980 foi cortejado pela reflexão acadêmica como uma “novidade histórica” por vários motivos. O principal argumento consiste na afirmativa de que o partido se apresentava como uma manifestação autêntica das classes trabalhadoras, uma organização autônoma sem a tutela das “elites”. De acordo com Meneguello:

Com uma história predominantemente marcada pela manipulação dos políticos populistas, parece-nos que a iniciativa de uma organização autônoma pelas classes trabalhadoras e a ideia de inserção no mercado político moldavam certa novidade, conferindo cores mais legítimas ao processo de reestruturação da representação dos interesses da nação. Assim, para nós, o que explica a novidade é, sobretudo, a ruptura com os padrões de organização partidária no país.<sup>111</sup>

Apesar da ênfase dada às formas de organização do novo partido, o que chama a atenção é o contexto histórico do qual emerge: as greves do ABCD evidenciam que a classe trabalhadora, no centro estratégico da valorização do valor, confronta-se com o capital, primeiro por motivos imediatos e pontuais (ritmo de trabalho, condições de trabalho, salários, direito de organização, etc.)<sup>112</sup> e, depois, buscando forjar uma representação política unificada na luta contra a ditadura militar e pela democratização com um corte inicialmente classista e anticapitalista.

O contexto histórico combina algumas variantes muito significativas: o esgotamento da expansão industrial e da acumulação bonapartista, base do ressurgimento da luta pela “redemocratização”, emergiu simultaneamente com as inviabilidades socioeconômicas do “socialismo real”, as primeiras fraturas no *well fare state*, afetando prática e ideologicamente o movimento comunista internacional e a social-democracia europeia. O cenário internacional revelava o esgotamento da fase de acumulação capitalista que fornecia à aristocracia do trabalho nos países desenvolvidos ocidentais confortáveis condição de vida e liberdade política. Na eminência da crise de superprodução e, portanto, na impossibilidade de manter o padrão acumulativo aumentando a produção de mercadorias, as nações imperialistas cuidaram de refazer as bases do sistema de controle e regulação que caracterizam o período de expansão do pós-Segunda Guerra.<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> MENEGUELLO, Raquel, op. cit., p. 15.

<sup>112</sup> ANTUNES, Ricardo, op. cit.

<sup>113</sup> MANDEL, E. *A Crise do Capital: Os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ed. UNICAMP/Ensaio, 1990.

No impulso por novos padrões acumulativos, ao sistema taylorista/fordista, amplamente aplicado no sistema industrial dos chamados “anos gloriosos do capitalismo”, juntou-se o toyotismo, sistema produtivo aglutinador de novas conquistas tecnológicas, microeletrônica e informática, base da robotização de ramos produtivos de ponta e ponto de partida da flexibilização na exploração e gerência da força de trabalho. Essas mudanças resultaram no enfraquecimento político-ideológico do sindicalismo que, apoiado na “via de menor resistência”, viu-se impossibilitado de lutar em defesa dos direitos dos trabalhadores, de certo modo, relativizados pelo impacto da nova inflexão capitalista promovida pela modernização técnico-científica que caracterizou a crise de superprodução da década de 1970.<sup>114</sup>

O discurso de posse de Lula como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema em 1975 é extremamente ilustrativo e permite identificar as implicações do contexto histórico na formação de uma das principais lideranças do futuro partido:

O momento da história que estamos vivendo apresenta-se, apesar dos desmentidos em contrário, como dos mais negros para os destinos individuais e coletivos do ser humano. De um lado vemos o homem esmagado pelo Estado, escravizado pela ideologia marxista, tolhido nos seus mais mezinhos ideais de liberdade, limitado em sua capacidade de pensar e se manifestar. E no reverso da situação, encontramos o homem escravizado pelo poder econômico explorado por outros homens, privados da dignidade que trabalho proporciona, tangidos pela febre do lucro, jungidos ao ritmo louco da produção, condicionados por leis bonitas, mas implacáveis, equiparados às máquinas e ferramentas.<sup>115</sup>

Fica evidente que o discurso é endereçado para dois lados: de um lado, àqueles que advogam a necessidade da construção de uma sociedade socialista a partir das experiências do século XX, que contribuiu para que o homem fosse “escravizado pela ideologia marxista”. De outro lado, aos defensores “milagre econômico”, fruto da política econômica adotada pela ditadura militar que subjugou o homem às privações do arrocho salarial.

As greves do ABCD do final da década de 1970 teriam colocado os pilares de sustentação do “milagre econômico” em xeque, ao questionar o arrocho salarial e paralisar a produção do valor na região do polo industrial mais importante do país. Das

---

<sup>114</sup> ALVES, G. *O Novo (E Precário) Mundo do Trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

<sup>115</sup> LULA apud RAINHO, Luis Flavio, BARGAS, Osvaldo Martines. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo* (1977/1979). São Bernardo do Campo: Editora FG, 1983, v.1, p.187.

lutas por reivindicações imediatas surge a necessidade de uma organização política que representasse os novos anseios e os elevasse a um patamar superior de luta. O discurso de Lula em abril de 1980 ilustra o novo momento entre as lideranças da classe trabalhadora:

Até o ano passado fui a pessoa mais apolítica que existe nesse país. Veja que ninguém mais do que eu contestou a corrupção, o modo de fazer política no Brasil. Entretanto, eu acho que estou pagando e vou pagar um preço pelo puritanismo com que eu defendia a minha categoria. Até um determinado momento eu achava que nós não deveríamos participar em nada que viesse tirar os trabalhadores desse puritanismo; mas, depois de fazer um dos mais belos movimentos da classe trabalhadora que já se fez nesse país, a gente percebe que a classe política não estava sensível aos nossos problemas, que os partidos políticos não tinham tomado uma posição em relação à greve (de 1979). Nem tinha se manifestado em relação a nenhum problema nacional que nós enfrentamos durante anos de arbítrio. Então cheguei à conclusão de que a classe trabalhadora não poderia pura e simplesmente chegar à época das eleições e dar seu voto, oferecendo, às vezes, favores. Daí, portanto, que eu entendi que os trabalhadores precisavam se organizar politicamente.<sup>116</sup>

Mauro Iasi trabalha com a ideia de que a repressão ao movimento grevista de 1978/1979 foi essencial ao desenvolvimento da constatação da “necessidade objetiva” de criar uma organização política própria.<sup>117</sup>

Para Coelho, naquele contexto histórico, a necessidade de construção de um partido da classe trabalhadora se impunha ao conjunto de sujeitos que emergiram das mobilizações. Lula e os sindicalistas chegaram a essa conclusão ao mesmo tempo em que vários outros sujeitos em várias regiões do país, sendo a história do PT a história “dos embates entre estes diferentes setores da classe trabalhadora”.<sup>118</sup> A disputa pelo projeto de partido se dá ao mesmo tempo em que a disputa pela hegemonia “no interior da nova organização” e, em grande medida, o grupo que posteriormente viria a se intitular Articulação sai vencedor desses embates em função da maioria em número de militantes, mas também pelo peso da figura de Lula “[...] identificado como o grande líder das greves metalúrgicas”. No entanto, possuir a hegemonia no interior da organização, significava também incorporar aspectos parciais dos projetos concorrentes.

---

<sup>116</sup> LULA apud MENEGUELLO, Raquel. *PT: a formação de um partido*. São Paulo: Paz e Terra, 1989, p. 51.

<sup>117</sup> IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.388.

<sup>118</sup> COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Niterói, 2004. Tese (Doutorado em História) –UFF, p.52.

Os documentos preliminares à fundação do partido expressam um caráter anticapitalista, oriundo da efervescência das greves do ABCD, como é o caso do primeiro parágrafo da tese dos representantes de Santo André-Lins, elaborada em 1979 durante o IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo:

Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste País, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político. A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político.<sup>119</sup>

A constatação das mazelas inerentes ao sistema capitalista justifica a criação de um partido político que represente os interesses dos trabalhadores, organizados enquanto classe, na conquista do poder político. A repressão ao movimento grevista de 1979 foi um dos potencializadores mais importantes para a criação de uma organização política. O PT, ao se colocar como representante dos interesses dos trabalhadores, afirma já nos primeiros documentos relativos à sua criação o seu caráter classista.

Não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores, que são as verdadeiras classes produtoras do País. É por isso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política para o nosso povo. Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores. Iniciemos, pois, desde já, a cumprir esta tarefa histórica, organizando por toda parte os núcleos elementares desse partido.<sup>120</sup>

---

<sup>119</sup> Tese aprovada em 24 de janeiro de 1979 no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo na cidade de Lins (SP). In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 47.

<sup>120</sup> CARTA DE PRINCÍPIOS (1979) In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.), op. cit., p. 50.

O caráter classista é reiterado em outros trechos da *Carta de Princípios* com frases de efeito como esta, que seria lembrada por alguns militantes ao longo da história do partido: “o PT recusa-se a aceitar, em seu interior, representantes das classes exploradas. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões!”<sup>121</sup>

Quanto ao caráter mais estratégico do partido que nascia, os documentos preliminares indicam do mesmo modo que a propensão anticapitalista apontava, ainda que de modo um tanto abstrato, para um horizonte socialista: “Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática”.<sup>122</sup> Essa radicalização, ainda que genérica, desembocou em afirmações como: “um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem”.<sup>123</sup> Ao final, a *Carta de Princípios* traz um “jargão” da chamada “esquerda democrática” europeia, mas que também permearia grande parte da história do partido: “pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo”.<sup>124</sup>

Percebe-se até aqui afirmações eivadas por uma análise imediatista da realidade, não centrada em uma análise complexa que permitisse uma percepção das mediações que perpassam a realidade. Essas análises ainda se encontram permeadas pela consciência espontânea, características das greves do ABCD, uma vez que a percepção dos antagonismos entre os trabalhadores e os patrões se mantém na experiência cotidiana.<sup>125</sup>

Na “Declaração Política”, de outubro de 1979, fica evidente que a construção dessa “sociedade socialista e democrática” passa pelo estabelecimento de um governo dos trabalhadores, uma vez que o PT não almejaria apenas “soluções provisórias e imediatas”, mas pretendia criar possibilidades para o estabelecimento de uma luta de médio e longo prazo pela democratização real da sociedade e não apenas das atuais instituições políticas” e isto só poderia acontecer quando “todo poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, única maneira de pôr fim à exploração e à opressão”.<sup>126</sup>

No *Manifesto de Fundação*, de 1980, os aspectos aqui apresentados dos documentos preliminares se comprovam, ressaltando o seu caráter anticapitalista:

---

<sup>121</sup> Idem, p. 53.

<sup>122</sup> Idem, p. 54.

<sup>123</sup> Idem, *ibid.*

<sup>124</sup> Idem, *ibid.*

<sup>125</sup> Cf. LAGOA, Maria Izabel. *O Programa Político do Partido dos Trabalhadores no contexto de uma Esquerda em crise*. Marília, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UNESP.

<sup>126</sup> DECLARAÇÃO POLÍTICA (outubro de 1979). In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.), *op. cit.*, p. 56.

O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.<sup>127</sup>

Juntamente com a reafirmação anticapitalista, sobressai na mesma proporção, a busca por uma independência e autonomia de classe, como se evidencia neste trecho do *Manifesto de Fundação*:

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo.<sup>128</sup>

Em outro momento:

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores.<sup>129</sup>

Ao desconsiderar o grande refluxo vivido pelo movimento operário no período de 1964-1978, o PT superestima a consciência das massas, acreditando que as mesmas tinham clareza do significado de emancipação. Nesse sentido, é preciso deixar claro a qual emancipação nos referimos. Da emancipação humana ou da emancipação política?

Sobre esta questão, vale a pena percorrer as análises de José Chasin quando identifica a providencial diferença entre emancipação política e emancipação humana no pensamento de Karl Marx. O autor identifica a determinação ontopositiva da politicidade no pensamento de Marx em sua fase “pré-marxiana” (neo-hegeliana), no qual o pensador alemão “identifica na política e no Estado a própria realização do ser humano e de sua racionalidade”.<sup>130</sup> Nesse período, Marx toma a política como predicado intrínseco ao ser social.

Em “Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, coincide com o momento preciso da virada ontológica de Marx que dá início à elaboração do pensamento marxiano propriamente dito, momento em que Chasin identifica a determinação

---

<sup>127</sup> MANIFESTO DE FUNDAÇÃO (1980) In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 65.

<sup>128</sup> Idem, p. 65-66.

<sup>129</sup> Idem, p. 66.

<sup>130</sup> CHASIN, José. *Ensaio Ad Hominem*. Santo André: Ad Hominem, 2000, n.1, T.3, p.132.

ontonegativa da politicidade. O manuscrito de Hegel expressa a ruptura definitiva com a ideia de Estado como instituição racional. A política é entendida como um estágio a ser superado socialmente, para dar início a emancipação humana. Nesse sentido, a revolução meramente política é uma revolução parcial, pois ocorre por

parte da sociedade civil que se emancipa e instaura sua dominação geral, [...] partindo de sua situação especial e empreendendo a emancipação geral da sociedade [...]. A emancipação parcial é o fundamento da emancipação universal.<sup>131</sup>

A política é considerada mediadora – estranhamento do ser social – pois pode ser substituída, nunca ultrapassa fronteira de sua natureza, parcial e mediadora.

De acordo com a avaliação de Marx, a revolução radical, a emancipação geral, efetivada pelo proletariado, dada sua posição no interior da estrutura do capitalismo, tem objetivo único, inarredável. Promoveria ato que resgata o humano, que tem por objetivo o homem e não a criação de uma forma de Estado ou de prática política.

Em “Questão Judaica”, Marx se põe a analisar o Estado em sua forma plenamente desenvolvida e estabelece a diferenciação entre emancipação política e emancipação humana. Com esse propósito, considera a política como um obstáculo para a emancipação humana. O Estado político é, por natureza, a vida genérica do homem em oposição à vida material e social. No entanto, Marx reconhece que a emancipação política para o homem é limitada, mas subtende-se um grande progresso, dentro da última forma de emancipação. Mas não é de modo algum ela própria a emancipação humana. O Estado político é o conflito, um contraposto aos interesses gerais da sociedade civil. A emancipação política é o meio da emancipação da sociedade a respeito da política: “A vida política se declara como simples meio, cuja finalidade é a sociedade civil”.<sup>132</sup>

Em “Glosas Críticas de 44”, Marx explicita que o Estado

jamais descobrirá no Estado e na organização da sociedade a razão dos males sociais. Onde houver partidos políticos, cada um deles encontrará a razão de todos os males no fato de que não seja ele, mas seu adversário, que esteja no timão do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários procuram a razão do mal não na natureza do Estado, mas em uma determinada forma de governo, que tratam de substituir por outra.<sup>133</sup>

---

<sup>131</sup> MARX, K. *apud* CHASIN, J. *Ensaio Ad Hominem*. Santo André: Ad Hominem, 2000, n.1, T.3, p.141.

<sup>132</sup> Idem, p.146.

<sup>133</sup> Idem, p.154.

Ou seja, “todos os Estados buscam em defeitos casuais ou intencionais da administração a causa de seus males e recorrem, por consequência, a medidas administrativas para os remediar [...] Precisamente porque a administração é a atividade organizativa do Estado” e o “Estado não pode superar a contradição entre a boa vontade e a disposição da administração e sua capacidade e os meios que tem para operar, sem destruir a si mesmo, já que repousa sobre esta mesma contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares”. Resultando “que a administração tenha de se limitar a uma atividade formal e negativa, pois sua ação termina onde começa a vida civil e sua ação. Por isso a impotência é a lei natural da administrativa”.<sup>134</sup>

A crítica de Marx a Arnold Ruge é de grande valia, pois possibilita visualizar os limites das concepções petistas de crença na vontade política, como matrizadora da vida social. Nesse sentido, Marx enfatiza: “O princípio da política é a vontade” e “ao pensar sob forma da política, divisa o fundamento de todos os males sociais na vontade e os meios para remediar na força e na derrubada de uma determinada forma e governo”.<sup>135</sup>

Mais adiante, Marx demonstra o vínculo insolúvel entre propriedade privada e Estado e a necessidade da superação de ambos para o desenvolvimento da emancipação humana: mais ainda, “se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência de sua administração, teria de acabar com a atual vida privada. E se quisesse acabar com a vida privada, teria de destruir a si mesmo, pois o Estado só existe em oposição a ela”. E, concentrando a argumentação, afirma:

Quanto mais poderoso seja o Estado, e mais político, por consequência, seja o país, menos se inclinará a buscar no princípio do Estado, isto é, na atual organização da sociedade, cuja expressão ativa, consciente de si e oficial é o Estado, o fundamento de todos os males sociais e a compreender seu princípio geral.<sup>136</sup>

Em sua análise a respeito do Estado moderno, Chasin, valendo-se de Marx, identifica-o como o instrumento por meio do qual os interesses privados se impõem aos interesses gerais. Neste sentido, em relação à autoconstrução humana, a política é “autodeterminação na forma de alienação”<sup>137</sup>, na medida em que, como afirma Marx,

---

<sup>134</sup> MARX, K. *apud* CHASIN, J. *Ensaio Ad Hominem/Estudos e Edições Ad Hominem – N.1, Tomo III – Política*. São Paulo: Ad Hominem, 2000, p.154.

<sup>135</sup> *Idem*, p.155.

<sup>136</sup> *Idem*, p.154-155.

<sup>137</sup> CHASIN, José. *Ensaio Ad Hominem*. Santo André: Ad Hominem, 2000, n.1, T.3., p.34.

“Essa propriedade privada material [...] é a expressão material e sensível da vida humana alienada”.<sup>138</sup>

A pertinente crítica de Chasin ao politicismo o fez identificar na “nova esquerda” na qual o PT se insere, uma restrita visão e análise da realidade brasileira no final dos anos 1970, em razão da fé cega depositada pela esquerda brasileira na democracia, vista como panaceia para todos os males sociais do Brasil e do mundo. O que faz a democracia e a cidadania tornarem-se o único horizonte projetado pela esquerda, considerando neste sentido a ideia de aperfeiçoamento do capital e do Estado, ou seja, de poder e da forma de dominação. Com isso, Chasin afirma: “Nenhum poder político é ou pode ser inerentemente legítimo, pois é sempre uma forma de dominação, ou seja, de negação da liberdade, da autonomia de uma parte dos homens”.<sup>139</sup>

Com este desdobrar sobre a questão do Estado pretendo evidenciar que o PT estava em busca de sua emancipação política. No entanto, a denúncia que Marx fez do Estado tal como estabelecido na sociedade do capital, não significa uma apologia ao retrocesso. Assim como a burguesia superou as relações feudais e, nas palavras do próprio Marx, foi eminentemente revolucionária, as relações do direito burguês também devem ser superadas. Na interpretação marxiana, o Direito e o Estado constituem formas da sociedade burguesa e, além disso, ainda que o proletariado seja forçado a utilizar estas formas, isso de modo algum significa que possam continuar a desenvolver-se de forma integrada a um conteúdo socialista. O proletariado deve se utilizar, em proveito dos seus interesses de classe, das formas de direito da sociedade burguesa, esgotando-as, mas para isso é preciso despi-las de qualquer véu ideológico, tendo uma atitude friamente crítica não apenas face ao Estado e ao direito burguês, mas perante seu próprio Estado.<sup>140</sup>

Não restam dúvidas que já nos primeiros documentos do PT o que está posto no horizonte é a emancipação política. Evidencio este fato, pois escapam do programa petista temas fundamentais como a superação das classes e a abolição da propriedade privada.

Em seu *Manifesto*, o PT afirma o seu caráter de massa quando diz ser

um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna

---

<sup>138</sup> MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p.174.

<sup>139</sup> CHASIN, José. *Ensaio Ad Hominem*. Santo André: Ad Hominem, 2000, n.1, T.3, p.35.

<sup>140</sup> FERREIRA, Jaqueline. *O Partido dos Trabalhadores e os Núcleos de Base*. Marília, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UNESP, p. 90-91.

democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.<sup>141</sup>

Assim o *Manifesto* afirma seu compromisso com a democracia, tanto como expressão da luta contra a ditadura e pela democratização da sociedade como, principalmente, pela forma de funcionamento interno do partido. Com isso, reafirma-se o direito às tendências internas que já se anunciava na *Carta de Princípios* de 1979.

Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências.<sup>142</sup>

Posteriormente, o PT regulamentaria o direito de formação de tendências em seu interior durante o 5º Encontro Nacional de 1987, de forma a restringir o que aqui se identificou como “fração”, o que, ao longo da década de 1990, provocaria a expulsão de tendências como a Causa Operária<sup>143</sup> e a Convergência Socialista.<sup>144</sup>

O *Manifesto* também já apresentava o PT enquanto alternativa eleitoral, capaz de fortalecer o processo de lutas sociais e acumular forças para um governo dos trabalhadores:

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas.<sup>145</sup>

No Plano de Ação do PT, integrante do Programa de 1980, encontramos a reivindicação por “negociações diretas entre trabalhadores e patrões”.<sup>146</sup> Essa reivindicação vem ao encontro das necessidades do capital e não dos trabalhadores, pois indicam negociações sem a intermediação dos sindicatos, o que se constitui um disparate, visto estar o tempo todo presente nas fileiras do partido uma luta de fisionomia sindical, além do fato de o partido ter nascido das lutas sindicais.

O 1º Encontro Nacional do PT, realizado em agosto de 1981, encontra no discurso de Lula, eleito presidente nacional do partido, a diferenciação necessária naquele momento, entre luta sindical e luta política.

---

<sup>141</sup> MANIFESTO DE FUNDAÇÃO (1980) In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.), op. cit., p. 66.

<sup>142</sup> CARTA DE PRINCÍPIOS (1979) In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.), op. cit., p. 54.

<sup>143</sup> Organizada hoje no Partido da Causa Operária (PCO), liderada por Rui Costa Pimenta.

<sup>144</sup> Organizada hoje no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), sob a liderança de Valério Arcary e José Maria de Almeida.

<sup>145</sup> MANIFESTO DE FUNDAÇÃO (1980) In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.), op. cit., p. 66.

<sup>146</sup> PLANO DE AÇÃO (1980) In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org. .), op. cit., p. 72.

O sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho, mas não queremos só isso. Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política.<sup>147</sup>

Assim, ao afirmar que os trabalhadores devem ser os “donos dos meios de produção”, o PT recoloca a questão central sobre o objetivo estratégico socialista. O trecho a seguir reafirma o socialismo como estratégia petista:

Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem sequer a ideia da necessidade do Partido [...] Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?<sup>148</sup>

Do mesmo modo, o PT demonstra a sua crítica às medidas paliativas da social-democracia e, ao mesmo tempo, procura se desvencilhar das experiências socialistas consideradas “burocráticas”:

Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a ideia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos, também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo.<sup>149</sup>

A partir daqui começa a se evidenciar o que seria conhecido posteriormente como “socialismo petista”, que não seria imposto por decreto, nem pela “cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta”, mas seria construído com base nas “exigências concretas das lutas populares”, “definido nas lutas do dia-a-dia”. Ao colocar que a proposta de socialismo nascerá do próprio movimento espontâneo dos trabalhadores fica pouco claro que tipo de proposta poderá emergir de um movimento

---

<sup>147</sup> Discurso de Lula no 1º Encontro Nacional do PT (1981). In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 107.

<sup>148</sup> Idem, p. 114.

<sup>149</sup> Idem, *ibid.*

que carece de cultura socialista. Tal expressão acaba por se tornar um recurso retórico desprovido de conteúdo teórico claro.

Apesar da afirmação de que o socialismo será construído através de ações práticas, o que, no meu entender, está parcialmente correto, não aparece nos documentos de modo consistente ou suficientemente claro, ou seja, que essas ações práticas para a implementação do socialismo deveriam vir acompanhadas da mediação teórica. Assim, a falta de uma definição mais precisa desse “novo projeto estratégico” para a construção do “socialismo petista” permite, em seus primeiros anos, que várias perspectivas dentro do partido convivam em condições de igualdade. Chasin atribui ao posicionamento petista um caráter “espontaneísta” ou “basista”, responsável por deixar o movimento operário “desarmado” diante da crise do Milagre Econômico.

O culto à espontaneidade do movimento, entretanto, acaba por reduzir o partido a simples servidor do movimento. Desse modo, deixa de reconhecer no movimento de massas sua capacidade de propor novas tarefas teóricas e políticas. Essa concepção petista conduz à compreensão de que a consciência crítica é intrínseca ao movimento de massas que optaram conscientemente pela construção do partido. Discordamos desta interpretação, sobretudo porque, ao analisar o processo de formação do partido, percebemos que uma “vanguarda” promoveu a ideia de construção do partido, e não a massa.

Ao se proclamar de “um novo tipo”, na tentativa de se diferenciar da esquerda histórica, o PT rompe com a teoria como mediadora da práxis.

O PT é um partido formado com um elevado grau de empirismo e com uma rápida ascensão de quadros de massa ao topo e a direções intermediárias. São lideranças sindicais e de movimentos populares, cuja trajetória se deu com pouco tempo e pouco instrumental para o estudo e a reflexão política e filosófica. O Partido não cuidou bem da formação política desses quadros. [...] todo o vibrante e inesgotável campo de luta urbano e rural, dos movimentos populares, serviu de espaço a uma nova esquerda, que, socialista, não discutia o socialismo, nem o colocava “a cada embate, a cada dia”, que, vanguarda, negava-se a ter “propostas para o movimento”; que, acreditando na organização das massas para a transformação social, convivia com uma massa que se organizava apenas em torno de sua reivindicação específica e imediata.<sup>150</sup>

Preocupado em se apresentar como novidade, o PT desconsidera as heranças e os inúmeros vetores do passado que se fizeram presentes na sua formação. Descuida das

---

<sup>150</sup> GURGEL, Claudio. *Estrelas e Borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989, p.58.

heranças e desestimula a investigação sobre as crises do passado, prendendo o conceito de novidade ao vício da “tábula rasa”. Não estimula o exame dos “desvios” assim como despreza as conquistas da ciência política e principalmente do socialismo. “O conceito de novidade investe contra a cultura política e contra a cultura histórica do próprio País. Além do que induz a um desprezo grosseiro pela teoria e pelo estudo”.<sup>151</sup>

Acreditar que o movimento dos trabalhadores através da prática, sem a teoria e a fusão entre ambas, possa produzir saltos qualitativos por si só, pode levar o movimento a retrocessos. Se nos reportarmos a Lênin, por exemplo, encontramos uma afirmação que traduz bem isso, “Quanto mais poderoso for o ascenso espontâneo das massas, quanto mais amplo se tornar o movimento, tanto maior, [...] será a rapidez com que aumenta a necessidade de uma elevada consciência, quer no trabalho teórico, quer no político [...]”.<sup>152</sup>

Clovis Bueno de Azevedo atribui tal “imprecisão” à hegemonia dos “sindicalistas autênticos” na direção do partido:

[...] imprecisão resulta também da hegemonia dos sindicalistas autênticos. Os grupos e a ideologia leninista da esquerda organizada ainda não tinha [sic] grande força no partido, embora a influência já se fizesse sentir. Até os intelectuais optaram por um conteúdo relativamente vago e indefinido. Assim postergaram-se decisões sob a justificativa de que poderiam vir “com o tempo”, democraticamente dos próprios “trabalhadores”.<sup>153</sup>

Já para Mauro Iasi, o posicionamento petista somente expõe

uma saudável resistência a não adotar modelos e referenciais prontos, nem em cair em uma famosa armadilha das esquerdas brasileiras que se ocupam mais em resolver os impasses da revolução soviética do que formular uma alternativa revolucionária para a formação social brasileira.<sup>154</sup>

Iasi reconhece, contudo, a importância que os intelectuais presentes naquele momento teriam na definição do que se convencionou chamar de “socialismo petista”.

Evidente que isto não se constrói em uma espontaneidade pura e, com toda certeza, para isto contribuiu a influência de certas formulações teóricas que se encontravam em determinado

---

<sup>151</sup> Idem, p.62.

<sup>152</sup> LENINE, V.I. Que Fazer? In:\_\_\_\_\_.*Obras Escolhidas*. Vol.1. São Paulo: Ed.Alfa Omega, 1982, p.116.

<sup>153</sup> AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *A Estrela partida ao meio*: ambigüidades do pensamento petista. São Paulo: Entrelinhas, 1995, p.25.

<sup>154</sup> IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe*: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.388.

patamar de amadurecimento, ação para qual colaboraram quadros intelectuais presentes na formação do PT.<sup>155</sup>

O discurso de Lula no 1º Encontro Nacional evidencia outro elemento que caracterizaria o “socialismo petista” ao longo de sua história: a crítica ao chamado “socialismo burocrático” identificado a partir das experiências do Leste Europeu.

No Encontro de 1982, momento caracterizado pelas eleições, pouca coisa se alterou em relação aos outros documentos do partido que preferiu apresentar candidatos próprios, o que favoreceu que o PMDB pregasse a ideia de “voto útil” das oposições contra o governo federal representado pelo PDS. Desse modo, o PT não percebeu que naquele momento se colocava como necessário combinar ações dentro da legalidade burguesa através de uma aliança com o PMDB, que diferentemente do PCB, impusesse nesta aliança e na sua ação unitária a sua real força política, ou seja, a força dos movimentos sociais. Sobre a candidatura própria do PT, Oswaldo Amaral explica: “As discussões do PT com o PMDB chegaram ao ápice em maio de 1982, quando em uma entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo*, Lula declarou que o PMDB era o principal adversário do PT, embora o PDS continuasse a ser o principal inimigo”.<sup>156</sup>

Assim, a independência de classe é reafirmada e as eleições são vistas como um momento de busca pelo objetivo final que seria “construir uma sociedade socialista”. Para tanto, o partido lançou candidaturas próprias, explicitando que não “haverá candidatos *no* Partido, mas sim candidatos *do* Partido”, e considerando a questão das coligações como uma questão “tática”, ou seja, “que depende do momento político”.<sup>157</sup>

Houve também o debate entre as concepções de partido de quadros *versus* partido de massas. Entre as chapas existentes havia defensores das duas visões de partido. Acirrava a “polêmica”, entre um PT “expressão dos movimentos sociais”, ou partido dirigente organizador da sociedade.

A plataforma eleitoral de 1982 afirmava como objetivo “colocar a economia e a administração pública a serviço do povo”, “submetidos ao controle popular”.<sup>158</sup> Assim, o texto propunha que os trabalhadores do setor produtivo deveriam ter acesso à fiscalização e contabilidade das empresas, podendo intervir “nas decisões sobre emprego, preço e salários”. Este princípio se aplicaria à gestão do próprio Estado em

---

<sup>155</sup> Idem, p.389.

<sup>156</sup> AMARAL, Oswaldo M. E. *As mudanças no PT: um estudo dos programas de governo de 1989 e 1998*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História) - PUC-SP, p. 26.

<sup>157</sup> Resolução do 2º Encontro Nacional (1982). In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). op. cit., p. 131.

<sup>158</sup> Idem, p. 125.

relação ao qual os sindicatos teriam “voz forte no planejamento da economia nacional”.<sup>159</sup> Tais afirmações de “âmbito econômico” se mantêm vagas, pois nada a mais, além disso, é dito. Evidencia-se desta forma, uma obsessão pelas formas de organização e procedimento em torno das quais tudo passa a girar. Chasin esclarece:

[...] importa mais como se faz, do que aquilo que se faz; ao limite, o conteúdo é a forma, mesmo porque o conteúdo é suposto como parte no geneticamente secretado pelas massas. Confunde-se força, ação, interesse e testemunho, que as massas podem e, de fato, oferecem, com as carências que elas próprias sentem de orientação, esclarecimento e condução. Enfim, o basismo e o espontaneísmo, sob todas as modalidades, se revelam e manifestam.<sup>160</sup>

A elaboração do programa do partido é essencial porque direciona a ação de uma forma unitária e coerente. O partido deve encontrar a organicidade e clareza de suas ideias no programa político, o qual deve contemplar, além de uma visão geral do desenvolvimento capitalista e suas leis, um reconhecimento preciso da especificidade nacional. O programa não pode ser um enunciado de princípios gerais, mas sim indicação de tarefas políticas concretas. Como afirma Lênin:

[...] o programa deve formular as nossas concepções fundamentais, estabelecer com precisão nossas tarefas imediatas, indicar as reivindicações urgentes que devem delimitar a esfera da atividade de agitação, tornar essa atividade unitária, ampliá-la e aprofundá-la, transformá-la de agitação parcial, fragmentária, por pequenas reivindicações fracionadas, em agitação por todo o conjunto das reivindicações social-democratas.<sup>161</sup>

Dessa forma, o PT não foi capaz de orientar a riqueza substantiva do ressurgimento operário de 1978-80, carente de esclarecimento e condução. Havia um descompasso entre a vitalidade do movimento dos trabalhadores e a fragilidade das teorias da “nova esquerda” em crescente crise ideológica. Os mesmos trabalhadores que, por intermédio das greves, haviam questionado os pilares de sustentação do “milagre econômico brasileiro”, estavam órfãos, pois a agremiação política que teria surgido em seu nome era incapaz de apresentar um programa econômico alternativo<sup>162</sup>

---

<sup>159</sup> Idem, *ibid.*

<sup>160</sup> CHASIN, José. *A Miséria Brasileira*. Ad Hominem: São Paulo, 2000, p.139.

<sup>161</sup> GRUPPI, Luciano. *O pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.20.

<sup>162</sup> Em 1982, Chasin expôs alguns lineamentos do que poderia ser um “programa econômico alternativo”: ampliação da produção de bens de consumo populares, investimento estatal e privado nacional da indústria de base, reforma agrária que combinasse a tradicional distribuição de pequenas glebas para os casos em que a produção assim o permitisse com a criação de grandes empresas públicas (não necessariamente estatais) exemplares pela produtividade e pela relação salarial, e redefinição das relações com o capital externo. Ruptura, pois, com a via colonial como primeira transição, objetivando

sob a perspectiva da lógica onímoda do trabalho. Assim, as massas trabalhadoras foram ao pleito eleitoral desarmadas, sem um programa econômico de transição democrática, facilitando a tarefa dos gestores do capital atrofico de manutenção do ordenamento econômico da ditadura: o arrocho salarial, a superexploração da força de trabalho.

No que redundou a plataforma eleitoral petista? Na crença da autonomização da esfera política em relação ao ordenamento econômico e de que o aperfeiçoamento da esfera político-institucional traria a resolução dos males sociais.

Em lugar de travarem uma campanha eleitoral fundada na luta e política totalizante das massas, as oposições, inertes na parcialização das perspectivas, desmobilizaram as massas em proveito das eleições. Inverteram radicalmente os termos da equação: em vez de partirem das massas e visarem as eleições, visaram as eleições e foram às massas; levaram às massas a perspectiva das eleições, invés de levarem às eleições a perspectiva das massas. Eleições, sim, enfim alcançadas, mas agora irremediavelmente eleições politicistas.<sup>163</sup>

Desse modo, o PT desemboca na condição de colaboracionista da politização das eleições, e, portanto, colaboracionista do processo de auto-reforma da ditadura, subordinado à hegemonia burguesa, em direção à institucionalização da autocracia.

Diante da surpresa com a derrota eleitoral de 1982, tentou se reestruturar, buscando atingir os trabalhadores. Segundo Jaqueline Ferreira, a análise feita pelo PT não apreendia a necessidade de conscientização da massa, para a luta em busca da emancipação da classe trabalhadora. Inverte-se a questão, o partido fica preso somente aos meios para atingir os trabalhadores em suas percepções imediatas da vida política.<sup>164</sup>

Em 1983, na transição do 2º para o 3º Encontro Nacional do partido, foi criada a tendência interna que representaria a verdadeira face do Partido dos Trabalhadores. Naquele momento, foi lançado o documento “Manifesto dos 113” que marca o surgimento da tendência Articulação. Lincoln Secco evidencia associação intrínseca entre o programa petista e as proposituras da Articulação: “A Articulação cresceu

---

necessariamente reordenar o sistema de produção – ainda sob o modo de produção capitalista – promovendo a desestruturação dos aspectos mais gravosos da efetivação do capital atrofico.

<sup>163</sup> CHASIN, José. *A Miséria Brasileira*. Ad Hominem: São Paulo, 2000, p.134-135.

<sup>164</sup> FERREIRA, Jaqueline. *A questão do partido distinto em Marx e as raízes ideológicas políticas do Partido dos Trabalhadores*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, FFC, Unesp, Campus de Marília. <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/jaquelineferreira.pdf> (acesso em 25/03/2012).

rapidamente. Já havia no PT uma espécie de cultura operária ‘basista’ e anti-intelectual, embora desde a sua fundação tivesse atraído muitos intelectuais”.<sup>165</sup>

Formada por líderes do chamado “novo sindicalismo”, militantes católicos vinculados à Teologia da Libertação e alguns intelectuais em ruptura com o marxismo, a Articulação surgiu para combater as tendências que perspectivavam o PT como um futuro partido de vanguarda. Desde então, a Articulação se constituirá enquanto tendência majoritária nas direções e demais instâncias de deliberação e iniciará um processo de “caça às bruxas” contra aqueles que buscavam oficializar o marxismo no perfil do Partido dos Trabalhadores. Em meio a esse processo, algumas tendências foram postas no ostracismo e outras foram até mesmo expulsas como, por exemplo, foram os casos da Convergência Socialista e Causa Operária, atuais Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e Partido da Causa Operária (PCO), respectivamente.

A partir do surgimento da Articulação, os encontros nacionais e estaduais passaram a apresentar teses e chapas correspondentes a cada agrupamento existente, mas, na realidade, não eram todas analisadas a não ser a “tese-guia”. Tal tese era a que, dentre as outras, recebia o maior número de votos no início de cada Encontro e que orientava toda a discussão política. A tese-guia aprovada em cada evento se vinculava quase sempre ao grupo majoritário, no caso específico, a Articulação.

O 3º Encontro Nacional, de 1984, teve como tese-guia “Teses para a atuação do PT” e, como chapa vencedora, “Por um PT de massa”. Ambas encabeçadas por Lula, deram início a um processo de diferenciação entre “poder e “governo”: “Para transformar a sociedade, não basta tomar o poder do Estado. Para nós, o poder não apenas se toma, mas também se constrói.”<sup>166</sup> Esta resolução está relacionada ao “socialismo petista”, entendido como um projeto em aberto a ser decidido “nas lutas do dia-a-dia”. Assim, a função do partido seria “construir” um poder de base junto aos movimentos populares, sindicatos, ou com a criação de “conselhos” de forma a constituir uma “alternativa de poder popular”.

A partir dessa estratégia, constatou-se a necessidade de um “acumulo de forças”, conceito gramsciano utilizado oficialmente pelo partido pela primeira vez, e que se tornaria conceito-chave nos futuros debates no interior do PT, como evidenciaremos no segundo capítulo desta dissertação. Aqui, tal conceito ganhará o sentido de “política de

---

<sup>165</sup> SECCO, Lincoln. *História do PT*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011, p. 94.

<sup>166</sup> Resolução do 3º Encontro Nacional (1984). In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). op. cit., p. 153.

crescimento” como justificativa para uma estratégia gradualista, em contraposição à concepção dos bolcheviques, considerada golpista.

A defesa da tese de “acúmulo de forças” e do poder enquanto construção de hegemonia abre caminho para defesa da atuação parlamentar e com isso, o combate às tendências que criticam a “institucionalização do partido”.

Em relação aos seus próprios parlamentares, o PT deve estabelecer critérios que norteiem a sua atuação no parlamento e as suas relações com o próprio Partido. Ainda existem concepções que subestimam a atuação parlamentar ou que temem sua excessiva influência nas decisões partidárias. E há os que julgam ser generalizada, no PT uma postura antiparlamentar. As duas concepções estão equivocadas e precisam ser combatidas.<sup>167</sup>

Torna ainda mais evidente seu caráter eleitoreiro, a defesa de que o partido não está na luta por eleições diretas por questões meramente táticas, mas por entender que “só ao povo cabe escolher aqueles que devem governá-lo”, afirmação não de todo errada, mas problemática por acreditarem na democracia liberal como exercício efetivo do poder do “povo”, palavra que por si só já traz problemas porque dilui a ideia de luta de classes. Sua crença no sistema eleitoral democrático fica extremamente forte quando afirmam “[...] Para nós, a luta por eleições diretas é uma luta pelo direito de o povo exercer o controle do governo”.<sup>168</sup>

Em 1985 foi realizado um Encontro Extraordinário para avaliar a campanha pelas eleições diretas no qual se afirmou que “a recusa de parlamentares do Partido em acatarem as deliberações tiradas em convenção partidária” poderia trazer sérios problemas para o desenvolvimento futuro. A resolução reafirmava a intenção de manter a independência de classe e não aderir ao “pacto das elites”, posicionando-se, portanto, pela não participação no Colégio Eleitoral. Desse modo, o PT recusava-se a formar alianças com o PMDB e o PCB na luta pelas eleições livres, atacando estes partidos como convenientes à hegemonia burguesa e entendendo, portanto, que as possíveis alianças seriam uma traição aos trabalhadores. As mudanças naquele momento deveriam vir das mãos do movimento popular e sindical evidenciando, assim, a sua concepção basista, ao deixar as massas desarmadas e desarticuladas, carentes de orientação. Dessa forma, o PT perdeu novamente uma oportunidade histórica de

---

<sup>167</sup> Idem, p. 146.

<sup>168</sup> Idem, p. 151.

articular um bloco de alianças sob a perspectiva dos trabalhadores e se contrapor ao processo de institucionalização da autocracia burguesa.

As resoluções ainda fazem críticas ao eleitorismo, à excessiva autonomia parlamentar, alertando para os riscos de o partido ficar subordinado às eleições.

Muitos partidos de origem popular e mesmo operária, na medida em que abdicaram da luta por transformações de fundo na sociedade capitalista, tornaram-se pouco mais do que simples apêndices de suas bancadas no Parlamento.<sup>169</sup>

O resultado das eleições de 1985 evidenciou um considerável crescimento eleitoral, visto como produto da mudança de discurso que, em 1982, era caracterizado como classista e que, em 1985, apesar de também direcionado a classe média, era proferido sob a influência de conceitos de cidadania e de participação política.

O crescimento eleitoral do partido, praticamente contínuo após 1985, não significou um crescimento de sua militância orgânica. De acordo com Ozaí<sup>170</sup>, significou, ao contrário, “a consolidação de seu caráter de massa ampliando sua potencialidade eleitoral e a quantidade de filiados” e, ao mesmo tempo, “tornou mais frágil sua estrutura de base e, conseqüentemente, mais centralizado o poder na cúpula diretiva”.<sup>171</sup>

Com o contínuo processo de desmonte dos núcleos de base, a tendência burocrática do partido se fortaleceu, centrando a ação do partido na liderança de Lula e, ao fazer isso, criou as condições para o surgimento de um personalismo. Ozaí explica as conseqüências desse processo:

O eleitoralismo e o burocratismo interagem entre si. Nos dois casos observamos o aburguesamento crescente da militância, a partir da mudança das condições objetivas de vida. Prevalece o pragmatismo e os interesses particularistas de caráter eleitoral [...] Esta situação é agravada pelo abismo verificado entre a direção e a base; pelo abandono e acomodação de parcelas da militância, pela centralização do poder nos órgãos diretivos, com o esvaziamento, desaparecimento ou manipulação dos núcleos de base existente; e pela elitização crescente da participação nas instâncias internas.<sup>172</sup>

---

<sup>169</sup> Resolução do Encontro Nacional Extraordinário de 1985 In ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 191.

<sup>170</sup> OZAÍ, Antônio. *Partido de Massa e Partido de Quadros: A social-democracia e o PT*. São Paulo: CPV, 1996, p. 146.

<sup>171</sup> Idem, p. 77.

<sup>172</sup> Idem, p. 165.

Assim, percebemos que mesmo ocorrendo uma disputa regional, em nível nacional, existia certa hegemonia do “grupo do Lula” e quando as discussões chegavam ao Encontro Nacional, as decisões ocorriam em consonância com o referido grupo. Tal hegemonia não se construiu espontaneamente, mas foi capitaneada por um grupo que percebia o potencial polarizador da figura do Lula.

O 4º Encontro Nacional, realizado em 1986, fez referência ao socialismo como uma “sociedade sem classes”, construída por meio da “socialização dos meios de produção” a ser realizada com a “ruptura radical contra a ordem burguesa”.<sup>173</sup> No entanto, assinalou-se que não haveria possibilidades imediatas para tanto, por não estar “colocada para o conjunto da classe trabalhadora a consciência dessa necessidade”. Por isso, a tarefa da ordem do dia seria o “acúmulo de forças” no sentido de ampliar os espaços democráticos e as conquistas populares que seriam uma “ponte” capaz de conduzir à meta socialista. Mauro Iasi chamou a atenção para a demasiada ênfase na política de “acúmulo de forças” em detrimento dos objetivos estratégicos de luta pelo socialismo:

A política do acúmulo de forças acabará por moldar um comportamento de classe para ações táticas cada vez mais distantes do objetivo estratégico. No entanto, isto ainda não estava colocado nesse momento, a não ser como um germe em desenvolvimento. Naquele instante, o núcleo essencial da estratégia, a meta socialista e a necessidade de uma ruptura ainda são afirmados, mesmo que constatando que não é “pensável” pelo conjunto do bloco social que o Partido quer representar.<sup>174</sup>

Assim, para o caminho ao socialismo, “a classe trabalhadora tem ainda pela frente um longo e dificultoso processo de acumulação de forças e fortalecimento de sua organização”.<sup>175</sup> Para esse processo de “acúmulo de forças” seria necessário unificar diferentes setores e frações das classes trabalhadoras juntamente com setores médios e “pequena burguesia urbana e rural” em torno de um projeto histórico comum. Tal projeto só seria viável se fosse assegurado a estes setores que uma “radical

---

<sup>173</sup> Resolução do 4º Encontro Nacional (1986). In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). op. cit., p. 251.

<sup>174</sup> IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.401.

<sup>175</sup> Resolução do 4º Encontro Nacional (1986). In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). op. cit., p. 252.

transformação da sociedade rumo ao socialismo” não seria uma ameaça a seus “limitados meios de produção”.<sup>176</sup>

No entanto, é de bom tom assinalar que a expressão “classes trabalhadoras”, segundo as resoluções, indica na verdade um “bloco social” e não propriamente uma classe. Tal definição colocaria na pauta dos debates petistas a questão das alianças, vistas naquele momento como necessárias para o “conjunto heterogêneo de forças políticas e sociais”.<sup>177</sup> Nessa concepção, não haveria contradição entre a posição de cada setor desse bloco social quanto à questão da propriedade ou não dos meios de produção. No entanto, a resolução apresenta um limite à extensão destas alianças: “Por outro lado, é impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista”.<sup>178</sup>

Deste modo, podemos considerar que o “acúmulo de forças” era visto como uma tática que visava consolidar o bloco social dos trabalhadores, principalmente no sentido de atrair, ou não assustar, os chamados setores médios de pequenos proprietários. Essa necessidade do “acúmulo de forças” e sua conseqüente política de alianças justificar-se-iam, segundo 4º Encontro Nacional, devido ao caráter e a forma do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, notadamente sua heterogeneidade, que não autorizariam uma “imediate” substituição da propriedade privada pela propriedade socializada, tornando impossível uma passagem igualmente imediata para uma “completa organização planificada da economia”.<sup>179</sup>

A socialização imediata e completa, assim como o estabelecimento de uma economia planejada, seria um equívoco, pois poderia levar ao rompimento do bloco de alianças com setores da pequena burguesia rural e urbana. Economicamente também seria um equívoco, uma vez que a total centralização da economia contribuiria para a “burocratização” e, a médio prazo, poderiam conduzir a economia à estagnação. Para o momento, as resoluções propõem a coexistência com diferentes formas de propriedades (estatais, coletivas e individuais) que deveriam “cooperar” para o sucesso de algumas operações produtivas ou de circulação. Em vez da “plena planificação”

---

<sup>176</sup> Idem, p. 253.

<sup>177</sup> Idem, *ibid.*

<sup>178</sup> Idem, *ibid.*

<sup>179</sup> Idem, p. 254.

ainda sobreviveria uma “adequada combinação entre a planificação e a economia de mercado”.<sup>180</sup> Assim afirma o 4º Encontro Nacional:

Nesse sentido, é preciso combater a imagem de que o mercado desaparecerá no dia seguinte em que os trabalhadores estiverem no poder. Enquanto a produção social for limitada, enquanto essa limitação obrigar que continue vigorando o ganho segundo o trabalho e não conforme as necessidades, isso significará que os trabalhadores continuarão tendo que trabalhar como uma obrigação de sobrevivência e significará que a sociedade ainda não pode se ver livre do mercado.<sup>181</sup>

Como se pode observar, a construção do socialismo petista pressupõe, pelo menos em um primeiro momento, a existência de diversas formas de propriedade e de mercado.

O que fica evidente nos documentos oficiais é a dificuldade do partido em ir além do seu caráter espontaneísta, impedindo a realização de uma análise mais mediatizada da realidade. Dessa maneira, o PT ficou preso a elaborações políticas genéricas, evidenciando a condição de “produto ideológico de baixa qualidade”.

Desde a sua fundação, em 1980, o debate sobre o vínculo entre democracia e socialismo aparece como uma questão fundamental para o Partido dos Trabalhadores. Afirmando-se como uma alternativa às tradições autoritárias da política brasileira, o PT propunha um novo modelo para a construção do socialismo no país, no qual a democracia seria o seu caminho e fundamento; e, assim, passava a ser entendida pelo partido como um valor universal, em si e para si.

No decorrer da década de 1980, à medida em que o PT cada vez mais conquistava vitórias em eleições municipais e estaduais, ampliava sua inserção na sociedade até os setores da classe média. Conforme o partido crescia, tornava-se necessário um aprofundamento de seu programa político, até então muito genérico.

Assim, o PT nasceu como partido de contestação da ordem existente, mas permeado de contradições. Definiu como bandeira de luta a democracia, mas inserida em um quadro de ambiguidades. Propalou a busca por uma democracia exercida pelas massas, com poder de decisão sobre o econômico e social. Superestimou, contudo, a consciência política dos trabalhadores e criou uma armadilha, que acarretou em uma mudança de toda a configuração do partido, que passou de agente de conscientização

---

<sup>180</sup> Idem, p. 255.

<sup>181</sup> RESOLUÇÃO do 4º Encontro Nacional de 1986. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 255.

para agente de representatividade política dos trabalhadores, aproximando-se assim do ideário democrático burguês.

A história do PT, deste modo, é marcada por uma profunda reviravolta teórica e programática, uma mudança radical em todas as dimensões do conteúdo do seu projeto político: conceitos, perspectivas de análise, propostas de atuação, formas de organização, práticas, sujeitos sociais a quem se dirige. Toda a radicalização abstrata assumida pelo partido ao longo da década de 1980 se desfez gradualmente com o advento da queda do muro de Berlim e o fim do socialismo real. Com a conquista de prefeituras e de cargos parlamentares, a institucionalização passa a ocupar demasiado espaço na atuação petista. O PT, apontado como opção eleitoral, permitiu o crescimento da máquina partidária e de sua burocratização.

### **1.5. A revista *Teoria e Debate* e seus interlocutores**

As fontes históricas que nos servem como ponto de partida para a reflexão acerca do modo como se constituiu o Partido dos Trabalhadores são, prioritariamente, os artigos que abrangem, implícita e/ou explicitamente, os temas de democracia e socialismo publicados na revista *Teoria e Debate* entre os anos de 1987 e 1992.

O referido periódico nasceu de uma moção apresentada ao 6º Encontro Estadual do PT no ano de 1986. Naquele encontro, deliberou-se que a revista deveria ser desenvolvida no âmbito da Secretaria de Formação Política, coordenada na época por Rui Falcão. Ricardo Azevedo era funcionário da Secretaria e encarregou-se do anteprojeto, produzido em seis meses. Dez meses depois, foi publicado o nº 1 de *Teoria e Debate*, em dezembro de 1987.

Os contornos da revista foram delineados por Rui Falcão, Paulo de Tarso Venceslau, João Machado, Eugênio Bucci e Ricardo Azevedo, que se tornou diretor da publicação e criou as seções "Memória" e "Debate". Eugênio Bucci, à época jornalista da *Veja*, foi defensor da primeira capa abstrata e da poesia da quarta capa. Eder Sader e Perseu Abramo compuseram o Conselho de Redação da revista.

Desse modo, trata-se de um periódico vinculado ao Partido dos Trabalhadores, fundado pelo Diretório Regional de São Paulo e trazia como nome, nas primeiras edições, "PT: Teoria e Debate".

Foram quase dois anos de sonhos, projetos, discussões e, afinal, consagrada pelo voto direto de 663 delegados, que a "batizaram" no último Encontro Estadual, sai agora a revista de

teoria e debates do Partido dos Trabalhadores em São Paulo. Pluralista, como se pode ver pelos artigos e autores presentes nesta edição, polêmica e antidogmática, PT: Teoria e Debate quer influir na conjuntura do debate político-ideológico da sociedade. Ao mesmo tempo - e com prioridade - vai subsidiar a formação política dos militantes e filiados, incentivando o embate de ideias, a exposição das divergências, a troca de experiências, as múltiplas facetas da produção cultural.<sup>182</sup>

Exteriorizando grande entusiasmo com o lançamento da revista, como verificado no excerto acima, o partido demarca oficialmente como sua prioridade subsidiar a formação política de seus militantes e filiados. Assumindo a divisa “sem teoria revolucionária não existe prática revolucionária”, o editorial ainda sugere que os diretórios do PT utilizassem a revista como “um veículo para debate político nas reuniões, organizando grupos de estudos ou grupos de leitura para aprofundar os assuntos tratados”.

Em 1987, o projeto da *Teoria e Debate* avaliava que a hegemonia das classes dominantes sobre os trabalhadores acontecia principalmente através da manipulação dirigida das informações, pela sua produção intelectual, pela propaganda, pelos produtos culturais dos meios de comunicação de massas e do conjunto da indústria cultural. Na disputa pela hegemonia, o PT teria como tarefa desvendamento sistemático dos “mecanismos de dominação e funcionamento da ordem burguesa, apontando novos horizontes”.

Sua proposta editorial – que traz em suas colunas temas pertinentes à esquerda brasileira e internacional, assim como polêmicas em economia, sociedade e cultura – foi apoiada por personalidades de diversas áreas, como Antonio Cândido, Apolônio de Carvalho, Florestan Fernandes e Fúlvio Abramo.

A revista objetiva corroborar com a preparação do PT para o enfrentamento ideológico, sem perder de vista a existência de tendências de opinião diferenciadas no partido. Nesse sentido, verifica-se uma afirmativa recorrente nos editoriais:

O pensamento não é rua de mão única. Assim como brota da realidade e a ela regressa (para transformá-la), em idas e vindas, traz dentro de si contradições e contrariedades. Daí a preocupação natural desta publicação em buscar a discussão permanente, a pluralidade. É assim que a sobriedade do depoimento do professor Antonio Candido divide páginas com estilos intelectuais e políticos absolutamente distintos [...] A

---

<sup>182</sup> Revista *Teoria e Debate*, n.1, dez 1987, p.01.

diferença, atributo essencial do pensamento, não poderia estar oculta. É preciso que seja escancarada.<sup>183</sup>

Em 1989, a *Teoria e Debate* passou a ser editada pelo departamento do Diretório Regional do PT de São Paulo, separada da Secretaria de Formação Política. Em 1990, Alípio Freire substituiu Eder Sader no Conselho de Redação e Maria Rita Kehl ficou no lugar de Perseu Abramo e Renato Simões sucedeu Rui Falcão.

Assuntos polêmicos em âmbitos internacionais foram tratados pela revista como: União Soviética, queda do muro de Berlim, massacre da Praça da Paz Celestial, Nicarágua, Cuba e demais assuntos vinculados aos países do “socialismo real”. Em âmbito nacional, os debates centraram-se em assuntos relacionados aos rumos e estratégias do partido, tais como o socialismo defendido pelo PT, a reforma agrária, o sistema de governo e a forma de organização da economia. Assuntos estritamente internos também foram tratados a exemplo da questão da permanência/exclusão de tendências e balanços dos Encontros e Congressos do partido.

A constante repetição dos propósitos do Conselho de Redação – apresentados na publicação de nº 1 – chama a atenção no editorial da revista: “instigar o debate”, “acirrar a polêmica”. Tais princípios aparecem reafirmados em diversos artigos ao longo da trajetória da revista. Enfrentar a polêmica de desfazer erros históricos do socialismo real é “fazer um pacto com a procura da verdade, a aliada mais forte dos revolucionários”<sup>184</sup>, “pensar livremente talvez seja a condição primeira da grande utopia às vezes arrefecida, às vezes tímida, que nos torna profundamente iguais em nossas formidáveis diferenças”.<sup>185</sup> Outras carecem de uma definição de termos, sem o que, não se pode saber de fato o que significam. Como esta, do nº 7: “É com o pensamento livre que se pode combater a barbárie e caminhar para o socialismo moderno, democrático e revolucionário”.

Seguindo esse espírito, a *Teoria e Debate* apresentou chamadas de capas com perguntas retóricas extremamente polêmicas para o restante da esquerda tradicional brasileira e que ilustravam implicitamente os novos posicionamentos que seriam assumidos pelo PT. No nº1 perguntava: “Quem são os aliados do PT?”. No nº8, dedicada à crise do socialismo real que perpassava o ano de 1989 saiu a famosa “O que desfazer?”, fazendo alusão à celebre frase de Lênin “o que fazer?”. Em julho de 1992, a

---

<sup>183</sup> Revista *Teoria e Debate*, n.2, mar 1988, p.01.

<sup>184</sup> Revista *Teoria e Debate*, n.8, 1989, p.01.

<sup>185</sup> Revista *Teoria e Debate*, n.10, 1990, p.01.

capa do nº18 questionava: "Cuba: ditadura do proletariado ou de Fidel?", realizando assim, um novo posicionamento.

Notabiliza-se que a revista *Teoria e Debate* constitui-se como uma produção cultural privilegiada para compreendermos as inúmeras mudanças que o pensamento social da esquerda brasileira no período recente. Essa situação privilegiada ocorre porque *Teoria e Debate* conseguiu manter sua linha editorial relativamente aberta para as diversas tendências políticas do PT, além possibilitar a publicação de artigos de inúmeros intelectuais acadêmicos, como também de militantes sindicais. As constantes entrevistas com militantes históricos (comunistas e social-democratas), intelectuais, artistas e as mais variadas expressões culturais e políticas, no campo da esquerda, permite também ao longo da existência da revista uma espécie de mapeamento das visões sociais de mundo. Constituiu-se, portanto, como fonte documental para analisar o pensamento social que se constituiu no interior da agremiação petista.

Por seu caráter eclético, a revista apresentou em seus artigos, por intermédio de diversos personagens e tendências políticas filiadas ao PT, as visões sociais de mundo que cada qual nutre sobre os diversos momentos da política brasileira, do socialismo, das transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo, etc. Por essa razão, temos um quadro adequado à análise do deslocamento e das mudanças ocorridas no pensamento da nova esquerda.

Destarte, o estudo da *Teoria e Debate* nos possibilita compreender como se expressam as tendências internas do PT, dialogar com seus pressupostos e indagar-lhes sobre seus horizontes políticos e, conseqüentemente, perceber e evidenciar suas diferenças e, sobretudo, verificar suas perspectivas sobre a relação entre democracia e socialismo.

Vale ressaltar que essa publicação mantém uma permanência inédita no cenário cultural da esquerda brasileira. Conseguiu realizar uma façanha que poucas revistas de pensamento social de esquerda tiveram na história política brasileira: manter uma circulação ininterrupta até o presente momento.<sup>186</sup>

---

<sup>186</sup> Cabe pontuar que a revista *Teoria e Debate* foi publicada pelo Diretório Regional do PT-SP desde sua criação em dezembro do ano de 1987 até julho de 1997, quando passou a ser editada sob a responsabilidade da Fundação Perseu Abramo. Nos seus primeiros números demonstrou franco crescimento nas vendas, passando de 5 mil exemplares no primeiro número a 7.500 no segundo, 12 mil no terceiro, 14 mil no quarto, 15 mil no quinto, sexto, sétimo e oitavo, 17 mil na nona edição, subindo a 20 mil exemplares nas três edições subsequentes.

## CAPÍTULO II – A ESTRATÉGIA PETISTA

### 2.1. Na esquerda do capital (1987-1991)

Em âmbito internacional, o ano de 1987 foi marcado por uma profunda crise nos países do Leste Europeu e pelo refluxo do movimento comunista. Em âmbito nacional, o país vivia um processo de reestruturação produtiva acompanhado de uma política de recursos humanos cujo objetivo era quebrar o poder de mobilização dos sindicatos. No plano político mais geral, desenvolvia-se a luta contra a prorrogação do mandato do então presidente José Sarney. Internamente, o PT passava por um processo de definição no qual uma força majoritária se consolidava, agora organizada como tendência nacional, abrindo uma clara ação ofensiva contra outras correntes que acusava de agir apenas “taticamente” dentro do PT.

Foi no 5º Encontro Nacional, realizado em 1987, que o PT criou uma disciplina regimental para o direito de tendências buscando principalmente sufocar a atuação de grupos trotskistas. Assim, a Articulação iniciaria um processo de consolidação do que seria a “verdadeira face” da estratégia petista, vencendo as eleições para os diretórios regional e nacional e aprovando as suas teses nos Encontros Nacionais. Esta situação pode ser ilustrada pela composição da Comissão Executiva Nacional, criada no período anterior ao 5º Encontro Nacional e formada apenas por membros da Articulação.

Quanto aos objetivos estratégicos, o 5º Encontro Nacional, de 1987, inicia as suas resoluções fazendo uma distinção entre a “tomada do poder político” e a efetiva “construção do socialismo”. Esta diferenciação se dirige para um foco interno, aqueles que defendiam, à época, que o partido deveria assumir uma linha “revolucionária” e que viam com certa desconfiança a política de acúmulo de forças, identificada como uma linha reformista.<sup>187</sup> A resolução encabeçada pela Articulação<sup>188</sup> explicita a divergência com outros setores do partido:

---

<sup>187</sup> No subcapítulo “Acumulação de Forças e Hegemonia” evidenciaremos os debates que envolveram esses conceitos e a importância destes na consolidação da estratégia petista liderada pela Articulação.

<sup>188</sup> A tese-guia aprovada no Encontro foi “Por um PT de massas, democrático e socialista”, encabeçada por José Dirceu, liderança da Articulação.

Muitos companheiros não fazem essa distinção, não compreendem o processo de mediação que deve existir entre o momento atual, por exemplo, em que as grandes massas da população ainda não se convenceram de que é preciso acabar com o domínio político da burguesia, e o momento em que a situação se inverte e se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder. Dessa forma, seu discurso, pretensamente revolucionário, não é entendido pela população e pelos trabalhadores e, em vez de contribuir para a organização e a luta no sentido da conquista do poder e da construção socialista, a desorganizam e a transformam na luta de pequenos grupos conscientes e vanguardistas.<sup>189</sup>

Assim, em contraposição à proposta supostamente “vanguardista” apareceu a proposta de uma política de “acúmulo de forças” para a qual seria necessária a formação de um “bloco social histórico” (conceito gramsciano) capaz de forjar um programa de reformas, que contaria com a presença de pequenos e microempresários.

Muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo as camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola. Com isso, não levam em conta que tais camadas possuem profundas contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista.<sup>190</sup>

Essas alianças seriam estratégicas, até porque, como vimos, iriam além da conquista do poder, chegando a definir a forma e os limites da própria construção do socialismo, por exemplo, na impossibilidade de superar o mercado. Neste sentido, aqui relacionamos o problema das alianças com o perfil da sociedade socialista a ser construída.

Constituído por milhões de pequenas empresas, pequenos negócios, serviços e autônomos, desempenha um papel econômico de grande importância no atual sistema capitalista brasileiro, o que obriga a um processo permanente de destruição e recriação desse setor – papel que deve continuar desempenhando mesmo depois de iniciarmos a construção socialista no Brasil.<sup>191</sup>

---

<sup>189</sup> Resolução do 5º Encontro Nacional de 1987 In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 313.

<sup>190</sup> Idem, p. 314.

<sup>191</sup> Idem, p. 315.

O caráter mercantil do socialismo petista é reafirmado e apresentado como o “único caminho” possível, confirmando, entre outras coisas, a aliança estratégica com a pequena burguesia.

O único caminho, até hoje, consiste em permitir que a pequena economia mercantil ainda se desenvolva em uma certa escala, e que seu próprio desenvolvimento natural e contraditório conduza à concentração e centralização econômicas e sua transformação socialista por meios administrativos [...] serve para que a sociedade desenvolva suas forças produtivas, contribua para que não haja escassez de bens e serviços e permita incorporar ao trabalho o conjunto da população economicamente ativa, sem prejudicar a eficiência das empresas [...]Essa política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas, é a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural. Essa aliança é, pois, uma questão estratégica, referente tanto à destruição do capitalismo quanto à construção do socialismo.<sup>192</sup>

A continuidade desta aliança de classes na construção socialista revela o fato de que certas classes sobreviveriam à “mudança política radical” que levou a classe dominante a se converter em classe “hegemônica e dominante” no poder do Estado. A resolução diz que, nas condições do capitalismo brasileiro, seria impossível, em um primeiro momento, extinguir todas as classes sociais. A convivência entre estas classes e as “diferentes expressões políticas” caracterizam a forma “democrática” do socialismo proposto pelo PT, que se apoia na concepção “ampliada” do Estado moderno, perdendo assim, até o seu caráter de classe.<sup>193</sup>

A própria magnitude do Estado moderno brasileiro só é viável se a burguesia for buscar, na massa das outras classes, os funcionários do Estado. E se, para conseguir consenso e legitimidade para esse mesmo Estado, for obrigada a abrir, pelo menos formalmente, o Estado à disputa das diversas classes.<sup>194</sup>

Nas resoluções do PT, a “sociedade civil” aparece como um terreno de disputa entre as “instituições” da burguesia e “instituições” dos trabalhadores cujos resultados

---

<sup>192</sup> Idem, p. 315.

<sup>193</sup> Como veremos mais adiante, no subcapítulo “Concepções acerca do Estado”, o PT assumiu a concepção gramsciana de “Estado ampliado” para forjar a sua proposta de construção do “Estado de Direito Socialista”.

<sup>194</sup> Resolução do 5º Encontro Nacional de 1987. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). Op. cit, p. 316.

seriam “os avanços e recuos da democracia, sua ampliação e retração”.<sup>195</sup> É de supor que tal característica seguiria da mesma forma na “construção socialista”. O Estado burguês adjetivado de “moderno” amanhã serviria à hegemonia do proletariado.

Na impossibilidade imediata da luta pelo socialismo, o 5º Encontro propôs o programa democrático-popular, fundado em uma aliança de classes com a pequena burguesia como parte da estratégia de constituição de um bloco histórico para o processo de acúmulo de forças. Tal programa se baseava numa série de propostas vagas de estatizações e de enfretamento ao FMI.

A relação entre socialismo e democracia se constituiu, para o PT, numa questão crucial, principalmente após a realização do 5º Encontro Nacional. Tais categorias seriam gradualmente alteradas a cada encontro realizado pelo partido, isto é, a democracia deixaria de ser entendida como expressão de classe no capitalismo para ser tomada como um valor universal. E o socialismo se adaptaria à categoria gramsciana de hegemonia como simples ocupação de espaços institucionais.

Na análise de um dos primeiros estudiosos de Gramsci na América Latina, José Aricó, a influência do pensador italiano se deu de modo significativo entre nós:

Desde meados da década de setenta em diante, o conhecimento da obra de Gramsci progrediu de maneira constante e significativa entre os intelectuais e cientistas sociais não apenas da área de língua espanhola, como também portuguesa. Uma série de conceitos próprios da elaboração gramsciana, mesmo aqueles mais complexos e específicos como o de bloco histórico, revolução passiva, guerra de posição, guerra de movimento, reforma intelectual e moral, etc., generalizaram-se de maneira tal que se transformaram em algo próprio, uma espécie de "sentido comum", não apenas do discurso mais estritamente intelectual, mas também do discurso político da esquerda – ainda que não somente desta.<sup>196</sup>

Na década de 1980, na Europa, desenvolveu-se, explica Lúcio Costilla, “uma leitura ideológica culturalista de Gramsci na tentativa de um reposicionamento político dos partidos comunistas europeus e de alguns intelectuais (foi bem conhecido o trabalho de Mofe e Chantall)”. Tal leitura teria sido assimilada na América Latina após os períodos ditatoriais no Brasil, na Argentina, no Chile e no México com a crise do

---

<sup>195</sup> Idem, p. 317.

<sup>196</sup> ARICÓ, José. O Itinerário de Gramsci na América Latina. Trad. Alberto Aggio. Revista *Estudos de Sociologia*, n.5, 1998, p. 03.

“partido de Estado”. Mas também se dera frente ao “[...] contexto de emergência duma sociedade civil em luta contra o velho Estado autoritário ou ditatorial [...]”.<sup>197</sup>

A recepção das ideias política de Gramsci no Brasil se deu em meados da década de 1970, em meio à conjuntura daquele período: a crise econômico-social, o surgimento de novos movimentos sociais, dentre eles, o chamado “novo sindicalismo” e a necessidade de fornecer “novos argumentos para novas questões” da realidade social. De acordo com Carlos Nelson Coutinho<sup>198</sup>, um fenômeno internacional no âmbito da cultura de esquerda teria favorecido a ampliação do pensamento de Gramsci no Brasil: o surgimento do eurocomunismo por intermédio da célebre declaração de Enrico Berlinguer de que “a democracia é um valor histórico universal”. A partir deste momento, muitos intelectuais brasileiros teriam rompido definitivamente com o marxismo-leninismo.

Para Edmundo Dias, a visão gramsciana adotada pela esquerda, (leia-se por Carlos Nelson Coutinho) naquele momento, ratificava o pensamento predominante no Partido Comunista Italiano (PCI) que ainda estava sob a influência de seu Secretário-Geral, Palmiro Togliatti, e no qual Gramsci era visto apenas como

[...] um “filosofo e crítico literário, no qual a dimensão estritamente política tinha peso secundário”. Mesmo sendo apontado, “de pleno acordo com a leitura de Togliatti”, como discípulo e continuador direto de Lênin, Gramsci tem sua obra restringida, na análise da sociedade brasileira, “à questão literária e à problemática dos intelectuais”.<sup>199</sup>

Os conceitos de sociedade civil e política, hegemonia, intelectual orgânico e outros, passaram a fazer parte das discussões intelectuais e políticas brasileiras. Entretanto, algumas vezes, o emprego das ideias gramscianas resultou somente em tentativas de adaptá-las ou transportá-las para a realidade brasileira sem a devida observação de suas particularidades.

Na década de 1980, a “recepção gramsciana” no Brasil foi realizada principalmente por intelectuais do PT, que se tornara o sujeito político detentor de uma

---

<sup>197</sup> COSTILLA, Lucio Oliver. Um Gramsci para o século XXI: para nos re-apropriar e re-pensar a ciência do Estado moderno. *Revista de Ciências Sociais*, 2004, p.02.

<sup>198</sup> Carlos Nelson Coutinho é reconhecido internacionalmente como um dos maiores especialistas no pensamento de Gramsci. Responsável pela coordenação e edição da obra do autor italiano no Brasil. Coutinho é professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autor de livros fundamentais para os estudos de teoria política no país, como *A Democracia como Valor Universal e Outros Ensaios* (Salamandra) e *Gramsci, um Estudo sobre Seu Pensamento Político* (Civilização Brasileira). Filiou-se ao PT em 1989.

<sup>199</sup> DIAS, Edmundo F. (et al). *O outro Gramsci*. 3.ed., São Paulo: Xamã, 1996, p.185.

interpretação própria acerca das ideias do autor italiano. Porém, a apropriação que o PT fez das ideias gramscianas ocorreu gradativamente até a realização do 5º Encontro Nacional, em 1987, quando se delineou, a partir de então, um novo quadro conceitual que foi sendo incorporado ao discurso das diversas tendências existentes no PT.

Lincoln Secco demonstrou como esses grupos internos, por intermédio da revista *Teoria e Debate*, foram assimilando, mesmo com certas reservas, o referencial gramsciano. De forma mais específica, o historiador entende que a aceitação pelo PT das teorias formuladas pelo filósofo italiano, em particular a concepção de socialismo, ocorreu em virtude de dois movimentos internos singulares. O primeiro teria sido a organização da “Articulação dos 113”, liderada simbolicamente por Lula; e o segundo estava relacionado ao aumento do peso da institucionalidade (executiva, parlamentar e sindical) no partido. Estes fatos teriam impulsionado tanto a burocratização partidária, como o “deslocamento de centros de decisões para instituições alheias ao partido”.<sup>200</sup>

O 6º Encontro Nacional, realizado em 1989, ocorreu logo após as vitórias do partido nas eleições municipais de 1988, quando os partidos que se colocavam no campo da esquerda, entre eles o PT, foram favorecidos pelo fracasso da política econômica do governo Sarney e o conseqüente aumento da inflação e a recessão econômica no país.

Diante deste cenário, o PMDB, que se apresentava agora como o partido da situação, enfraqueceu-se enquanto o PT obteve importantes vitórias com a conquista de prefeituras de importantes capitais como São Paulo, Porto Alegre e Vitória. O sucesso eleitoral do partido, às vésperas da primeira eleição presidencial direta, a ser realizada em 1989, colocava o PT como o principal partido de oposição do país. Além do fracasso político e econômico do governo Sarney, o crescimento eleitoral do partido a partir da segunda metade da década de 1980 estaria relacionado com ao fato de que o PT teria ampliado seu discurso, direcionando-o para os demais setores da sociedade.

A partir do sucesso eleitoral em 1988, o partido começou a concentrar as suas forças nas disputas institucionais, deixando em segundo plano, ou até mesmo abandonando, o trabalho com os movimentos sociais e os núcleos de base.

O 6º Encontro Nacional aderiu à conhecida “estratégia da pinça” proposta por Juarez Guimarães, da tendência Democracia Socialista, em artigo da revista *Teoria e*

---

<sup>200</sup> SECCO, Lincoln. *Gramsci e a Revolução*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 165.

*Debate*.<sup>201</sup> Segundo esta concepção seria necessário um longo processo de acúmulo de forças no qual seriam desenvolvidas duas ações fundamentais: uma ação de massas, principalmente fundada na construção da CUT “por meio de um movimento sindical classista” e dos movimentos populares e a ocupação de espaços institucionais mediante a disputa eleitoral. Tal estratégia produziria uma alteração na correlação de forças tornando possível uma vitória nas eleições presidenciais, ponto institucional com base no qual seria possível iniciar as transformações democráticas e populares: “Estamos construindo uma hegemonia, política, social e ideológica, estamos acumulando forças para respaldar nosso projeto”.<sup>202</sup>

O governo democrático-popular perspectivado pelo 6º Encontro deveria estimular a criação de novas esferas públicas de participação política e a afirmação da cidadania, respeitando e resguardando os direitos das posições minoritárias e assumindo a noção de pluralidade de sujeitos políticos, estimulando a diversidade. Além disso, tal governo não estaria a serviço apenas dos trabalhadores, mas também deveria servir aos interesses dos setores populares, pequenos produtores e pequenos proprietários.<sup>203</sup> Com isso, o caráter classista do partido se alarga para abranger outros setores da sociedade. Desta forma, podemos perceber que a política de “acúmulo de forças”, antes direcionada para a construção de uma hegemonia do movimento operário, aos poucos, foi direcionada para o fortalecimento da disputa eleitoral, além de ser cada vez mais expandida à medida que passava a englobar outros setores da sociedade.

O socialismo a ser desenvolvido seria, portanto, um socialismo democrático, daí a ênfase dada à conquista de um governo democrático e popular, uma vez que, para o PT, “não pode existir um autêntico socialismo sem aprofundamento e defesa integral da democracia”.<sup>204</sup>

Partindo desse pressuposto, o partido assume a função de ampliar os seus esforços na esfera institucional, entendendo este como caminho necessário para a conquista da hegemonia.

O PT assume a candidatura Lula convencido de que nas condições brasileiras atuais a luta institucional precisa ser

---

<sup>201</sup> GUIMARÃES, Juarez. A estratégia da pinça. *Teoria e Debate*, n.12, 1990, p.33. O debate da “estratégia da pinça” é desenvolvido no subcapítulo “Acumulação de Forças e Hegemonia”.

<sup>202</sup> Resolução do 6º Encontro Nacional de 1989 In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 402.

<sup>203</sup> Idem, p. 397.

<sup>204</sup> Idem, *ibid*.

assumida com espírito ofensivo e corajoso, abandonando-se qualquer tipo de preconceito que ainda sobreviva entre nós diante da ação eleitoral, através das vias legais, na disputa por hegemonia até mesmo no interior de um Estado controlado pela burguesia.<sup>205</sup>

Um dos principais articuladores do Plano de Ação do Governo (PAG), o economista Carlos Eduardo de Carvalho, não deixa dúvidas quando afirma que o objetivo do plano de governo – na medida em que o socialismo não estava colocado como possibilidade imediata pelas massas – visava apenas “administrar o capitalismo brasileiro” sob novas formas:

Administrar o capitalismo com o objetivo de transformá-lo é um desafio histórico gigantesco, para o qual não há respostas suficientes na história do movimento operário e dos partidos socialistas. Porém, este é precisamente o desafio histórico colocado para o PT.<sup>206</sup>

Ou seja, caso Lula fosse eleito, os interesses fundamentais de muitas frações burguesas brasileiras e estrangeiras estariam assegurados:

[...] no capitalismo reformado do governo Lula o que se pretendia era democratizar o capital através de uma profunda redistribuição da renda [...] também ao contrário do que se propalava, o governo Lula não pensava em expulsar as empresas de capital estrangeiro, ou impedir sua entrada no país [...] Embora já tenha amadurecido entre nós a ideia de que não é possível fugir ao processo de internacionalização crescente da economia, isso não significa que não se estabeleçam normas de relacionamento com o capital estrangeiro que garantam a soberania nacional e tragam algum tipo de benefício para o conjunto da sociedade.<sup>207</sup>

A erradicação da miséria era vista como um esforço de crescimento econômico com distribuição de rendas e um conjunto de medidas, de acordo com o texto das diretrizes, “para que os trabalhadores não tenham dúvida de que em nosso governo suas condições de vida serão alteradas qualitativamente”, de forma que se rompa com a prática usual de “subordinar distribuição de rendas aos problemas conjunturais”.<sup>208</sup> Essa

---

<sup>205</sup> Idem, p. 399.

<sup>206</sup> CARVALHO, Carlos Eduardo. *Tentação reformista: o medo (e gosto) de pecar. Teoria e Debate*, n.10, 1990, p.51.

<sup>207</sup> POMAR, Wladimir. *Quase lá – Lula, o susto das elites*. São Paulo: Brasil Urgente, 1990, p. 43.

<sup>208</sup> Resolução do 6º Encontro Nacional de 1989. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). Op. cit., p. 409.

resolução distributivista evidencia a aproximação petista com as teses do economista J.M. Keynes. Incorre, porém, no erro de deixar intocada a relação entre produção e distribuição, reduzindo a solução do problema econômico a um ato político distributivista, isto é, supondo que basta a vontade política para reordenar a distribuição sem alterar o processo de produção. Em contraposição a esta perspectiva, vale a pena conferir a longa, mas necessária, advertência marxiana:

A articulação da distribuição é inteiramente determinada pela articulação da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que diz respeito ao objeto, podendo apenas ser distribuído o resultado da produção, mas também no que diz respeito à forma, pois o modo preciso de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, isto é, determina de que forma o produtor participará na distribuição [...] Na sua concepção mais banal, a distribuição aparece como distribuição dos produtos e assim como que afastada da produção, e, por assim dizer, independente dela. Contudo, antes de ser distribuição de produtos, ela é: primeiro, distribuição dos instrumentos de produção, e, segundo, distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes tipos de produção, o que é uma determinação ampliada da relação anterior. (Subordinação dos indivíduos a relações de produção determinadas.) A distribuição dos produtos é manifestamente o resultado desta distribuição que é incluída no próprio processo de produção, cuja articulação determina. Considerar a produção sem ter em conta esta distribuição, nela incluída, é manifestamente uma abstração vazia, visto que a distribuição dos produtos é implicada por esta distribuição que constitui, na origem, um fator de produção.<sup>209</sup>

Para Antônio Ozaí, a eleição presidencial de 1989 representou um dos maiores testes práticos às formulações políticas definidas pelo partido. Além do seu significado histórico, colocou às claras os limites da estratégia eleitoral. Para o autor, o PT teria cometido equívocos:

Ilusão quanto à disposição da classe dominante em respeitar o jogo eleitoral; subestimação da capacidade de coerção burguesa e da sua força ideológica (por exemplo, sua campanha anticomunista, usando habilmente os acontecimentos no Leste Europeu e a aliança petista com o PC do B). Preocupado com sua imagem perante o eleitorado, distanciou-se de seu ideário socialista e se viu acuado do terremoto que sacudia o mundo “comunista”.<sup>210</sup>

---

<sup>209</sup> MARX, K. Introdução. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p.11

<sup>210</sup> OZAÍ, A. *Partido de massas e partido de quadros: A socialdemocracia e o PT*. São Paulo: CPV, 1996, p.156.

Alexandre dos Santos Lopes também evidenciou a importância da crise do Leste Europeu no resultado das eleições de 1989.

Acreditamos que uma das causas atribuídas à derrota da Frente Brasil Popular foi a associação político-ideológica da direita sobre a crise do Leste Europeu, do socialismo real, de suas matrizes teóricas e filosóficas. Chegou-se a ponto de Fernando Collor, influenciado por setores da burguesia nacional e internacional, afirmar que se caso Lula ganhasse a eleição os cidadãos teriam que dividir suas casas com sem-teto, que seria inaugurada uma nova ditadura no Brasil, a exemplo dos países do Leste Europeu.<sup>211</sup>

Influenciados pelas transformações econômicas e políticas que ocorriam nos países do “socialismo real”, inúmeros dirigentes petistas com viés social-democrata se sentiram “amparados pela história” para rechaçar abertamente qualquer perspectiva próxima ou distante de lutar pelo socialismo. De acordo com Paulo Fernandes Baia, no período que se estende de 1988 até 1991, marcado pelo impacto da derrota presidencial em 1989 e pelo esgotamento do “socialismo real”, avançam dentro do partido as correntes moderadas e reformadoras, e o partido caminha para rupturas com os paradigmas clássicos da esquerda.<sup>212</sup> José Genoíno, ex-militante do PRC e agora dirigente da Democracia Radical (DR), considerada a tendência mais à direita do partido, simboliza bem esse processo, quando “o que está na ordem do dia é o conflito democrático, o conflito com base na persuasão, o conflito com base no convencimento e com base em disputas políticas, em que você pode ter reformas parciais ou reformas globais”.<sup>213</sup> E mais adiante, para que não persista nenhum tipo de dúvida, afirma:

A esquerda deve enfrentar de cara a questão da reforma do Estado. Esse é um dogma que a esquerda tem que rever também, porque como ela sempre trabalhou com a ideia de que nada havia a fazer se não destruir o Estado [...] E, hoje, devemos evoluir para a ideia de transformar esse Estado, promover reformas transformando nesse Estado. Primeiro: na sua destinação, o Estado tem que ser basicamente um promotor da cidadania e não um promotor de privilégios, que, aliás, já são consagrados pela realidade econômica. Segundo: investimento pesado no bem-estar social. Terceiro: redefinir aquilo que é

---

<sup>211</sup> LOPES, Alexandre dos Santos. *A metamorfose da atuação política do Partido dos Trabalhadores (1987 – 1991)*. Marília, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UNESP, p. 84.

<sup>212</sup> BAIA, Paulo Fernandes. *A economia política do PT: um estudo sobre o discurso petista (1979-1994)*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Economia) – PUC-SP, p. 135.

<sup>213</sup> GENOINO, J. *Repensando o Socialismo*, 2.ed., São Paulo: Brasiliense, 1991, p.39.

estratégico, aquilo que é fundamental para o conjunto da economia.<sup>214</sup>

No 7º Encontro Nacional, realizado em 1990, a Articulação elegeu 56% dos delegados, firmando-se como tendência majoritária na direção do partido. Entretanto, ressaltou, em suas resoluções, a composição heterogênea do partido o que resultaria numa ausência de filosofia oficial.

Somos, de fato, uma síntese de culturas libertárias, unidade na diversidade. Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não-marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc. O ideário do Partido não expressa, unilateralmente, nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia oficial. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta. O que une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre textualmente codificadas, é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão.<sup>215</sup>

Apesar da apresentação de oito teses, da disputa de quatro chapas e das vitórias da tese-guia “Socialismo e estratégia”, apresentada pela Articulação, e de Lula na presidência do partido, em função do consenso na maioria das resoluções, o evento foi chamado de Encontro da Unidade, evidenciando que mesmo na diversidade, havia muita união.

Por exemplo, para a redação do texto sobre o socialismo, a Diretoria Nacional nomeou uma comissão com membros das várias tendências e, com base nas teses apresentadas, o documento final incluiu os pontos que foram considerados consensuais. O que poderia levar à conclusão de que todas as correntes internas do partido, ou pelo menos sua maioria, de uma maneira ou de outra, repensaram a questão dos princípios e valores.

As resoluções procuravam expressar o que teria sido acumulado dentro do partido em relação aos acontecimentos do Leste Europeu e do próprio socialismo, teciam críticas ao chamado “socialismo real”, apontavam alguns elementos centrais

---

<sup>214</sup> Idem, p.52.

<sup>215</sup> Resolução do 7º Encontro Nacional de 1990 In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 430.

pelos quais o socialismo do PT lutaria e ainda faziam uma longa análise da vocação democrática do PT. Falava-se muito mais do socialismo não desejado e de algo complexo a ser construído do que, propriamente, de um novo socialismo. Além disso, as considerações centrais e direcionadas diziam respeito mais à democracia e, por extensão, diríamos, à institucionalidade.

O PT recusava o socialismo real, pois seria incompatível com o seu projeto partidário. E apresentava outras razões para a discordância: identidade democrática do PT e seu compromisso estratégico com a democracia; carência de democracia política; vigência de um pluripartidarismo meramente formal; simbiose do partido com o Estado; o domínio de uma burocracia e um planejamento verticalista e autoritário etc. Como decorrência, defendia que o socialismo seria radicalmente democrático ou não seria socialismo. Após elogiar a Nicarágua por sua equidade política e civil, enfatizou-se que o PT foi o primeiro partido no Brasil a apoiar a luta democrática do Solidariedade,<sup>216</sup> posicionando-se contra a burocracia polonesa, solidarizando-se com a luta por regimes democráticos nos países do socialismo real e as conquistas democráticas obtidas.

No terreno político, argumentou-se que o socialismo deveria não somente conservar, mas ampliar as liberdades democráticas conquistadas sob o capitalismo e que seus limites seriam dados pela institucionalidade democrática (liberdade de opinião, organização etc.).<sup>217</sup> Contudo, o que chama a atenção não é a necessidade de manter as conquistas democráticas e elevá-las a um patamar superior, mas a ausência de uma reflexão um pouco mais aprofundada da relação entre certa ordem de produção fundada no capital e as formas institucionais e políticas que lhe correspondem.

O perfil do socialismo defendido seria traçado com base em uma unidade entre “socialismo e humanismo”, a partir de uma “recuperação ética da política”. Tornava-se necessária a constituição de um “sujeito democrático coletivo sem, com isso negar a fecunda e desejável singularidade individual”, ao mesmo tempo em que assegurasse “a

---

<sup>216</sup> Recebeu o nome de *Solidariedade* (Solidarnosc, em polonês) uma federação sindical polonesa fundada a 31 de agosto de 1980. Foi um dos agentes mais importantes a surgir na Polônia no início dos anos 80, com o objetivo de pressionar o governo do Partido Comunista Polonês a implementar mudanças na política do país. Seu líder, Lech Walesa (prêmio Nobel da Paz em 1983 e presidente da Polônia de 1990 a 1995) será o principal agente na transição política de um regime governado por um partido único, sob uma economia planificada, para regime pluripartidário, sob uma economia de mercado nos moldes dos países da Europa ocidental.

<sup>217</sup> Resolução do 7º Encontro Nacional de 1990. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). Op. cit., p. 435.

igualdade fundamental entre os cidadãos”, sem perder de vista o “direito à diferença”, etc.<sup>218</sup>

Apesar de as maiores definições sobre o socialismo terem sido remetidas ao 1º Congresso Nacional, realizado em 1991, a democracia foi muito valorizada, transformada em eixo de análise e orientadora das discussões sobre o socialismo, encarado como a radicalização da democracia na política, nos costumes etc. Acrescenta-se que a novidade era que a democracia estaria sendo apresentada como requisito fundamental para superar o capitalismo e fator de unificação do partido.

A defesa da democracia não deveria ter mais um valor tático, mas adquirir um *valor estratégico*, um *valor em si mesmo*. Numa formulação que tem o mérito da clareza e da polêmica, um qualificado intelectual e dirigente político do PT, sintetizou o compromisso do partido com a democracia: “[...] a democracia política é um fim em si. Um *valor estratégico e permanente*. Se esta tese é social-democrata, paciência. Sejamos social-democratas”.<sup>219</sup>

O que fica mais claro nas resoluções sobre socialismo, além da predominância sobre a democracia é que, tanto o socialismo não desejado, como a democracia proposta exprimem fundamentalmente uma espécie de tentativa de retorno às orientações do eurocomunismo. Francisco Weffort e Carlos Nelson Coutinho serão os principais intérpretes das teses eurocomunistas para o Brasil. O primeiro ocupou cargos de Secretário Geral na executiva nacional do partido até as eleições de 1989, mesmo ano que o segundo se filiara à legenda, participando de seus principais debates do partido. Na observação de Marco Aurélio Nogueira, o ensaio de Coutinho, “A democracia como valor universal”, teria se constituído num autêntico “divisor de águas” no interior do marxismo brasileiro. O entusiasmo de Nogueira levou-o a afirmar que o artigo citado “impulsionou realinhamentos teóricos fundamentais e, sobretudo, ajudou a consolidar, entre muitos revolucionários, uma cultura política democrática e uma visão moderna de socialismo”.<sup>220</sup>

Nas resoluções políticas, a “nova sociedade” continuava sendo formulada sob discursos vagos, ficando a critério de cada tendência a sua definição. O que se

---

<sup>218</sup> Idem, p. 434.

<sup>219</sup> GARCIA, Marco Aurélio. Terceira Via: A social-democracia e o PT. *Teoria e Debate*, n.12, 1990, p.55. Grifo original.

<sup>220</sup> NOGUEIRA, Marco A. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco A, (orgs.), *Gramsci e a América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

encontrava adiante é novamente a afirmação da esfera institucional como instrumento para a gestação dessa nova sociedade.

Dentro da política de acúmulo de forças, o objetivo de nossa relação com a institucionalidade é a ocupação de espaços para a demonstração de que é possível uma nova forma de gerir a coisa pública [...] é também a busca de estimular a organização democrática e participativa da sociedade [...] é ainda a constituição de uma tribuna ampliada para a denúncia e a proposição de novas formas de se organizar uma sociedade. Nossos mandatos são instrumentos, também, de crescimento da credibilidade social que nosso partido necessita na busca da hegemonização dos mais amplos setores da sociedade.<sup>221</sup>

Desse modo, as resoluções evidenciam o fim do enfrentamento das instituições burguesas em favor da estratégia de acúmulo de forças. Atuação circunscrita, portanto, às regras do jogo burguês: “Respeitando a autonomia das instituições e de que o ato de governar é necessariamente amplo e voltado para o conjunto da sociedade”.<sup>222</sup> Ou seja, prossegue-se com uma política de acumulação de forças, mas sem a adoção da ideia de ruptura.

Cabia ao PT revisar sua política de alianças e ampliar sua base social e eleitoral tão somente com perspectivas de disputar novas eleições para se consolidar como uma alternativa real de governo para o Brasil.

A consolidação do PT como partido, a ampliação de sua base social e eleitoral, o aprofundamento da consciência democrático-popular do eleitorado, particularmente dos trabalhadores, é nosso principal objetivo. Nosso partido e, especificamente, a liderança do companheiro Lula, são uma alternativa real de governo e de projeto para milhões de brasileiros, e nós temos responsabilidades de viabilizar nos estados uma política de alianças que leve aos governos políticas de esquerda e progressistas.<sup>223</sup>

Foi aprovada, então, uma política de alianças no campo da esquerda, composta pelo PT, PCB, PC do B e PV (Partido Verde) que fixou como critérios: a oposição a Fernando Collor de Melo, um programa democrático-popular, campanhas eleitorais conjuntas e uma concepção de socialismo democrático. Também foram flexibilizadas as alianças ao incorporarem setores do PSDB, PMDB e PDT, mesmo considerando-os

---

<sup>221</sup> Resolução do 7º Encontro Nacional de 1990 In ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 450.

<sup>222</sup> Resolução do 7º Encontro Nacional de 1990. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). op. cit., p. 450.

<sup>223</sup> Idem, p. 457-458.

como casos excepcionais e a serem referendados pela direção nacional e as respectivas direções estaduais.

Como atividade preparatória do 1º Congresso Nacional, de 1991, o PT organizou um seminário. O resultado deste evento resultou em uma publicação especial denominada *Cadernos de Teoria e Debate: PT e o Marxismo*.<sup>224</sup> Já na apresentação do livro, Augusto de Franco, então coordenador do 1º Congresso, alertava para uma questão central que permearia as discussões: a “crise do marxismo”.

Numa perspectiva crítica à obra marxiana, Marcos Rolim opôs o “jovem” ao “velho” Marx, em favor do primeiro, pois este ainda seria fonte de alguma inspiração teórica para os dias atuais. E, pautando-se, sobretudo, em Habermas, desenvolveu uma teoria política fazendo menção à razão comunicativa.

Ao invés interlocuções que colocam suas pretensões de validade entre parênteses e, como resultado do próprio discurso (argumentativo), superando as unilateralidades de suas premissas, o que temos assistido é a promoção de uma “razão instrumental” fundada na expectativa êxito e na pretensão de derrotar o oponente. Nesta tradição, debater indica pouco mais que um eufemismo. Na vida partidária os espaços para o exercício daquilo que Apel e Habermas chamaram de uma “razão comunicativa” – razão orientada para o entendimento – são muito reduzidos. Acredito que esta intolerância presente na esquerda está relacionada com as concepções teórica tributárias do marxismo.<sup>225</sup>

Tarso Genro e Roberto Romano, cada um a seu modo, convocaram a reflexão petista para o encontro entre as teses marxistas e outras teorias progressistas da modernidade. Genro criticava o “marxismo oficial” da III Internacional justamente pelo, segundo ele, “estancamento do debate com outras tradições modernas”. Por sua vez, Romano questionava a necessidade dos petistas discutirem apenas o marxismo, quando outros autores poderiam também servir como referências para um partido de massa dos trabalhadores. Romano ressalta Weber, por exemplo. Genro referia-se a Castoriadis, Poulantzas, Offe, Cerroni e Bobbio:

O marxismo tem uma vitalidade irrenunciável para a elaboração de uma teoria do socialismo moderno, particularmente na produção teórica dos seus hereges – como Gramsci, Bloch, os últimos Lukács e Korsh, apenas para exemplificar bem como

---

<sup>224</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Cadernos de Teoria e Debate: O PT e o Marxismo*. São Paulo: Diretório Regional de São Paulo, 1991.

<sup>225</sup> Idem, p.27.

nas reflexões frankfurteanas e nas elaborações sobre o Estado, através de autores como Castoriadis, Poulantzas, Klaus Offe e Cerroni [...] Creio que o nosso partido não pode e não deve colocar estatutariamente referência a qualquer filosofia.<sup>226</sup>

A polêmica sobre a obra de Lênin é o principal eixo das críticas de Augusto de Franco, Marco Aurélio Garcia e Carlos Nelson Coutinho ao marxismo da III Internacional. No esforço de contestar o marxismo-leninismo, Franco acabou por atribuir a Lênin o papel de fundador de tal vertente empobrecedora da tradição marxista. Garcia e Coutinho convergiam na crítica às concepções lenineanas de Estado, democracia e revolução, ambos afirmando a concordância com a concepção — divulgada teoricamente no Brasil por Coutinho — da democracia como valor universal.

O “campo majoritário” propunha a “ampliação” do marxismo via Gramsci — problemáticamente, em sua maioria, diga-se de passagem; agora, trata-se de questionar as linhas gerais do conjunto da tradição marxista e a própria necessidade do marxismo ser um recurso obrigatório ao partido. Autores como Habermas, Guiddens e Bobbio passam a prevalecer nas reflexões dos setores majoritários do partido. A questão do socialismo neste debate sobre o marxismo esteve submetida à polêmica entre o PT afirmar ou não o marxismo como seu principal referencial teórico. A negação do marxismo como base teórica para o petismo encontrou esteio na afirmação hegemônica da inexistência de uma teoria necessária ao partido.

Para o 1º Congresso, realizado entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991, além das atividades nacionais preparatórias desenvolvidas também em diversos estados (mesas redonda, discussões de textos etc.), foram apresentadas, no total, 14 teses, embora nem todas tenham sido defendidas e, como se tornara habitual, adotou-se como tese-guia a proposta vencedora da Articulação, denominada *Por um Brasil Democrático e Popular*. André Singer defendeu que ocorresse uma lapidação moderada dos princípios estratégicos do PT, inclusive no sentido de evitar que as esquerdas derrotadas rompessem com o partido:

[O PT] evoluiu da ênfase na ocupação do Estado pelo proletariado para a proposta de uma transformação social, que é denominada, nos documentos, de “Revolução Democrática”. A transição de um a outro modo de pensamento ocorreu na passagem da década de oitenta para a década de noventa e talvez não tenha ainda se completado, uma vez que cerca de um terço do partido está comprometido com o ponto de vista

---

<sup>226</sup> Idem, p.43-44.

anterior. Para que não ocorresse ruptura entre facções internas, a modificação deu-se de modo sutil, sem a revisão aberta dos pontos de vista antigos. O conteúdo transformou-se sob o manto da palavra “revolução”.<sup>227</sup>

Conforme afirma Singer, não era nada impreciso o processo de consolidação da estratégia da Articulação. Pelo contrário, apesar de sutil, um conjunto de ideias-força, que cada vez mais deixava de lado a perspectiva de ruptura revolucionária, era conformado, mesmo que isso não tenha sido feito de forma aberta. O que, evidentemente, não impediu que tal processo se realizasse veladamente, com o objetivo, inclusive, de evitar rompimentos com as outras tendências do partido.

As resoluções ilustram as mudanças que o partido desenvolveu ao longo da década de 1980. A falência dos países integrantes do “socialismo real” exigiu do partido uma postura crítica, a fim de se desvencilhar de qualquer comparação que pudesse ser feita em relação ao projeto petista, decisão que custou caro à candidatura presidencial de Lula, em 1989. Segundo a avaliação petista, o que desabou no Leste Europeu foi resultado direto de um certo momento histórico que se generalizou a partir da revolução soviética, transformado em “dogma” e que escondia deformações sérias em relação aos ideais socialistas. O fracasso das economias dos países do “socialismo real” é visto como produto de uma sociedade que sofria com a ausência de democracia nas estruturas Estado-partido. Buscando acertar as contas com o passado, o PT fez uma autocrítica devido ao apoio manifestado aos países do “socialismo real”:

Embora nunca tivessem sido predominantes, há uma série de fatores na história do PT que ajudam a entender as razões desta contradição. Entre elas, destacam-se a disputa ideológica com o capitalismo, nas condições de guerra fria; uma certa nostalgia na busca da criação de um partido de vanguarda no Brasil; a defesa do estatismo como sinônimo de socialismo e a ideia de democratização da sociedade a partir do Estado; e, finalmente, a convivência com teorias científicas e produtivistas do desenvolvimento econômico. Desse modo, acabamos nos posicionando como se o socialismo pudesse se realizar sem uma progressão histórica dos povos no sentido da democracia e da liberdade.<sup>228</sup>

Observe-se que o que deveria ser consertado na formulação do PT era a visão “dogmática” em relação ao processo de transformação social, que, por exemplo,

---

<sup>227</sup> SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001 (Folha Explica), p.31.

<sup>228</sup> Resolução do 1º Congresso Nacional de 1991. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 495.

supunha necessária a chegada ao poder de Estado pela destruição do domínio político da burguesia. Nesse momento, fica evidenciado que o caminho “correto” seria a progressão da “democracia e liberdade” entendidas como uma democratização da sociedade civil. Trata-se, segundo as resoluções, de chegar a uma “nova ordem de cidadania plena”.

Valendo-se da crítica ao “socialismo real” – o “socialismo autoritário” – o partido se apresentou para construir o “socialismo petista” – o “socialismo democrático”: “Não pode haver esperança com esse horizonte socialista. Por isso, o PT tem que recusar claramente esse modelo. Cabe ao Partido apontar para um horizonte socialista para a humanidade bem diferente do socialismo real”.<sup>229</sup>

O socialismo petista, de acordo com as resoluções do 1º Congresso Nacional, teria dois aspectos fundamentais: a centralidade da democracia e a “disputa de hegemonia” como eixo central de sua estratégia. Estes aspectos estariam profundamente associados, já que parecia ser fundamental na sua formulação o argumento de que a “construção” da alternativa socialista por vias democráticas de disputa de hegemonia seria a condição para evitar, tanto o autoritarismo do “socialismo real”, como o abandono da meta socialista pela social-democracia. Assim, o socialismo petista recusaria a defesa da “ditadura do proletariado”, entendida como “ditadura do partido único”,<sup>230</sup> em favor da radicalização da democracia. Vale lembrar: trata-se da reivindicação da tese eurocomunista a respeito da “democracia como valor universal”, portanto, da defesa da concepção “ontopositiva da politicidade”.

Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concretizado em todos os países do chamado socialismo real [...] Afinal, “democracia, para nós, é simultaneamente meio e fim”. Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores.<sup>231</sup>

---

<sup>229</sup> Idem, *ibid.*

<sup>230</sup> É importante ressaltar que, de acordo com a compreensão petista, “ditadura do proletariado” é o mesmo que “ditadura do partido único”. No entanto, sabemos que tal interpretação difere (e muito) da concepção marxiana desenvolvida em obras como *Guerra Civil em França*, em um contexto específico, designa o conteúdo social e de classe do Estado durante os processos revolucionários. Assim, o partido único e os sindicatos como correia de transmissão do Estado, tornaram-se oficiais somente a partir do desenvolvimento histórico da luta pelo socialismo na União Soviética, e somente após derrota da “velha guarda” bolchevique.

<sup>231</sup> Resolução do 1º Congresso Nacional de 1991. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). Op. cit., p. 495.

Tal resolução remete à tese defendida por um importante membro na social-democracia alemã, conhecido como revisionista e precursor da “via parlamentar para o socialismo”: Eduard Bernstein. Posteriormente, seria lembrado por intelectuais petistas como Marco Aurélio Garcia, Francisco de Oliveira e José Genoino. Vejamos a semelhança:

A democracia é, ao mesmo tempo, meio e fim. É o meio da luta pelo socialismo e é forma da realização do socialismo [...] A socialdemocracia não quer destruir essa sociedade ou proletarizar a inteira massa dos seus membros; ao contrário, ela atua incessantemente para elevar o trabalhador da condição social de proletário àquela de cidadão e, portanto, generalizar o sistema civil [...] ou a condição de cidadão.<sup>232</sup>

A concepção ontopositiva da politicidade identificada a partir da compreensão da “democracia como valor universal” se evidencia com defesa liberal, vinculada à tradição burguesa, do Estado de Direito:

O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de Direito, no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical etc [...] A democracia socialista que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância no poder.<sup>233</sup>

Da crítica ao conceito de ditadura do proletariado, o PT se move para o interior da concepção liberal de política e da democracia como forma pura e abstrata. Neste processo, o recurso encontrado pelos petistas para o aprimoramento moderado da meta socialista foi a injeção de “doses massivas de ‘convicção democrática’”. A irônica crítica de Iasi aponta que o PT propunha “superar o capital democraticamente, [...] superar o liberalismo a golpes de ‘liberalismo verdadeiro’, radicalizando a democracia”.<sup>234</sup> Evidentemente, o Estado Democrático de Direito — o Estado Moderno — é também encarado pelos petistas, sob tal fetiche politicista, como meio e fim. E o pluralismo político defendido como constituinte do socialismo democrático encontraria, segundo os petistas, seu fundamento concreto na diversidade de formas de propriedade.

---

<sup>232</sup> BERNSTEIN, Eduard apud HOBBSBAWN, Eric. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, v.2, p.282.

<sup>233</sup> Resolução do 1º Congresso Nacional de 1991. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). Op. cit., p. 500.

<sup>234</sup> IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.473.

Assim, o vislumbrado socialismo petista é compreendido como produtor e produto da “socialização política”. Neste sentido, a política é vista como instituição perene da ordem futura, assim como agente do ordenamento sócio-econômico. A postura politicista se evidencia quando o PT afirma que, diferentemente do período anterior a 1987, quando a disputa por hegemonia era colocada como uma política de acúmulo de forças, pois não se colocava, na realidade, a possibilidade de tomada do poder, passava necessariamente a incluir a disputa pelo governo federal, a gestão das administrações, a luta pela democracia no Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais.<sup>235</sup>

A conquista do governo federal, assim como as condições para governar só seriam possíveis com a ampliação da política de alianças.

A política de alianças desenvolvida pelo PT a partir de 1987 não só precisa ter continuidade, mas, inclusive, deve ser radicalizada, principalmente frente à ofensiva neoliberal e ao agravamento da crise econômica e social do País. Toda a experiência nos governos municipais, no Parlamento e mesmo nos movimentos sociais aponta para a necessidade de uma ampla política de alianças, destinada a enfrentar a nova realidade internacional e o bloco político que sustenta a onda neoliberal no Brasil.<sup>236</sup>

Por meio da análise das resoluções, percebe-se que o socialismo petista se transformava no próprio movimento por reformas, tal como defendia Bernstein, para quem o trabalhador deveria usar o luta institucional como um espaço de negociação, no qual a sua condição de classe era negada em favor da ampliação de sua cidadania.

É preciso combinar a necessária luta pelas reivindicações setoriais com uma atuação mais ampla, que envolva a negociação e a ação na frente institucional, e uma política de alianças que inclua os setores marginalizados e desorganizados da sociedade [...] O movimento sindical tem que considerar o trabalhador não só como assalariado, mas também como produtor, contribuinte e, principalmente, eleitor e cidadão, assumindo plenamente a luta política pelo alargamento dos direitos da cidadania.<sup>237</sup>

O confronto imediato com a ordem presente nos primeiros anos da década de 1980 foi substituído paulatinamente por uma nova concepção acerca da hegemonia,

---

<sup>235</sup> Resolução do 1º Congresso Nacional de 1991. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). op. cit., p. 505.

<sup>236</sup> Idem, p. 511.

<sup>237</sup> Idem, p. 506.

entendida como a construção de um grande movimento social por reformas e modernização. Nas resoluções, modernização significa “distribuir renda e alargar o espaço de cidadania” e “recuperar o papel econômico e orientação social do mercado”. Tais propostas vão de encontro às transformações impulsionadas pela Glasnost e Perestroika de Gorbachev<sup>238</sup> e por novos intelectuais como Alec Nove.<sup>239</sup>

O PT entende que é preciso estimular o planejamento estratégico e democrático do desenvolvimento, diversificar as formas de propriedade, gestão e controle social, combinando diferentes formas de propriedade (estatal, coletiva, social, pública, particular, mistas), privilegiando as formas de propriedade de caráter social e estabelecendo limites à propriedade individual, de acordo com critérios vários, como setor de atividade, volume de lucro gerado, número de empregados, entre outros; diferentes formas de gestão econômica (autogestão, direção pessoal ou coletiva, mistas) e várias formas de controle social (sindical, popular, estatal), compreendendo que a eliminação das desigualdades herdadas do capitalismo demandará um longo, demorado e conflituoso processo, do qual, no momento, só podemos vislumbrar as formas mais gerais.<sup>240</sup>

Desse modo, para o PT, a existência do mercado é compatível com sua concepção de socialismo. Alec Nove rejeita a prática do socialismo tal como indicado por Marx, apontando para uma impossibilidade de socialismo sem produção de *mercadorias* e propõe uma forma mista de sociabilidade na qual o socialismo esteja junto com o mercado. Polemizando com Alec Nove e com os demais defensores do “socialismo com mercado”, Ernest Mandel denuncia o caráter utópico dessa propositura.

Um maior nível de responsabilidade social livremente aceita pelos indivíduos e, ainda, ao mesmo tempo, um arcabouço social permeado pela competição por remuneração financeira e ganhos materiais – representa o cúmulo da utopia!<sup>241</sup>

---

<sup>238</sup> Em 1995, Mikhail Gorbachev passou a dirigir a URSS, seu governo foi marcado pela abertura democrática, a glasnost (transparência) e pela reconstrução da economia através de uma abertura sob a lógica da economia de mercado, chamada de perestroika.

<sup>239</sup> Alec. *A economia do socialismo possível*. São Paulo: Ática, 1989.

<sup>240</sup> Resolução do 1º Congresso Nacional de 1991. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). Op. cit., p. 501.

<sup>241</sup> MANDEL, E. *Socialismo X mercado*. São Paulo: Ensaio, 1991, p. 91. No subcapítulo “Socialismo Real” as posições de Alec Nove e Ernest Mandel são abordadas mais detalhadamente.

Portanto, o socialismo preconizado pelo PT se insere na órbita do capital, pois se assenta sob a propriedade privada e todas as conexões dela decorrente: trabalho assalariado, subordinação do trabalho vivo sob o trabalho morto, extração da mais-valia, mercado, entre outras.

## **2.2. Partidos de massas e partido de quadros**

A discussão acerca do tipo de partido que o PT vislumbra remete às primeiras contendas do movimento operário no início do século XX, a lembrar a polêmica entre os bolcheviques de Lênin e os mencheviques de Martov e Plekhanov, cujo debate tornou-se célebre ao levantar uma questão que permeou as reflexões de vários partidos socialistas do século XX. A polêmica estava polarizada, de um lado, pela defesa de um partido de quadros, militantes profissionais e disciplinados, com um alto grau de hierarquia, sustentado pelo centralismo democrático e, de outro, pela defesa de um partido aberto, amplo e de massas, possuindo a existência de heterogêneas correntes no interior do partido.

Lênin, dirigente dos bolcheviques, também travou debate semelhante com Rosa Luxemburgo, que criticava o centralismo do dirigente russo afirmando o caráter revolucionário da espontaneidade das massas. Lênin, por sua vez, apontou a singularidade do caso russo, que possuiria um Estado policial, de repressão política e, portanto, de ausência de liberdades democráticas. Caso diferente da Alemanha de Rosa Luxemburgo, que já gozava de amplas liberdades democráticas.

Em 1990, Marco Aurélio Garcia, então membro da Articulação, faz esse retrospecto para delimitar as raízes das discussões entre “social-democratas” e “leninistas” ou “bolchevistas”, que teriam o quadro da Primeira Guerra Mundial como um divisor de águas. Na ocasião, o Partido Social-Democrata Alemão (SPD) decidira apoiar o governo do *Kaiser* fazendo “votos de guerra”. Arrastara assim, a social-democracia da II Internacional a apoiar os seus respectivos governos nacionais. A exceção seria a social-democracia italiana e russa de Lênin. Desde então, os russos se valem da denominação “comunista” para se diferenciarem das demais social-democracias.

Por considerar a social-democracia como "traidora" e "apodrecida", os bolchevistas decretaram a "falência da II Internacional" e decidiram formar, em 1919, a Internacional Comunista ou III Internacional, da qual deveriam ser excluídos todos os social-democratas.<sup>242</sup>

Aqui, Garcia sai em defesa da social-democracia: "Mas o que a compreensível indignação dos revolucionários não explicava era como a 'traição' havia sido seguida pelas massas trabalhadoras de todos os países europeus".<sup>243</sup>

Entretanto, apesar dessa divergência explícita entre a social-democracia e os "leninistas", Garcia se esforçava para recuperar raízes comuns existentes entre esses grupos. O petista recorda as consequências trágicas que marcaram a derrota da Comuna de Paris e o famoso prefácio de Engels para o livro "Luta de Classes na França", de Marx, sobre o sufrágio universal.

Ao invés das ações insurrecionais e dos grupos conspirativos de distintas inspirações doutrinárias, que marcaram o movimento operário francês, surgia o cada vez mais massivo proletariado alemão, disciplinadamente organizado em seus sindicatos, dirigidos pelo SPD. A via eleitoral vinha sendo seguida desde 1866 e, em 95, pouco antes de sua morte, Engels saudava o "uso inteligente" do sufrágio universal pelo proletariado da Alemanha.<sup>244</sup>

A social-democracia instrumentalizaria o prefácio de Engels para justificar a sua opção pela via eleitoral, abandonando, por definitivo, a luta insurrecional. Na contramão, Lênin formaria com o partido bolchevique, um partido de quadros, revolucionários profissionais, originários na sua maioria de fora da classe trabalhadora, que teria como função organizar os trabalhadores para o assalto ao poder.

Na transição do século XIX para o XX, a própria social-democracia alemã vivenciara uma das polêmicas mais conhecidas do debate marxista. Eduard Bernstein e Rosa Luxemburgo apontaram para dois caminhos distintos a respeito da construção do socialismo.

Bernstein fez um forte ataque às supostas teses de Marx sobre a tendência à pauperização absoluta da classe operária e à desaparecimento das classes médias, ao mesmo tempo em que criticava a ideia de que a revolução seria o resultado das contradições insolúveis do modo de produção capitalista. Em decorrência dessa interpretação

---

<sup>242</sup> GARCIA, Marco Aurélio. Terceira via: A social-democracia e o PT. *Teoria e Debate*, n.12, 1990, p. 48.

<sup>243</sup> Idem, *ibid*, p.48.

<sup>244</sup> Idem, *ibid*.

particular das teses marxianas, Bernstein advogava uma estratégia operária fundada na conquista de reformas sucessivas nos marcos do capitalismo que desembocasse em uma sociedade nova sem a necessidade de uma ruptura revolucionária.

Rosa criticou Bernstein centrando seus argumentos na ilusão deste sobre as possibilidades de autotransformação do capitalismo. O socialismo seria obra da classe trabalhadora, mas sua viabilidade estava inscrita na impossibilidade do capitalismo evitar sua própria bancarrota.

Marco Aurélio Garcia evidenciou uma matriz “economicista” comum compartilhada tanto por revolucionários, quanto por reformistas.

Esta visão economicista do capitalismo e de suas possibilidades de transformação acabou por revelar-se uma matriz comum de toda a social-democracia. Era compartilhada pelos setores revolucionários, que advogavam a tomada violenta do poder, e pelos reformistas, que defendiam as conquistas por meios pacíficos e que não aceitavam explicitamente as teses de Bernstein.<sup>245</sup>

Denunciado por Garcia, o economicismo teria resultado na concepção de que haveria “leis científicas” no desenvolvimento capitalista e uma missão histórica a ser cumprida pelo proletariado.

Reformistas e revolucionários, fixando-se objetivos distintos, partiam, no entanto, do mesmo suposto: havia “leis científicas” do desenvolvimento capitalista. Uma “necessidade histórica” impelia o proletariado em determinada direção. O socialismo era uma ciência. O que diferenciava uns dos outros eram os métodos e os ritmos.<sup>246</sup>

De acordo com a concepção leninista, a referida missão histórica do proletariado deveria ser organizada pelo partido de vanguarda, de quadros. Garcia colocou em xeque o poder de organização do partido.

Mas se somente o partido de vanguarda era capaz de operar no proletariado a transformação de sua consciência espontânea (reformista) em consciência de classe (revolucionária), pela fusão da teoria revolucionária com a dinâmica das lutas dos trabalhadores, como explicar que fora justamente o partido mais preparado intelectualmente (o SPD) que se deixara “corromper”?<sup>247</sup>

---

<sup>245</sup> Idem, p.49.

<sup>246</sup> Idem, ibid.

<sup>247</sup> Idem, ibid.

A crítica ao partido de vanguarda defendido por Lenin é estendida aos próprios efeitos da revolução bolchevique de 1917 que teria substituído a ditadura do proletariado pela ditadura do partido, através da aniquilação da autonomia dos soviets.

A ditadura do proletariado, em nome da qual se dissolveu a Assembleia Nacional Constituinte eleita em 1917, e onde os bolchevistas ficaram em minoria, não teve existência real. Os soviets rapidamente deixaram de existir, os partidos foram sendo sucessivamente suprimidos e, a pouco andar, a Rússia se transformara em ditadura de um partido.<sup>248</sup>

Na Itália, Gramsci já advertia que "ser um partido de massas ou um partido de quadros não se reduz a uma opção dos dirigentes de um determinado partido político, mas é, isto sim, expressão de um mecanismo histórico".<sup>249</sup> Neste sentido, o marxista italiano deixa claro que as formas de organização da classe trabalhadora estão condicionadas pelas determinações históricas, evidenciando a falsa polêmica que envolve a discussão.

Em 1988, Tarso Genro<sup>250</sup> expôs esse debate nas páginas da revista *Teoria e Debate* escrevendo sobre a construção do partido de massas ou do partido de quadros explicando a polêmica nos debates marxistas:

Rosa Luxemburgo e Lenin respondiam a questões absolutamente diversas, na Alemanha e na Rússia, respectivamente... Rosa supervalorizava a espontaneidade porque se enfrentava com o burocratismo e conservadorismo do sindicalismo alemão, que enquadrava a iniciativa das massas no oportunismo parlamentar: Lenin torcia o bastão na defesa da organicidade e na qualificação dos quadros, porque brigava contra o liberalismo organizativo de um "conglomerado informe de organizações locais", que impossibilitava uma intervenção orgânica do proletariado na revolução democrática que estava em curso na Rússia.<sup>251</sup>

Genro afirma, portanto, não existir uma teoria integral de Lênin a respeito do partido revolucionário socialista e que a verdadeira polêmica é "partido de massas X partido (só) de quadros":

O partido de quadros só se justifica de maneira *pura* em épocas de rigorosa clandestinidade e violenta repressão do Estado

---

<sup>248</sup> Idem, p.50.

<sup>249</sup> Gramsci apud ALVAREZ, Cezar. Para onde vai o PT: Modelo Esgotado. *Teoria e Debate*, n.15, 1991, p. 41.

<sup>250</sup> Membro da tendência Democracia Radical (DR), liderada por José Genoíno.

<sup>251</sup> GENRO, Tarso. Um novo partido socialista de massas. *Teoria e Debate*, n.4, 1988, p.39.

burguês. Um partido de massas pode ser de vanguarda e para sê-lo precisa contar com milhares de quadros.<sup>252</sup>

Já em 1990, Genro ressaltava a importância de Gramsci e Rosa Luxemburgo no desenvolvimento da noção de partido de massas, em contraposição à de partido de quadros, de Lênin.

Rosa e Gramsci apresentam um traço comum na sua concepção de partido em sociedades desenvolvidas: não se trata mais de um partido fundamentalmente de quadros tipo bolchevique, mas um partido de quadros e militantes, aberto à participação de elementos das massas. Um partido de milhares, seja para o preparo da "greve geral política" (Rosa), seja para a disputa de "longo curso" pela hegemonia (Gramsci).<sup>253</sup>

Marco Aurélio Garcia assinala que o mundo pós Segunda Guerra, marcado pela bipolaridade da Guerra Fria, levaria a significativas transformações nos perfis dos partidos da classe trabalhadora, de modo que:

Os PCs do Ocidente entraram em um novo período de isolamento, de um marcado sectarismo pró-soviético, enquanto nos partidos social-democratas começavam a acontecer dois movimentos: o abandono de qualquer veleidade doutrinária que pudesse ser associada à herança marxista e revolucionária e a definição de uma estratégia de governo a partir da qual viriam a ser aplicadas, sobretudo na Europa, políticas de welfare state, o Estado de bem-estar.<sup>254</sup>

Fica evidenciado, pelo próprio Marco Aurélio Garcia, o abandono do marxismo pela social-democracia e a adoção de uma estratégia reformista que desembocaria no *Welfare State*. No entanto, Garcia assinala que os partidos representantes da classe trabalhadora da América Latina seguiriam caminhos distintos dos traçados na Europa:

Razões sociológicas e de cultura política acabaram por aproximar mais as vanguardas revolucionárias da América Latina do paradigma soviético (em suas versões maoísta, guevarista e outras) do que do modelo social-democrata.<sup>255</sup>

---

<sup>252</sup> Idem, p.40. Grifo original.

<sup>253</sup> GENRO, Tarso. Gramsci, Rosa e o PT: A história se reflete. *Teoria e Debate*, n.10, 1990, p.45.

<sup>254</sup> GARCIA, Marco Aurélio. Terceira via: A social-democracia e o PT. *Teoria e Debate*, n.12, 1990, p.51.

<sup>255</sup> Idem, *ibid.*, p.51.

Para Garcia, o que se convencionou chamar de social-democracia na América Latina desembocou em formas distintas da Europa: em “nacionalismos/populismos do tipo getulista e peronista”.

A proposta social-democrata, em sua origem, e, ao menos, em sua retórica, durante décadas, foi um projeto classista. O discurso e a prática populistas sempre advogaram abertamente a colaboração de classes, fundamental para seu projeto nacionalista desenvolvimentista. O elemento chave desta colaboração foi o Estado. O populismo privilegia o conflito nação x imperialismo, negando a contradição capital x trabalho.<sup>256</sup>

O contexto histórico da esquerda que possibilitou a constituição do PT em nível nacional foi marcado pelo esgotamento dos partidos comunistas e do “nacional-populismo” que, em fins de 1970, possuíam pouca expressão social, e pela esfacelada esquerda revolucionária que sofria as repressões dos militares. No contexto internacional, vivenciava-se a crise do “socialismo real” explicitado pelas grandes transformações por que passavam a União Soviética e o Leste Europeu. Nesse sentido, o sindicato Solidariedade da Polônia e o PT possuíam um importante traço comum: a crítica às experiências do “socialismo real” e reivindicação da democracia como valor universal.

A “nova esquerda”<sup>257</sup> deveria, portanto, negar o populismo que buscava a conciliação de classes em favor do legado da social-democracia europeia que, segundo Garcia, não abandonou o discurso classista. O “novo sindicalismo” emergido em fins de 1970 durante as Greves do ABC se assemelharia à conjuntura de constituição da social-democracia europeia.

No Brasil, é possível que a conjuntura mais semelhante à do surgimento da social-democracia europeia seja aquela de fins dos anos 70, quando emerge o fenômeno do novo sindicalismo e, na esteira dele, o Partido dos Trabalhadores.<sup>258</sup>

Assim, para Garcia, no final dos anos de 1970, com o surgimento do chamado “novo sindicalismo”, foram criadas as bases sociais para o nascimento de uma social-

---

<sup>256</sup> Idem, p.52.

<sup>257</sup> Nova esquerda: expressão utilizada principalmente por membros da Articulação para designar o surgimento de uma esquerda que rompe com o legado deixado pelos países do “socialismo real”. O filósofo paulista José Chasin caracterizaria essa “nova esquerda” como “esquerda não-marxista”.

<sup>258</sup> GARCIA, Marco Aurélio. Terceira Via: A social-democracia e o PT. *Teoria e Debate*, n.12, 1990, p.53.

democracia tipicamente brasileira, “fantasma” que rondaria a constituição do PT e estaria dinamizado no próprio contexto histórico vivido pelo partido:

Passa a ter importância na medida em que se transforma em preocupação para grande parte da militância petista que vive um estado de relativa perplexidade com as aceleradas transformações em curso na URSS e no Leste Europeu, e com as mudanças ocorridas no quadro social e político brasileiro após a posse de Collor, questões cujas respostas incidirão sobre o futuro do partido.<sup>259</sup>

Garcia faz um alerta: “Distintamente da social-democracia, no entanto, o PT não reivindica uma filiação doutrinária, marxista ou de qualquer outro tipo. Ao contrário, afirma seu pluralismo ideológico, ou o seu caráter ‘laico’”.<sup>260</sup> Assim, deixava claro que o PT não deveria buscar uma filiação ao marxismo, ao contrário, deveria manter o seu pluralismo ideológico, o seu perfil “laico”<sup>261</sup>. Com base nessa sentença seria constante no discurso petista o jargão “nem comunismo, nem socialdemocracia”, em favor de um socialismo que mesmo híbrido atendesse a particularidade brasileira, o chamado “socialismo petista”.

Ainda em suas formulações iniciais, o partido assumiu claramente sua distância em relação tanto ao "socialismo burocrático", dos partidos comunistas, como em relação à social-democracia. Esta posição é reiterada no documento *O socialismo petista*.<sup>262</sup>

Segundo Marco Aurélio Garcia, o caráter plural da composição ideológica do partido possibilitou ao PT a construção de uma cultura política democrática.

Os componentes políticos – ex-militantes de organizações de esquerda, grupos e partidos de extrema-esquerda, católicos ligados às igrejas progressistas, personalidades vinculadas à luta pelos direitos humanos, setores mais radicalizados da oposição democrática –, permitiram que o partido ampliasse seu conceito de democracia mais além de uma simples volta ao Estado de Direito. Eles incorporaram temas fundamentais para a renovação da cultura política de esquerda, que apontam para uma compreensão maior dos processos de exploração e

---

<sup>259</sup> Idem, p. 47.

<sup>260</sup> Idem, p.53.

<sup>261</sup> Como veremos adiante, a defesa do “pluralismo ideológico” esteve nas resoluções políticas dos Encontros Nacionais que, na prática, serviu como um subterfúgio das tendências moderadas, como a Articulação, para protelar a discussão e fugir de um compromisso com o marxismo e ao mesmo tempo agradar as tendências trotskistas.

<sup>262</sup> GARCIA, Marco Aurélio. Terceira Via: A social-democracia e o PT. *Teoria e Debate*, n.12, 1990,, p.53.

dominação e, por consequência, ampliam o espectro das lutas pela democracia.<sup>263</sup>

Corroborando com esta ideia, Tarso Genro nega a tradição da esquerda de surgimento de partidos através de decretos e afirma que o PT é produto legítimo e espontâneo do movimento sindical, com a função de

gerir frações do Estado burguês no interior de um processo evidentemente de longo curso mesmo porque há uma preliminar de reconhecimento da situação internacional desfavorável para a vitória da revolução socialista em termos subjetivos e objetivos.<sup>264</sup>

Desse modo, o PT emerge como “novidade histórica”, pois se impõe como negação e superação das experiências do “socialismo real”, caracterizadas como sociedades burocratizadas.

Um movimento que pretende combinar posições radicalmente críticas às experiências do passado com a apropriação da tradição democrática surgida na Comuna de 1871 e na Revolução Burguesa. Neste sentido pretende que o socialismo moderno seja a negação e a superação do "socialismo existente", tomando a questão democrática de forma superior aos moldes da democracia burguesa clássica e à via burocrática, só formalmente socialista.<sup>265</sup>

Acerca da questão relacionada ao tipo de partido, Raul Pont,<sup>266</sup> em 1989, apresentou proposituras semelhantes às de Tarso Genro no ano anterior, quando afirmou que, no PT, não deve haver oposição entre partido de quadros e partido de massa.

O PT necessita ser um partido de massas, mas também é um partido de vanguarda. Não é contraditório sermos um partido de massas, mas disciplinado, militante e baseado em uma estrutura de nucleação. Sem essas características, jamais seremos um partido capaz de levar à frente qualquer transformação social.<sup>267</sup>

Raul Pont, ao se referir à construção do PT como partido, afirmou que este “nunca se colocou como herdeiro de qualquer experiência histórica do movimento

---

<sup>263</sup> Idem, p.54.

<sup>264</sup> GENRO, Tarso. Gramsci, Rosa e o PT: A história se reflete. *Teoria e Debate*, n.10, 1990, p.47.

<sup>265</sup> Idem, p.48.

<sup>266</sup> Membro da tendência Democracia Socialista de João Machado, filiado ao Secretariado Unificado francês de Ernest Mandel.

<sup>267</sup> PONT, Raul. Pluralismo, disciplina e internacionalismo. *Teoria e Debate*, n.5, 1989, p. 39.

socialista internacional. Jamais se reclamou de qualquer modelo partidário seja da II ou III Internacional”.<sup>268</sup> Para Pont, a discussão polarizada em “quadros versus massas” era falaciosa, pois no fundo,

a acusação contra a concepção de um partido de vanguarda, com militantes, passando pela cotização regular, pela atuação numa frente de massas e pela vida orgânica na produção programática, funcionava como um biombo para escamotear a luta pela hegemonia das tendências dentro do partido.<sup>269</sup>

Assim, Raul Pont evidencia que a luta por um partido de massas está ligada a uma manobra das tendências para a possibilidade de disputar a hegemonia do partido. Trata-se, aqui, de um claro recado à Articulação que, naquele momento, consolidava sua hegemonia sobre o partido.

Como partido heterogêneo em sua formação, o PT utilizou a revista *Teoria e Debate* como palco para que um grupo significativo de intelectuais e parlamentares rejeitasse a herança bolchevique existente em pequenas tendências trotskistas dentro do partido. Valter Pomar<sup>270</sup>, por exemplo, explicita a negação petista diante de uma suposta herança bolchevique: “o nosso partido nada tem a ver com a tradição bolchevique [...] a história mostra ter sido várias vezes um partido de massas, com tendências, frações e alto grau de democracia interna”.<sup>271</sup> Deste modo, visualizamos a supremacia de um discurso em favor de um partido de massas e plural, mas na prática, assistia-se a hegemonia de uma tendência, a Articulação.

Os debates que perpassam a história do PT acerca do tipo e do perfil do partido, para Weffort<sup>272</sup>, são produtos do contexto em que a agremiação surgiu e se desenvolveu:

Nascemos diretamente das lutas de resistência: resistência econômica contra os efeitos da crise e resistência política contra os efeitos da ditadura. Nascemos, portanto, de uma luta de caráter basicamente defensivo [...] deixamos a bola correr solta quanto a nossa concepção de partido. Foi o *mal estar* que veio depois das eleições de 1982? Foi o nosso modo de encarar a campanha das diretas? Ou foi o nosso modo de encarar as eleições de 1985?<sup>273</sup>

---

<sup>268</sup> Idem, p.36.

<sup>269</sup> Idem, p.37.

<sup>270</sup> Membro da tendência interna Articulação de Esquerda.

<sup>271</sup> POMAR, Valter. Que partido é esse? O enigma petista em letra de fôrma. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.70.

<sup>272</sup> Francisco Weffort foi um dos fundadores e principais dirigentes do PT. Defensor da tese da “Democracia como Valor Universal” juntamente com Carlos Nelson Coutinho.

<sup>273</sup> WEFFORT, Francisco. Consolidar o partido, construir a democracia. *Teoria e Debate*, n.4, 1988, p.34. Grifo original.

Weffort esclarece que o contexto histórico do qual partido o PT é fruto, tem lhe exigido uma postura defensiva e dificultado a elaboração de uma estratégia política ofensiva capaz de defini-lo e, diante disso, evidencia a agremiação como proposta partidária ainda em construção.

Nascemos como partido no quadro de uma crise que obrigava (e continua obrigando) os trabalhadores a uma política de caráter defensivo. Nada de espantoso, portanto, se temos encontrado dificuldades para desenvolver uma concepção política de caráter ofensivo [...] Seja por força de nossos erros passados, seja por imposição do quadro econômico e político, o fato é que, depois de oito anos de luta, não podemos ainda falar de um partido consolidado em plano nacional [...] somos ainda uma proposta partidária.<sup>274</sup>

Apolônio de Carvalho destaca a singularidade do perfil do PT e, para isso, também evidencia o contexto histórico em que se constituiu o partido.

O PT não é um partido comum – e não surge tampouco de uma conjuntura qualquer. Brota, ao contrário, num contexto diferente, em que se combinam elementos novos e originais: uma classe operária de composição majoritariamente jovem, concentrada em grandes e médias empresas, e armada de níveis novos e mais altos de consciência de classe e de experiência política; uma profunda crise dos modelos anteriores de "vanguarda", no interior dos partidos e organizações de esquerda; e um vazio de alternativas políticas, ante os problemas e aspirações da população trabalhadora. Como tela de fundo, o novo ascenso político de massas que marca o final dos anos 70 e a crise aguda do regime de ditadura militar.<sup>275</sup>

O novo contexto histórico, a saber, de ressurgimento da classe operária e dos amplos movimentos de massas na luta contra a ditadura militar, possibilitou a criação de um partido dos trabalhadores que reuniu as singularidades desse novo tempo.

Expressão natural dessa nova situação histórica, o PT desfruta, desde o nascimento, de condições privilegiadas: tem audiência ampla e crescente junto às novas correntes operárias, populares e democráticas que emergem da luta contra a ditadura militar. Ao mesmo tempo, acolhe em suas fileiras faixas sensíveis das correntes políticas revolucionárias do período anterior. São componentes nitidamente diferenciados. O PT é assim: em

---

<sup>274</sup> Idem, p.34.

<sup>275</sup> CARVALHO, Apolônio de. Correntes internas do PT: momentos de exclusão. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.64.

parte, continuidade; em parte, ruptura e inovação. Esses elementos contraditórios vão, desde o início, marcar sua trajetória.<sup>276</sup>

Valter Pomar também ressaltou as rupturas e continuidades.

O Partido dos Trabalhadores é fruto da politização do novo sindicalismo, dos movimentos populares ligados à Igreja progressista e da luta democrática contra a ditadura militar. Mas o PT representa também continuidade da batalha travada já há um século em nosso país por anarquistas, socialistas e comunistas. Continuidade que se dá tanto no terreno político – somos um partido socialista – quanto no organizativo, em que reproduzimos o caráter militante daqueles movimentos.<sup>277</sup>

O PT, oriundo dessa singularidade histórica, carregará consigo uma ampla pluralidade ideológica na sua construção como agremiação política.

Por circunstâncias históricas, também no plano político, ele adquire traços originais. Acolhe e incorpora remanescentes de organizações de "vanguarda" em refluxo. Atrai para suas iniciativas faixas amplas de participantes das Comunidades Eclesiais de Base. Abre ainda sua estrutura à adesão de entidades políticas de extrema-esquerda, antigas e recentes, estruturadas e atuantes, sob diferentes modelos ideológicos e de organização. O PT não nasce, portanto, senão parcialmente, à margem da crise de vanguarda que mina, nos decênios recentes, o movimento operário e popular. Sente, ao contrário, desde seu surgimento, os efeitos diretos de sua influência, através do isolamento político de suas correntes diversificadas, seus laços e modelos externos, suas marcas de origem e suas contradições.<sup>278</sup>

Nos primeiros anos de construção partidária, a pluralidade ideológica não causou tensões nos debates do partido, devido às amplas e unificadas reivindicações da luta contra a ditadura militar, influenciadas por amplas forças sociais sindicais, católicas e democráticas.

Aparentemente complexo, o convívio do PT com as correntes de esquerda vai ser, no entanto, relativamente fácil, numa conjuntura inicial em que as reivindicações sociais e econômicas dão a letra e o tom de suas propostas táticas, majoritariamente voltadas ainda para os problemas e aspirações

---

<sup>276</sup> Idem, *ibid.*

<sup>277</sup> POMAR, Valter. Que partido é esse? O enigma petista em letra de fôrma. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.69.

<sup>278</sup> CARVALHO, Apolônio de. Correntes internas do PT: momentos de exclusão. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.65.

de suas fontes sindicais recentes. As bandeiras políticas cingem-se, fundamentalmente, nesse primeiro período, ao fim rápido do regime de ditadura militar – e, em linhas ainda gerais, ao retorno à prática de um regime de democracia.<sup>279</sup>

Assim, Apolônio de Carvalho ressalta o caráter plural do partido sustentado pelas diversas tendências presentes no interior do Partido dos Trabalhadores, observando que a convivência com as tendências de esquerda foi permeada de contradições: “Avalia mal, talvez, seus efeitos prováveis e sua profundidade. De qualquer forma, não aceita a mínima ideia de impasse ou de ruptura”.<sup>280</sup> Essa pluralidade acarretaria uma convivência constante entre o “novo” e o “velho”. Por isso, é reconhecida ainda, a ausência de um perfil ideológico no partido.

O PT é, em suma, o "caçula" na família da esquerda. Convive com correntes que, já antes dele, possuíam sua identidade própria, sua história, sua leitura das realidades, seus planos de desdobramento e, em parte, relações e compromissos internacionais. E guardam, hoje ainda, as concepções típicas dos modelos de "vanguardas" dos decênios recentes: o antigo modelo de partido, o apego às velhas fórmulas de análise da sociedade e do processo da revolução, os elementos-chave da tática, da estratégia, dos caminhos de conquista do poder. E sentem-se, como os PCs da velha-guarda, portadoras de verdades e soluções definitivas.<sup>281</sup>

Ainda sobre o surgimento do PT, Percival Maricato diz:

O partido veio "dos de baixo". As lutas por melhores salários dos operários do ABCD levaram rapidamente a outras reivindicações: direito de greve, anistia, liberdade sindical, adquirindo assim caráter antiditatorial, apontando e viabilizando a formação de um partido político. Prevalciam discussões sobre táticas e políticas conjunturais. A fragilidade teórica e ideológica, a falta de tradição histórica de lutas, explicavam a ausência de propostas estratégicas, de soluções definitivas da organização da sociedade.<sup>282</sup>

O depoimento de Maricato é elucidativo na medida em que evidencia o surgimento do PT como forma de atender o imediatismo das Greves do ABC,

---

<sup>279</sup> Idem, *ibid.*

<sup>280</sup> Idem, *ibid.*

<sup>281</sup> CARVALHO, Apolônio de. Correntes internas do PT: momentos de exclusão. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.66.

<sup>282</sup> MARICATO, Percival. Para onde vai o PT: Começar de novo. *Teoria e Debate*, n.14, 1991, p. 47.

privilegiando questões táticas e pondo em segundo plano as estratégias, o que conduziu ao “socialismo por definir” que perdura ao longo da história do partido.

Vladimir Pomar também buscou responder a esta clássica pergunta: Como nasceu o PT?

O PT brota como expressão política do movimento operário e sindical que quebrou os anéis de ferro da repressão ditatorial, ocupando o espaço deixado vago pela falência das antigas organizações de esquerda que, no passado, mal ou bem, esforçaram-se para representar os interesses e aspirações históricas das classes trabalhadoras. Assim, como todo fenômeno histórico, o PT representa certa continuidade, mas representa fundamentalmente uma ruptura.<sup>283</sup>

E quais são essas rupturas? Para Wladimir Pomar, trata-se do rompimento com os limites impostos pela distensão do regime militar com os tipos tradicionais de partidos existentes, com os esquemas até então predominantes na esquerda revolucionária, no qual, só poderia ser julgado como revolucionário o partido que se julgasse marxista ou marxista-leninista e que fosse composto por quadros e se mantivesse clandestino. Em contraposição a esse passado, Wladimir Pomar afirma que o PT surgiu como um partido de massas, democrático e socialista, trazendo para as suas fileiras diversos grupos e organizações revolucionárias.

No entanto, a afirmação de que o PT é um partido de massas tem gerado diversas discussões e conflitos entre as várias tendências. Assim expõe Vladimir Pomar:

Sem haver acertado as contas com os erros históricos da esquerda, várias das tendências do PT, organizadas como partidos dentro do partido, resistem em aceitar a idéia de que um partido com as características do Partido dos Trabalhadores possa dirigir o processo de transformação socialista no Brasil. Lembrem e relembrem que todo partido socialista que adotou o lema democrático e institucionalizou-se como partido de massas resvalou para a social-democracia ou para o socialismo legalista.<sup>284</sup>

Wladimir Pomar afirma que a definição do perfil ideológico do PT não seria realizada por decretos e que demandaria um longo processo de enraizamento das grandes massas trabalhadoras e rurais como elementos integrantes do partido.

---

<sup>283</sup> POMAR, Wladimir. Atos de hoje constroem o amanhã. *Teoria e Debate*, n.4, 1988, p.36.

<sup>284</sup> Idem, *ibid.*

Não são somente prematuras e irreais as discussões sobre a necessidade de o Partido dos Trabalhadores definir-se como marxista, marxista-leninista, proletário ou revolucionário. Elas são irresponsáveis [...] Mais uma vez vale lembrar que não é a autoproclamação que torna alguém proletário, revolucionário, marxista-leninista ou marxista. Os homens e os partidos, dizia um grande pensador, valem por seus atos e não pelo que proclamam. E os atos, para os petistas, só têm consequência se forem atos com respaldo de massa.<sup>285</sup>

Endossando o discurso dos demais petistas, Augusto de Franco rejeitou a caracterização do PT como um partido marxista-leninista, adjetivado como dogmático e autoritário, em favor da construção de uma nova esquerda.

Caracterizar o PT como partido marxista-leninista não é realizar uma definição prematura. *Pelo contrário*, trata-se de uma definição anacrônica [...] a ideologização doutrinária do leninismo foi obra da 3ª Internacional, em cuja tradição fomos formados e a cuja herança ainda não renunciamos inteiramente. O segundo grande desafio do PT é o de romper definitivamente com essa tradição dogmática e autoritária, não somente no plano político – neste sentido, a própria existência do PT como partido de classe independente da burguesia já é sinal deste rompimento – mas também no plano ideológico, criando novos referenciais culturais e ético-políticos de prática revolucionária e de comportamento social; em suma: "inventando" uma nova tradição da esquerda no país.<sup>286</sup>

Ao fazer um balanço histórico das experiências socialistas ao longo do século XX, Augusto de Franco criticou a concepção leninista de partido por considerá-la autoritária.

O que estava por trás dessa política autoritária senão uma concepção de partido que, imaginando-se o único centro gerador da consciência e da ideologia revolucionárias, era, ao mesmo tempo, autor e protagonista (infalível) da transformação social? Essa concepção, cristalizada como doutrina, amalgamava *classe e partido de classe*: se é o partido da classe o único portador dos interesses históricos da classe, o poder da classe só se realiza através do poder do partido. Dentro dessa linha de raciocínio não tem mesmo nenhum sentido falar em autonomia das organizações dos trabalhadores em relação ao partido (nem ao Estado dirigido por este).<sup>287</sup>

---

<sup>285</sup> Idem, p.38.

<sup>286</sup> FRANCO, Augusto de. Os três desafios do Partido dos Trabalhadores. *Teoria e Debate*, n.5, 1989, p.42. Grifo original.

<sup>287</sup> Idem, p.51. Grifo original

Em meio à necessidade de revisão do marxismo, Augusto de Franco afirmou viver uma crise ideológica do movimento revolucionário. Para o petista, fazia-se obrigatório romper com o modelo de partido exportado pela 3ª Internacional que culminou com a universalização dos chamados partidos leninistas.

A tradição com a qual precisamos romper é, primeiramente, uma tradição de construção e gestão partidária baseada na repetição de um modelo de partido exportado em série pela 3ª Internacional: autoritário, monolítico, único, intervencionista e substituidor do movimento social, politicista e exclusivamente voltado para uma "tomada do poder" absolutamente improvável, nos moldes em que se propõe, em Estados capitalistas complexos.<sup>288</sup>

Portanto, Augusto de Franco propôs um rompimento com o historicamente velho para a proposição do PT como “novidade histórica”:

Romper com essa tradição, lançando os fundamentos de uma matriz ideológica e política de construção partidária, constitui a grande tarefa histórica do PT (e, talvez, a sua grande contribuição para o movimento revolucionário mundial).<sup>289</sup>

A revisão do historicamente velho serviria para endossar a reivindicação de lutar pelo possível, o que significaria a valoração das atuações institucionais: “Em determinadas conjunturas, a luta institucional pode ter um significado revolucionário maior do que tentativas de erguer artificialmente um movimento de massas”.<sup>290</sup>

Em 1988, Tarso Genro afirmava que um novo modo de construir o socialismo, exigiria uma nova forma de conceber o partido: “Se tenho claro que o socialismo será construído por meio de um processo seqüencial de mudanças no interior da ordem burguesa, eu terei um determinado tipo de partido”.<sup>291</sup> Ou seja, acreditava que o partido, enquanto sujeito da realidade, deveria criar uma política cultural que permitisse a luta por uma “nova ética e uma nova moral”, criando, com isso, uma nova hegemonia contra o capitalismo. Para tanto, dever-se-ia realizar uma crítica radical ao marxismo soviético, principalmente à teoria leninista do partido de vanguarda.

Destarte, Genro aceitava que o PT já era um partido de vanguarda na luta contra a “transição conservadora” e nas lutas anticapitalista e poderia ser um partido socialista

---

<sup>288</sup> Idem, p.43.

<sup>289</sup> Idem, *ibid.*

<sup>290</sup> Idem, *ibid.*

<sup>291</sup> GENRO, Tarso. *Um novo partido socialista de massas*. “Revista Teoria e Debate”, n°4, 30 de set. de 1988, p.38.

de vanguarda se possuísse “maior homogeneidade ideológica, uma definição programática e uma estrutura organizativa”.<sup>292</sup>

A função do partido seria responder às exigências de uma longa disputa pela hegemonia. Neste sentido, a legenda deveria promover uma luta ideológica antiburguesa, disputando espaços junto às instituições do Estado e da esfera da sociedade civil com respostas dentro e fora da ordem. Analisando o PT de 1990, Tarso Genro identificou três caminhos possíveis para o partido:

A possibilidade do PT tornar-se um partido social-democrata avançado, defendendo um Estado assistencialista através de uma economia estatizada, na tentativa de mediar, de forma civilizada, os interesses monopolistas em confronto com uma classe operária cada vez mais articulada politicamente e estruturada ao nível sindical. A possibilidade do PT tornar-se um partido socialista de massas com uma hegemonia interna de sentido marxista, unificando politicamente a social-democracia de esquerda, os socialistas e os comunistas avessos à tradição da III Internacional, tornando-se portanto um partido capaz de saber combinar a luta por reformas com a luta pela hegemonia no sentido das transformações socialistas. E a possibilidade do PT cindir-se em dois ou mais partidos, politicamente trágica e indicativa de que não se constituiu uma hegemonia interna capaz de propor um novo bloco histórico para o movimento socialista no Brasil.<sup>293</sup>

A análise de Tarso Genro é esclarecedora, pois consegue identificar a pluralidade ideológica que convive dentro do partido e de que modo as tensões e as disputas internas podem delimitar o caminho a ser trilhado: um partido social-democrata avançado, ou um partido socialista de massas, ou ainda a cisão do PT em vários partidos devido a sua incapacidade de confluência frente à sua ampla heterogeneidade. A história recente do país demonstra que, apesar das especificidades, o PT desembocou em um caminho muito próximo ao da primeira opção. Nesse contexto, Genro assumiu a posição em favor da construção de um partido socialista de massas. Para isso, expôs os seguintes desafios a serem enfrentados:

Trata-se, *em primeiro lugar, de aprofundar uma revolução teórica no interior do marxismo*, forjando condições culturais filosóficas e políticas para encarar o processo revolucionário no Brasil a partir de novas categorias, como aquelas indicadas pela experiência gramsciana.<sup>294</sup>

---

<sup>292</sup> GENRO, Tarso. Um novo partido socialista de massas. *Teoria e Debate*, n.4, 1988, p. 40.

<sup>293</sup> GENRO, Tarso. Gramsci, Rosa e o PT: A história se reflete. *Teoria e Debate*, n.10, 1990., p.48.

<sup>294</sup> Idem, *ibid.* Grifo original.

Genro ainda explicitou as referências teóricas a serem seguidas: “A tradição teórica a ser apropriada por nós, para conservá-la e superá-la, é a de Rosa, Lenin, Gramsci, Lukács e Bloch”.<sup>295</sup> Em contrapartida, Raul Pont, da DS, alertou para o risco de o partido desembocar no ecletismo quando busca recusar a vulgaridade do que se convencionou chamar de marxismo-leninismo:

Há um sério risco de que, em nome do combate a um ranço doutrinário, que exigiria do PT uma definição pelo "marxismo-leninismo" de forma apressada, escorreguemos para um posicionamento eclético. O "marxismo-leninismo", nas versões stalinista e maoísta que se desenvolveram no Brasil, realmente não corresponde a um bom modelo [...] Definição programática e ideológica não é sinônimo de postura estreita e sectária.<sup>296</sup>

Com isso, Raul Pont quer reconhecer a importância do marxismo como ferramenta para a luta política e ideológica: “O marxismo constitui-se justamente na nossa referência fundamental para tratar estas questões, uma ferramenta para a luta política e ideológica construída pelos trabalhadores”.<sup>297</sup> No entanto, o petista alertava para o caráter “mutante” que o marxismo dentro do PT deveria possuir, em contraposição aos marxismos engessados dos Partidos Comunistas:

Por outro lado, é fundamental acentuarmos o fato de que o marxismo é uma realidade em permanente desenvolvimento, que vai evoluindo com as mudanças na sociedade e as experiências de luta. E em cada país o marxismo tem de incorporar profundamente a realidade e as tradições nacionais.<sup>298</sup>

Ou seja, deve-se criticar o marxismo dogmático, mas não se deve descartar a sua contribuição do marxismo para a compreensão da realidade presente.

Não queremos um "marxismo oficial". Mas em nome de uma crítica a um pseudomarxismo rançoso e dogmático, não podemos desqualificar a importância do debate ideológico e teórico e o esforço para que o PT aumente o seu nível de definição política.<sup>299</sup>

---

<sup>295</sup> GENRO, Tarso. Um novo partido socialista de massas. *Teoria e Debate*, n.4, 1988, p.41.

<sup>296</sup> PONT, Raul. Pluralismo, disciplina e internacionalismo. *Teoria e Debate*, n.5, 1989, p.41.

<sup>297</sup> Idem, *ibid.*

<sup>298</sup> Idem, *ibid.*

<sup>299</sup> Idem, *ibid.*

Para Francisco Weffort, as definições do 5º Encontro Nacional, realizado em 1987, relacionam a concepção do PT como partido de massas às tarefas democráticas e populares daquele momento, possibilitando, assim, perspectivas de políticas de aliança. Foi rejeitada a oposição entre partido de massas e partido de quadros e atribuído tal equívoco à “cultura tradicional da esquerda”:

Outra ideia profundamente equivocada que costuma aparecer em nossos debates é a que opõe partido de quadros a partido de massas. Para essa confusão contribui, também, a cultura tradicional da esquerda, que em geral teve uma visão estreita da ideia leninista de partido de vanguarda. Se exagerarmos a dicotomia, temos de um lado um partido de quadros pequeno, estreito, sectário, formado de militantes, baluartes que tudo decidem e dirigem, e de outro um partido de massas frouxo, inorgânico, sem cotizações regulares, cada um fazendo o que bem entende e chamando filiados para fazer número em convenções, como qualquer partido burguês.<sup>300</sup>

Superando essa dicotomia e evidenciando que se trata de uma falsa polêmica, o 5º Encontro explicitou a necessidade de quadros em um partido de massas.

Se queremos um partido capaz de dirigir a luta pelo socialismo, não precisamos nem de uma coisa, nem de outra. Precisamos de um partido organizado e militante, o que implica a necessidade de quadros organizadores. Um partido que seja de massas porque organizará milhares, centenas de milhares ou até milhões de trabalhadores ativos nos movimentos sociais, e porque será uma referência para os trabalhadores e a maioria do povo. Nossa concepção, portanto, é a de construir o PT como um partido de classe dos trabalhadores, democrático, de massas e socialista, que tenha militância organizada e seja capaz de dirigir a luta social.<sup>301</sup>

Contrariando o que se fez durante as Greves do ABC, nas eleições de 1982 e em diversas oportunidades históricas, o 5º Encontro reivindicou o caráter de “partido dirigente”<sup>302</sup> ao PT

[...] uma campanha de esclarecimento sobre o caráter do Partido, sobre as necessidades de funcionamento de um partido que se propõe, como o PT, a lutar pelo socialismo (o que inclui a discussão sobre a necessidade de um partido dirigente), sobre

---

<sup>300</sup> 5º Encontro Nacional de 1987. In: A ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p.349.

<sup>301</sup> Idem, *ibid.*

<sup>302</sup> Como já evidenciado no capítulo anterior, durante as Greves do ABC e a chamada “abertura política”, o PT se eximiu de se apresentar como “partido dirigente” e de apresentar um programa econômico alternativo de transição, deixando as massas desarmadas ao atribuir a ela o papel de vanguarda.

o fato de que o partido de massas deve ser também de militância e de quadros, sobre a relação entre partido e movimentos sociais.<sup>303</sup>

Em defesa das resoluções do 5º Encontro Nacional, Weffort afirmou que os partidos de massas são os que melhores se adequam às necessidades da representação e da participação dos trabalhadores na política das sociedades modernas. No entanto, procurou evitar a dicotomia entre *partido de massas* e *partido de quadros*: “Partidos de massas têm que contar com uma significativa contribuição de quadros. E não podem, evidentemente, deixar de ser partidos de lutas”.<sup>304</sup>

Cezar Alvarez denunciou que as resoluções do 5º Encontro Nacional não provocaram efeitos na vida prática do partido, pois não possibilitaram a ampliação da participação popular nas esferas de decisão do partido.

Neste quadro, a formulação realizada pelo 5º Encontro, saudada coletivamente como um avanço, afirmava que “superando a falsa oposição entre partido de massas e partido de quadros [...] precisamos de um partido organizado e militante, o que implica a necessidade de quadros organizadores. Um partido que seja de massas porque organizará milhares, centenas de milhares ou até milhões de trabalhadores ativos...”. Tal formulação, no limite – ainda que positiva e necessária – não foi além da afirmação de intenções pois não encontrou ressonância, seja em termos de aprofundamento de políticas setoriais, seja na formação política e, principalmente, em novas estruturas partidárias que permitissem realmente às amplas massas participação no partido. Na realidade, continuamos apenas com a estrutura de núcleos, garantindo exclusivamente espaço de participação à militância organizada e formada politicamente, isto é, para os quadros.<sup>305</sup>

Weffort se contrapôs ainda à ideia de definir o PT como partido “marxista-leninista” e, ao fazer isso, deixa explícito que tal definição não faz parte da experiência original do partido: “Trata-se de uma ideia que atropela a originalidade da experiência do PT, na intenção marota (e definitivamente não-marxista) de pretender definir a ideologia por decreto”.<sup>306</sup> Assim, rechaça a tentativa de alguns setores do PT de oficializar uma posição teórico-filosófica para o partido e defende a constituição de um partido plural e “laico” do ponto de vista teórico.

---

<sup>303</sup> 5º Encontro Nacional de 1987. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org). Op. cit., p.351. Como veremos adiante, resoluções semelhantes a esta foram apresentadas no 7º Encontro Nacional de 1990 e no 1º Congresso Nacional de 1991.

<sup>304</sup> WEFFORT, Francisco. Consolidar o partido, construir a democracia. *Teoria e Debate*, n.4, 1988, p.33.

<sup>305</sup> ALVAREZ, Cezar. Para onde vai o PT: modelo esgotado. *Teoria e Debate*, n.15, 1991, p.41.

<sup>306</sup> WEFFORT, Francisco. Consolidar o partido, construir a democracia. *Teoria e Debate*, n.4, 1988, p.33.

Supondo que cometêssemos esta lamentável confusão e que adotássemos a teoria (e a filosofia) marxista como *pensamento oficial* do partido, o que faríamos a seguir com os socialistas não-marxistas que se encontram no PT? O que faríamos por exemplo com os católicos do PT? Expulsaríamos todos ou passaríamos a dizer que o nosso marxismo acredita em Deus? O que faríamos com muitos de nossos militantes de base operária, que nem mesmo chegaram a uma convicção ideológica de tipo socialista? E os líderes operários, magníficos lutadores que ocupam posições de direção no partido sem que jamais tenha ocorrido a ninguém pedir-lhes certificados de marxismo? Demitiríamos todos de suas funções de direção até que estudassem teoria marxista, ou passaríamos a mentir, dizendo que eles são marxistas sem terem lido Marx? Substituiríamos todos eles pelos *quadros* que se acreditam *intelectuais orgânicos* do proletariado apenas porque leram meia dúzia de livros e manejam um jargão arrevezado e pretensamente científico?<sup>307</sup>

Tais questionamentos ilustram a pluralidade que constitui o PT e demonstram a complexidade para alinhar um perfil para o partido.

O PT não nasceu de nenhuma *definição* teórica, mas de uma intuição prática que se revelou teoricamente correta, a respeito da condição dos trabalhadores na sociedade capitalista e a respeito da afirmação política independente dos trabalhadores como classe.<sup>308</sup>

Weffort respondeu a tais conflitos realizando a diferenciação entre perfil teórico e ideológico: “O PT é, portanto, um partido de perfil ideológico definido. Mas é um partido laico do ponto de vista teórico e filosófico. Nele cabem socialistas dos mais diversos matizes”.<sup>309</sup>

A derrota de Lula para Fernando Collor nas eleições presidenciais de 1989 levantou questões a respeito do perfil ideológico do partido, a sua composição social e os caminhos assumidos para a construção do socialismo petista.

Marco Aurélio Garcia afirmou, em 1990, que o PT vivenciava em seus debates um grande dilema: a manutenção do “revolucionarismo arcaico do modelo leninista” ou a adesão da “moderna social-democracia”. Para Garcia, o caminho petista de construção para o socialismo seria a chamada “terceira via”, ou seja, um novo caminho iniciado a partir da rejeição da social-democracia e do bolchevismo.

---

<sup>307</sup> Idem, *ibid.* Grifo original.

<sup>308</sup> Idem, *ibid.*

<sup>309</sup> Idem, *ibid.*

Para construir seu projeto de transformação socialista do Brasil, o PT precisa escapar do dilema bolchevismo x social-democracia. Para tanto, necessita despir-se de preconceitos que dominaram a esquerda durante décadas e que produzem hoje, em meio à crise por que passa a ideia de socialismo, efeitos opostos porém simétricos: de um lado, a defesa intransigente da ortodoxia, como se nada houvesse ocorrido; de outro, o abandono da noção de socialismo em proveito de um (neo)liberalismo que nem mesmo os (neo)liberais praticam.<sup>310</sup>

Apesar dessas rejeições ao passado, o próprio Garcia evidencia o diálogo que o PT deveria possuir com a social-democracia e o eurocomunismo: “Dialoga, sem preconceitos, com a social-democracia, e com as expressões do comunismo renovado que se manifestam em países como a Itália ou mesmo no Leste Europeu”.<sup>311</sup> Mediante tais processos de rejeições e diálogos, Garcia definiu o PT como um partido pós- social-democrata e pós-comunista.

É ilusório pensar que o PT é um fenômeno isolado no mundo. Ele faz parte deste processo de transição da esquerda mundial. Neste sentido, é um partido pós-social-democrata e pós-comunista. Constrói sua identidade não combatendo estas correntes, mas dialogando criticamente com elas, voltado para novos (e velhos) desafios que seus ancestrais não puderam responder.<sup>312</sup>

Assim, os dilemas postos pelo contexto internacional e pelas particularidades da realidade brasileira havia, segundo Garcia, fizeram o PT caminhar corretamente pelo “socialismo democrático”. Corroborando com esta ideia, Carlos Eduardo Carvalho propôs uma revisão crítica do passado soviético e indicou os exemplos históricos que o PT deveria seguir:

Guardadas as diferenças históricas são as mesmas a que chegou o PCI no pós-guerra, a Unidade Popular no Chile, ou o trabalhismo inglês e a social-democracia alemã – ou seja, governar sob o capitalismo, com amplo apoio de massas que não se colocam a proposta de socialização imediata.<sup>313</sup>

---

<sup>310</sup> GARCIA, Marco Aurélio. Terceira Via: A social-democracia e o PT. *Teoria e Debate*, n.12, 1990, p.56.

<sup>311</sup> Idem, *ibid.*

<sup>312</sup> Idem, *ibid.*

<sup>313</sup> CARVALHO, Carlos Eduardo. Tentação reformista: o medo (e gosto) de pecar. *Teoria e Debate*, n10, 1990, p.51.

As referências ideológico-partidárias explicitadas por Carvalho ilustram de modo significativo o processo de revisão da “esquerda ortodoxa” e a adoção de uma “esquerda democrática”, que se propõe a fazer uma revisão radical das teses marxistas.

Os “gritos” de Garcia e Carvalho encontram ecos por intermédio de Eugenio Bucci. Assim como Garcia, Bucci parte da recusa da herança da “esquerda burocrática” advinda das experiências do “socialismo real”, afirma a “laicidade”, mas não teme em afirmar o caráter social-democrata do partido: “O PT, com todo o radicalismo teimoso da CUT, com toda a herança da esquerda burocrática, com toda a igreja que lhe prejudica o caráter laico, é um partido socialdemocrata. Inédito e inventivo”.<sup>314</sup> Assim, Bucci proclama a recusa do comunismo: “[O PT] precisa jogar fora, de uma vez por todas, o comunismo das trongas. O comunismo que fez de cada trabalhador um culatrão infeliz, cujos melhores sonhos migram ou para o comércio pirata ou para o exílio”.<sup>315</sup>

A derrocada da União Soviética logo permitiu que muitos petistas tivessem a oportunidade de, sem nenhum melindre, recusar os feitos da Revolução de 1917: “não há mais o que defender do que restou da revolução de outubro de 17, que nós amávamos muito mais do que os ventos libertários da primavera de 68”.<sup>316</sup>

Eugênio Bucci era, na época, chefe do conselho editorial da revista *Teoria e Debate* e se colocava na luta contra as influências stalinistas que disputavam a manutenção por cargos presentes no interior do partido.

O stalinismo não está apenas ao lado do PT como aliado de ocasião. Está dentro do PT também, mas não exatamente onde se pensa [...] Fisiologismo e stalinismo são mesmo parentes. Ou melhor, o stalinismo é fisiológico, por definição. Nesse sentido, pode haver menos carga genética stalinista num defensor declarado da burocracia cubana, a “hacienda” modelo, do que num dissimulado oficial de gabinete que despolitiza todas as questões e omite suas opiniões em prol da manutenção de seu cargo, a serviço de rugas fisiológicas. O stalinismo, como ele nos interessa hoje, é a morte da política por excelência.<sup>317</sup>

Anarquismo do século XIX, reformismo do século XX, filosofia de 1968 e o eurocomunismo são influências explicitadas por Bucci que não deixam dúvidas sobre a negação do chamado “marxismo ortodoxo”. Tais referências nos ajudam a evidenciar os caminhos teóricos perseguidos pela maioria dos intelectuais petistas. Apesar das

---

<sup>314</sup> BUCCI, Eugênio. A Revolução Perdida: Nós que amávamos tanto as reformas. *Teoria e Debate*, n.14, 1991, p.46.

<sup>315</sup> Idem, p.45.

<sup>316</sup> Idem, p.46.

<sup>317</sup> Idem, p.42.

diversas referências elencadas, Bucci não hesitou em classificar o PT como social-democrata:

O PT, produto das grandes greves operárias urdidas por um sindicalismo independente e anti-oficial, lança-se para a esfera política refazendo a trajetória clássica, ainda que abreviada, dos partidos da social-democracia. Ele não é social-democrata porque diz ser, como o neopopulismo ou como o quercismo arrependido. Ele é porque é.<sup>318</sup>

A pluralidade ideológica que constitui a formação do PT foi defendida por Florestan Fernandes com base na constatação das múltiplas particularidades que compõem a realidade brasileira e latino-americana.

Eu continuava a ver a pluralidade de correntes como um fenômeno negativo. Até que com o curso que dei sobre a Revolução Cubana e a análise que fiz do caso chileno compreendi que na América Latina a fraqueza das classes subalternas acaba criando a necessidade de partidos que são frentes ideológicas e políticas que unem tendências diferentes.<sup>319</sup>

Apesar de reconhecer uma ampla pluralidade no interior do partido, Florestan Fernandes defende que o PT privilegie o marxismo na construção do socialismo e rechace o “canto das sereias” da social-democracia europeia.

Embora não pertença até agora a nenhuma tendência, defendo que o PT deva ser um partido no qual o socialismo marxista tenha uma certa consistência. Não se pode conceber um partido dos trabalhadores que seja meramente reformista, que pretenda realizar tarefas semelhantes às da social-democracia europeia.<sup>320</sup>

Com isso, Florestan Fernandes alertava para o risco de o pluralismo ideológico desviar a luta do PT do caminho da revolução para o “socialismo proletário”.

É importante que dentro do PT nós lutemos por concepções proletárias de socialismo [...] A questão está em encontrar uma linguagem socialista que permita definir os objetivos finais e os objetivos imediatos de forma que seja aceitável por todos. Porque, se existem várias correntes, existem também expressões ideológicas e políticas em contraste e até em conflito. É preciso impedir que essas diferenças acabem explodindo e destruindo o

---

<sup>318</sup> Idem, p.46.

<sup>319</sup> FERNANDES, Florestan. Entrevista realizada por Paulo de Tarso Venceslau. *Teoria e Debate*, n.13, 1991, p.24.

<sup>320</sup> Idem, *ibid.*

partido. Mas isso não pode ser feito às custas de seu caráter proletário e revolucionário. No momento em que o PT renegar a sua função de servir de espinha dorsal à luta política dos trabalhadores, deixando de ser um partido de revolução contra a ordem, ele deixará de ter importância para a instauração da democracia com igualdade social no Brasil.<sup>321</sup>

Assim, Florestan Fernandes denunciava os perigos que o PT corria com as diversas tendências ideológicas anti-marxistas que flertavam com a social-democracia europeia. Para o sociólogo, essas tendências levaram o partido a privilegiar a via parlamentar e o jogo eleitoral.

O partido acabou avançando mais na direção de modelos burgueses do que de modelos propriamente proletários e socialistas [...] Na relação entre candidatos socialistas não deve prevalecer a disputa pelo voto. Dentro do PT, está crescendo uma técnica eleitoral competitiva. O objetivo pessoal de vencer eleitoralmente prepondera sobre a ideologia, a política, a cooperação entre companheiros [...] O que deve estar em primeiro lugar é a vitória do PT e não a eleição de determinado candidato. Mas é claro que quando um partido socialista escolhe a via parlamentar ele escolhe também a via eleitoral<sup>322</sup>.

Em suma, Florestan Fernandes criticava aqueles que visualizaram na ocupação de cargos no parlamento um fim em si mesmo, afirmando que para o socialismo não bastava a ocupação, mas a conquista do poder: “Só poderão ‘ocupar o poder’, nunca terão capacidade de ‘conquistar o poder’, e para o socialismo o que importa é a conquista do poder, para que ele possa transformar a sociedade. O partido é um meio para este fim”.<sup>323</sup>

Os petistas Vladimir Palmeira<sup>324</sup> e Carlos Vainer também reclamaram da ampla heterogeneidade que constituía o PT, determinando a sua direção e colocando para o partido a clássica encruzilhada: reforma ou revolução?<sup>325</sup> Os autores também chamaram a atenção para a atuação do partido de acordo com as vias institucionais, alertando para o perigo da domesticação ao se submeter às regras do jogo.

O PT não passa incólume pela prática institucional. Ela ameaça o PT, que pode ser domesticado pelo sistema institucional, envolvido pela institucionalidade e pelos compromissos que ela cobra de seus participantes. Não é segredo para ninguém que

---

<sup>321</sup> Idem, p.25.

<sup>322</sup> Idem, *ibid.*

<sup>323</sup> Idem, *ibid.*

<sup>324</sup> Membro da tendência Articulação.

<sup>325</sup> PALMEIRA, V., VAINER, C. PT: Ameaçador ou ameaçado? *Teoria e Debate*, n.8, 1989, p.37.

nosso partido é hoje muito mais institucional que na sua origem; à medida que participamos da institucionalidade, aceitamos e passamos a praticar certas regras de um jogo cuja regra principal é a aceitação das regras.<sup>326</sup>

Seguindo a mesma linha de raciocínio, os autores denunciaram a prática eleitoreira e institucional levada a cabo pela Articulação e que tem caracterizado a atuação do partido no parlamento: “Enquanto partido de massas, olhamos para as instituições com o olhar de quem está de fora; enquanto partido institucional, olhamos para as massas com o olhar contaminado pelo espaço institucional”.<sup>327</sup> Assim, alertavam para o fato de setores do partido acreditarem na possibilidade de resolver os problemas do povo no interior do capitalismo por meio de reformas advindas da atuação dos parlamentares petistas.

São vários aqueles que começam a acreditar que os gravíssimos problemas de nosso povo poderiam ser resolvidos no interior mesmo do capitalismo, por meio de reformas da própria institucionalidade burguesa. Falam no socialismo, mas são tão socialistas quanto os pedetistas – embora, reconhecamos, sejam bem mais modernos.<sup>328</sup>

Desde então, esses setores compreendem a organização das massas como um instrumento de pressão para a ação de seus representantes no parlamento. Os autores explicam:

Nesses projetos, a ação e a organização das massas não necessariamente estarão excluídas; elas deixam apenas de ser o elemento central para se transformar em força de pressão que capacita seus representantes institucionais a negociarem em melhores condições no interior da institucionalidade burguesa. Ao invés de um partido que seja expressão e instrumento da potencialidade disruptiva do movimento de massas, um partido que funcione como canal de condução e mediação institucional dessa potencialidade.<sup>329</sup>

Assim, a organização das massas ficava limitada a facilitar a ação parlamentar de seus representantes, evidenciando uma mudança no papel da participação popular. Essa nova visão traria consequências que marcariam profundamente as características

---

<sup>326</sup> Idem, p.38.

<sup>327</sup> Idem, ibid.

<sup>328</sup> Idem, p.38-39.

<sup>329</sup> Idem, p.39.

do projeto petista: “a domesticação do PT traria automaticamente sua transformação em instrumento de domesticação do movimento popular”.<sup>330</sup>

O artigo de Vladimir Palmeira e Carlos Vainer explicita, portanto, um momento singular na história do partido, pois, pela primeira vez nas páginas da revista *Teoria e Debate*, o surgimento de setores no partido que compreendem as reformas no interior do capitalismo foi denunciado como teleológico. O alerta dos autores para a heterogeneidade que tem constituído o partido é providencial e ilustra um novo momento que marcaria a trajetória petista.

Se não refletirmos sobre o caráter contraditório de nossa prática, se não entendermos a natureza das dinâmicas deflagradas na periferia e no interior do próprio partido, marcharemos para a social-democracia (ou para o reformismo nacionalista) sem ao menos termos consciência do que estamos fazendo e do que se está passando.<sup>331</sup>

A denúncia da opção de um caminho social-democrata ou reformista-nacionalista é aprofundada com a crítica ao discurso de fazer as “reformas possíveis”.

Alguns companheiros partem da constatação para deduzir que tudo o que podemos fazer é apresentar um programa de reformas – as famosas “reformas possíveis” – que viabilize a melhoria das condições de vida da população e favoreça a acumulação de forças. A linha reformas possíveis/acumulação de forças, juram eles, será abandonada quando a crise revolucionária se instaurar (afinal de contas, estaremos comprometidos com o socialismo!).<sup>332</sup>

Os autores, portanto, criticam os seus correligionários que proferem o discurso, segundo o qual, pretende-se, um dia, chegar ao socialismo valendo-se das “reformas possíveis”. Denunciam a ausência de uma estratégia política capaz de promover um governo de transição.

Um partido cujo projeto não se esgota na reforma precisa de algo mais que programas de governo e declarações de que pretende caminhar para o socialismo. Ele precisa de uma estratégia política, uma linha política que contemple a transformação dos germens de crise revolucionária em crise revolucionária. O plano de governo e o programa de reformas sociais são indispensáveis, mas constituem apenas um dos elementos de uma estratégia que engaja a luta eleitoral e, em caso de vitória, o governo petista na transição ao socialismo, que conduz o governo do PT no sentido de se realizar enquanto governo de transição.<sup>333</sup>

---

<sup>330</sup> Idem, *ibid.*

<sup>331</sup> Idem, *ibid.*

<sup>332</sup> Idem, *ibid.*

<sup>333</sup> Idem *ibid.*

Em oposição ao partido sem estratégia política, Vladimir Palmeira e Carlos Vainer afirmavam que “o PT é um grande partido de reformas sociais, mas é também um partido socialista”<sup>334</sup> governando para a ampliação permanente do campo de possibilidades. Deste modo, as reformas sociais do governo do PT deveriam caminhar no sentido da transição para o socialismo, por isso, a política do partido não se poderá resumir a uma política de governo. Ou seja,

A discussão acerca da orientação da campanha ganha novo sentido, bem como o programa de governo: ele é parte da política do partido para o período eleitoral, e não sua síntese. Um governo – e uma candidatura – do PT não se diferencia apenas por seu programa (tem gente do PSDB, do PDT, e mesmo do PMDB que assinaria o nosso). O que nos diferencia, mais [do] que tudo, é a maneira de implementá-lo porque o encaminhamento prático de nosso programa de governo ultrapassaria os limites da prática governamental, não se limitaria ao institucional. Nosso programa deve supor e propor a colocação dos trabalhadores em marcha.<sup>335</sup>

Não obstante, os autores insistem em alertar para o fato de que alguns setores petistas estavam sendo absorvidos pelas urgências da vida institucional. Afirmam que as experiências dos petistas nas prefeituras

tem mostrado que a luta institucional vai roendo o partido e sua moral e, às vezes, até mesmo desmobilizando militantes que, envolvidos na campanha eleitoral, não se encaixam na máquina governamental. Cresce o número de militantes aferrados a posições burguesas, mandonistas, prepotentes embevecidos com as migalhas de poder burguês que detêm.<sup>336</sup>

Valter Pomar também evidenciou os perigos do Partido dos Trabalhadores se tornar reformista:

Quem sabe sejamos convertidos num partido social-democrata, desses que na Europa administram com eficiência gonzaleana o capitalismo? Ou será que o futuro nos reserva como tarefa dirigir uma revolução política e social numa economia capitalista desenvolvida?<sup>337</sup>

---

<sup>334</sup> Idem *ibid.*

<sup>335</sup> Idem, p.40.

<sup>336</sup> Idem *ibid.*

<sup>337</sup> POMAR, Valter. Que partido é esse? O enigma petista em letra de fôrma. *Teoria e Debate*, n.9, 1990., p.70.

Raul Pont endossou a crítica aos demais petistas chamando a atenção para o “canto das sereias” representado pelo parlamento burguês, principalmente no que se refere à corrupção e ao gosto pela burocracia parlamentar.

O parlamento burguês amortece, corrompe e mina partidos que se coloquem no campo anticapitalista. Sabemos que essa é uma frente de luta que precisa ser respondida, mas a tensão e os riscos que um desvio eleitoral-parlamentarista carrega são enormes para um partido como o PT. Se não endurecermos o controle político, financeiro e material sobre nossos parlamentares, o PT sofrerá deserções, abandonos e indisciplinas.<sup>338</sup>

A respeito do discurso do PT, que se afirma um partido amplo e de massas, democrático, plural e heterogêneo, Raul Pont defendeu que o direito às tendências “é a mais profunda democracia, e o direito de publicar as várias posições e propostas foram decisivos para o PT ser hoje uma experiência singular na história do movimento operário”.<sup>339</sup>

A afirmação do direito às tendências traz consigo uma crítica à posição majoritária do partido, que estaria monopolizando as executivas e conquistando a hegemonia nas resoluções políticas: “A posição majoritária não se reconhece como mais uma tendência dentro do partido, mas apresenta-se como sua posição oficial, que arbitra quem pode e quem não pode fazer parte das executivas”.<sup>340</sup> Ao defender o direito às tendências, Pont queria defender um PT pluralista e aberto a militantes esquerdistas de origens diversas.

Defendemos a concepção de um partido político socialista plural. Não só no Brasil, mas na maioria dos países, um partido socialista revolucionário só pode resultar de um esforço em unificar distintas correntes políticas. Nossa experiência petista confirma esta tese: o PT não seria o que é sem ele não convivessem sindicalistas, militantes de esquerda de origens diversas, militantes do movimento popular, membros das pastorais da Igreja Católica e setores progressistas de outras crenças religiosas.<sup>341</sup>

As eleições de 1989, entretanto, deixaram sequelas e colocaram em cheque a pluralidade e a democracia interna petista. Luiz Gushiken propôs a expulsão das tendências que não apoiaram condicionalmente os candidatos do partido e possuíam estrutura e disciplina próprias, assim como posições política autônomas.

---

<sup>338</sup> PONT, Raul. Pluralismo, disciplina e internacionalismo. *Teoria e Debate*, n.5, 1989, p.40.

<sup>339</sup> Idem, *ibid.*

<sup>340</sup> Idem, *ibid.*

<sup>341</sup> Idem, *ibid.*

Para buscar essa feição profundamente democrática, de massas, o partido tem que, necessariamente, eliminar os traços antidemocráticos, autoritários mesmo, ainda existentes em seu funcionamento. É neste sentido que a Direção Nacional cobra a dissolução dos grupos organizados.<sup>342</sup>

Na mesma direção argumentativa, endossou a crítica às tendências rebeldes.

Mais do que frouxidão organizativa, a presença no partido de organizações com estrutura e disciplina próprias, com finanças e publicações próprias e com políticas autônomas revela traços profundamente antidemocráticos e, enfim, um partido de duas caras. São barreiras que impedem o livre acesso de novos militantes e simpatizantes à atividade partidária, sem estarem sujeitos a uma rede de intrigas e acusações veladas.<sup>343</sup>

Com isso, Gushiken propôs a expulsão de organizações que não se enquadram na norma partidária do PT, tais como a Causa Operária (CO) e a Convergência Socialista (CS).

Nada mais falacioso que o argumento de que queremos resolver problemas políticos com medidas administrativas. As diferenças políticas são positivas e necessárias para construir o partido, não para miná-lo, destruí-lo. Ou não foi destrutiva a ação da Causa Operária durante a campanha presidencial, de aberta sabotagem à chapa Lula-Bisol, inclusive com pixações contra Bisol (como foi feito em Alagoas)? Ou não foi destrutiva a ação da Convergência Socialista (CS) em Timóteo, onde esconjurou publicamente o prefeito petista (ex-militante da CS, aliás) por não ter seguido a política própria da CS?<sup>344</sup>

Apolônio de Carvalho também denunciou a prática utilitária das correntes internas do partido em querer “tomar de assalto” o poder e de doutrinar todo o partido.

Em síntese, um relacionamento aético, expresso em sua prática desrespeitosa, desleal e utilitarista, no interior de nossa organização. Não se trata apenas da degradação gratuita da imagem de nosso partido. Trata-se de sua transformação em instrumento de manobras, a curto e a médio prazos. Para algumas delas, "o PT é uma simples legenda, eventual ou de aluguel". Em essência, mera iniciativa de alcance tático. Para outras, "vale a pena investir em sua construção, esperando impor ao conjunto sua hegemonia e seu modelo de partido revolucionário". Outras, ainda, integram-se nele "para desintegrá-lo".<sup>345</sup>

---

<sup>342</sup> GUSHIKEN, Luiz. Partido dos Trabalhadores: Luta em solo minado. *Teoria e Debate*, n.10, 1990, p.5.

<sup>343</sup> Idem, *ibid.*

<sup>344</sup> Idem, *ibid.*

<sup>345</sup> CARVALHO, Apolônio de. Correntes internas do PT: momentos de exclusão. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.66-67.

Valério Arcary, dirigente da Convergência Socialista (CS), confia no crescimento da “esquerda revolucionária” na luta contra os setores do stalinismo e da social-democracia no interior do partido.

A esquerda revolucionária cresce no interior do partido. Ela representa a continuidade da luta contra o stalinismo e a social-democracia. Assim, o PT necessita de uma nova direção que resista às pressões da institucionalidade e saiba burlar seus limites.<sup>346</sup>

Arcary delimita no tempo as mudanças no perfil do partido. Para o petista, até 1988, o PT possuía uma ação nos aparelhos sindicais que levaram às “greves heróicas” com um perfil “violentamente antipatronal”. No entanto, a partir de 1988, o partido viu-se detentor de mais de “trinta prefeituras”, “mil vereadores pelo país, 36 deputados federais e aproximadamente oitenta estaduais”. Tais “ganhos institucionais” teriam levado o partido a adequar-se à “democracia formal” e à “domesticação do jogo parlamentar”.

Por isso, Arcary criticava a tese de “refundação do PT” proposta por alguns membros da direção do partido, que “tratam de desenvolver ideologicamente até o limite a adaptação à legalidade”.<sup>347</sup> Esta tese teria como objetivo a fundação de uma “nova esquerda” que propusesse uma “reforma no Estado” nos “limites do atual sistema capitalista e suas leis”<sup>348</sup> e, para isso, teriam que romper com o marxismo.

Como já verificado, no 5º Encontro Nacional, de 1987, a proposição de um partido de massas, tal como defendido por Francisco Weffort e demais ideólogos da tendência majoritária, a Articulação, fez-se vencedora nos Encontros Nacionais, como podemos verificar em 1990.

O fato de o PT ser um partido de massas exige de nós uma política de organização que se dirija, preponderantemente, ao universo orgânico de militantes e filiados, mas que a ele não se limite. É preciso estabelecer pontos de contato e participação com todos aqueles que, embora não sendo membros do Partido, comportam-se como petistas, se autoconsideram petistas ou são área de influência partidária.<sup>349</sup>

---

<sup>346</sup> ARCARY, Valério. Pra onde vai o PT: Prisioneiros da legalidade? *Teoria e Debate*, n.14, 1991, p.54.

<sup>347</sup> Idem, *ibid.*

<sup>348</sup> Idem, *ibid.*

<sup>349</sup> 7º Encontro Nacional de 1990. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Op. cit.*, p.445.

No 1º Congresso Nacional, realizado em 1991, o partido reafirmou a necessidade de superar a dicotomia criada entre partido de massas e partido de quadros, posição que perduraria nos demais documentos oficiais.

Saber combinar a nossa consolidação como instituição e como movimento político, social e cultural; partido de massas com formas organizativas diversificadas; partido que dialoga e propõe política aos diversos setores sociais, que aspira tornar-se dirigente hegemônico [...] Para nós, solucionar os problemas internos do Partido supõe exatamente a eliminação do internismo, o justo equacionamento da nossa relação com a sociedade e a nossa capacitação para os embates políticos. É nesta medida que evitamos a falsa contraposição, proposta por alguns, entre partido de interlocução e partido dirigente, que se estabelece quando reduzimos o papel do partido a um mero apresentador de projetos à sociedade, pretendendo, assim, diluir seu caráter de classe e desqualificá-lo como instrumento decisivo para a disputa do poder.<sup>350</sup>

O pluralismo ideológico louvado pelos petistas ao longo dos debates também recebeu legitimidade nos documentos oficiais. No 7º Encontro Nacional, afirmou-se:

Outra dimensão visceralmente democrática do PT é o seu pluralismo ideológico-cultural. Somos, de fato, uma síntese de culturas libertárias, unidade na diversidade. Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não-marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc. O ideário do Partido não expressa, unilateralmente, nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia oficial. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão.<sup>351</sup>

Acerca da glorificação do pluralismo ideológico reivindicado pelo PT, é pertinente atentar para as observações de Chasin quando afirma que, para o marxismo, em cada questão, objetivamente, há somente uma verdade. Assim, Chasin destacou os riscos do pluralismo:

Não condeno a existência deste poliformismo, mas creio estarmos apenas no limiar da solução ideológica da presente crise. Muitas correntes se oporão entre si até chegarmos à verdade. Mas novamente insisto em que há somente uma única verdade em cada caso. Esse poliformismo mostra que estamos no caminho da verdade. Seria, entretanto, extremamente indesejável se aceitássemos uma concepção burguesa incorreta do marxismo, e víssemos o pluralismo como algo próximo do ideal, se olhássemos para ele como sendo uma vantagem para o

---

<sup>350</sup> 1º Congresso Nacional de 1991. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org). Op. cit., p.520.

<sup>351</sup> 7º Encontro Nacional de 1990. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org). Op. cit., p.430.

marxismo, no sentido de que poderia ser tanto idealista quanto materialista, casual ou teleológico, assim ou assado.<sup>352</sup>

A fim de evidenciar o estatuto ontológico do pensamento de Marx, Chasin defendeu a busca incansável e permanente da verdade objetiva e, com isso, criticou a postura da “nova esquerda” em sua demasiada ênfase às formas de organização e procedimentos.

[...] estas correntes continuarão em conflito. Acrescento, entretanto, que sou contra qualquer tentativa no sentido de apressar o processo por vias administrativas. São problemas ideológicos que devem ser solucionados ideologicamente. Ao mesmo tempo, acho ser necessário dar espaço ao pluralismo ocidental desde que se adote o princípio de que em cada questão só há uma verdade. Já disse e torno a repetir, que a simpatia de alguém não depende de um acordo universal, mas do sentimento de que estamos todos servindo à mesma grande causa, e que mesmo que estejamos envolvidos em polêmicas as mais acirradas, sabemos que essas polêmicas servem ao mesmo objetivo.<sup>353</sup>

Tal crítica ao pluralismo ideológico não pode dar margem a uma postura dogmática, como fizera o stalinismo, e muito menos possibilitar a defesa de um “praticismo” inconsequente que, por meio da glorificação do imediatismo, muito quer fazer e, pela ojeriza da teoria, pouco pensa.

Dissenso e polêmica para as quais seria absurdo, de fato criminoso, voltar as costas, como deseja e propugna a dogmática staliniana, debaixo da alegação filistéia de que o importante, de todo modo, é sustentar e dar continuidade ao primado da prática.<sup>354</sup>

A recusa do PT em delimitar um perfil “ideológico” e “filosófico” redundou, em última instância, num produto ideológico de baixa qualidade. No desespero de se livrar do passado burocrático dos PCs, o PT colocou sob seu pedestal o pluralismo, fantasiou uma democracia interna e em nome dela, recusou-se a ser um partido dirigente a apresentar um programa sob a perspectiva do trabalho para a classe trabalhadora. Sob um radicalismo subjetivo e abstrato, deixara a classe trabalhadora desarmada diante das crises e oportunidades históricas. Desse modo, não atentou para a lição de Lênin, presente em “Carta a um Camarada”, quando o líder russo delimitou o papel dirigente e,

---

<sup>352</sup> CHASIN, J. Trabalho e Democracia. In: \_\_\_\_\_. *A Miséria Brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000, p.111.

<sup>353</sup> Idem, *ibid.*

<sup>354</sup> Idem, *ibid.*

portanto, propagandístico, que o partido deveria cumprir para a missão de orientação da classe trabalhadora.

O papel dirigente do partido nos remete a uma problemática clássica na história do movimento operário referente à questão da consciência de classe. Para evitar mal entendidos, vale a pena explicitar a assertiva de que a consciência de classe não brotará espontânea e fatalmente das contradições entre as forças produtivas e as relações produção. Tal assertiva torna-se necessária para se interpor contra a interpretação corrente, na qual o PT se inclui, de que haveria no legado marxiano um caráter fatalista da “missão histórica” atribuída ao proletariado, que teria sido desmentida pela história. Este trecho de *A Sagrada Família* ilustra o dilema na teoria marxiana:

Não se trata do que este ou aquele proletário, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode “imaginar” de quando em vez como sua meta. Trata-se “do que” o proletariado “é” e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com o seu “ser”.<sup>355</sup>

Diversas passagens de Marx e Engels desmentem a leitura fatalista vulgar, deixando menos margem a dúvidas sobre sua posição a respeito dessas questões, ao apresentarem uma concepção da ação revolucionária do proletariado como possibilidade real, como uma tendência histórica necessária, como uma potência concreta do seu ser, não como uma determinação absoluta, garantida, irrevogável e cuja vitória esteja assegurada de antemão.

Outro “mal entendido” que é necessário desmistificar diz respeito às diversas formas de consciência que seriam mecanicamente redutíveis às determinações econômicas. Mészáros, em texto intitulado *Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente*, nos ajuda a refutar tal crítica com uma reflexão que parte precisamente da passagem acima citada de *A Sagrada família*, confrontando-a com outra, de Gramsci. Para Mészáros, ambas ilustram, melhor que qualquer outra coisa, o dilema central da teoria marxista das classes e da consciência de classe. Por esta razão, é pertinente conhecermos também o texto de Gramsci:

Pode-se excluir a ideia de que, por si só, as “crises econômicas” produzem diretamente eventos fundamentais; elas podem apenas criar “circunstâncias mais favoráveis” para a propagação de certas maneiras de pensar, de colocar e resolver questões que envolvem todo o desenvolvimento futuro da vida e do estado. O elemento decisivo em toda a situação é a força, permanentemente organizada e pré-ordenada por um longo

---

<sup>355</sup> MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo, 2003, p.49.

período, que pode ser utilizada quando se julgar que a situação é favorável (e ela é “favorável apenas até o ponto em que esta força exista” e seja plena de ardor combatente); portanto, a tarefa essencial é a de atentar, paciente e sistematicamente, para a formação e o desenvolvimento dessa força, tornando-a até mesmo mais homogênea, compacta, “consciente de si mesma”.<sup>356</sup>

Em seguida, Mészáros explica que a contradição entre a concepção de Marx de que o proletariado será “‘forçado’ a realizar sua tarefa histórica”, e a de Gramsci, que “insiste em que a própria situação histórica é favorável somente na medida em que o proletariado já tiver conseguido desenvolver uma força organizada completamente consciente de si mesma”, é só aparente. Porque Marx e Gramsci estão tratando de coisas diferentes: Marx refere-se ao “ser social” do proletariado, isto é, aos “determinantes complexos de uma ontologia social”, não a “crises econômicas” – termos da polêmica de Gramsci contra o “economicismo vulgar”. Isto é, não são concepções opostas, mas complementares, pois as crises econômicas são apenas um entre outros fatores que podem favorecer a ação revolucionária das massas, embora não um dos menos importantes.

Para Gramsci, no entanto, ainda mais importante é a pré-existência, em relação às crises econômicas, de “uma força organizada completamente consciente de si mesma”, pressuposto para que as crises se tornem, efetivamente, um elemento desencadeador da ação revolucionária. Esta ação também faz parte do ser social do proletariado, como potência, cuja atualização depende em grande parte não só de crises econômicas em termos genéricos, mas, mais especificamente, do desenvolvimento das forças produtivas entrarem em contradição com as relações de produção e da emergência da consciência de classe.

Essa contradição, contudo, embora constitua condição necessária para a emergência da consciência de classes em escala massiva, não é uma garantia de sua emergência, nem de sua vitória final.

Outro problema a ser enfrentado é a de que a “consciência de classe” verdadeira se oporia à “falsa consciência” assim como a verdade se opõe à falsidade, ou a ciência à ideologia. Nas palavras de Mészáros:

a consciência de classe, de acordo com Marx, é inseparável do reconhecimento – sob forma de consciência “verdadeira” ou

---

<sup>356</sup> GRAMSCI *apud* MÉSZÁROS, Istvan. *Filosofia, ideologia e ciência social. Ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993, p.76.

“falsa” – do interesse de classe, baseado na posição social objetiva das diferentes classes na estrutura vigente da sociedade.<sup>357</sup>

Mas afinal, o que existe de efetivamente decisivo na relação entre “posição social objetiva” e consciência de classe “verdadeira” ou “falsa”? A “subordinação estrutural necessária do trabalho ao capital na sociedade de mercadorias. [...] O interesse de classe do proletariado é definido em termos de mudança dessa subordinação estrutural”.<sup>358</sup> Mas então por que o proletariado não se dá logo conta de seus “verdadeiros” interesses? A responsabilidade não cabe integralmente à indústria cultural, como queriam Adorno e Horkheimer, antes advém do fato de que

os interesses a “curto prazo” dos indivíduos particulares, e mesmo da classe como um todo, em um momento dado, podem estar em oposição radical ao interesse de mudança estrutural “a longo prazo”. (É por isso que Marx pode e tem que apontar a diferença fundamental entre a consciência de classe contingente ou “psicológica” e a consciência de classe necessária).<sup>359</sup>

Marx identificou esta

contradição entre a contingência sociológica da classe [...] em um momento determinado [...] e de seu ser como constituinte do antagonismo estrutural do capitalismo [...] de contradição entre o “ser” e a “existência” do trabalho, considerando que “o fator crucial na resolução dessa contradição é [...] o desenvolvimento de uma consciência de classe adequada ao ser social do trabalho”<sup>360</sup>.

Diante do problema de como a consciência “falsa” pode ser superada pela “verdadeira”, ou como a “consciência contingente”, imediata, pode elevar-se à “consciência necessária”, que parte da posição econômica de classe do proletariado, mas é mediada pelo conhecimento acerca da subordinação estrutural do trabalho ao capital e do interesse (ainda predominantemente inconsciente) do trabalho de suprir essa subordinação estrutural, a contribuição do intelectual, embora necessária, é ao mesmo tempo mais modesta e mais abrangente, envolvendo, além da educação, análise, crítica e planejamento econômico e político.

O que vimos na trágica trajetória petista foi o inverso. Muito preocupado em se livrar dos fantasmas, o PT fez as perguntas erradas e as respondeu erroneamente. Preso ao imediatismo vulgar, foi incapaz de ser um potencializador da “consciência

---

<sup>357</sup> GRAMSCI apud MÉSZÁROS, Istvan. Op. cit., p.88-9.

<sup>358</sup> Idem, p.92.

<sup>359</sup> Idem, p.94.

<sup>360</sup> Idem, p.95.

necessária” nas poucas oportunidades históricas surgidas de nossa “miséria brasileira”.<sup>361</sup>

### 2.3. Concepções acerca do Estado

A questão do Estado é um tema recorrente nas discussões no interior do Partido dos Trabalhadores das quais a revista *Teoria e Debate* foi a porta-voz das discussões entre os anos de 1987 e 1991.

Em entrevista a Eugênio Bucci<sup>362</sup> e Ricardo Azevedo, José Dirceu<sup>363</sup> reavaliou o legado deixado pelo socialismo soviético e propôs uma revisão da teoria marxista desenvolvida pelas sociedades do Leste Europeu e pela União Soviética. A crítica de Dirceu se concentrou no que se convencionou chamar de “marxismo-leninismo”, o marxismo oficial do “socialismo real”. Uma das categorias para a qual chamou a atenção foi a revisão do Estado: “É preciso repensar essas sociedades, repensar o socialismo, repensar a teoria. Particularmente a teoria do Estado”.<sup>364</sup>

Verifica-se uma recusa declarada à aceitação de Estado de Karl Marx, tomada como “comitê executivo das classes dominantes” (denominada pelo entrevistado como “bolchevique”), em favor de uma concepção gramsciana do “Estado ampliado” – como uma esfera pública que se torna espaço de disputa hegemônica entre as classes. Este

---

<sup>361</sup> Nas palavras de José Chasin: “Miséria brasileira é determinação particularizadora, para o âmbito do capital e do capitalismo de extração colonial, da fórmula marxiana de ‘miséria além’. Compreende processo e resultantes da objetivação do capital industrial e do verdadeiro capitalismo, marcados pelo acentuado atraso histórico de seu arranque e idêntico retardo estrutural, cuja progressão está conciliada a vetores sociais de caráter inferior e à subsunção ao capital hegemônico mundial. Alude, portanto, sinteticamente, ao conjunto das mazelas típicas de uma entificação social capitalista, de extração colonial, que não é contemporânea de seu tempo”. CHASIN. *A Miséria Brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000, p.160.

<sup>362</sup> Eugênio Bucci é jornalista e professor doutor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Integra o conselho curador da Fundação Padre Anchieta (TV Cultura de São Paulo). Foi presidente da Radiobrás (de 2003 a 2007) e secretário editorial da Editora Abril (1996-2001). É autor de, entre outros livros, *Sobre ética e imprensa* (2000), *Videologias* (2003, em parceria com Maria Rita Kehl) e *Em Brasília, 19 horas* (2008). Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde o início dos anos 1980, foi um dos criadores e o primeiro editor da revista *Teoria e Debate*.

<sup>363</sup> José Dirceu de Oliveira e Silva formou-se em Direito, em 1983, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Participou ativamente da fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980. Em janeiro de 2003, José Dirceu assumiu uma cadeira de deputado federal, mas logo se licenciou do cargo no Congresso Nacional para assumir a função de ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, permanecendo no cargo até junho de 2005, quando retornou à Câmara dos Deputados. Seu mandato foi cassado em dezembro do mesmo ano e teve a inelegibilidade decretada por oito anos.

<sup>364</sup> DIRCEU, José. Socialismo real: O pluralismo inevitável. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.42.

novo entendimento levou o partido a formular uma nova estratégia para a construção de uma sociedade socialista.

A recusa ao legado de Marx pode ser observada em diferentes artigos escritos nesse período. Em 1989, Augusto de Franco recusou a concepção marxista, já que para ele, naquele momento, não era mais “possível”, baseado em sistematizações “tão gerais”, “ficar remoendo velhas fórmulas simplificadoras do Estado como mero ‘comitê executivo das classes dominantes’ e de sua possível destruição pela via clássica da instalação de um polo competitivo de poder”.<sup>365</sup>

O professor Renato Janine Ribeiro<sup>366</sup> citou os gregos para afirmar a política como “arte da palavra”, da persuasão, do convencimento, do respeito à opinião alheia, em que ora se vence, ora de perde. Esta caracterização da política é realizada para se contrapor à tese da política como violência, preconizada por Marx, em *Dezoito Brumário*, que caracteriza os discursos persuasivos como “cretinice parlamentar”.

Assim, ao invés da afirmação dos gregos pela aceitação das regras do jogo, temos, na tese marxista, a negação das próprias regras do jogo parlamentar e eleitoral, em favor da guerra aberta entre as classes. Para Renato Janine Ribeiro, essa concepção acerca da política culminou no monopólio de poder de um partido e nas práticas stalinistas: “Moscou virou Veneza, o governo dos sinistros ‘Dez’ que na calada da noite mandavam prender e matar”.<sup>367</sup> Assim, mesmo depois da morte de Stálin, quando caíram os “assassinos políticos”, manteve-se – até Gorbatchev – a essência do sistema, que era a do grupo fechado controlando tudo. O autor avalia que o “inquietante é que, se pensamos a política como guerra, e nossa atitude nela como científica, um tal resultado é inevitável”.<sup>368</sup> Mais adiante, a crítica ao marxismo é enfatizada:

No caso do marxismo, como é que o pensamento rigoroso, ou ciência, mesmo ali onde teve melhores frutos (a crítica da ideologia), redundando num autoritarismo tão forte, o da figura de “quem sabe” protegendo, ensinando, até perdendo “quem não sabe”? [...] Se uma classe porta a verdade e a ação correta, que espaço resta para a ação e pensamento das demais classes? E, pior ainda, da ideia de uma classe operária portadora dos

---

<sup>365</sup> FRANCO, Augusto de. Os três desafios do Partido dos Trabalhadores. *Teoria e Debate*, n.5, 1989, p. 42.

<sup>366</sup> Renato Janine Ribeiro é professor titular de Ética e Filosofia Política na Universidade de São Paulo, dedica-se ao estudo de uma filosofia política a respeito de sociedades ocidentais “dissidentes”, como a brasileira e outras de Terceiro Mundo, que dão maior importância ao afeto na vida pública. Entre seus principais interesses, estão a natureza teatral da representação política e as dificuldades na construção da democracia no Brasil.

<sup>367</sup> RIBEIRO, Renato Janine. Corrupção em Casa: Os Perigos do Universal. *Teoria e Debate*, n.10, 1990, p.25.

<sup>368</sup> Idem, *ibid.*

valores universais parece resultar a necessidade de que alguém decifre esses valores, essa missão.<sup>369</sup>

Vale observar que a crítica de Janine Ribeiro às teses marxistas acerca da política e do Estado abre espaço para a tese gramsciana de “Estado ampliado”, típica das “sociedades ocidentais” nas quais, por meio da “guerra de posições”, os agentes da transformação acumulariam forças suficientes para disputas nos espaços conquistados no Estado. Assim, nessa concepção, o Estado já não seria mais uma força da violência política, mas um espaço de disputa entre diversos agentes, de diversas classes que se subordinaram às regras do jogo.

Tal concepção se assemelha a de Marcos Rolim que, valendo-se do instrumental teórico gramsciano, debruça-se sobre a discussão acerca da “guerra de posições” como estratégia de luta para a construção da sociedade socialista. Tal discussão é desenvolvida através da distinção gramsciana de “Estado do oriente” e “Estado do ocidente”. Nessa discussão, o “Estado do oriente” fechado, como um “comitê executivo das classes dominantes” seria aquele erguido sob uma sociedade civil fluida e incipiente (gelatinosa) que, por meio de uma “guerra de movimento”, realizaria um “assalto ao poder de Estado” como na revolução russa bolchevique. Já o “Estado do ocidente” traria uma nova discussão para os petistas, pois teria uma forma ampliada em relação à concepção de Marx do século XIX que exigiria uma nova forma de estratégia de luta: a “guerra de posições”, caracterizada por um acúmulo político, ideológico e cultural de longo prazo e que permitiria a construção de uma “contra-hegemonia” sustentada por um “bloco histórico” capaz de realizar a revolução.

A concepção de “Estado ampliado” ou “Estado do ocidente” se sustenta apoiada na constatação de que o Estado capitalista moderno já não é apenas o domínio da violência, da coerção, mas é, também, o exercício de uma capacidade hegemônica. De acordo com essa concepção, o Estado seria também um corpo político vivo, relativamente autônomo, que organiza, em complexas mediações, o consenso na sociedade.

Marcos Rolim, no entanto, reconhece que a conjuntura de 1989 passava por um período chamado de “hegemonia passiva” que foi “responsável pelo traço estrutural de despolitização que contaminou toda a sociedade e marcou os movimentos populares em

---

<sup>369</sup> Idem, *ibid.*

nosso país. A dominação burguesa se nutre, então, da apatia, do ceticismo, do conformismo”.<sup>370</sup>

Verifica-se a busca por uma justificação teórica que embase a compreensão da realidade brasileira. Coutinho, Sokol, Genro e outros petistas a encontram em Gramsci. Carlos Nelson Coutinho, especialista e tradutor de Gramsci no Brasil, afirma a necessidade de se valer da contribuição das categorias gramscianas para a compreensão da realidade brasileira, como por exemplo, a categoria de “revolução passiva” que compreende os processos de “transformação pelo alto” como as que ocorreram nos eventos da passagem do Império para a República ou sobre a chamada “Revolução de 30”. Todavia, a categoria mais ressaltada por Coutinho foi a de “Estado Ampliado”:

Para nós o conceito gramsciano de "Estado ampliado", que nos permite apontar algumas das características essenciais de nossa situação atual (ou seja, o fato de que o Brasil é hoje uma formação social de tipo “ocidental”) e, por conseguinte, fornecer indicações para a construção de uma estratégia democrática para a luta pelo socialismo no Brasil.<sup>371</sup>

Em concordância com a maioria dos petistas, Markus Sokol<sup>372</sup> também se vale das compreensões gramscianas de “Estado ampliado” e de “hegemonia”:

A noção de Estado ampliado pode ser muito útil para aqueles que um dia conceberam (o autor se inclui entre estes) o Estado como um "reduzido" aparelho de coerção, desconhecendo os mecanismos de consenso, cooptação etc [...] Outra novidade teórica é a de que a nova hegemonia não se concebe como produto de uma ruptura ("batalha final"), mas de uma sucessão de rupturas.<sup>373</sup>

A respeito desta temática, Tarso Genro afirmava haver semelhanças entre a Itália de Gramsci e o Brasil em que o PT está inserido. Demonstrava assim, o caminho percorrido por Gramsci para desenvolver as principais categorias características do seu pensamento:

O Estado capitalista desenvolvera, além do mero aparato coercitivo, mecanismos de controle, dissuasão e domínio que eram de qualidade infinitamente superior à mera violência estatal. Gramsci passa a pensar a complexidade da dominação no Estado burguês moderno a partir de novas categorias:

---

<sup>370</sup> ROLIM, Marcos. O futuro como referencial. *Teoria e Debate*, n.6, 1989, p.53.

<sup>371</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadão Brasileiro. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.63.

<sup>372</sup> Markus Sokol é membro do Diretório Nacional do PT pela corrente "O Trabalho". Ainda jovem, participou das mobilizações políticas no colégio. Na luta contra a ditadura militar, foi preso e torturado pelo DOI-CODI. Ajudou na reconstrução do DCE-Livre da USP. Dedicou-se à organização independente dos trabalhadores. Participou da Oposição Metalúrgica de São Paulo.

<sup>373</sup> SOKOL, Markus. De volta para o futuro. *Teoria e Debate*, n.13 1991, p.41.

consenso, hegemonia, guerra de posição, guerra de movimento, novas relações entre Estado e Sociedade Civil.<sup>374</sup>

Assim, as concepções gramscianas traziam à baila a noção de Estado ampliado, dando novas características à concepção marxista do século XIX. A nova concepção acerca do Estado abriria caminho para a formulação de novas categorias ao pensamento marxista do século XX, impulsionando a revisão das estratégias de luta da esquerda.

Em Gramsci vemos uma reflexão política específica sobre a nova qualidade do Estado burguês moderno e suas relações com a sociedade civil. Vemos no desdobramento dos escritos de Gramsci uma noção ampliada de Estado que, segundo ele, invade na sociedade capitalista moderna, o mundo privado da sociedade civil, estatizando-a e vinculando-a aos seus desígnios e aos seus movimentos no processo de dominação. Poder-se-ia dizer, com certa ironia, que a Rede Globo está colocada como plena possibilidade na concepção gramsciana de Estado "ampliado".<sup>375</sup>

Como já afirmado anteriormente, a noção gramsciana de “Estado ampliado” abre caminho para a formulação de novas estratégias de construção da sociedade socialista. Neste caso, o partido socialista de massas, tal como entendido por Gramsci, teria a função de realizar, durante um longo período de acúmulo de forças, a “guerra de posições” para a conquista da hegemonia do Estado. Um novo Estado socialista se edificaria como produto de um enfrentamento de longo curso “onde a questão da hegemonia torna-se elemento fundamental da prática revolucionária do partido”.<sup>376</sup> Do mesmo modo, Tarso Genro reivindicou o legado gramsciano:

A retomada criativa de Gramsci, ao incorporar na reflexão marxista a especificidade da cultura nacional italiana e a sua compreensão de que o leninismo era insuficiente para o Ocidente moderno, são apenas alguns dos sinais mais evidentes daquilo que, na política, já aparecera como heresia nos próprios alvares da Revolução Russa.<sup>377</sup>

A interpretação petista do pensamento de Gramsci deu margem à reivindicação de um “Estado de Direito Socialista”.

É preciso a partir daqui construir um projeto teórico que possa combinar a universalidade de certos valores fundamentais para o socialismo – liberdades individuais ao Estado de Direito Socialista – com a impossibilidade de pensar a superação do capitalismo sem adjudicar uma função desestabilizadora e

---

<sup>374</sup> GENRO, Tarso. Gramsci, Rosa e o PT: A história se reflete. *Teoria e Debate*, n.10, 1990, p.45.

<sup>375</sup> Idem, *ibid.*

<sup>376</sup> Idem, *ibid.*

<sup>377</sup> GENRO, Tarso apud GENOINO, J. *Repensando o Socialismo*, 2.ed., São Paulo: Brasiliense, 1991, p.14. Grifos meus.

orientadora aos trabalhadores em geral e ao proletariado em particular.<sup>378</sup>

Em 1987, José Genoíno, quando ainda era membro da tendência Partido Revolucionário Comunista,<sup>379</sup> reconheceu que a afirmação do Estado como uma forma especial de repressão se conservava verdadeira apenas parcialmente. Para sustentar essa afirmação, vale-se da contribuição de Gramsci.

Gramsci legou-nos assim o conceito de "Estado integral", ampliando as fronteiras do Estado tal como definidas pelos clássicos do marxismo. O Estado deixava de ser concebido apenas como aparato de força, como máquina especial representada pela burocracia civil, as Forças Armadas, a polícia, os tribunais, as prisões, o governo etc. Passavam a ser concebidas como parte integrante dele também as instituições privadas de hegemonia: o sistema escolar, os meios de comunicação de massa, partidos políticos, a Igreja etc.<sup>380</sup>

Em seguida, Genoíno afirmou existir no Brasil um acentuado processo de “ocidentalização”, transformando tanto as suas bases econômicas como a superestrutura da sociedade. Desse modo, houve um “desenvolvimento dos mecanismos de dominação e do Estado, tanto dos instrumentos de força, como das instituições privadas de hegemonia”.<sup>381</sup> Tal dominação teria se aprofundado com a massificação do sistema escolar e com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa.

Ao constatar o aperfeiçoamento dos mecanismos de dominação burguesa, Genoíno traça o longo caminho gradual de luta socialista, já que para ele as características da dominação burguesa – sob as condições do capitalismo monopolista – “indicam que o processo revolucionário demandará um longo período de acumulação de forças até que os ‘de baixo’ possam fazer frente aos ‘de cima’ numa luta decisiva”.<sup>382</sup>

A reivindicação do legado teórico gramsciano consolidou uma nova estratégia de luta, o que, conseqüentemente, implicou numa nova visão de partido. Delimitando a proposta petista de sociedade, Francisco Weffort afirmava que o PT deveria ser constituído de baixo para cima e a partir de núcleos de base entendidos não como “aparelhos de militantes, mas organismos abertos para a participação da sociedade”. Daí resultam as concepções de conselhos populares e do “poder como algo que não apenas

---

<sup>378</sup> GENRO, Tarso *in* GENOINO, 1991: p.17

<sup>379</sup> O Partido Revolucionário Comunista tem origem em 1984, como tendência petista, sob orientação “marxista-leninista”. Em 1992, os seus principais líderes formaram a Democracia Radical, sob influência de teses de Antonio Gramsci, Jurgen Habermas, Hannah Arendt e Noberto Bobbio.

<sup>380</sup> GENOINO, José. A Transição Fardada. *Teoria e Debate*, n.1, 1987, p.03.

<sup>381</sup> Idem, *ibid.*

<sup>382</sup> Idem, *ibid.*

se toma (no Estado), mas também se cria (na sociedade)”. Neste sentido, inferiu que a “nossa visão do partido é o ponto de partida de uma visão nova do Estado e da sociedade”.<sup>383</sup>

Como a maioria dos petistas daquele início dos anos de 1990, Bucci faz questão de vincular as burocratizações das experiências do “socialismo real” à ausência de uma “teoria geral do Estado” em Marx e Engels.

Não é mais lícito esconder de qualquer simpatizante do socialismo que Karl Marx e seu parceiro Engels jamais desenvolveram uma Teoria Geral do Estado, o que abriu campo ao caráter (hesito em me valer do conceito) totalitário do regime soviético. Lenin rascunhou alguma coisa bem prepotente mas pouco fez além de submeter a coisa pública, lato sensu, à lógica estratégica ou tática do partido de quadros que concebeu. Aos olhos de Marx, o estado era uma questão a ser resolvida. Aos olhos de Lenin, o estado era um militante do partido<sup>384</sup>.

Polemizando com os articulistas da revista *Teoria e Debate* que reivindicam o legado de Lenin e Trotsky, Bucci vinculou os feitos do stalinismo com a concepção de Estado dos dois bolcheviques.

Gostaria de chamar a atenção dos nobres leitores materialistas de *Teoria & Debate* para o fato de que Stalin, seu aparelho e seus métodos não caíram do céu. São todos eles a mais acabada resultante do partido bolchevique que substituiu-se a qualquer noção de Estado. A ditadura stalinista é também obra de Lenin e de Trotsky<sup>385</sup>.

Contrapondo-se à concepção da tradição marxista acerca do Estado, Bucci afirmou que o Estado, hoje, possui uma natureza tão complexa, incorporou tantos conflitos que deixou de ser burguês.

O Estado burguês não é apenas instrumento de dominação, senão um espaço público de organização do conflito interno e externo à burguesia. Iria assinalar muito mais: que à medida que incorporou mais conflitos em sua natureza pública o Estado burguês foi deixando de ser simplesmente burguês.<sup>386</sup>

Em 1984, Weffort escreveu *Por que Democracia?*, texto em que já evidenciava a opção por um novo entendimento acerca do Estado e pelo socialismo democrático. Posteriormente, em 1992, em *Qual Democracia?*, o sociólogo reivindicaria categorias

---

<sup>383</sup> WEFFORT, Francisco. Consolidar o partido, construir a democracia. *Teoria e Debate*, n.4, 1988, p.35.

<sup>384</sup> BUCCI, Eugênio. A Revolução Perdida: Nós que amávamos tanto as reformas. *Teoria e Debate*, n.14, 1991, p.41.

<sup>385</sup> Idem, *ibid.*

<sup>386</sup> BUCCI, Eugênio. A Revolução Perdida: Nós que amávamos tanto as reformas. *Teoria e Debate*, n.14, 1991, p.44.

gramscianas e teses de Hannah Arendt e Norberto Bobbio. A compreensão de “Estado ampliado” abriu caminho para a tese de democracia como meio e fim, não apenas como instrumento, mas como valor universal para a construção do socialismo:

Organizar o partido pela base junto aos trabalhadores e construir a democracia pela base da sociedade não são proposições sinônimas, mas estão muito próximas. E quem se coloca estes dois temas está muito perto de se propor também o tema do socialismo.<sup>387</sup>

A assertiva de Weffort apontava para uma aproximação entre a organização partidária e a construção de uma democracia pela base que nos coloca mais perto do socialismo. Sua proposição, contudo, esgota-se na sugestão do aperfeiçoamento do Estado e da vida política em geral sem atentar para a essência do problema, centrada justamente no fato de que a emancipação humana só poderia se realizar a partir da própria superação da política e da liberdade fundada na perspectiva do trabalho.

Deve-se evidenciar que os documentos expostos se afastam da ideia inicial do PT, segundo a qual os “grupos dominantes controlam o aparelho de Estado”.<sup>388</sup> Naquele momento, reivindicavam de forma “decidida” a concepção de que o Estado não é a “expressão mecânica de uma classe, mas *relação de forças*”.<sup>389</sup>

As discussões acerca do caráter “ampliado” do Estado Moderno encontraram ecos nas resoluções políticas, como no caso do 5º Encontro Nacional, de 1987, de acordo com a qual, embora mantivesse modernos aparelhos coercitivos, o Estado brasileiro, por meio do funcionalismo público, possibilitava a inserção das classes trabalhadoras nos mecanismos do Estado.

É preciso levar em conta que a sociedade brasileira já foi capaz de desenvolver razoavelmente algumas organizações da sociedade civil, que jogam determinado peso na determinação das políticas do Estado. E de que o Estado brasileiro, embora tenha se reforçado muito, contando com modernos aparelhos coercitivos (Forças Armadas, Serviços de Informação etc.) e de concessões e participação (Legislativos, assistência social, centros comunitários etc.) não tem condições de se fechar completamente à participação das classes subalternas em seu interior. Ao contrário, a própria magnitude do Estado moderno brasileiro só é viável se a burguesia for buscar, na massa das outras classes, os funcionários do Estado. E se, para conseguir consenso e legitimidade para esse mesmo Estado, for obrigada a

---

<sup>387</sup> WEFFORT, Francisco. Consolidar o partido, construir a democracia. *Teoria e Debate*, n.4, 1988, p.35.

<sup>388</sup> MANIFESTO de 1980. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). Op. cit., p. 67.

<sup>389</sup> Idem, ibidem.

abrir, pelo menos formalmente, o Estado à disputa das diversas classes.<sup>390</sup>

Ainda de acordo com as resoluções do 5º Encontro Nacional, o Estado moderno estaria em constante processo de ampliação devido à correlação de forças criada pelas organizações da sociedade civil, que transformariam o Estado, de um aparelho coercitivo da classe economicamente dominante, para um aparelho que forjasse um espaço em constante disputa, como exposto no excerto abaixo:

Na sociedade civil ocorre algo idêntico. A burguesia construiu organizações sólidas (Fiesp, CNA, CNI etc.), que atuam tanto para manter a hegemonia de sua classe sobre as outras quanto para manter o domínio do aparelho do Estado. Em contraposição a isso, tanto os assalariados quanto as camadas médias da população também criaram organizações de sociedade civil que participam daquela disputa pela hegemonia e pelo poder. Em grande medida, o movimento contraditório dessas diversas organizações da sociedade civil (e também dentro delas) em relação ao Estado e a disputa no interior do próprio Estado causa os avanços e recuos da democracia, sua ampliação e retração.<sup>391</sup>

O que resta fazer, portanto, não é mais o controle do Estado pelos trabalhadores e a aniquilação da luta de classes a partir de uma revolução social que construísse “uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores”.<sup>392</sup> Ao invés disso, vislumbraram a radicalização de uma democracia burguesa, como demonstrou Luís Dulci: “será radicalizando os mecanismos democráticos de expressão, participação e representação que se poderá evitar a prevalência da lógica estrita, do mercado e do capital”.<sup>393</sup>

Entretanto, uma preocupação aparece de modo muito singular no artigo de Raul Pont: o “canto das sereias” representado pelo parlamento burguês, principalmente no que se refere à corrupção e o gosto pela burocracia parlamentar.

O parlamento burguês amortece, corrompe e mina partidos que se coloquem no campo anticapitalista. Sabemos que essa é uma frente de luta que precisa ser respondida, mas a tensão e os riscos que um desvio eleitoral-parlamentarista carrega são enormes para um partido como o PT. Se não endurecermos o controle político, financeiro e material sobre nossos

---

<sup>390</sup> 5º Encontro Nacional de 1987. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org). Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p.316.

<sup>391</sup> Idem, p.317.

<sup>392</sup> Idem, ibidem.

<sup>393</sup> DULCI, Luis. Conselho Popular: o sujeito subversivo. *Teoria e Debate*, n.6, 1989, p.56.

parlamentares, o PT sofrerá deserções, abandonos e indisciplinas.<sup>394</sup>

Se, para Raul Pont, o gosto pelo parlamento é visto como um problema, para Cezar Alvarez se trata de uma evolução, já que rompeu com a concepção bolchevique de tomada do poder a favor da concepção de construção do poder, por meio da prática institucional e do fortalecimento da sociedade civil.

Evoluímos no sentido de conceber e compreender as tarefas democrático-populares. Superamos a visão clássica da tomada do poder em favor de uma visão da construção do poder. Adquirimos experiência na prática institucional dos Executivos e Parlamentos. Enfim, nestes onze anos, nosso partido percebeu a dimensão da chamada "sociedade civil".<sup>395</sup>

A concepção de Cezar Alvarez confluiu para a posição do campo majoritário petista e se fez presente nas resoluções políticas, quando o 1º Congresso Nacional, de 1991, afirmava que:

Para o PT, a conquista do poder político não começa, nem termina e tampouco se reduz, simplesmente, à clássica representação simbólica da “ocupação do palácio governamental [...] não visualizamos a conquista do poder como um “assalto ao Estado”.<sup>396</sup>

Outro aspecto importante a ser ressaltado diz respeito à concepção de “democracia como valor universal” na qual reside a noção do Estado e da esfera política como demiurgo necessário para a resolução dos problemas sociais. Tal entendimento permeou o ideário da nova “esquerda democrática” que realizou teoricamente uma conversão da centralidade do trabalho para a centralidade política, confirmada durante o 5º Encontro Nacional:

Um dos aspectos-chave do processo de construção socialista, mesmo tendo como a parte essencial da economia o seu setor socialista, estatal ou coletivo, consiste em conhecer a capacidade do Estado em atender às reais necessidades sociais e adaptar uma política econômica que complemente, de forma integral, aquela capacidade para isso.<sup>397</sup>

Esta concepção não atentava para a natureza negativa da política identificada por Marx e, por isso, confiava na política como um espaço para a resolução dos males sociais. Assim, Marx apresentou os limites dessa concepção:

---

<sup>394</sup> PONT, Raul. Pluralismo, disciplina e internacionalismo. *Teoria e Debate*, n.5, 1989, p.40.

<sup>395</sup> ALVAREZ, Cezar. Para onde vai o PT: modelo esgotado. *Teoria e Debate*, n.15, 1991, p.41.

<sup>396</sup> 1º Congresso Nacional de 1991. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org). Op. cit., p.504.

<sup>397</sup> 5º Encontro Nacional de 1987. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org). Op. cit., p.315.

O Estado jamais descobrirá no Estado e na organização da sociedade a razão dos males sociais. Onde houver partidos políticos, cada um deles encontrará a razão de todos os males no fato de que não seja ele, mas seu adversário, que esteja no timão do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários procuram a razão do mal não na natureza do Estado, mas em uma determinada forma de governo, que tratam de substituir por outra [...] todos os Estados buscam em defeitos casuais ou intencionais da administração a causa de seus males e recorrem, por consequência, a medidas administrativas para os remediar.<sup>398</sup>

E, concentrando a argumentação, apontou a esfera produtiva, na “organização da sociedade”, a sua verdadeira anatomia:

Quanto mais poderoso seja o Estado, e mais político, por consequência, seja o país, menos se inclinará a buscar no princípio do Estado, isto é, na atual organização da sociedade, cuja expressão ativa, consciente de si e oficial é o Estado, o fundamento de todos os males sociais e a compreender seu princípio geral.<sup>399</sup>

José Chasin identificou na “nova esquerda” – produto da concepção positiva da política – uma restrita visão e análise da realidade brasileira no final dos anos 1970, “em razão da fé cega depositada pela esquerda brasileira na democracia, vista como panacéia para todos os males sociais do Brasil e do mundo”.<sup>400</sup> O que faz a democracia e a cidadania se tornarem o único horizonte projetado pela esquerda levando, neste sentido, a ideia de aperfeiçoamento do capital e do Estado.

Realizando, ainda que brevemente, uma consideração crítica, é preciso reconhecer que, em sua relação com o Estado, os conflitos sociais podem assumir formas mais complexas, mais mediadas, sem deixar de ser, no entanto, expressão da luta de classes. A questão chave aqui diz respeito ao caráter do Estado, cuja mera existência, em qualquer contexto histórico conhecido, indica a presença de algum tipo de dominação de classe. As importantes experiências de ampliação da participação em vários governos considerados de esquerda no século XX, bem como as políticas públicas de distribuição de renda implicaram em alterações significativas da configuração do Estado e das lutas, mas não modificaram sua natureza de classe. Mesmo quando funcionou como arena de conflitos e nos momentos em que apresentou soluções pontuais que foram ao encontro das aspirações das classes subalternas, ou seja,

---

<sup>398</sup> MARX, K. apud CHASIN, J. *Ensaio Ad Hominem/Estudos e Edições Ad Hominem*. São Paulo: Ad Hominem, 2000, n.1, tomo III., p.154.

<sup>399</sup> Idem, p.155.

<sup>400</sup> Idem, p. XII.

mesmo quando se ampliou, o Estado cumpriu, antes de tudo, seu papel de garantir a ordem, que não era outra senão a de dominação do capital.

## **2.4. Acumulação de Forças e Hegemonia**

A queda do Muro de Berlim, em 1989, e a derrocada do “socialismo real” consolidaram em diversos setores da esquerda europeia a recusa pelo legado bolchevique-leninista, visto como sustentáculo teórico do fracasso da URSS e do Leste Europeu. No Brasil, o PT se colocou como porta-voz desse processo de revisão teórica da esquerda cujo tema mais abordado era qual socialismo o PT vislumbrava e qual seria a estratégia utilizada para efetivação desses objetivos.

Aqueles que propunham uma revisão teórica encontraram nas teses eurocomunistas do PCI (Partido Comunista Italiano) uma porta de entrada para o início do processo. Francisco Weffort e, principalmente, Carlos Nelson Coutinho importaram essas teses e, apoiando-se em interpretações de Benedetto Croce e Enrico Berlinguer, realizaram um “contrabando ideológico” ao traduzir as categorias gramscianas à realidade brasileira. Essas “traduções” tiveram um forte impacto no pensamento da nova esquerda que se forjava no Brasil. O PT foi o maior receptor de tal arcabouço teórico.

Valendo-se desse processo de revisão e principalmente de rupturas, o PT traçou uma nova estratégia de luta para a construção do socialismo, marcada pela compreensão da expressão de “guerra de posições” utilizada em Estados de tipo “ocidente” em contraposição a expressão “guerra de movimento”, utilizada em Estados de tipo “oriente”, tal como a Rússia czarista. Assim, para o “oriente”, a estratégia de conquista do poder estatal se efetiva por meio da “guerra de movimento”, tal como realizada pelos bolcheviques. No caso do “ocidente”, aplica-se a “guerra de posições”, na qual o partido passa a cercar o Estado (sociedade política) por intermédio da sociedade civil até conquistar a hegemonia para, depois, apoderar-se do aparato estatal.

Neste sentido, Gramsci iguala a “guerra de posição” à “hegemonia civil”. Desse modo, exatamente como a sua utilização da hegemonia tendia a implicar sobre a cultura e o consentimento, a ideia de uma “guerra de posição” tendia a implicar que o trabalho revolucionário de um partido marxista era essencialmente o da conversão ideológica da classe operária. Neste caso, o papel da coerção – repressão da parte do Estado burguês e da insurreição da parte da classe operária – tende a desaparecer.

Como impulsionador desse processo de revisão, Weffort explicitou a opção resolvida pela disputa democrática, sem violência. Paulo Vannucchi dissertou sobre a importância do tema naquele momento, de maneira que “discutir a relação que estabelecemos entre democracia e revolução, unificar um ponto de vista partidário sobre o caminho de longo prazo a ser trilhado rumo à transformação da sociedade, são assuntos que fazem parte do tema estratégia”.<sup>401</sup>

O 7º Encontro Nacional, de 1990, incorporou a preocupação do período e já arriscou afirmar que as metas do partido seriam alcançadas num processo de acumulação de forças de longo prazo, como expresso no texto abaixo:

vamos entender estratégia como a linha geral, o conjunto de passos e procedimentos, a perspectiva de acumulação de forças, o direcionamento das energias de um partido, sempre num âmbito abrangente e de longo prazo, rumo à conquista de suas metas programáticas. Enquanto a estratégia aborda as definições globais, de longo alcance, a tática cuida das respostas imediatas, específicas ou de curto prazo”.<sup>402</sup>

Para Paulo Vannucchi, o marxista italiano Antônio Gramsci é a grande referência para diversos setores do partido em meio ao processo de revisão e negação de categorias do chamado marxismo ortodoxo.

Há exceção, talvez, das teses apresentadas pela *Convergência Socialista* e por *O Trabalho*, que adotam pontos de vista mais ortodoxos (ainda que numa vertente trotskista), predomina no conjunto um enfoque inovador. As noções gramscianas da disputa de *hegemonia*, importância da *sociedade civil*, existência de um *Estado ampliado*, necessidade de se travar uma “*guerra de posições*” para gradual conquista de espaços políticos rumo às rupturas revolucionárias, e muitas outras ausentes nas formulações dos anos 60, aparecem em quase todas as contribuições.<sup>403</sup>

As noções gramscianas explicitadas por Vannucchi evidenciam a estratégia do partido de construção do chamado socialismo petista. A categoria de “Estado ampliado” se contrapõe à concepção marxista de Estado, entendido como “comitê executivo das classes dominantes”. Nessa nova concepção, o Estado possui espaços que possibilitariam a “guerra de posições”, ao invés da “guerra de movimentos”, deixada pela concepção golpista dos bolcheviques. A gradual conquista de espaços políticos pela “guerra de posições” possibilitaria o fortalecimento da sociedade civil e a disputa

---

<sup>401</sup> VANNUCCHI, Paulo. Adeus às armas? *Teoria e Debate*, n.11, 1990, p.38.

<sup>402</sup> Resolução do 7º Encontro Nacional de 1990. In: VANNUCCHI, Paulo. Adeus às armas? *Teoria e Debate*, n.11, 1990, p.39.

<sup>403</sup> VANNUCCHI, Paulo. Adeus às armas? *Teoria e Debate*, n.11, 1990, p.40.

pela hegemonia. De acordo com esta concepção, o socialismo é produto de longo processo de acumulação de forças, de alianças e consensos, que acarretariam em uma radicalização da democracia, bem como na perfectibilização do Estado. Portanto, nessa concepção, ocorre uma “desmilitarização”, pois as armas são abandonadas em favor do fortalecimento da sociedade civil que gradualmente conquistaria os espaços políticos.

Ratificando o discurso dos demais petistas, Luiz Dulci defendeu uma política de acumulação de forças, que possibilitaria a construção de uma hegemonia política, cultural e moral das classes populares rumo ao socialismo. A ênfase do discurso de “acumulação de forças” e construção da “hegemonia” aparecem para, logo em seguida, fazer oposição à herança golpista dos bolcheviques.

Se não desejamos apenas *resistir ao* poder burguês, mas efetivamente superá-lo; se não temos uma concepção golpista, da transformação social que remetesse a questão do poder unicamente para aquele instante sublime, catártico, da tomada do Palácio de Inverno, digo, do Palácio do Planalto; nesse caso, a disputa sobre o caráter e a gestão do aparelho de Estado coloca-se para nós, desde já, como requisito indispensável, ideológico-prático, afirmação da nossa alternativa socialista para o país.<sup>404</sup>

Corroborando com essa ideia, José Genoino constata o aperfeiçoamento dos mecanismos de dominação burguesa e traça o longo caminho gradual de luta socialista:

As características da dominação burguesa, sob as condições do capitalismo monopolista, indicam que o processo revolucionário demandará um longo período de acumulação de forças até que “de baixo” possam fazer frente aos “de cima” numa luta decisiva.<sup>405</sup>

Sobre as forças sociais que constituem o bloco histórico no caminho a ser percorrido para a construção do socialismo, Tarso Genro elucida:

Os agentes fundamentais de uma mudança revolucionária são o proletariado urbano e as amplas massas de trabalhadores urbanos braçais e intelectuais e das modernas empresas rurais. Esta mudança deverá passar por uma fase longa de acumulação política, de disputa pela hegemonia na sociedade civil e nas instituições do Estado.<sup>406</sup>

Definido o bloco social que deve fazer parte do projeto petista, Tarso Genro evidencia a importância da categoria gramsciana de “hegemonia” ao afirmar a centralidade da classe operária nesse processo:

---

<sup>404</sup> DULCI, Luis. Conselho Popular: o sujeito subversivo. *Teoria e Debate*, n.6, 1989, p.55.

<sup>405</sup> GENOINO, José. A Transição Fardada. *Teoria e Debate*, n.1, 1987, p.05.

<sup>406</sup> GENRO, Tarso. Um novo partido socialista de massas. *Teoria e Debate*, n.4, 1988., p.40.

Devemos construir o PT como partido amplo, e trabalhar para que a hegemonia em termos de propostas e ideologia no partido seja da classe operária. Esta hegemonia só se consegue pelo crescimento político da classe operária e da sua capacidade de unificar este conjunto de forças sociais para derrotar a burguesia e seus aliados e construir o socialismo.<sup>407</sup>

A função do partido seria responder às exigências de uma longa disputa pela hegemonia. Neste sentido, o partido, como sujeito político, deveria promover uma luta ideológica antiburguesa, disputando, nas instituições do Estado e na esfera da sociedade civil, com respostas dentro e fora da ordem.

Contra as concepções economicistas atribuídas ao pensamento de Marx, Aldo Fornaziere<sup>408</sup> também utiliza a categoria de hegemonia para ressaltar as questões culturais e morais na transformação da sociedade.

A única possibilidade concreta que existe é a do compromisso entre as forças que lutam pela transformação histórica, para a fusão orgânica de um novo “bloco histórico”. Neste compromisso, as questões culturais e morais têm um peso decisivo na formação da nova hegemonia.<sup>409</sup>

A crítica às concepções economicistas que privilegiam a chamada infra-estrutura abre espaço para discussões em torno das questões de “superestrutura” por meio da utilização de categorias gramscianas como as de “hegemonia” e “bloco histórico” e de categorias habermasianas<sup>410</sup> como “razão comunicativa” e “interação comunicativa” que estabelecem o consenso “intersubjetivo” como sujeito da história e não mais a “classe operária”.

Esta interpretação do conceito de hegemonia pode ser recuperada e desenvolvida se for depurada da suposição de que a estrutura socioeconômica é base formadora de "sujeitos". Isto nos permite abandonar a ideia mítica de que a classe operária seja o sujeito histórico universal da transformação socialista. Em seu lugar podemos adotar uma ideia muito mais fecunda de sujeito, a de Habermas, entendendo-o como todos aqueles que integram uma comunidade de comunicação regida pelas regras universais de argumentação racional, procedimento a partir do qual pode formar-se um acordo. Esta razão comunicativa deve

---

<sup>407</sup> Idem, *ibid.*

<sup>408</sup> Editor da revista *Teoria e Debate*, membro da tendência Democracia Radical.

<sup>409</sup> FORNAZIERE, Aldo. *Limites da Estratégia Teoria e Debate*, n.13, 1991, p.36.

<sup>410</sup> As reivindicações por categorias habermasianas aparecem também nos discursos de Tarso Genro, membro da mesma tendência de Fornaziere, a Democracia Radical: “Creio que a contribuição de Habermas, de uma comunicação fundada numa racionalidade ética, aqui tem uma função verdadeira. O que é impossível nas relações sociais entre classes, que disputam perspectivas e possibilidades pode guiar internamente, minimante, um grupo humano que se coloque como vontade comum a superação do anti-humanismo que se confirmou como resultado da desrazão vencedora”. (GENRO, Tarso apud GENOINO, J. *Repensando o Socialismo*, 2º ed., São Paulo: Brasiliense, 1991, p.12)

ser capaz de formar fins práticos coletivos alternativos à razão instrumental tecnocrática que se instituiu como principal fonte e forma de dominação nas sociedades modernas.<sup>411</sup>

Assim, Fornaziere rejeita a tese atribuída ao marxismo de que a classe operária é vista como sujeito da história, portadora da missão histórica de libertar a humanidade e colocar fim à luta de classes. É a partir dessa rejeição que Fornaziere abre caminho para as teses advindas de Habermas, que atribui ao consenso, adquirido por meio da comunicação e possibilitado pela ampliação da democracia, o papel de sujeito da história.

O sentido da existência histórica e o destino das sociedades serão aqueles construídos pela interação comunicativa, em que a pretensão de verdade dos projetos deve ser aquela compartilhada em um processo instituído de consentimentos, escolhas e seleções que ocorrem sobre um pano de fundo contraditório de uma realidade dada, uma realidade mutável e uma realidade contingente.<sup>412</sup>

Destarte, Fornaziere chama a atenção para o conceito de hegemonia, que aqui ganha um significado distinto do de Gramsci, pois perde sua “noção instrumental de ‘acúmulo de força’ e da noção de dirigismo partidário”.

O conceito de hegemonia deve indicar um conjunto de procedimentos orientados para a construção de um consentimento [...] Para evitar mal-entendidos, cabe assinalar que este consentimento não supõe a supressão das pluralidades, diferenças e potenciais conflitos. O consentimento é resultado do acordo possível e visa atualizar as dissensões.<sup>413</sup>

As teorias estratégicas da esquerda também são criticadas por Fornaziere. Para o cientista político, a esquerda reduziu a multiplicidade de sujeitos e a complexidade da política à mera ação estratégica.

Isto é, no jogo estratégico entre os dois sujeitos (burguesia/proletariado, revolução/contrarrevolução), o que um ganha o outro perde. Mas o mais grave é que há uma tendência de reduzir a própria política à ação estratégica. Este raciocínio representa uma absurda simplificação da complexidade social, uma redução da multiplicidade de sujeitos e representa uma anulação de especificidade do agir político, apresentando-o como mero subproduto da estrutura socioeconômica.<sup>414</sup>

---

<sup>411</sup> FORNAZIERE, Aldo. Limites da Estratégia. *Teoria e Debate*, n.13, 1991, p.36.

<sup>412</sup> Idem, p. 36-37.

<sup>413</sup> Idem, p.37.

<sup>414</sup> Idem, p.38.

A adesão à teoria de Habermas faz Fornaziere explicitar a sua concepção ontopositiva da politicidade ao compreender a política como um fim em si mesma e como a afirmação da liberdade humana na medida em que é vista como “espaço da contingência”.

Se a política, além de constituir finalidades, é um fim em si mesmo, na medida em que é afirmação da autonomia (liberdade) dos sujeitos, então ela não pode ser reduzida a uma ação estratégica. Em grande medida, a política se situa no espaço da contingência.<sup>415</sup>

Assim, Fornaziere recusa o entendimento da política como “ação estratégica” em favor da teoria habermasiana da “ação comunicativa” que compreende a política como o “agir orientado para o entendimento mútuo” que teria um sentido contrário ao “agir orientado para o sucesso” ou ações orientadas estrategicamente. Para Fornaziere, a ação orientada para o entendimento mútuo visa evitar conflitos através da coordenação e acordo de seus planos de ação.

A passagem da ação política unicamente orientada por um agir estratégico para uma ação orientada também para o entendimento mútuo, segundo Fornaziere, já faz parte da Europa pós-Guerra Fria e principalmente “pós-falência das ideologias”. Entretanto, no Brasil

O que parece estar em vias de esgotamento é o dirigismo partidário baseado em um modelo de ação estratégica. Vacionado para ser minoritário e autoritário, este pensamento tem dificuldade de operar com as novas exigências e com a pluralidade de sujeitos, lutas e desejos.<sup>416</sup>

Cabe aqui, ainda que brevemente, alguns apontamentos críticos em relação às concepções habermasianas. Para Habermas, a esfera da ação prática, entendida como a da política, é a reguladora, e isto não importa em que tipo social. De acordo com tal concepção, a subjetividade é o elemento preponderante na determinação do todo social. Os problemas que intervêm neste quadro do capitalismo avançado são, segundo Habermas, da ordem da dominação de classe. Classes estas determinadas, porém, não no âmbito da produção, mas no da reprodução circular da dominação política, no qual o que está em jogo é a vontade. A dominação social é reproduzida por uma lógica interna a ela mesma, a lógica de um discurso deteriorado. Segundo Habermas, não é mais a penúria de ordem física ou material, mas a impossibilidade de uma interação sem

---

<sup>415</sup> Idem, *ibid.*

<sup>416</sup> Idem, *ibid.*

coerção sobre a base de uma comunicação livre de dominação. O ordenamento econômico é relegado a segundo plano, restando apenas a *vontade coletiva comum* a ser constituída e, portanto, investigada em suas *motivações*.

Entretanto, para Marx, precisamente por se sentirem impotentes frente à ordem do econômico, é que se lhes apresenta como natural e imutável, que os homens transferem seus desejos de realização para o âmbito da política. Sobre essa postura politicista, Chasin explica:

O politicismo é intrínseco à ordem do capital: a ordem econômica é natural, a ordem política é o que resta para o homem configurar, e esta é decisiva, molda a convivência e realiza a justiça. A economia é [vista como] uma espécie de pano de fundo por si amorfo, ou melhor, uma plataforma virtual com várias possibilidades, que será decidida pela política.<sup>417</sup>

Ao cindir a realidade em esfera econômica de um lado e, do outro, uma esfera da sociabilidade que se efetiva na ação política, Habermas contribui para a vulgarização do marxismo. De acordo com Marx,

O estado abole, a seu modo, a diferença de nascimento, de condição, de instrução, de emprego, quando ele declara que nascimento, condição, instrução, emprego são diferenças não políticas; quando, sem tomar em conta estas diferenças, ele proclama que cada membro do povo participa à soberania do povo de forma equivalente.<sup>418</sup>

Ou seja, o Estado é exatamente a abstração das diferenças reais – a dissolução de suas características no plano da abstração. Ao contrário de Habermas, Marx ao tomar como base não uma realidade cindida, abstraída, mas a totalidade das determinações do concreto, buscou, a todo momento, a elucidação dos nexos reais. O que se evidencia aqui é que, na concepção habermasiana, o trabalho deixa de ser categoria fundante, relegando-se, portanto, a própria ontologia do ser social.

Polemizando com os petistas “gramscianos” e “habermasianos”, Jorge Almeida diferencia os conceitos de “Acúmulo de Forças Prolongado (AFP)” e de “Guerra Popular Prolongada (GPP)”. O primeiro corresponderia ao processo pacífico que precede uma ruptura revolucionária “mais ou menos rápida” em relação ao período

---

<sup>417</sup> CHASIN, J. Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista. *Ensaio Ad Hominem* v.1, T.III, 1999, p. 38.

<sup>418</sup> MARX, K. *apud* VIEIRA, Zaira. A teoria crítica de Habermas frente à perspectiva onto-prática de Marx. Revista *Verinotio*, n.2, ano I, 2005. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.017166220599009.pdf>>. Acesso em: 16/02/2012.

anterior de acúmulo. Já o segundo conceito corresponderia à luta armada por um longo espaço de tempo. Os dois conceitos também se diferenciariam da estratégia reformista, em que os avanços políticos, organizativos e institucionais não seriam “acúmulo de forças”, mas a própria transformação social.

Isto posto, Jorge Almeida faz um alerta para aqueles que reivindicam a AFP e para isso, usa a categoria gramsciana de “guerra de posições”. Afirma que o discurso da “guerra de posições” não pode legitimar a luta em si mesma por cargos e nem privilegiar a luta institucional:

A chamada "Guerra de Posições" no AFP não pode ser confundida, em nenhum momento, com uma luta meramente institucional e muito menos com "guerra de cargos" no parlamento, nas administrações, nos sindicatos etc. ("Vamos ocupando trincheiras – cargos – e um dia chegaremos lá."). Não é verdade, portanto, dizer que "o PT escolheu a via institucional" e pronto. Não é esta a nossa história. A guerra de posições, a luta que temos travado pela hegemonia é muito mais ampla e complexa que isto. Não podemos castrá-la tornando-a meramente legalista e institucional.<sup>419</sup>

Reivindicando a estratégia gramsciana, Jorge Almeida chama a atenção para que se estabeleça a providencial diferença entre a simples conquista do poder e a conquista de hegemonia auxiliada pela ampla participação das massas.

A conquista do poder político passa por enormes avanços no sentido de nos tornarmos força hegemônica, mas a consolidação da hegemonia política passa pela conquista do poder e o seu exercício, crescentemente a serviço, apoiado e com a participação direta das massas populares.<sup>420</sup>

Não obstante, o referido autor volta a ressaltar a importância da conquista da hegemonia, colocando em segundo plano a via eleitoral:

caso tivéssemos ganho as eleições em 89, poderíamos dizer que já éramos força hegemônica na sociedade? Ou seria mais coerente dizer que "aproveitamos a insatisfação do povo com tudo e demos um golpe eleitoral?"<sup>421</sup>

Juarez Guimarães, editor do jornal *Em Tempo*, publicação da tendência Democracia Socialista, ressalta que o PT surgiu no auge da crise movimento socialista internacional e que, por isso, nasceu sem modelos, sem referências “luminosas” no plano mundial. Para o autor, o partido revolucionário deve dirigir um duplo movimento

---

<sup>419</sup> ALMEIDA, Jorge. Cara a Cara com a realidade. *Teoria e Debate*, n.13, 1991, p.32.

<sup>420</sup> Idem, *ibid.*

<sup>421</sup> Idem, *ibid.*

dos trabalhadores: nas lutas sociais e na institucionalidade. A criação da possibilidade de ruptura com o Estado burguês deve ser entendida como um processo consciente de construção de uma dualidade de poderes. Conforme expressa o texto:

A hipótese estratégica central deve basear-se na noção de que a ruptura com a ordem burguesa será o resultado de um movimento articulado, em pinça, dos trabalhadores sobre o centro de poder burguês – isto é, pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a criação do poder popular.<sup>422</sup>

Neste sentido, a função do PT seria articular as lutas dessa dualidade de poderes, entre o poder popular e o poder institucional. Guimarães enfatizou a diferença existente entre a realidade brasileira e o caso bolchevique. Os russos de 1917 não tinham possibilidades de realizar uma acumulação de forças no plano institucional, obrigando-os a realizar uma “guerra popular prolongada”, por meio da confrontação armada com a institucionalidade. Com isso, Guimarães evidenciou a singularidade do caso brasileiro que procura

superar o falso dilema entre "guerra de movimento" e "guerra de posição", ou mesmo o entendimento que vê estas duas modalidades de ação dos trabalhadores como fases sucessivas no tempo. Adota a visão de um confronto de massas prolongado contra o Estado e o grande capital, uma "guerra de movimento prolongada", onde a ocupação de posições está desde o início subordinada a esta estratégia de ruptura com a ordem.<sup>423</sup>

Desse modo, Guimarães demonstra que o trabalho de ruptura com a ordem deveria ocorrer por meio da luta simultânea dos dois poderes. A ênfase na estratégia da dualidade de poderes possibilita criticar o que Guimarães chama de “erro de direita” – reformista e social-democrata – que centra os objetivos do movimento dos trabalhadores nas lutas no interior do Estado burguês, como se a máquina do Estado fosse neutra. No plano econômico, o desdobramento desse erro consistiria em abandonar a perspectiva de “socialização dos meios de produção”, em favor de encarar a luta de classes com base em uma “ótica distributivista”: “A tentativa de conciliar as ambições distributivistas com a dinâmica capitalista acaba sendo formulada através de uma aproximação com teorias keynesianas e neokeynesianas”<sup>424</sup>.

De fato, nas resoluções políticas do 6º Encontro Nacional, de 1989, a erradicação da miséria era vista como um esforço de crescimento econômico a ser realizado com distribuição de rendas e um conjunto de medidas, segundo o texto das

---

<sup>422</sup> GUIMARÃES, Juarez. A estratégia da pinça. *Teoria e Debate*, n.12, 1990, p.32.

<sup>423</sup> Idem, *ibid.*

<sup>424</sup> Idem, *ibid.*

diretrizes, “para que os trabalhadores não tenham dúvida de que em nosso governo suas condições de vida serão alteradas qualitativamente” de forma a romper com a prática usual de “subordinar distribuição de rendas aos problemas conjunturais”<sup>425</sup>. Desse modo, incorria-se no erro de deixar intocada a relação entre produção e distribuição, considerando o problema econômico com base em um ato político distributivista, isto é, supondo que basta a vontade política para reordenar a distribuição sem alterar o processo de produção.

Já o considerado “erro esquerdista” está em não considerar fundamental a articulação da luta do poder popular e a luta na chamada “institucionalidade burguesa”. Segundo Guimarães, tal “erro” está associado à incapacidade dessa esquerda de conceber um partido de massas e democrático.

Em suma, Guimarães aponta cinco elementos essenciais para o êxito dessa estratégia: “a construção do partido revolucionário, a criação dos organismos de poder popular, a formação do bloco antimonopolista, a ocupação de posições na institucionalidade e o enfrentamento do problema militar”.<sup>426</sup>

A partir dessa perspectiva, Guimarães estabelece a função do partido revolucionário como “articulador da pinça”, ou seja, dirigir o duplo movimento dos trabalhadores na institucionalidade e nas lutas sociais. Sob este olhar, o partido é o instrumento principal de construção da hegemonia, momento de síntese da estratégia e da tática. Os organismos de poder popular constituiriam os “instrumentos do aprendizado das grandes massas na arte de governar”.<sup>427</sup> A luta no interior da institucionalidade burguesa deveria possuir uma prática que negasse o próprio poder burguês, denunciando os seus limites.

*A acumulação de forças na institucionalidade burguesa integra o processo de construção da hegemonia, de alteração da correlação de forças entre as classes sociais e do isolamento do grande capital [...] a ocupação de posições nos campos parlamentar e executivo pelos trabalhadores tem já de ir criando referências novas de exercício do poder. Portanto, a própria ocupação de posições na institucionalidade deve ser acompanhada de uma prática que supere os seus limites, as suas distorções.*<sup>428</sup>

---

<sup>425</sup> Resolução do 6º Encontro Nacional de 1989. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.), op. cit., p. 409.

<sup>426</sup> GUIMARÃES, Juarez. A estratégia da pinça. *Teoria e Debate*, n.12, 1990, p.33.

<sup>427</sup> Idem, *ibid.*

<sup>428</sup> Idem, *ibid.*

Juarez Guimarães aponta quatro aspectos globais que estariam levando o partido para um perfil “social-democratizante”. O primeiro deles seria uma debilidade hegemônica, resultante da crise dos regimes do Leste Europeu e do avanço da propaganda neoliberal. Essa debilidade se manifestaria ainda na precariedade dos instrumentos de luta pela hegemonia, como a imprensa e os meios de comunicação de massa. O segundo aspecto seria a insuficiência programática do PT, exemplificada na ausência de uma definição clara sobre qual poder popular deseja construir, o que acabaria por abrir caminho para uma simples reivindicação da moralização das instituições políticas já existentes. O terceiro aspecto seria a perda da dimensão da globalidade e da necessária integração dos vários planos de atividade do movimento, que estariam levando a uma autonomização das esferas parlamentares, sindicais e populares, e desembocando numa concepção economicista, parlamentarista e administrativista. Por fim, o quarto aspecto de desequilíbrio seria a constatação de que a dinâmica de institucionalização inibe o processo de formação dos embriões do poder popular, desembocando o partido no círculo vicioso da prática eleitoral.

A hipótese central da tese apresentada pela DS acerca do caminho para a construção do socialismo é

a noção de que a ruptura com a ordem política burguesa será o resultado de um movimento articulado, em pinça, dos trabalhadores sobre os centros do poder burguês, isto é, pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a criação de novas formas de poder popular.<sup>429</sup>

O partido cumpriria "o papel insubstituível de 'articulador da pinça', isto é, de dirigir o duplo movimento dos trabalhadores na institucionalidade e nos movimentos sociais sobre os centros de dominação burguesa". Os organismos de poder popular “só se massificariam no próprio processo de gestação da crise revolucionária”.<sup>430</sup> Tratar-se-ia, hoje, de constituir seus embriões.

Ao adotar esta tese, a DS estabeleceu uma diferenciação estratégica entre o caminho brasileiro e a experiência bolchevique e os modelos de guerra popular prolongada. Mas esta diferenciação é apenas operacional. Para superar o que julga ser um falso dilema entre "guerra de movimento" e "guerra de posição", "adota a visão de um confronto de massas prolongado contra o Estado e o grande capital, uma 'guerra de

---

<sup>429</sup> FRANCO, Augusto de; PAULA, Juarez de. Revolução: que Ruptura? *Teoria e Debate*, n. 12, 1990, p.36.

<sup>430</sup> Idem, *ibid.*

movimento prolongada' onde a ocupação de posições está desde o início subordinada a esta estratégia de confrontação".<sup>431</sup>

Dessa forma, Augusto de Franco e Juarez de Paula acusam a DS de se manter presa a uma “visão rupturista” herdada do leninismo, pois credita ao partido a tarefa de realizar o movimento de pinça entre a institucionalidade e o poder popular. O leninismo ainda se conserva ao manter a visão de “tomada de poder” por meio da subordinação da guerra de posição à guerra de movimento; da luta institucional à luta popular; da luta pela hegemonia à luta pelo poder.

Já a Vertente Socialista defendia a construção do poder popular e da hegemonia dos trabalhadores como contra-poder e contra-hegemonia burguesa, ou seja, a construção de um poder alternativo dentro da sociedade capitalista que deveria disputar a hegemonia ideológica. Em meio a tal processo de disputa ideológica, a construção de novos organismos de controle e participação das massas seria fundamental para a construção de Estado de novo tipo. Porém, o programa da VS não excluía a necessidade de conquistar parcelas do Estado por meio da disputa eleitoral. No entanto, considerava que tal caminho era insuficiente do ponto de vista estratégico, já que ressaltava a importância de uma pressão articulada com os organismos extra-institucionais.

A combinação da pressão externa das massas sobre a institucionalidade com a ocupação de posições no interior da mesma constitui uma medida fundamental no caminho estratégico de construção de embriões de um novo poder e aparelhos de uma nova hegemonia, porque para impulsioná-los em escala significativa faz-se necessário, no quadro da atual correlação de forças (ou seja, na ausência de uma situação revolucionária), a ação dos governos e dos postos parlamentares conquistados eleitoralmente. A articulação com a institucionalidade aponta para a necessidade de tensionar ao máximo os limites da legalidade burguesa, promovendo o "encontro" das iniciativas reformadoras do Estado no nível institucional com as iniciativas autônomas de disputa política na esfera pública, realizadas pelo movimento social.<sup>432</sup>

Nesta concepção estratégica, fica evidenciado que a “guerra de posição” não subordina a “guerra de movimento”, ou vice-versa, já que elas se combinam. Da mesma forma, a questão da ruptura não é colocada como momento decisivo de “tomada de poder”, mas se reforça a necessidade de conquista da hegemonia por meio da “acumulação de forças”. Assim, a construção de embriões de contra-poder cumpriria

---

<sup>431</sup> Idem, *ibid.*

<sup>432</sup> Idem, p.37.

também um papel ideológico para a constituição de uma contra-hegemonia e conquista da sociedade civil: “A estabilidade e a capacidade transformadora de um novo poder estatal no país dependerão, fundamentalmente, da extensão e da profundidade das conquistas efetivadas na sociedade civil”.<sup>433</sup>

A defesa de Augusto de Franco a respeito do programa apresentado pela VS faz parte de uma polêmica aberta contra as teses de “rupturismo” defendidas nos debates internos do PT que compreendem a revolução como “tomada de poder”.

A teoria clássica da "tomada do poder" e a renovada "teoria do bote" (segundo a qual a guerra de posição visaria a gradual conquista de espaços políticos rumo à ruptura revolucionária) dão-se as mãos em religiosa expectativa do momento decisivo da transformação social. E, ao confundirem a "construção progressiva da nossa utopia concreta" com o reformismo, refugiam-se na crença de um momento mágico capaz de inaugurar a sociedade nova, o "momento da batalha decisiva com as forças..." do mal!<sup>434</sup>

A crítica expressa por Augusto de Franco e pela VS à estratégia de alguns petistas explicita que não se pode tratar a ruptura como uma questão de princípio, nem como objetivo principal da luta revolucionária, pois o socialismo petista compreenderia a transformação da sociedade e não apenas a transformação do poder.

[...] têm que viabilizar uma real alternativa política dos trabalhadores, não apenas do ponto de vista da mudança do caráter de classe do poder mas também da alteração radical da sua forma de estruturação e funcionamento. É neste sentido que afirmamos que, sem mecanismos alternativos de controle e participação das massas no plano político, não há como disputar na sociedade brasileira uma alternativa de poder dos trabalhadores.<sup>435</sup>

Assim, a crítica à concepção rupturista abre caminho para uma concepção balizada na construção de um contra-poder que permeie toda a sociedade e que articule uma rede aparelhos de contra-hegemonia. Este caminho pressupõe a unidade das forças revolucionárias numa ampla frente hegemônica por um partido de massas.

Como "arte da guerra", esta orientação aponta a necessidade da multiplicidade das frentes de luta, por compreender que, num país como o Brasil, onde o poder (numa acepção ampliada deste conceito) encontra-se disseminado por todas as esferas sociais, teria poucas chances de sucesso a atividade de um destacamento adestrado de tipo blanquista-leninista. Ou seja, para enfrentar tal

---

<sup>433</sup> Idem, *ibid.*

<sup>434</sup> Idem, p.38.

<sup>435</sup> Idem, *ibid.*

poder é necessário um contrapoder que também permeie toda a sociedade.<sup>436</sup>

Contra as concepções “rupturistas”, Marcos Rolim propõe o incentivo à construção de conselhos populares, o que possibilitaria a formação de uma nova esfera pública capaz de abrir caminhos para o acúmulo na luta pela hegemonia. Sobre o mesmo aspecto, Frei Betto evidencia a importância dos conselhos populares na construção de uma democracia substantiva para o fortalecimento da sociedade civil.

Por sua vez, a crise do socialismo real favorece a correção de rumos políticos. Ao menos fica claro *por onde não se deve ir*. Fortalece-se o consenso de que o projeto democrático passa necessariamente pela autonomia e especificidade de cada um daqueles elos da sociedade civil, hegemonizados pelos interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, o Estado deve ser o resultado da teia de movimentos sociais e políticos. Os conselhos populares, propostos na teoria e difíceis de serem efetivados, podem ser o embrião da soma progressiva da democracia formal com a substancial.<sup>437</sup>

Verifica-se que o caminho da renovação do socialismo está aberto por meio do legado de Gramsci, que legitima as teses petistas de construção do socialismo com base na acumulação de forças e conquista de hegemonia e a formação de um Estado Socialista plural, democrático e de direito.

O novo Estado, aquele que deverá emergir da superação do Estado capitalista, precisará ser concebido como um Estado socialista necessariamente democrático e de direito, submetido a uma sociedade civil autônoma e plural, bem desenvolvida e articulada. Trata-se de aprofundar o caminho já aberto por Gramsci [...] Tal concepção, antideterminista e libertaria, deverá conferir à noção de hegemonia o estatuto de categoria central da política revolucionária.<sup>438</sup>

Notabiliza-se que os conceitos de “acumulação de forças” e “hegemonia” ganharão relevância, em primeiro lugar, como conteúdo da atuação do partido vinculado ao conceito de “sociedade civil” e, depois, como expressão da “estratégia” do partido, como instrumento, como “lógica” da ação política. Se a “democracia” deixa de ser uma referência “ética” ou simples arranjo institucional para converter-se em “meio e fim” da luta do partido, o conceito de hegemonia passará neste processo, de mera “possibilidade” nos documentos “pré-fundacionais” a eixo da estratégia formulada no 1º Congresso posta como “centrada na disputa de hegemonia”.

---

<sup>436</sup> Idem, *ibid.*

<sup>437</sup> BETTO, Frei. Socialismo real: o fim do que foi princípio. *Teoria e Debate*, n.10, 1990, p.15.

<sup>438</sup> DUARTE, Ozeas. Socialismo real: nem burguesia, nem estatismo. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.48.

No 5º Encontro Nacional de 1987, o conceito de hegemonia tornou-se peça-chave e se vinculou ao “programa democrático-popular” que buscava a construção de um “bloco histórico”: “a disputa da hegemonia na sociedade brasileira, com base num programa democrático-popular, capaz de unificar politicamente os trabalhadores e conquistar a adesão dos setores médios das cidades e do campo”.<sup>439</sup> A política de acúmulo de forças é apresentada como alternativa à impossibilidade da luta pela tomada do poder:

A luta por uma alternativa democrática e popular exige uma política de acúmulo de forças, que parte do reconhecimento de que não estão colocadas na ordem do dia, para as mais amplas massas de trabalhadores a luta pela tomada do poder.<sup>440</sup>

Os processos eleitorais são vistos como uma tática de acúmulo de forças frente à hegemonia burguesa: “Os nossos objetivos políticos gerais nas eleições estão ligados a uma correlação global de forças, na qual as classes dominantes detêm a hegemonia na sociedade e se faz necessária uma tática de acúmulo de forças”.<sup>441</sup> A candidatura de Lula nas eleições de 1989 é considerada como o momento para o acúmulo de forças para a disputa da hegemonia:

Nossa tática para concorrer à Presidência da República com a candidatura do companheiro Lula e com um programa democrático e popular está associada à nossa política de acúmulo de forças e à nossa concepção de disputa de hegemonia na sociedade. Qualquer separação nessa linha pode conduzir à aventura de colocar na ordem do dia, hoje, a tomada do poder, ou levar ao rebaixamento político de incorrer no desvio de pretender reformar o capitalismo ou de administrá-lo.<sup>442</sup>

Com outras palavras, o 1º Congresso Nacional, de 1991, reafirmou a seguinte concepção:

[O] PT formou a convicção de que, na caminhada rumo às mudanças democrático-populares e ao socialismo, a classe trabalhadora precisa desenvolver uma política de acúmulo de forças de longa duração, o que significa disputar a hegemonia. A disputa de hegemonia é parte fundamental da estratégia já que entendemos que o poder político se constrói no cotidiano das lutas.<sup>443</sup>

---

<sup>439</sup> 5º Encontro Nacional de 1987. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org), op. cit, 1998, p.320.

<sup>440</sup> Idem, p.321.

<sup>441</sup> Idem, p.342.

<sup>442</sup> Idem, p.400-1

<sup>443</sup> 1º Congresso Nacional de 1991. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org), op. cit., p.503.

Realizando um balanço histórico, o 1º Congresso explicitou a opção pela atuação institucional como parte fundamental para a construção de sua hegemonia.

Até 1987, a disputa pela hegemonia era colocada, basicamente, como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa, necessariamente, a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado.<sup>444</sup>

A via eleitoral é assumida e a prática institucional é valorizada, contrapondo-se às tendências trotskistas que viam essa atuação com desconfiança ou mesmo como parte da estratégia da Articulação de subordinar o partido à lógica das eleições.

O PT assume a candidatura Lula convencido de que nas condições brasileiras atuais a luta institucional precisa ser assumida com espírito ofensivo e corajoso, abandonando-se qualquer tipo de preconceito que ainda sobreviva entre nós diante da ação eleitoral, através das vias legais, na disputa por hegemonia até mesmo no interior de um Estado controlado pela burguesia.<sup>445</sup>

No entanto, numa clara alusão ao processo revolucionário russo, caracterizado como “golpista”, adverte: “a conquista do poder político não começa, nem termina e tampouco se reduz, simplesmente, à clássica representação simbólica da “ocupação do palácio governamental”.<sup>446</sup>

A ocupação do Executivo é vista como uma possibilidade de demonstrar à sociedade que o PT pode gerir o Estado: “Dentro da política de acúmulo de forças, o objetivo de nossa relação com a institucionalidade é a ocupação de espaços para a demonstração de que é possível uma nova forma de gerir a coisa pública”.<sup>447</sup> A ação institucional deve ser vista “como elemento decisivo na consolidação de nossa hegemonia, já que se trata de governar, executar políticas e democratizar o Estado”.<sup>448</sup>

A obra de Gramsci possui várias interpretações e cada uma apresenta determinada apropriação de sua obra, direcionando-a para as concepções de quem faz a apropriação. Somado a isso, o caráter fragmentário e contraditório de suas colocações gera uma dificuldade de identificar qual é sua verdadeira posição política.

---

<sup>444</sup> Idem, p.505.

<sup>445</sup> 6º Encontro Nacional de 1989. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org), op. cit., p.399.

<sup>446</sup> 1º Congresso Nacional de 1991. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org), op. cit., p.504.

<sup>447</sup> 7º Encontro Nacional de 1990. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org), op. cit., p.450.

<sup>448</sup> 1º Congresso Nacional de 1991. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org), op. cit., p.511.

Como dito anteriormente, Carlos Nelson Coutinho foi um dos grandes porta-vozes do pensamento de Gramsci no Brasil, exercendo forte influência no pensamento das principais lideranças petistas e no programa do partido com categorias como “Estado ampliado”, “acumulação de forças”, “hegemonia”, “bloco histórico”, “sociedade civil” etc.

Ao avaliar as reflexões de Coutinho a respeito do legado de Gramsci, Carlos Eduardo Berriel diz que o autor utiliza a influência do filósofo italiano sobre a conhecida esquerda democrática, sob o “escudo” de ser um gramsciano legítimo para se valer de um viés croceano (Benedetto Croce), isto é, liberal, como se este fosse a totalidade do pensamento gramsciano, realizando, deste modo, um contrabando ideológico. Vejamos o que Coutinho diz:

Quando Gramsci ingressou na atividade política, em 1914, já trazia em sua bagagem ideológica uma bagagem claramente antipositivista, inspirada, sobretudo no idealismo neo-hegeliano de filósofos como Croce e Gentile e no voluntarismo anti-reformista de Sorel. Malgrado os limites dessa inspiração inicial, ela era suficiente para colocar Gramsci em franca oposição ao determinismo economicista que, confundido com o marxismo, aparecia então como a ideologia oficial do Partido Socialista Italiano.<sup>449</sup>

Destas referências teóricas, que são ponto de partida de Gramsci, Coutinho nada mais fala. Gentile foi um ideólogo do período de consolidação do fascismo italiano e Coutinho atribui um tom de positividade antipositivista a este intelectual, afirmando que a leitura que Gramsci fez dele o ajudou a superar o determinismo economicista que era atribuído a Marx. Sorel foi uma das fontes filosóficas de Mussolini que é apresentado por Coutinho com o atributo de “voluntarismo anti-reformista” e, na verdade, aceitou tanto em economia como em filosofia a revisão que Bernstein operou em Marx.<sup>450</sup> Com isso, Berriel é enfático na condenação a Coutinho:

Coutinho empresta uma virtude, ainda que relativa, ao “voluntarismo anti-reformista” de Sorel. É significativo assinalar que estas colocações críticas sobre Gentile e Sorel não são de forma alguma desconhecidas por Coutinho; estão em *A Destruição da Razão*, de Lukács. Assim, chegamos a que a rejeição de Lukács tornou-se para Coutinho uma verdadeira

---

<sup>449</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como Valor Universal*, 1ed, São Paulo: Ciências Humanas, 1980, p. 46.

<sup>450</sup> Sobre estes autores, que influenciaram o pensamento de Gramsci, em especial Croce, conf. BERRIEL, Carlos Eduardo. *Gramsci e eles. Ensaio*, n.9, 1981, p.90.

necessidade. Sendo fiel ao alto padrão de coerência que Lukács exige, Coutinho não poderia ter feito as afirmações que fez.<sup>451</sup>

Em *A Democracia como Valor Universal* Coutinho afirma que a influência do idealismo neo-hegeliano de Croce leva Gramsci a uma subestimação da economia, o que seria um “erro fecundo”:

Mas temos aqui, na subestimação da economia, um claro exemplo do que poderíamos chamar de “erro fecundo”: a exclusão da economia de seu campo visual (ou, pelo menos, a minimização de sua importância) permitiu a Gramsci desenvolver de modo brilhante e original os aspectos propriamente políticos e ideológicos da teoria marxista, que haviam sido postos na sombra pelo positivismo da II Internacional e voltaria de certo modo a sê-lo na época de Stalin.<sup>452</sup>

Vemos, portanto, que Coutinho chama de “erro fecundo” um viés liberal, produzido pela influência de Croce, que subsiste no pensamento de Gramsci. E, pior, este viés é tomado como totalidade do pensamento de Gramsci até chegar o momento em que Gramsci é entendido como Croce. Berriel justifica essa operação de Coutinho no pensamento de Gramsci: “Este recurso tem a propriedade de usar um nome respeitado dentro do movimento comunista para passar conteúdos liberais. Trata-se, assim, de um contrabando ideológico”.<sup>453</sup>

O historiador Perry Anderson identifica no próprio Gramsci uma postura política reformista, consequência de sua distinção entre “ocidente” e “oriente” e “guerra de posições” e “guerra de movimento”. Segundo Anderson:

No caso de Gramsci, as inadequações da fórmula da “guerra de posição” tinham uma clara relação com as ambigüidades de sua análise do poder de classe da burguesia. Gramsci, como vimos, igualava a “guerra de posição” à “hegemonia civil”. Assim, exatamente como a sua utilização da hegemonia tendia a implicar sobre a cultura e o consentimento, a ideia de uma guerra de posição tendia a implicar que o trabalho revolucionário de um sentido marxista era essencialmente o da conversão ideológica da classe operária – daí a sua identificação com a frente única, cujo objetivo era ganhar a maioria do proletariado ocidental para a Terceira Internacional. Nos dois casos, o papel da coerção – repressão da parte do Estado burguês e da insurreição da parte da classe operária – tendem a

---

<sup>451</sup> BERRIEL. Idem, p. 91.

<sup>452</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como Valor Universal*, 1.ed, São Paulo: Ciências Humanas, 1980, p.47.

<sup>453</sup> BERRIEL, op. cit., p. 92.

desaparecer. A fraqueza da estratégia de Gramsci é simétrica à de sua sociologia.<sup>454</sup>

Assim, Perry Anderson afirma que, em Gramsci, a estratégia revolucionária não está presente em sua concepção. Afirma também que Karl Kautsky fora sucessor da estratégia de Gramsci, pois teria proposto a “estratégia do esgotamento”, palavra retirada da doutrina militar de Delbrück, em oposição à “estratégia da derrocada”, que seriam termos equivalentes à “guerra de posição” e “guerra de movimento”. Anderson complementa sua argumentação considerando o contexto do debate com Rosa Luxemburgo no qual Kautsky utiliza e justifica tal concepção de guerra de esgotamento:

Foi Kautsky quem deu o próximo passo no sentido de introduzir os conceitos militares de Delbrück – sem precisar suas fontes – em um debate político sobre as perspectivas estratégicas da luta proletária contra o capitalismo. O momento mesmo de sua intervenção foi muito importante. Pois foi no sentido de refutar a exigência de Rosa Luxemburgo para a adoção de greves militantes de massa, durante a campanha do SPD pela democratização do sistema eleitoral neofeudal prussiano, que Kautsky contrapôs a necessidade de uma “guerra de esgotamento” mais prudente pelo proletariado alemão contra o seu inimigo de classe, sem incorrer nos riscos inerentes às greves de massa. A introdução da teoria das duas estratégias – de esgotamento e de derrocada – foi assim o que cristalizou as razões da cisão decisiva no seio do marxismo ortodoxo na Alemanha antes da Primeira Guerra Mundial.<sup>455</sup>

Anderson acrescenta que isto não é apenas semelhança formal, pois Kautsky também justifica sua posição por uma diferença regional, equivalente a de Gramsci sobre oriente e ocidente, e pensava que, por estar na Europa ocidental, a sua estratégia seria conquistar a maioria no parlamento com uma série de campanhas eleitorais, o que não poderia ocorrer na Rússia Czarista pela ausência de regime democrático.

Contudo, o historiador inglês infere ainda que, apesar de algumas imprecisões e contradições aparentes, Gramsci concebe uma concepção política essencialmente reformista, o que é reforçado por suas considerações sobre eleições, governo, direito, ou seja, em nenhum momento se coloca a questão da ruptura revolucionária e, em todo o momento, o que se vê são considerações sobre organizações, ações e práticas voltadas para a sociedade capitalista, para a conquista da hegemonia, sem ruptura.

---

<sup>454</sup> ANDERSON, Perry. As Antinomias de Gramsci. In: ANDERSON, Perry. *A Estratégia Revolucionária na Atualidade*. São Paulo: Joruês, 1986, p.72.

<sup>455</sup> Idem, p.89.

## 2.5. Socialismo Real e União Soviética

O desenvolvimento da concepção petista de socialismo ocorreu com a adjetivação de “democrático”, em contraposição ao chamado “socialismo burocrático” desenvolvido pelos países do “socialismo real”. A crítica ao “socialismo burocrático” abriu caminho para uma série de preceitos que davam alicerce ao pensamento marxista. Com a crítica às experiências dos países do socialismo real, iniciou-se um processo de reavaliação de teses marxistas e de questionamentos sobre a validade de algumas categorias e expressões ainda utilizadas pelo marxismo do século XX, tais como estatização da economia, partido único, ditadura do proletariado, etc.

A crítica ao chamado “marxismo ortodoxo”<sup>456</sup> conduziu o pensamento petista à absorção das teses do chamado “marxismo ocidental” através da tradução à moda brasileira de obras de autores como Ernest Bloch, eurocomunistas como Enrico Berlinguer e Palmiro Togliatti e, principalmente, Antônio Gramsci.

As transformações iniciadas pela *Glasnost* e *Perestroika* de Gorbachev em finais da década de 1980, na União Soviética, causaram grande confusão no pensamento petista da época, como podemos observar na compreensão de David Capistrano Filho de março de 1988: “A ideia do socialismo como realização da democracia econômica, social e política, que a burguesia admite apenas na propaganda, se fortalecerá com o sucesso de Gorbachev”.<sup>457</sup>

A afirmação ilustra a postura entusiasta de um petista com as reformas preconizadas por Gorbachev, as quais provaria que o “socialismo é mais progresso para todos”. Para Capistrano Filho, a democratização do poder e a efetiva participação dos trabalhadores nas decisões políticas e econômicas da URSS potencializadas pelo advento da *Glasnost* e da *Perestroika* permitiriam aos cidadãos confiarem nas instituições soviéticas. Deste modo, Capistrano Filho explicita:

Não vejo nenhuma hipótese das reformas abrirem caminho ao desenvolvimento do capitalismo [...] O que está mudando é o planejamento centralizado e burocratizado da época heroica da industrialização acelerada, que não tem mais lugar na enorme e diversificada economia soviética de hoje. Trata-se de descentralização e democratização da gestão econômica [...]

---

<sup>456</sup>“Marxismo ortodoxo”, denominado por vezes como “marxismo-leninismo”, ou ainda, “bolchevismo”.

<sup>457</sup> CAPRISTANO FILHO, David. Duas maneiras de ver (e criticar) a “Glasnost” e a “Perestroika” soviéticas. *Teoria e Debate*, n.2, 1988, p.40.

Decididamente as reformas não tentam trazer a URSS de volta ao passado capitalista.<sup>458</sup>

Luis Favre também defendeu o apoio petista às reformas de Gorbachev, afirmando que levariam a URSS a uma democracia socialista sustentada pelos trabalhadores e por partidos e agrupamentos diversos e divergentes.

Em relação a este objetivo da democracia socialista, as medidas de democratização anunciadas por Gorbachev devem ser apoiadas como ponto de partida para reforçar a luta para acabar com a burocracia estalinista como um todo [...] Os soviets devem ser novamente os organismos legislativos e executivos eleitos democraticamente, por sufrágio universal e secreto, com direito à apresentação de partidos e agrupamentos diversos e divergentes.<sup>459</sup>

Naquele momento, diversos setores do partido não acreditavam que as transformações no Leste Europeu poderiam desaguar num retorno ao capitalismo. José Dirceu simboliza esse pensamento: “Agora, para esses países, uma integração na Europa ocidental seria uma volta ao capitalismo [...] Acho que não vai acontecer necessariamente um retrocesso para o capitalismo.”<sup>460</sup>

Ernest Mandel, principal teórico do Secretariado Unificado, organização matriz da tendência petista Democracia Socialista, criticou a burocracia soviética e propôs um socialismo que atendesse às necessidades do mercado.

Um planejamento democrático e um controle adequado pelas massas o pelo mercado permitirão corrigir em grande parte esses desequilíbrios, na medida em que as massas determinem elas mesmas as prioridades e meçam os resultados da gestão pela satisfação de suas próprias necessidades.<sup>461</sup>

O economista se apresenta como um grande entusiasta das transformações protagonizadas pela *Perestroika* e pela *Glasnost* e crente no futuro socialista para a Europa Oriental.

Mas, justamente, as massas revoltadas na Europa oriental exigem o máximo de democracia. E isso significa que vivemos uma virada importante da história. Pela primeira vez desde a chegada do stalinismo, a democracia e a liberdade passam cada vez mais para o nosso lado, para o lado do socialismo. Isso nos tornará invencíveis.<sup>462</sup>

---

<sup>458</sup> Idem, *ibid.*

<sup>459</sup> FAVRE, Luis. Duas maneiras de ver (e criticar) a “Glasnost” e a “Perestroika” soviéticas. *Teoria e Debate*, n.2, 1988, p.44.

<sup>460</sup> DIRCEU, José. Socialismo real: O pluralismo inevitável. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.46.

<sup>461</sup> MANDEL, Ernest. Europa Oriental: Reformas e Revolução. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.39.

<sup>462</sup> MANDEL, Ernest. Europa Oriental: Reformas e Revolução. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.39.

As eleições presidenciais de 1989 e a simbologia contida na queda do Muro de Berlim obrigaram o partido a realizar um acerto de contas com as experiências realizadas pelos países do socialismo real. Tal desafio colocou-se como condição fundamental para que o projeto petista pudesse se apresentar livre dos fantasmas produzidos por essas experiências, ao mesmo tempo em que abriria a possibilidade do partido romper definitivamente com o marxismo que tentava renegar até então.

Valério Arcary<sup>463</sup> também via com grande entusiasmo as transformações que vinham ocorrendo no Leste Europeu desde a queda do Muro de Berlim. Em 1990 afirmava que:

Nunca o Leste foi tão favorável ao socialismo! [...] Há ilusões, mas há também mobilizações. A revolução continua em curso. A insurreição contra as ditaduras burocráticas foi um momento [...] Houve um giro histórico favorável à luta dos trabalhadores, e isto cria condições extraordinárias para avançar a luta pelo socialismo no Leste Europeu.<sup>464</sup>

No entanto, contrariando significativos setores do PT, Arcary se mostra contrário à liderança de Gorbachev nesse processo, apontando o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) como obstáculo para o desenvolvimento do processo revolucionário.

Gorbachev é um homem da burocracia soviética que representa o coração do aparelho stalinista em crise [...] Nenhum apoio a Gorbachev. Gorbachev é o inimigo da revolução política. Gorbachev é o principal sócio de Bush para uma restauração capitalista da URSS. Nenhum apoio a nenhum setor dentro do Partido Comunista [...] A burocracia é o principal inimigo do processo revolucionário. A luta é contra o PCUS.<sup>465</sup>

Aprofundando as suas divergências com setores significativos do partido, Arcary explicitou os limites que envolviam a Revolução Sandinista, até então modelo ideal de processo revolucionário para os petistas.

A direção sandinista não era uma direção socialista. Era uma frente com várias frações. Os sandinistas anunciaram desde o início um projeto de reconstrução da Nicarágua, com preservação do capitalismo, que eles chamavam de preservação de uma economia mista. A maioria das forças produtivas do país ficou nas mãos do controle privado.<sup>466</sup>

---

<sup>463</sup> Liderança da tendência Convergência Socialista.

<sup>464</sup> ARCARY, Valério. Qual é a tua, Convergência? *Teoria e Debate*, n.10, 1990, p.56.

<sup>465</sup> Idem, *ibid.*

<sup>466</sup> Idem, p.57.

Ernest Mandel também não escapou das críticas de Arcary, devido ao seu apoio à *Glasnost* de Gorbatchev.

Mandel defendeu durante muitos anos uma posição: *glasnost* sim, *perestroika*, não; o que significa apoio crítico a Gorbatchev. Isto significa apoio a uma ala da burocracia contra a outra. Portanto é se colocar dentro da reforma do regime e não pela revolução. Mandel representa uma regressão política do Programa.<sup>467</sup>

Explicitando a herança bolchevique da Convergência Socialista, Arcary evidenciou as divergências com os rumos do PT.

Nós temos que iniciar agora o processo de formar quadros internacionalistas [...] Deste ponto de vista nós temos uma política de formação de quadros. Essa é a diferença com o PT. Nós queremos discutir isso. Nós queremos que o PT incorpore esta lição que nós herdamos do que existe da melhor tradição do bolchevismo. Nós não podemos esperar que o PT todo se convença do internacionalismo para construir uma Internacional. Nós achamos que é necessário construir agora [...] Nós queremos construí-la com o PT. Enquanto essa discussão não se resolve dentro do PT, nós procuramos nos unir às forças vivas revolucionárias que existem na América Latina para começar a construí-la. Nós achamos que esses dois processos são confluentes.<sup>468</sup>

Realizando uma breve análise sobre as transformações que ocorriam nos anos de 1989 e 1990 em grande parte do Leste Europeu, Augusto de Franco afirmou a continuidade do socialismo nesses países e, portanto, a impossibilidade de retorno ao capitalismo: “Vai acabar o socialismo nesses países? Não, porque não pode acabar o que não existe. Vão retomar ao capitalismo? Também não, porque não há nenhum interesse das castas burocráticas reformistas em se suicidarem”.<sup>469</sup>

A crítica ao socialismo real perpassa principalmente o modelo soviético que se tornou escola para a construção das demais sociedades socialistas. Daniel Aarão Reis Filho caracterizou o modelo soviético deste modo:

O modelo soviético, devidamente redefinido segundo condições de espaço e tempo, fez escola: estatização da economia, planejamento centralizado, ênfase no desenvolvimento da indústria pesada, ou no cumprimento de metas que frequentemente subestimam os interesses imediatos da população, coletivização da terra, liquidação das liberdades políticas, monopólio da informação e da política pelo partido de vanguarda marxista-leninista, que dirige a sociedade apoiado

---

<sup>467</sup> Idem, p.58.

<sup>468</sup> Idem, p.59.

<sup>469</sup> FRANCO, Augusto. Socialismo real: Muito o que (des)fazer. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.49.

numa vasta rede de organizações de "massa" (sindicatos, entidades de mulheres, jovens, intelectuais etc.).<sup>470</sup>

Assim sendo, Raul Pont assinala que, nos primeiros anos, o partido possuía afirmações gerais e abstratas da luta por uma sociedade justa, “sem explorados nem exploradores”. A crítica às sociedades europeias era expressa pelo seu aspecto de negativa: “somos contra a social-democracia que gerencia a crise do capitalismo e contra a burocratização do Leste Europeu.”<sup>471</sup> No 7º Encontro de 1990, o carácter positivo das definições esteve mais presente. Evidentemente, isto se dá sob impacto dos acontecimentos na União Soviética e demais países do Leste Europeu, afirma Pont:

O PT é um partido que nasceu da crítica à burocracia do “socialismo real”, do Leste Europeu, e da crítica à social-democracia, da Europa Ocidental. Desta forma, entende que a crise profunda, vivida por estes países, não é a “crise final” do socialismo como quer a propaganda neoliberal.<sup>472</sup>

A afirmativa de Lula é simbólica para ilustrar esse processo de ruptura:

O PT derrubou o Muro de Berlim em 1980, quando nasceu. Já naquela época a gente dizia claramente o seguinte: não é possível criar um partido que não permita o direito de organização sindical, o direito de greve, o pluralismo político, que não envolva a sociedade nas discussões.<sup>473</sup>

Realizando esse acerto de contas, Marilena Chauí afirma que o socialismo foi colocado em cheque devido às suas interpretações economicistas de que o socialismo se faria exclusivamente pela mudança nas relações de produção, o que fez com que o resultado fosse o estatismo, e não o socialismo. Por outro lado, a filósofa critica também o que chama de “viés politicista”, segundo o qual o socialismo viria exclusivamente pela “ação de grupos armados em atos de vontade revolucionária que arrastaria toda a sociedade.”<sup>474</sup>

No caso do economicismo, a ação política é abandonada por existir a crença de que as condições históricas empurrariam as transformações. Caso o proletariado, como classe universal, não fizesse o serviço, o partido, no papel de vanguarda do processo, deveria consolidar as transformações por meio do Estado total. No caso do politicismo, cometem o erro de acreditar que a vontade política das armas poderia ser capaz de

---

<sup>470</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Socialismo real: um mundo de ponta cabeça. *Teoria e Debate*, n.8, 1989, p.6-7.

<sup>471</sup> PONT, Raul. Para onde vai o PT: ajustar a sintonia. *Teoria e Debate*, n.15, 1991, p.37.

<sup>472</sup> Idem, p.38.

<sup>473</sup> SILVA, Luís Inácio Lula da. Entrevista: Mãos à obra. *Teoria e Debate*, n.13, 1991, p.09.

<sup>474</sup> CHAUI, Marilena. Cultura, Socialismo e Democracia: Cultuar e Cultivar. *Teoria e Debate*, n.8, 1989, p.54.

instaurar o socialismo via decretos, sem modificar as relações de produção, políticas e ideológicas.<sup>475</sup> Tarso Genro corroborou a argumentação de Chauí ao denunciar o economicismo e o estatismo.

Em relação ao esforço para o socialismo retomar o vigor originário, é preciso *construir alguns pressupostos* e compor um campo de autêntica reflexão, incorporando a crítica do totalitarismo como uma “crítica das armas” ao economicismo, ao voluntarismo e ao “estatismo” destrutivo da sociedade civil, que caracterizaram as experiências abertas pela revolução russa.<sup>476</sup>

Não obstante, Genro criticou ainda um dos principais intérpretes das experiências marxistas: “Muitos ainda pensam que tudo deu errado porque a teoria marxista não foi bem aplicada e Mandel continua insistindo que a crise do socialismo é essencialmente uma crise da prática”.<sup>477</sup>

A análise de Frei Betto é extremamente ilustrativa no que concerne a demonstração dos efeitos provocados no pensamento petista pelas mudanças do Leste Europeu

As mudanças no Leste Europeu obrigam a esquerda brasileira, inclusive a Teologia da Libertação, a revisar sua concepção de socialismo e a rever os fundamentos do marxismo [...] É preciso detectar as causas dos desvios crônicos dos regimes socialistas e redefinir o próprio conceito de socialismo.<sup>478</sup>

A revisão do marxismo e das concepções acerca do socialismo perpassa uma identificação dos equívocos cometidos nos países do “socialismo real”. A reavaliação dos modelos adotados pelo Leste Europeu permite apontar dois problemas principais: a estatização da economia e partido único.

A estatização da economia, que não permitiu a modernização dos bens de capital, acentuando o atraso científico e tecnológico em relação à Europa Ocidental, e o monopólio do partido único, beneficente e paternalista, que inibiu os mecanismos de participação democrática e suprimiu a oposição política.<sup>479</sup>

Na reavaliação dos processos do Leste Europeu foi colocado em cheque aquilo que se convencionou chamar “marxismo-leninismo”, identificado como um dogma religioso:

---

<sup>475</sup> Idem, *ibid.*

<sup>476</sup> GENRO, Tarso. Prefácio. In: GENOINO, J. *Repensando o Socialismo*, 2.ed., São Paulo: Brasiliense, 1991, p.12 (grifos meus).

<sup>477</sup> Idem, p.13.

<sup>478</sup> BETTO, Frei. Socialismo real: o fim do que foi princípio. *Teoria e Debate*, n.10, 1990, p.10.

<sup>479</sup> Idem, p.11.

O marxismo-leninismo deixou de ser uma ferramenta de transformação da história para tornar-se uma espécie de religião secularizada, defendida em sua ortodoxia pelos sacerdotes das escolas do partido e cujos princípios eram ensinados como dogmas inquestionáveis [...] Em suma, em nome da mais revolucionária das teorias políticas, surgidas na história, ensinava-se a não pensar.<sup>480</sup>

Com um ponto de vista semelhante ao de Frei Betto, Ozeas Duarte acreditava que a perspectivação de um novo socialismo perpassa a crítica ao socialismo real e a teoria que o sustenta, o assim chamado “marxismo ortodoxo”: “Uma crítica ao “socialismo real” que não se sustente numa crítica ao marxismo ortodoxo será inevitavelmente limitada e insuficiente para efeito de reconstituição do projeto socialista.”<sup>481</sup>

Esta crítica atingia o pensamento de Lenin, no que tange à questão da ditadura do proletariado, chamada de antidemocrática e inconciliável com a noção de Estado de Direito.

Lenin não deixa lugar para dúvida: “A ditadura do proletariado é a dominação do proletariado sobre a burguesia, dominação não limitada pela lei e que se baseia na violência e goza da simpatia e do apoio das massas trabalhadoras e exploradas”. Eis aí a evidência do equívoco que se comete quando se pretende que o conceito de ditadura do proletariado se refere estritamente ao *conteúdo* (de classe) do Estado, sendo, portanto, passível de compatibilização com a democracia. Ao contrário, a literatura e a prática marxistas ortodoxas consagraram esse conceito como significando, mais do que o conteúdo, uma *forma* de Estado antidemocrática e, por definição, inconciliável com a noção de estado de direito.”<sup>482</sup>

Desse modo, Duarte atacava a ditadura do proletariado leninista afirmando que esta formalizara o corporativismo ao restringir o voto apenas aos trabalhadores, forçando assim, a realização da universalidade por meio da radicalização do particular.

A preocupação com o ordenamento institucional, ali onde a ditadura do proletariado se conformou de maneira mais “pura” se limitou à formalização do corporativismo. A restrição ao direito de voto apenas aos trabalhadores, a fixação da base do poder nas unidades produtivas, a subordinação dos eleitos aos particularismos de cada uma dessas unidades através do mandato imperativo, a revogabilidade do mandato etc. são instituições típicas do “poder soviético” perfeitamente

---

<sup>480</sup> Idem, *ibid.*

<sup>481</sup> DUARTE, Ozeas. Socialismo real: nem burguesia, nem estatismo. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.46.

<sup>482</sup> Idem, p.47. Grifo nosso.

sintonizadas com a idéia de realizar a universalidade através da radicalização do particular.<sup>483</sup>

A crítica ao “marxismo ortodoxo”, ao “marxismo-leninismo”, cede lugar à reivindicação do legado do marxista italiano Antônio Gramsci, para legitimar a concepção de tomada do poder e morte do Estado por meio de uma processualidade.

A via pela qual era concebida a morte do Estado passava antes de tudo por dentro do próprio Estado. Por sinal, um caminho diametralmente oposto àquele pensado por Gramsci, que preconizava a progressiva absorção do Estado por uma sociedade civil autônoma e em contínuo desenvolvimento.<sup>484</sup>

Ao fazer um balanço histórico das experiências socialistas ao longo do século XX, Augusto de Franco criticou a concepção leninista de partido, considerando-a autoritária.

O que estava por trás dessa política autoritária senão uma concepção de partido que, imaginando-se o único centro gerador da consciência e da ideologia revolucionária, era, ao mesmo tempo, autor e protagonista (infalível) da transformação social? Essa concepção, cristalizada como doutrina, amalgamava *classe e partido de classe*: se é o partido da classe o único portador dos interesses históricos da classe, o poder da classe só se realiza através do poder do partido. Dentro dessa linha de raciocínio não tem mesmo nenhum sentido falar em autonomia das organizações dos trabalhadores em relação ao partido (nem ao Estado dirigido por este).<sup>485</sup>

Tal crítica estendia-se à “cartilha” do que se convencionou chamar de “marxismo-leninismo”, pensamento considerado legitimador de Estados burocratizados.

Vivemos a hora, dolorosa (é verdade), da ruptura com os velhos dogmas da nossa crença. Chegou o momento de rasgar a antiga cartilha baseada no mito segundo o qual o "marxismo-leninismo" (com esse hífen no meio) seria uma teoria científica; não é – é uma teoria ideologizada como doutrina para legitimar o domínio de Estados-partidos burocraticamente centralizados sobre sociedades pós-revolucionárias. É tempo de anticartilha marxista-leninista: a história não marcha inexoravelmente para o socialismo (como aprendemos no *Politzer*) nem, em caso contrário, marcharia para a barbárie. O socialismo não leva inexoravelmente, ao comunismo, não é uma necessidade histórica objetiva, não é o desígnio de nenhum *deus ex machina* (nem o cumprimento de nenhuma "lei de bronze da história") – é um projeto humano a realizar (que requer, por certo, condições objetivas).<sup>486</sup>

---

<sup>483</sup> Idem, *ibid.*

<sup>484</sup> Idem, p.48.

<sup>485</sup> FRANCO, Augusto. Socialismo real: Muito o que (des)fazer. *Teoria e Debate*, n.9, 1990., p.51.

<sup>486</sup> Idem, p.51-52.

João Machado também sintetizou a posição do PT em relação aos regimes do “socialismo real”, caracterizados pelas estreitas relações entre partido e Estado.

Nós, do PT, que, sempre tivemos uma visão crítica dos regimes de identificação entre partido e Estado, antidemocráticos; que sempre entendemos que o socialismo exige a mais completa democracia para poder existir, para poder ser chamado por este nome; tínhamos todas as razões para ver no complexo processo que avançava no Leste Europeu um grande passo histórico.<sup>487</sup>

A recusa às experiências realizadas pelo “socialismo real” abriu caminho para a defesa das transformações ocorridas no Leste Europeu, impulsionadas pela *Glasnost* e *Perestroika* de Gorbachev.

Naturalmente, já em 1989 compreendíamos que o processo estava apenas em seus momentos iniciais, que havia imensas dificuldades para que se completasse. Já havia muita confusão e se falava demasiado em restabelecer a *economia de mercado* ou diretamente o capitalismo, sobretudo em países como a Polônia e a Hungria. Mas não havia dúvidas de que existiam razões para festejar, para ter imensas esperanças.<sup>488</sup>

Entretanto, e de modo um tanto ambíguo, João Machado reconhece a necessidade de reivindicar o marxismo e as experiências dos primeiros anos da Revolução Russa.

A médio e longo prazos, as possibilidades de avanço socialista continuam a predominar. Para que isto se efetive, é necessário que se organizem forças socialistas que se reapropriem da tradição marxista e da experiência dos primeiros anos da Revolução Russa. Que estudem as lutas antiburocráticas que começaram na Rússia desde os anos 20, e que se relacionem com as lutas socialistas, com as experiências revolucionárias de todo o mundo.<sup>489</sup>

Combatendo os artigos de Augusto de Franco e Ozeas Duarte, João Machado saiu em defesa do marxismo e de suas principais referências do século XX, como Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Gramsci e Che Guevara.

Acredito que deve ser o marxismo de Marx e dos primeiros marxistas, inclusive o dos dirigentes da primeira revolução socialista vitoriosa (vitoriosa de forma incompleta, como já vimos), a Revolução Russa. Além disso, temos que estudar com um cuidado especial os teóricos da luta antiburocrática, bem como os teóricos das revoluções posteriores. Naturalmente, dentre as nossas referências, devem estar também formulações socialistas como as que se desenvolvem à luz da Teologia da Libertação. O ponto-chave aqui é considerar que devemos

---

<sup>487</sup> MACHADO, João. Socialismo real: Pela tradição marxista. *Teoria e Debate*, n.10, 1990, p.15.

<sup>488</sup> Idem, p.16.

<sup>489</sup> Idem, p.18.

reivindicar a tradição teórica de autores como Marx, Engels, Lenin, Trostsky, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Che Guevara; há uma oposição radical entre o seu marxismo e o stalinismo. Mas também temos muito de aprender de teóricos como Mao ou como Ho Chi Min, embora eles tenham sofrido uma influência importante de Stalin e tenham se considerado stalinistas. E sobretudo de alguém como Fidel, embora discordemos da sua visão de democracia socialista.<sup>490</sup>

Valendo-se da defesa da tradição marxista do século XX, João Machado denunciou a interpretação de Ozeas Duarte que estabeleceu uma relação direta entre marxismo e stalinismo: “Ozeas não apenas faz Lenin e os bolcheviques em geral responsáveis pelo stalinismo mas encontra uma responsabilidade direta de Marx. Para Ozeas, o stalinismo é na verdade o marxismo ortodoxo que começa com o próprio Marx.”<sup>491</sup>

Assim, em defesa do marxismo, Duarte atacou os posicionamentos de Augusto de Franco e José Dirceu, que consideravam o stalinismo continuação natural do bolchevismo.

Já o companheiro Augusto de Franco vê a base do stalinismo sobretudo na tradição da III Internacional, considerando que ela não pode ser dividida em antes e depois do domínio stalinista. Considera que o stalinismo resultou de uma evolução do que se fez no início da Revolução Russa [...] Stalin não apenas introduziu conceitos e teorias antagônicas a toda a tradição marxista anterior (a propósito, o companheiro José Dirceu, também no nº 9 de *Teoria & Debate*, se equivoca quando se refere a uma "teoria leninista do partido único", jamais formulada por Lenin).<sup>492</sup>

Percival Maricato reagiu a essa “defesa do marxismo” assinalando que algumas tendências internas pressionavam o partido para que aceitasse o marxismo no seu perfil ideológico. Tal pressão estaria obtendo sucesso na prática, devido ao apoio do partido aos países do Leste Europeu e a Cuba.

A tentativa de dizer que o PT nunca teve essa relação com o autoritarismo é uma fraude. Aliás, com Cuba temos até hoje. É outra fraude dizer que o regime cubano não é autoritário. Está sujeito ao mesmo desgaste político e econômico que ocorreu na Europa Oriental, devido aos pontos negativos do sistema: partido único, formação de burocracia, centralização, econômica, ausência de mecanismos de mercado ou que permitam acelerar o desenvolvimento econômico e tecnológico.<sup>493</sup>

---

<sup>490</sup> Idem, *ibid*, p.18.

<sup>491</sup> Idem, p.19.

<sup>492</sup> idem, *ibid*.

<sup>493</sup> MARICATO, Percival. Para onde vai o PT: Começar de novo. *Teoria e Debate*, n.14, 1991, p.48.

No entanto, essa “defesa do marxismo” impulsionada por João Machado, não encontra ecos no interior do partido, pois o que se verifica daí em diante é um processo de negação do marxismo sustentado na crítica às experiências dos países do “socialismo real”.

Nesse sentido, Bucci estabelece que o contexto internacional e as próprias condições internas do partido exigem a luta contra o stalinismo em todos os seus níveis.

É preciso superar o receituário stalinista e seus fundamentos leninistas porque, se a neoburocracia pode converter o partido inteiro numa empresa de despachantes menos insidiosos do que os atuais (o que já não seria tão ruim), o stalinismo convencional pode simplesmente liquidar com o projeto do PT.<sup>494</sup>

Para Eugenio Bucci, a ampla pluralidade ideológica do PT possibilita ao partido adotar posturas contraditórias. Como exemplo, cita o apoio petista ao sindicato Solidariedade na Polônia na luta contra o socialismo de tipo soviético. Ao mesmo tempo, apoia regimes como o da Alemanha Oriental e de Cuba.

O filósofo Renato Janine Ribeiro afirma que as transformações ocorridas na Europa Oriental trouxeram ensinamentos para o pensamento socialista. Um dos mais significativos se refere à propriedade privada dos meios de produção que, segundo o filósofo, não foram totalmente abolidos.

Primeiro, que não há sinal à vista de que deva terminar a propriedade privada de *todos* os meios de produção. Nos países do Leste europeu em que estes foram plenamente estatizados, nota-se um regresso à propriedade familiar e à pequena e mesmo média propriedade. Aliás, em boa parte dos países que se tornaram comunistas após 1945 manteve-se a pequena propriedade rural e mesmo o pequeno comércio. Hoje a tendência é ampliar isso. Um barbeiro, um horticultor não precisa estar sujeito a uma vasta empresa coletiva, ainda que socializada.<sup>495</sup>

Ao realizar um balanço das experiências da Europa Oriental, Renato Janine Ribeiro questiona a tese clássica do marxismo sobre a abolição da propriedade privada em favor da aceitação de novas formas de propriedades privada e, com isso, a aceitação da remuneração assalariada e até mesmo a necessidade de repensar a tese da mais-valia.

---

<sup>494</sup> BUCCI, Eugênio. A Revolução Perdida: Nós que amávamos tanto as reformas. *Teoria e Debate*, n.14, 1991, p.43.

<sup>495</sup> RIBEIRO, Renato Janine. Corrupção em Casa: Os Perigos do Universal. *Teoria e Debate*, n.10, 1990, p.22.

Isto significa a aceitação de formas de propriedade familiar, antes de mais nada, mas provavelmente também a de formas de remuneração assalariada: um barbeiro poderá contratar seu assistente, um lavrador um empregado. Significa, portanto, repensar a mais-valia, que deixa de ser rejeitada *por princípio*, para se tornar talvez aceitável. Talvez, aliás, até precise ser repensado o *conceito* de mais-valia. Além disso, não se vêem agora grandes razões para proibir um pequeno patrão de propor, a um possível empregado, salário superior ao que ele teria trabalhando por sua conta ou para a empresa socializada. Para o empregado, pelo menos, isto fará pouca diferença.<sup>496</sup>

A aceitação de novas formas de propriedades e de uma nova forma de economia de mercado aparece nas resoluções petistas a partir do 1º Encontro Nacional, realizado em 1991:

O PT entende que é preciso estimular o planejamento estratégico e democrático do desenvolvimento, diversificar as formas de propriedade, gestão e controle social, combinando diferentes formas de propriedade (estatal, coletiva, social, pública, particular, mistas), privilegiando as formas de propriedade de caráter social e estabelecendo limites à propriedade individual, de acordo com critérios vários, como setor de atividade, volume de lucro gerado, número de empregados, entre outros; diferentes formas de gestão econômica (autogestão, direção pessoal ou coletiva, mistas) e várias formas de controle social (sindical, popular, estatal).<sup>497</sup>

A economia planificada da Europa Oriental é rechaçada em favor de uma economia de mercado impulsionada pela concorrência da prática capitalista. Vejamos:

O mercado parece voltar com força, nos países do leste europeu – não só o mercado da força de trabalho, mas o de mercadorias. Parte enorme do fracasso dos regimes comunistas se deve a sua incapacidade de produzir bens de consumo que tenham qualidade e atrativo. O planejamento é culpado em parte por isso [...] É neste sentido que cabe falar em retomo do mercado: as linhas de produção deixam de ser fixadas por decisão do plano, para se adaptarem à preferência demonstrada pelos consumidores nas compras que façam [...] Precisa existir concorrência na economia [...] Esta mudança implica, ainda, aceitar um tipo de desperdício que é o do mercado concorrencial [...] Temos de descobrir como um ideário socialista pode se combinar com estas práticas que vieram do capitalismo.<sup>498</sup>

---

<sup>496</sup> Idem, p.22-23.

<sup>497</sup> Resolução do 1º Congresso Nacional de 1991. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *op. cit.*, p.501.

<sup>498</sup> RIBEIRO, Renato Janine. Corrupção em Casa: Os Perigos do Universal. *Teoria e Debate*, n.10, 1990., p.23.

Segundo Renato Janine Ribeiro, a Europa Oriental também ensinou a lição de que já não se pode pensar a classe trabalhadora como sujeito da história, como classe universal:

Não há como ignorar as lições recentes da Europa Oriental, e para um partido como o PT seria péssimo não discuti-las a fundo, até porque daria razão aos que, na campanha eleitoral de 89, o acusaram de se atrelar a um modelo de sociedade que não funcionou onde foi aplicado. Filosoficamente, uma coisa só ora é certa: não se pode mais pensar a classe trabalhadora como sujeito da História. E já basta isto para fazer ruir toda a justificação, pelo Universal, de medidas só porque são para o bem, ou a emancipação, da classe trabalhadora. Ainda mais porque esta classe se mostra extraordinariamente diversificada: um modelo que a concebia basicamente como operária, e acessoriamente aceitava a figura do camponês, tem agora de integrar os setores de serviços, e inúmeras outras formas pelas quais o trabalho e a produção se fazem.<sup>499</sup>

Endossando a crítica de Janine Ribeiro ao marxismo conhecido no século XX, Aldo Fornaziere credita ao suposto caráter determinista do marxismo a causa da derrocada da União Soviética e do Leste Europeu.

O desmoronamento do comunismo no Leste Europeu não atestou somente o fracasso de uma tentativa de construção do socialismo. Foi também consequência dos impasses da concepção marxista da história e da própria idéia de um futuro "reino da liberdade", ilusão e engano ideológico que o suportava. Incapaz de perceber a contingência do tecido histórico e a fortuidade de que a realidade é feita, o marxismo cavalgou sobre o universalismo absoluto e o determinismo.<sup>500</sup>

Assim, para Fornaziere, a derrocada do “socialismo real” está associada a uma interpretação mecanicista da história realizada pelo marxismo, que atribui ao proletariado a “missão” de pôr fim à luta de classes.

O projeto comunista estabeleceu-se, assim, como uma utopia escatológica da qual derivaram "leis" e um "sujeito" capaz de realizá-la, segundo o "dogma" do desenvolvimento histórico. A história foi transformada em objeto, apreensível "cientificamente", e ao mesmo tempo em sujeito. Estes sujeitos seriam as classes e a operária seria a última – teria a missão e a condição de realizar o fim da luta de classes, da história. Pois bem, este edifício teórico é insustentável. Estilhaçou-se ao não perceber que nós, a humanidade, é que constituímos a historicidade.<sup>501</sup>

---

<sup>499</sup> Idem, p.24.

<sup>500</sup> FORNAZIERE, Aldo. Limites da Estratégia. *Teoria e Debate*, n.13, 1991, p.35.

<sup>501</sup> Idem, *ibid.*

Contra as concepções economicistas atribuídas ao pensamento de Marx, Fornaziere utiliza a categoria gramsciana de hegemonia para ressaltar as questões culturais e morais na transformação da sociedade.

A única possibilidade concreta que existe é a do compromisso entre as forças que lutam pela transformação histórica, para a fusão orgânica de um novo “bloco histórico”. Neste compromisso, as questões culturais e morais têm um peso decisivo na formação da nova hegemonia.<sup>502</sup>

Luiz Koshiba acredita que a crítica que tem sido feita à União Soviética ainda é insuficiente, na medida em que se limita a repetir as teses, advindas de Trotsky, de condenação ao burocratismo stalinista: “O stalinismo e regimes equivalentes continuam sendo considerados “degenerações” burocráticas do socialismo e não uma das possibilidades inerentes ao modelo idealizado pelo próprio Marx.”<sup>503</sup>

Assim, Koshiba credita a derrotada da União Soviética à própria teoria de Marx, rechaçando, com isso, a tese das “degenerações” de Trotsky: “Se pretendemos repensar seriamente o socialismo é necessário reconhecer, de saída, que o modelo marxista corrente é a sua variante despótica”.<sup>504</sup>

Koshiba afirma que a falta de um balanço rigoroso acerca do processo soviético e do próprio pensamento marxista resulta num projeto de socialismo democrático que privilegia o âmbito político, pois mantém isenta de críticas a planificação econômica de tipo soviética.

Na pior das hipóteses, o socialismo democrático já está definido. E isso antes mesmo de qualquer balanço rigoroso. O raciocínio é mais ou menos o seguinte: a abolição da propriedade privada dos meios de produção e a substituição do mercado pela planificação integral e centralizada da economia + democracia política = socialismo democrático. Em outros termos: socialismo marxista - stalinismo = socialismo com democracia.<sup>505</sup>

Assim, Koshiba critica o voluntarismo democrático petista que atribui, como causa do desastre soviético, problemas de caráter meramente político: “bastasse agora acrescentar uma enérgica reiteração da nossa pureza de intenções, como medida preventiva contra futuras usurpações.”<sup>506</sup>

---

<sup>502</sup> Idem, p.36.

<sup>503</sup> KOSHIBA, Luiz. Mercado reinventado: O socialismo (é) possível. *Teoria e Debate*, n.12, 1990, p.65.

<sup>504</sup> Idem, *ibid.*

<sup>505</sup> Idem, *ibid.*

<sup>506</sup> Idem, *ibid.*

A crítica de Koshiba à interpretação petista acerca da experiência soviética possui uma razão de ser. Koshiba se vale da crítica do economista Alec Nove em sua obra *A economia do socialismo possível* na qual sentencia que “o despotismo econômico é a raiz do despotismo stalinista”.<sup>507</sup> Alec Nove, contudo, vai além ao creditar o fracasso soviético à própria teoria econômica de Marx: "Marx tinha pouco a dizer sobre a economia do socialismo, e o pouco que disse era irrelevante ou completamente equivocado". E sentencia: "o socialismo de Marx era utópico".<sup>508</sup>

Alec Nove propõe um “antídoto” contra economia socialista proposta por Marx: o chamado “socialismo prosaico”, que levasse em conta as necessidades cotidianas dos indivíduos por mercado, que com base na lei da procura e oferta atendesse às necessidades particulares de cada indivíduo. Valendo-se dessa proposta, Nove continua a sua crítica à economia soviética:

Em sua lógica, a economia centralmente planejada inclina-se pela valorização do gigantesco e da padronização e, no limite, tal lógica conduz à determinação do consumo pelos produtores. Ou seja: numa economia centralmente planejada, os consumidores adaptam-se compulsoriamente à oferta. É pegar ou largar.<sup>509</sup>

Fica evidenciado que a crítica de Nove à economia soviética abre espaço para a defesa de uma economia regida pelas leis do mercado. Tendo isso como pressuposto, afirma:

A transposição dessa visão marxista para a administração do socialismo foi um fator de distorção do preço, pois ele leva em conta apenas o dispêndio ou o custo (valor) e descarta o resultado ou o efeito utilidade (valor de uso). Com isso, exclui-se o consumidor, de modo que o preço socialista não reflète nem a demanda nem a escassez.<sup>510</sup>

Alec Nove continua a sua crítica à economia planejada soviética ao denunciar a manipulação que ocorria no cumprimento do Plano de Metas proposto pelo stalinismo e a priorização da quantidade em detrimento da qualidade.

O administrador das unidades tende a priorizar o atendimento às metas (quantitativas) do plano em detrimento da satisfação dos clientes e consumidores. Cumprir as metas do plano é o seu móvel primário, invertendo, dessa maneira, meios e fins [...] o cumprimento das metas se sujeita a diversas manipulações.

---

<sup>507</sup> Idem, *ibid.*

<sup>508</sup> Idem, p.66.

<sup>509</sup> NOVE, Alec. A economia do socialismo possível. In: KOSHIBA, Luiz. Mercado reinventado: O socialismo (é) possível. *Teoria e Debate*, n.12, 1990, p.67.

<sup>510</sup> Idem, *ibid.*

Como as metas são estabelecidas em termos quantitativos, a resposta dos administradores tende a ser igualmente quantitativa [...] Por fim, em suas unidades, os administradores cuidam, por sua vez, para que o desempenho seja apenas razoável, a fim de não se verem no ano seguinte diante de exigências maiores que não terão como cumprir.<sup>511</sup>

Wilson Luiz Muller também defende, ao mesmo tempo, que o fracasso do Leste Europeu é a derrota dos clássicos do marxismo e que “a busca do ‘verdadeiro marxismo’ será sempre um ato autoritário”. Com isso, o autor critica o otimismo que tendências internas como O Trabalho possuem em relação às manifestações do Leste Europeu:

As revoluções que derrubaram e estremeceram os governos e regimes políticos dessa região representam um passo a frente na luta pelo socialismo. [...] Hoje, no Leste, os trabalhadores estão construindo um novo poder operário e democrático, como se vê nos comitês e conselhos democraticamente eleitos que cobrem a Romênia, por exemplo. É evidente que o processo está longe de ter-se encerrado, mas a tendência principal é essa.<sup>512</sup>

A avaliação da Convergência Socialista é semelhante à de O Trabalho: "Assim, está reacendendo a chama do socialismo com liberdade, da autodeterminação dos trabalhadores. Ali está hoje o pólo mais avançado das lutas revolucionárias do mundo".<sup>513</sup> A respeito dos atuais governos do Leste, diz a tese: "Não merecem nenhuma confiança e apoio. Mas as mesmas multidões que se levantaram contra Ceausescu, Honecker, Jivkov e Husak, se voltarão contra estes frágeis governos que ocuparam o vazio político".<sup>514</sup> E sobre a atual situação da luta pelo socialismo, a Convergência afirma que "[...] nunca a situação mundial foi tão favorável, em particular no Leste Europeu".<sup>515</sup>

Desse modo, Muller faz críticas às interpretações trotskistas sobre as transformações ocorridas no Leste Europeu, como a concepção de que nesses países existiria um “Estado operário degenerado” e o principal responsável pelo não avanço do socialismo seria a burocracia estatal, que poderia ser superada por meio de uma revolução política. Assim, essa concepção acredita que as manifestações no Leste

---

<sup>511</sup> idem, ibid.

<sup>512</sup> O Trabalho in: MULLER, Wilson Luiz. Socialismo: O pior cego é o que não quer ver. *Teoria e Debate*, n.12, 1990, p.39.

<sup>513</sup> Convergência Socialista in: MULLER, Wilson Luiz. Socialismo: O pior cego é o que não quer ver. *Teoria e Debate*, n.12, 1990, p.39.

<sup>514</sup> Idem, ibid.

<sup>515</sup> Idem, ibid.

Europeu seriam uma revolução política para superar a burocracia estatal e aprofundar o socialismo. Essa ênfase à questão do Estado é criticada:

O fato de os trotskistas teorizarem as sociedades pós-revolucionárias usando como referencial principal – quase exclusivo – o Estado, mostra que para eles o socialismo se constrói fundamentalmente a partir deste e não da sociedade civil.<sup>516</sup>

Wilson Muller se apoia em Augusto de Franco para reforçar as críticas às concepções trotskistas de “desvios” e “degenerações” do socialismo, mas em seguida o critica por ainda considerar válida a teoria marxista. Muller evidencia a contradição no pensamento de Franco:

Como pode a teoria continuar válida se estão em crise as velhas fórmulas ideológicas, através das quais essa teoria foi vivida pelos homens? Teríamos que admitir aqui um "desvio", uma "degeneração" da teoria, hipótese que Franco critica no início de seu artigo? Ora, se admitirmos que os homens viveram em contradição com a teoria, temos que admitir que o problema é da teoria e não da vida. Em outras palavras: não é a vida que está errada, mas sim a teoria segundo a qual a vida teria de ser vivida de forma diferente. Além disso, é impossível não estabelecer uma relação entre marxismo e as formas políticas e ideológicas que o mesmo assumiu ao materializar-se pelo fazer humano na história.<sup>517</sup>

Assim, o grande equívoco do Leste Europeu estaria no conjunto teórico que alicerçava essas sociedades. Assim sendo, o marxismo é aqui posto em xeque. Já em Lenin e Trotsky, enquanto “herdeiros legítimos do marxismo”, os problemas acerca do Estado e do partido sofridos nos países do “socialismo real” estariam postos.

Franco destaca muito bem que o "socialismo real" não pode ser explicado a partir dos "desvios" do stalinismo, pois mesmo no tempo de Lenin e Trotsky estiveram presentes as concepções e práticas que justificariam posteriormente os rumos da sociedade soviética. Ao criticarmos a teoria dos "desvios", devemos também reconhecer que não houve em Lenin um desvio em relação ao marxismo. O que Lenin fez – e o que principalmente o tornou famoso – foi levar para o plano da ação política as concepções teórico-filosóficas de Marx e Engels. Ou seja, as suas elaborações acerca do partido, do Estado etc., são decorrentes das concepções clássicas, e resultaram numa determinada forma de fazer política.<sup>518</sup>

---

<sup>516</sup> MULLER, Wilson Luiz. Socialismo: O pior cego é o que não quer ver. *Teoria e Debate*, n.12, 1990, p.40.

<sup>517</sup> Idem, *ibid.*

<sup>518</sup> Idem, *ibid.*

Por isso, o fracasso das experiências do “socialismo real” estaria diretamente vinculado às formulações clássicas do marxismo. Mas Muller aponta outro problema nas argumentações de Franco, quando este afirma que o “socialismo não pode acabar porque ele não existe”. O pressuposto desta tese seria a de que existe “um verdadeiro socialismo”. Para Muller, ela é problemática, pois é difícil identificar um referencial: o “verdadeiro socialismo” poderia ser descoberto com um retorno aos clássicos marxistas? Para o petista, os próprios clássicos são contraditórios e deles podemos retirar, no mínimo, duas concepções distintas:

A primeira é que o socialismo seria o resultado inevitável das contradições cada vez maiores do capitalismo, e tudo já estaria predeterminado pela objetividade do presente. Seriam as relações de produção inconscientes – e não a liberdade dos agentes sociais – que acabariam norteando os rumos da história. A segunda concepção, pelo contrário, vê a história como construção humana, no sentido de que seus caminhos são definidos pelos homens, organizações e classes em luta. Desnecessário dizer que foi a primeira visão que predominou na história do movimento socialista, o que já constituiria um motivo suficientemente forte para uma análise crítica das causas disso.<sup>519</sup>

O artigo de Wilson Muller é providencial na medida em que aparece no momento de intensos debates sobre a falência do Leste Europeu e a validade do marxismo. Aqui, o artigo cumpre a função de colocar em xeque as teses dos articulistas petistas que buscam revisar o marxismo. Nesse processo, Muller polemiza com Ozeas Duarte que, em um artigo publicado na *Teoria e Debate*, afirmou: “Uma crítica ao ‘socialismo real’ que não se sustente numa crítica ao marxismo ortodoxo será inevitavelmente limitada e insuficiente para efeito de reconstituição do projeto socialista”.<sup>520</sup> Mais adiante, Ozeas diz: “Com base em todos esses pressupostos – do marxismo – [...] não haveria como supor um outro resultado a não ser este que temos presenciado nas últimas décadas”. A análise de Ozeas incide sobre a crítica dos pressupostos marxistas, como o chamado determinismo histórico; o proletariado como classe universal, que, ao realizar seus interesses particulares, realiza os interesses da humanidade; a práxis como mera manifestação das leis sociais; a concepção leninista de “ditadura do proletariado baseada na violência e não limitada pela lei” (inconciliável com a noção de Estado de Direito); a missão imanente do proletariado – premissas que condicionaram a construção de um determinado tipo de socialismo. Para Muller, Ozeas

---

<sup>519</sup> Idem, *ibid.*

<sup>520</sup> DUARTE, Ozeas apud MULLER, Wilson Luiz. *op. cit.*, p.41.

não deixa claro se, juntamente com o fracasso destas experiências pós-revolucionárias, considera também que o marxismo, em sua totalidade teórico-filosófica, esteja colocado em xeque para fins de constituição do projeto socialista. Em outras palavras: se o marxismo ortodoxo que critica é apenas uma parte constitutiva do marxismo, ou se é o próprio marxismo que é ortodoxo e, portanto, merecedor de uma crítica global. Frei Betto também não escapa da crítica de Muller.

Frei Betto conclui que houve "desvios do burocratismo e do stalinismo" em relação às concepções de democracia em Marx e Lenin. É verdade que o stalinismo teve desvios em relação às concepções leninistas. Mas o que deve ser discutido é se as concepções de democracia em Lenin eram corretas, se não permitiram o desenvolvimento desses desvios. Dentro do marxismo clássico – e também em Lenin –, a classe operária é portadora do universal, porque quando se emancipa, está emancipando o conjunto da sociedade. O problema é que Lenin não acredita na capacidade da classe operária para exercer o poder na fase inicial de construção do socialismo. Os trabalhadores, segundo Lenin, "não se desembaraçarão facilmente de seus preconceitos pequeno-burgueses", precisando ser "reeducados sobre a base da ditadura do proletariado". Este poder deveria ser exercido pela vanguarda da classe – já livre da ideologia burguesa –, isto é, pelo partido desta classe. Assim, a fórmula leninista da ditadura do proletariado acaba resultando na ditadura do partido do proletariado.<sup>521</sup>

Desse modo, Muller credita os “desvios do burocratismo e do stalinismo” às próprias concepções de Lenin sobre democracia, partido e ditadura do proletariado. Mas não somente as concepções de Lenin são postas em xeque. Muller atribui aos desvios burocráticos da União Soviética a própria concepção de Marx acerca da democracia.

Muller aprofunda a sua crítica àqueles que advogam a tradição marxista. João Machado é criticado por acreditar que países como Cuba, Nicarágua e Vietnã possuem direções vinculadas às massas, ao contrário de países como Rússia, China, Iugoslávia, Albânia e Coreia que vivenciaram uma “contra-revolução burocrática”. Muller se opõe a tal diferenciação argumentando que, em todos esses casos, o partido único se confunde com o Estado ditando ordens sobre a organização das massas. De acordo com Machado, para os países que sofreram a “contra-revolução burocrática” seria necessário “desalojar esta burocracia e restabelecer o poder dos trabalhadores”, realizando assim, uma “revolução política antiburocrática”. Muller questiona:

---

<sup>521</sup> MULLER, Wilson Luiz. Socialismo: O pior cego é o que não quer ver. *Teoria e Debate*, n.12, 1990, p.41.

Ora, de onde vem esta contra-revolução se as massas votam maciçamente nos candidatos e partidos pró-capitalistas? Na verdade, não foi a confusão que levou à contra-revolução; é o raciocínio de Machado que introduz a confusão ao pretender adaptar os acontecimentos a uma lógica preconcebida. O raciocínio parte do pressuposto de que as massas estavam iniciando uma revolução política para "desalojar a burocracia" e "retomar o avanço na construção do socialismo" [...] o pressuposto é abstrato e arbitrário.<sup>522</sup>

Assim, Muller responde afirmando que não houve uma tentativa de retomada da construção do socialismo e que, portanto, não houve necessidade de uma contra-revolução capitalista. As manifestações do Leste Europeu representariam uma clara preferência autônoma para a democracia burguesa: "É preciso lembrar que foram os partidos pró-capitalistas que melhor capitalizaram os sentimentos a favor da democracia e contra os privilégios dos burocratas do antigo regime, derrotando fragorosamente, nas eleições".<sup>523</sup>

Em coerência com sua avaliação de que o problema principal das sociedades pós-revolucionárias é a burocratização dos regimes, Machado propõe como ponto de partida para uma solução teórica da questão "[...] o marxismo de Marx e dos primeiros marxistas". Muller, ao contrário, questiona o retorno a Marx:

Pelo que se deduz, não há necessidade de crítica aos fundamentos do marxismo que poderiam ter possibilitado esta sua materialização histórica. E agora, nesta nova interpretação de Marx, onde residirá a garantia de que desta vez o interpretamos "corretamente"?<sup>524</sup>

Desse modo, Muller estende a sua crítica ao stalinismo e leninismo ao próprio Marx, afirmando, assim, a necessidade de estruturar uma esquerda não-marxista:

Este senso comum, que se formou entre a esquerda anti-stalinista, da ruptura entre o marxismo-leninismo e o stalinismo é, no mínimo, superficial. É preciso verificar até que ponto o stalinismo é ruptura, e a partir de que momento é continuidade.<sup>525</sup>

Assim, Muller aponta as continuidades do stalinismo em relação ao legado de Marx:

Não se pode falar em ruptura radical do ponto de vista das concepções de partido como detentor da verdade e condutor das massas (pressuposto que legitima o partido único); da

---

<sup>522</sup> Idem, p.42.

<sup>523</sup> Idem, ibid.

<sup>524</sup> Idem, ibid.

<sup>525</sup> Idem, ibid, p.42.

concepção de ditadura do proletariado, que também em Lenin acaba se confundindo com a ditadura do partido; da concepção de história em que o "fim" está determinado pelas leis objetivas; do socialismo como fatalidade histórica; do Estado enquanto aparato de coerção; da crença de que os fins justificam os meios.<sup>526</sup>

Desse modo, a ditadura do partido único é vista como consequência da teoria da ditadura do proletariado de Marx e reproduzida por Lenin. Para Muller, o grande erro dos petistas, como João Machado, seria não perceber a relação entre a teoria de Marx e Lenin com as experiências pós-revolucionárias.

O que fracassou no Leste Europeu, e nos outros países do chamado socialismo real, foi um determinado tipo de socialismo, cujos pressupostos teórico-filosóficos estavam contidos como possibilidade mais forte nos clássicos marxistas.<sup>527</sup>

Para o petista, uma grande parte da esquerda considera difícil aceitar o fracasso, por isso, tendem a acreditar que as manifestações do Leste Europeu rumam para o “verdadeiro socialismo”. Ao contrário, “seus compromissos convergem para o capitalismo.”<sup>528</sup>

Fica evidente que Wilson Muller adota uma postura anti-marxista nos debates no interior do Partido dos Trabalhadores. As frases de efeito surgem com a proposta de enterrar os setores que ainda reivindicam o marxismo no partido: “o socialismo não é científico e nem inevitável”, ou ainda, “A falência dessas experiências deverá ser acompanhada, no plano teórico [...] que resultou no dogmatismo naturalista no plano da teoria, e no autoritarismo no plano da política”, e por fim, “A busca do ‘verdadeiro marxismo’ será sempre um ato autoritário e religioso”.<sup>529</sup> Tais afirmações ilustram o processo de revisão do marxismo vivenciado nos debates internos do PT.

As discussões na revista *Teoria e Debate* ecoaram nas resoluções políticas do partido. No 5º Encontro Nacional, de 1987, o PT criticou a existência do partido único nos países do “socialismo real”. Tal crítica convergia para a proposta do socialismo petista de conservação de vários partidos de classes. Subentende-se que nesse “socialismo” permaneceria a existência de classes!

O PT rejeita a concepção burocrática do socialismo, a visão do partido único, por considerar incorreta a ideia de que cada classe social é representada por um único partido, e que outros

---

<sup>526</sup> Idem, p.42-43.

<sup>527</sup> Idem, p.43.

<sup>528</sup> Idem, *ibid.*

<sup>529</sup> Idem, *ibid.*

partidos existentes na sociedade que emergir de uma revolução serão necessariamente partidos que representarão interesses de classes diferentes dos da classe trabalhadora.<sup>530</sup>

No 7º Encontro Nacional de 1990, o PT identifica na ausência de democracia o principal problema dos países do “socialismo real”. Quando tenta sair da esfera política aponta a estatização e o controle da burocracia soviética como principal obstáculo do ordenamento econômico. Tal diagnóstico possibilitou, posteriormente, ao partido a defesa da existência de mercado no vislumbrado socialismo petista.

O PT identificou na maioria das experiências do chamado socialismo real uma teoria e uma prática incompatíveis com o nosso projeto de socialismo. A sua profunda carência de democracia, tanto política quanto econômica e social; o monopólio do poder por um único partido, mesmo onde formalmente vigora o pluralismo partidário; a simbiose Partido/Estado; o domínio da burocracia enquanto camada ou casta privilegiada; a inexistência de uma democracia de base e de autênticas instituições representativas; a repressão aberta ou velada ao pluralismo ideológico e cultural; a gestão da vida produtiva por meio de um planejamento verticalista, autoritário e ineficiente – tudo isso nega a essência mesma do socialismo petista.<sup>531</sup>

Sintetizando e reproduzindo as posições da maioria dos articulistas da revista *Teoria e Debate*, o PT expõe o seu entusiasmo e sai em defesa das manifestações do Leste Europeu. Novamente, tal posicionamento deriva do seu apelo à democracia, evidenciando uma análise circunscrita à esfera política.

Durante décadas, os regimes do socialismo real privaram povos inteiros da participação política e da democracia. Por isso mesmo, o PT saudou as transformações ocorridas naqueles países, por significarem o renascimento do movimento operário, da sociedade civil e do debate cultural.<sup>532</sup>

Em nome da democracia, a análise politicista se explicita:

O PT está convencido de que as mudanças ocorridas e ainda em curso nos países do chamado socialismo real têm um sentido histórico positivo, ainda que o processo esteja sendo

---

<sup>530</sup> Resolução do 5º Encontro Nacional de 1987. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 317.

<sup>531</sup> Resolução do 7º Encontro Nacional de 1990. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 432.

<sup>532</sup> Resolução do 1º Congresso Nacional de 1991. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.), op. cit., p.492.

hegemonizado por correntes reacionárias, favoráveis à regressão capitalista.<sup>533</sup>

Na mesma direção, o 1º Congresso Nacional de 1991, aponta o estatismo, a burocracia e a ausência de liberdades como problemas dos países do “socialismo real” e, em nome da democracia, rejeita nominalmente a ditadura do proletariado.

O PT sempre questionou tais dogmas. Nunca aceitou transformá-los em sua doutrina oficial. A prática e a teoria do PT sempre rejeitaram como modelo, para o Brasil, os sistemas políticos organizados sobre a base do regime de partido único, dos sindicatos como engrenagens do Estado, da estatização forçada e irrestrita da atividade econômica, do alijamento do povo do exercício do poder, da eliminação dos opositores e do predomínio do Estado/Partido sobre a sociedade e sobre os indivíduos, tudo aquilo, enfim, que ficou conhecido como a ditadura do proletariado.<sup>534</sup>

As discussões na revista *Teoria e Debate* e as resoluções políticas evidenciam que o PT, ao avaliar as experiências do “socialismo real”, elabora muito mal as perguntas e as respondem de maneira errônea. Mantém as suas análises na esfera da política, realizando a defesa da democracia como se esse fosse o espaço resolutivo e panaceia para todos os males sociais. Desse modo, não coloca o “dedo na ferida”, já que não desnuda anatomia da sociedade – o ordenamento econômico – e, quando o faz, culpa abstratamente o estatismo para legitimar a defesa de múltiplas formas de propriedades inseridas numa forma de sociabilidade regida por um “mercado socialmente controlado”.

Deste modo, manter a “esperanças socialistas” em uma suposta revolução política que redimiria o “estado operário degenerado”, além de irreal, implica uma fé antimarxiana na política, no Estado e em seu aperfeiçoamento, e a desconsideração de que “entre os componentes de maior relevo do desastre do pós-capitalismo está o excesso de política, a política excedendo seus limites e substituindo desastrosamente as tarefas da revolução social, estancada e inviabilizada pela ausência de sustentação material”<sup>535</sup>. De outro modo, aquelas esperanças não levavam em conta, de uma parte, a assertiva marxiana de que a transição socialista não tem por identidade um ato ou processo político, e, de outra, a efetiva história daqueles países, a qual, em razão de seu

---

<sup>533</sup> Resolução do 7º Encontro Nacional de 1990. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.), op. cit., p.432.

<sup>534</sup> Resolução do 1º Congresso Nacional de 1991. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.), op. cit., p.494.

<sup>535</sup> *A Miséria Brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000, p.189.

ponto de partida, “foi uma história da prevalência do político, de uma aposta política no político”, de modo que “a desagregação de toda a experiência é a própria história do fracasso da política”.<sup>536</sup>

Todo o raciocínio funda-se claramente em posição ideológica, afirmando, contra toda evidência, que no estado liberal todos têm, ou pelo menos tendem a ter, algum poder. Em outros termos, o que o poder é, aí, difuso, disseminado em geral. Difusão, aliás, que é tomada como único antídoto ao mal que o poder é intrinsecamente, seja ele qual for. O poder, assim, é um mal em geral, ao qual só se pode contrapor sua própria fragmentação (difusão). Apesar de um mal, portanto, a crítica liberal não se põe a perspectiva de uma superação do estado e de seu poder, recomendando, por assim dizer, difundi-lo contratualmente. O que revela, à medida que o contrato é efetivamente celebrado entre iguais, que a ideologia liberal apóia-se no universal abstrato para defender um privilégio concreto particular.<sup>537</sup>

Ao invés da perspectiva pelo do fim do poder político, a partir do fracasso do modelo soviético e a acusação de que ele seria totalitário, se renova a defesa da autonomia da política e de seu primado. Assim, termina como evidente que a concepção de poder político “como expressão oficial do antagonismo da sociedade civil” ou ainda como “o poder organizado de uma classe para a exploração de outra”, conforme o compreendia Marx, não pode existir pacificamente com a ideia de centralidade da política, dado que o procedimento de Marx concebia a política, sobretudo, como forma de objetivação alienada. Pois, sendo central a política, isto é, estando um complexo alienado no cerne do processo de construção humana, significaria dotar de caráter indelével (a-histórico) uma manifestação alienada, o que deixaria o PT nos marcos da tradição liberal-burguesa.

O fato de que a experiência da revolução soviética – apesar de inicialmente apresentar êxitos no que concerne à derrocada do tirânico sistema político czarista – ter se tornado extremamente trágica para o proletariado daquele país, não justifica a tese social-democrata.

No momento da tomada do poder pelos bolcheviques, em 1917, os revolucionários estavam conscientes de que não seria possível instaurar o socialismo de forma isolada em um país, muito menos na Rússia, atrasada e semifeudal. Acreditavam que a revolução soviética apenas seria necessária pelo fato de que a situação em que a

---

<sup>536</sup> *Ibidem*, *idem*.

<sup>537</sup> CHASIN, J. *Ensaio Ad Hominem/Estudos e Edições Ad Hominem*. São Paulo: Ad Hominem, 2000, n.1, tomo III, p.83.

Rússia se encontrava fazendo dela o “elo mais fraco da cadeia” e, conseqüentemente, a vitória naquele país exerceria uma influência positiva no proletariado mundial. As potencialidades revolucionárias que a Primeira Guerra Mundial estava abrindo seriam aproveitadas, em seguida, pelo proletariado das outras nações que, ao conquistar o poder político, se solidarizariam com os trabalhadores russos. A posição de Lênin, aguardando otimistamente a Revolução na Alemanha, é um emblema dessa tese.

Contudo, alguns anos depois, as potencialidades revolucionárias abertas pela crise capitalista do início do século XX se esgotaram e, com o novo ciclo de expansão dos anos 1920, abriu-se o espaço para que as forças contra-revolucionárias fossem se entrenchando. Sem contar com a esperada solidariedade internacional, os revolucionários russos se vêem, portanto, enredados em um dilema dramático. Não lhes era permitido retroceder, entregando tímida e temerariamente o poder de volta às mãos do antigo regime russo; tampouco poderiam avançar em um processo de socialização da produção e instauração do trabalho associado, consciente e coletivo, posto que as limitações objetivas – leia-se o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas – eram obstáculos inarredáveis a essa alternativa.

A tragédia dos países pós-capitalistas está nesta impossibilidade de a *revolução política* – que destruiu as formas capitalistas de dominação – conseguir dar à revolução uma *alma social*, superando o *poder político propriamente dito*, constrangida que estava pelo seu baixo grau de desenvolvimento das relações materiais de produção e reprodução da existência. Não havendo possibilidade para aprofundar o processo revolucionário, os soviets passaram a conviver com uma formação social híbrida, sob a regência de um *capital coletivo/não-social*. Nas palavras de José Chasin:

A tragédia dos países pós-capitalistas dá origem a uma figura histórica imprevista, - uma formação social que desmanchou pela *revolução política* as formas capitalistas de estruturação e dominação sociais (aliás, atípicas e incipientes), mas que foi incapaz, constrangida pelo seu baixo padrão de produção e reprodução materiais da vida, de ascender à *revolução social* propriamente dita, e através desta efetivar a arquitetura de uma sociedade articulada para além da lógica do capital. A legalidade deste “paradoxo” concreto tem por núcleo, pois, a impossibilidade imanente ou a barragem intrínseca do trânsito entre o estatuto organizador do capital e o estatuto organizador do trabalho. E sobre o trabalho é que, precisamente, recai o ônus fundamental do impasse, facultando a identificação da assinalada vigência do capital. Não mais (deveria ser óbvio não o é, por exemplo, para os que fazem o diagnóstico do capitalismo de estado) na forma de propriedade privada, mas também não de *propriedade social* – de propriedade virtual de

todos os produtores. Sua apropriação-gestionária, pela fração diretiva do complexo social, faz dele um *capital coletivo/não-social*, o que repõe o problema crucial das relações entre *trabalho morto* (capital).<sup>538</sup>

Evoluindo e demarcando cada vez mais esse quadro dramático, não restou outra alternativa aos bolcheviques senão a de sustentar um processo de industrialização planejado e centralizado na burocracia do Estado/ Partido para atender às necessidades básicas da população e para não frustrá-la no seu caráter revolucionário.

No poder, Stálin patrocinou o processo de expurgos, perseguindo e encaminhando à morte toda a velha guarda bolchevique, composta por coerentes e aguerridos revolucionários. O efeito da vitória do stalinismo foi a falsificação da teoria marxiana, substituindo-a por um simulacro de teoria cuja tese central era a de que seria factível construir o socialismo isoladamente em um país, ainda mais devido à hegemonia, que paulatinamente o stalinismo alcançara, difundiu-se a ideia de que na Rússia o socialismo estaria sendo efetivamente construindo.

A convicção presente em significativo setor do ideário petista é a de que, quanto ao plano econômico, o socialismo estava sendo construído; sendo assim, o desvio ocorreu no campo da política. De acordo com esta tese, a crise em que os países do “campo socialista” se engolfaram estava determinada, sobretudo, pela falha em não adotar os institutos democráticos e as liberdades civis. Em contraposição a tal convicção, vale a pena atentar para o esclarecimento de José Chasin, quando afirma que:

A geratriz desse auto-engano e dessa mentira é que não ocorria, nem poderia estar ocorrendo, uma transição para o socialismo, mas um processo inusitado de acumulação de capital, mais especificamente, um processo de formação de capital industrial, sob gestão político-estatal-partidária. Formação e acumulação que, vencidos estágios primários, foram se revelando extremamente problemáticos e insuficientes.<sup>539</sup>

Carlos Nelson Coutinho, importante intelectual entre os críticos do “socialismo real” e propositor do “socialismo democrático” petista, entende que a questão política

---

<sup>538</sup> CHASIN, J. *A Miséria Brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000, p.186-187. Vale a pena dizer ainda que é próprio das formações sociais nas quais o processo é regido pela lógica do capital que o trabalho vivo permaneça subsumido ao trabalho morto; ao passo que é próprio da “sociedade humana ou humanidade social” que o trabalho vivo controle consciente e coletivamente o trabalho morto. Todavia, esta transformação estrutural não ocorreu nos países pós-capitalistas.

<sup>539</sup> CHASIN, J. *A Miséria Brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*, Santo André: Ad Hominem, 2000, p.187.

está no centro do colapso do Leste Europeu. A concepção deturpada do que seria democracia teria levado muitos revolucionários a abandonar os institutos democráticos, ou seja, a abrir mão dos aspectos “formais” e “procedimentais” próprios da democracia, e, por consequência, acabaram por determinar a perda de seus elementos “substantivos”. Este equívoco, para Coutinho, poderia ser remediado caso se instaurasse o ordenamento democrático. Afirma que “era nesse sentido que se orientavam, tanto teórica quanto praticamente, as reformas revolucionárias que foram propostas por Mikhail Gorbachov para a União Soviética”.<sup>540</sup>

No momento em que a ausência de democracia convergiu para a profunda estagnação econômica, o modelo soviético teria perdido qualquer poder de atração ideológica ou política. Isto evidencia que “este modelo de ‘socialismo’ – um modelo autoritário, burocrático e estatista – não tem mais nenhuma possibilidade de ser reproposto em qualquer região do mundo, seja ‘ocidental’ ou ‘oriental’.”<sup>541</sup>

Desse modo, Coutinho aponta para o problema da construção do socialismo na União Soviética no que se refere aos aspectos concernentes à política. Defende que o baixo grau de socialização política das sociedades onde se deram as experiências revolucionárias não proporcionava meios para uma ação efetiva sobre o poder, distinta da conquista imediata via “assalto revolucionário”.

A crítica ao processo soviético leva Coutinho à adoção das teses eurocomunistas do final dos anos 1970. Enrico Berlinguer, secretário-geral do Partido Comunista Italiano asseverou que a “democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”.<sup>542</sup> Assim, o “modelo soviético” não seria mais universalizável, dado que o único fator que seria passível de universalização, na estratégia de transição, seria a democracia. Coutinho importou essa tese para o Brasil e o PT foi a “barriga de aluguel” na qual seria gestada.

As questões econômicas foram, em grande maioria, tratadas com superficialidade, dada à própria característica politicista do partido. Quando o fez, defendeu a tese de que o erro soviético era a ausência de propriedades privadas (sic!) e de uma economia regida pelas leis do mercado. No que tange essa questão, a grande

---

<sup>540</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992, p.33.

<sup>541</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000, p.105.

<sup>542</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980, p.20.

referência intelectual dos principais líderes do partido foi Alec Nove, principalmente em suas teses contidas na obra “A economia do socialismo possível”. José Genoino simboliza a adesão:

Pode se fazer um planejamento democrático, relacionado com o mercado [...] Na minha visão de socialismo democrático tem espaço para um mercado socialista[...] Aliás, a noção de mercado socialista tem sido amplamente discutida, no plano internacional, por teóricos como Alec Nove e outros [...] Sou a favor do mercado, mas também do controle desse mercado, articulado com um planejamento democrático [...] Eu compreendo o socialismo democrático com múltiplos sujeito, o que implica necessariamente conflitos. O grande problema é não haver explicitação de conflitos, pois isto significa que os conflitos estão sendo sufocados.<sup>543</sup>

E mais adiante, para que não haja dúvidas, Genoino reafirma:

Eu acredito que o lucro pode ser admitido numa sociedade socialista democrática. O economista Alec Nove diz que o problema não é o lucro em si, mas sua apropriação pelos capitalistas. Ele diz também que o lucro numa esfera microeconômica pode ser uma recompensa e um critério de eficiência.<sup>544</sup>

Para que estas questões não passem sem uma merecida reflexão crítica, valemos dos apontamentos que Ernest Mandel realizou em torno das teses de Alec Nove. Mandel afirma que no capitalismo, sobretudo, o desenvolvido, existe um acirramento da “sociabilização objetiva do trabalho” que significa a forma de produção humana avançada em que se verifica uma interdependência acentuada e tendencial “tanto dos processos de trabalho considerados em si mesmos, quanto da escolha e da produção dos bens que consumimos”.<sup>545</sup>

O capitalismo monopolista acentuou ainda mais este planejamento da produção, ou seja, ocasionou uma situação em que a alocação direta do trabalho se expande muito em relação à alocação do trabalho via mercado, e isto se deve à própria lógica de acumulação e competição capitalistas. Porém, é importante ressaltar, primeiro: que esta alocação direta ocorre, obviamente, com os bens intermediários e, segundo: que os reflexos positivos da sociabilização objetiva do trabalho, de acordo com Mandel,

---

<sup>543</sup> GENOINO, J. *Repensando o Socialismo*. 2.ed., São Paulo: Brasiliense, 1991, p.33-34.

<sup>544</sup> Idem, p.37 .

<sup>545</sup> MANDEL, E. *Socialismo X mercado*. São Paulo: Ensaio, 1991, p. 14.

“somente faz[em] as contradições do processo em seu todo se tornarem ainda mais explosivas.”<sup>546</sup>

Este *planejamento* aqui tratado corresponde, justamente, a uma forma de organizar a produção – alocação de recursos “(inclusive do trabalho)” – diretamente, ou seja, “*ex ante*”, antecedendo o próprio ato da produção de sorte que planejamento, então, opõe-se diametralmente àquela alocação de recursos “*ex post*” realizada pelo mercado, ou seja, “alocação de recursos por meio das leis objetivas do mercado, que, agindo *a posteriori*, neutralizam ou corrigem [ao menos tentam] as decisões prévias e fragmentadas tomadas por corpos privados de modo separado ou autônomo”<sup>547</sup>, apesar destas duas formas divergentes poderem se manifestar conjuntamente em alguns momentos.

As manifestações históricas da produção planejada ou da produção mercadológica são diversas, mas são, entretanto, possíveis. A primeira, apesar de planejada, pode ser realizada de maneira despótica ou democrática. A base do planejamento pode ser diversa, resumidamente – para ilustrar os opostos – pode se dar tanto pela imposição de gerais ou cúpulas partidárias (vide URSS), quanto pela necessidade dos trabalhadores. A organização produtiva baseada no mercado também já se manifestou de diversas maneiras, mais democráticas ou mais tirânicas e, apesar de estar montada sobre o preceito de liberdade individual, já se realizou por inúmeras vezes de maneira imposta – com o absolutismo, com as ditaduras militares – e, “em todos estes casos, ainda é o princípio do mercado – isto é, uma alocação *a posteriori* de recursos determinada por vendas e rendimentos (sob o capitalismo: lucro) – que governa”<sup>548</sup>.

É importante ressaltar, porém, que a economia pura de mercado somente existiu nos momentos de transição para o capitalismo e que, pela tendência própria das crises do capitalismo, existe, de maneira igualmente tendencial, apesar das limitações,<sup>549</sup> uma intervenção crescente de mecanismos não-mercadológicos nos princípios de alocação.

No período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, o conhecimento econômico burguês apontava para a possibilidade necessária de intervenção estatal na

---

<sup>546</sup> Idem, p. 16.

<sup>547</sup> Idem, p. 17.

<sup>548</sup> Idem, p. 18.

<sup>549</sup> A inserção de elementos não-mercadológicos se dá com o objetivo de racionalizar a produção capitalista – pelo afloramento de seus problemas estruturais – e dentro dos próprios limites do capitalismo, tal como o revisionismo alemão, que tem em Eduard Bernstein sua principal figura, é sua expressão política.

economia, porém, em meados dos anos de 1960<sup>550</sup> estas ideias – expressas, sobretudo, pela teoria de Keynes – passaram a ser rejeitadas em prol da ideia do mercado como regulador absoluto, como um valor abstrato universal. A esquerda sofreu profundas influências dessas concepções, agregando à sua teoria e à sua prática, reflexos cegos do capitalismo e dando profundidade ao flagelo da esquerda incapaz – partidos social-democratas ou eurocomunistas – que entende o planejamento de maneira enviesada e, às vezes, como tarefa impossível.

Neste sentido, o livro de Alec Nove se configura como tentativa de entendimento e correção dos países de transição (China, URSS, Europa Oriental), o que, em si, é uma tarefa legítima e necessária, pois estes países não podem ser considerados socialistas e, de fato, na situação em que se encontram (ou encontravam) não poderiam de forma alguma abolir as relações de mercado. Entretanto, esta situação deve ser entendida na esteira de suas determinações histórico-sociais, em um contexto de baixo desenvolvimento das forças produtivas e de isolamento, estando, por esta razão, em desacordo com as proposituras mais do que possíveis, necessárias, de Marx, que implicam na completa supressão do mercado e que Alec Nove considera, de antemão, utópicas.

As condições objetivas que clamam pelo planejamento são óbvias, a produção humana, especialmente nos países avançados, deslanchou de maneira abrupta, aumentando ainda mais as discrepâncias do capitalismo. As tentativas de refutação da teoria de Marx tomam como base aspectos isolados da história humana porque não apreendem adequadamente a relação entre a produção humana e todas as questões de atualização que decorrem disto.

Com relação a uma outra objeção, que Alec Nove chamou de “concepção clássica marxista” e que consiste em afirmar que só na URSS existiam cerca de doze milhões de bens em produção para serem alocados e que essa tarefa é impossível de ser realizada de maneira planejada sem a ajuda do mercado como agente regulador, é preciso desmistificar certos aspectos.

Em primeiro lugar, entre o montante de bens a serem alocados está incluída uma enorme quantidade de bens intermediários – já alocados, em grande parte, de maneira planejada, sem passar pelo mercado – e, ainda, muitas variações de um mesmo bem de

---

<sup>550</sup> A partir das décadas de 1950/1960 surge uma nova necessidade de expansão das economias, sobretudo dos países mais avançados, que se expressava pela reestruturação produtiva com raízes multinacionais. Este quadro se acirrou muito na década de 1980.

consumo – variações que, com a ausência plena de mercado, seriam reduzidas drasticamente a uma quantidade menor de versões de qualidade. Mandel afirma, então, que os países capitalistas avançados não alocam milhões de mercadorias, mesmo porque – e isto é importante salientar – ao contrário do que afirmam os economistas liberais e Stálin, em dada época, a capacidade e as necessidades de consumo são limitadas, simplesmente porque existe uma limitação temporal.

Os bens de produção, por sua vez, inclusive os bens intermediários, como já foi dito, em sua maior parte, não são alocados pelo mercado, mas sim a partir de encomendas e, no caso de maquinarias mais importantes, a partir de especificações técnicas minuciosas. Prova disso são as licitações modernas.

Assim, chegamos a uma conclusão um tanto quanto surpreendente. *Já hoje*, na maioria dos países capitalistas avançados, a maior parte tanto dos bens de consumo quanto dos de produção não é produzida em resposta a supostos “sinais do mercado”, que variariam violentamente de ano a ano, quando não de mês a mês. *A parte maior da produção atual vem atender a padrões estabelecidos de consumo e a técnicas predeterminadas de produção, que são em grande medida, se não completamente, independentes do mercado.* Como isso veio a acontecer? Trata-se precisamente de um resultado da crescente sociabilização objetiva do trabalho.<sup>551</sup>

Por que não poderia ser planejada a produção de bens definidos? Por que a alocação para esta produção não poderia ser resolvida por uma associação de produtores e até mesmo com a ajuda de computadores “que podem certamente dar conta de ‘milhões’ de equações”?<sup>552</sup> Isto é mais do que uma possibilidade, pois se trata da mais urgente necessidade do conjunto da humanidade. É claro que os hábitos de consumo mudam, assim como os bens a serem produzidos mudam, mas estas mudanças partem do próprio processo produtivo<sup>553</sup> e de seu aprimoramento contínuo – que, inclusive, sem os limites do capital pode ser realizado numa velocidade absolutamente superior – e, sendo assim, são facilmente previsíveis e assimiláveis, assegurando todo o dinamismo da produção e reprodução avançada da vida humana.

---

<sup>551</sup> MANDEL, E. *Socialismo X mercado*. São Paulo: Ensaio, 1991, p. 25. Grifo nosso.

<sup>552</sup> Idem, *ibid.*

<sup>553</sup> “Não foram dez mil consumidores a fazer passeata desesperadamente ao redor da casa de Henry Ford ou da Apple Computer Corporation os responsáveis pela produção em massa do automóvel ou do computador pessoal. Havia firmas [...] a apresentar novos produtos aos consumidores para criar a demanda necessária à venda de tantos de seus artigos quanto possível”. MANDEL, E. *Socialismo X mercado*. São Paulo: Ensaio, 1991, p. 26.

Portanto, “o problema de complexidade da alocação numa economia industrial avançada, tal como apresentado por Nove, é [...] em larga medida ilusório”.<sup>554</sup> É óbvio que o planejamento se defrontará com inúmeros problemas práticos, que devem ser resolvidos e sobrepujados. É um erro afirmar que o planejamento é impossível, pois não existem meios reais de comprovar esta concepção especulativa pueril e que, infelizmente, hoje é predominante.

Nove procura ainda, à sua maneira, atacar a noção de abundância, essencial na ideia de comunismo de Marx. Combate a ideia de ausência de conflitos pela abundância de recursos afirmando que se trata de uma premissa utópica. Porém, é fato que muitos bens, já no capitalismo, conhecem a anulação da elasticidade da sua demanda. Por que este fato não poderia se dar sobre a maior parte dos bens consumidos se os mesmos fossem acessíveis a todos? O desenvolvimento da riqueza social proporciona esta possibilidade à humanidade.

Mais do que isso, Nove “parece sugerir que os ‘direitos de propriedade’ se seguem indubitavelmente da ‘escassez’”,<sup>555</sup> mas se esquece de que, para o surgimento de tais direitos, é necessário que existam instituições que os garantam a uma parcela da população “negando à multidão dos produtores o livre acesso a eles”. Uma situação que garante o bem-estar de uma *classe*, ainda por cima minoritária, em detrimento de outra, pode não ser exatamente a vontade da humanidade associada. Por fim, basta dizer que

*É suficiente que sejam satisfeitas as necessidades sentidas mais intensamente, ou que uma saturação de consumo ocorra nestas áreas. Eis a suposição básica sobre a qual Marx constituiu sua visão de socialismo. É perfeitamente realista e concebível.*<sup>556</sup>

Mandel explicita o conceito já utilizado nas respostas às críticas de Nove, de “intensidade relativa das necessidades” antes de aprofundá-lo e que consiste, basicamente, no fato de que, com quedas na renda, alguns bens e serviços sofrem redução de consumo generalizada, ilustrando, portanto, o fato de que algumas necessidades humanas são mais autênticas ou mais indispensáveis que um conjunto de outras necessidades. A constatação empírica e, principalmente, o aprofundamento no estudo detalhado destas necessidades relativas foram muito facilitados pelo capitalismo, que nos dispõe “montanhas de dados empíricos e estatísticas a respeito dos padrões de

---

<sup>554</sup> MANDEL, E. *Socialismo X mercado*. São Paulo: Ensaio, 1991, p. 26.

<sup>555</sup> Idem, p. 30.

<sup>556</sup> Idem, p. 31. Grifo nosso.

consumo<sup>557</sup> que permitem estabelecer as prioridades humanas gerais ao longo de décadas.

Quando as necessidades se tornam diversificadas com o crescimento econômico, aparece entre elas uma hierarquia definida. Existem necessidades fundamentais, existem necessidades secundárias, e existem também necessidades de luxo, chamadas marginais.<sup>558</sup>

De maneira geral, segundo Mandel, dentre estas necessidades fundamentais – “e aqui estamos prontos a sermos corrigidos por dados empíricos, e não por especulações metafísicas” – podemos destacar a alimentação básica, o vestuário, a moradia e as necessidades elementares: educação, saúde, transporte e um certo nível de recreação e lazer. Estas necessidades variam em função do desenvolvimento produtivo e também do equilíbrio de forças entre as classes, mas são elementares, minimamente, para a reprodução da força de trabalho; alterações significativas na satisfação destas necessidades provocam “violentas perturbações no tecido social e econômico”.<sup>559</sup>

A segunda categoria de necessidades consiste, basicamente, em alimentos, bebidas, roupas e utensílios mais sofisticados, bens e serviços de cultura e lazer mais elaborados e automóveis particulares. Os demais bens devem se enquadrar na terceira categoria dos bens de luxo; o limiar de uma categoria para a outra é volátil, de modo que, com o desenvolvimento e o estabelecimento de novas etapas de produção, ocorre uma passagem gradual de itens da segunda para a primeira categoria. Além disso, “a distinção entre a terceira e a segunda categorias é mais uma questão de preferências sócio-culturais do que um fenômeno de massa observável.”<sup>560</sup>

A cada estágio sucessivo de crescimento econômico, a elasticidade da demanda tende a zero e à escala negativa, começando nos bens mais necessários e progredindo pela lista abaixo, artigo por artigo.<sup>561</sup>

Desta forma, é observável nos países industrializados mais ricos, o consumo *per capita* de uma série de itens mais elementares (alimentos, roupas e utensílios básicos) vem decaindo, ou seja, com o desenvolvimento da produção, com a saturação de determinados produtos e suas variedades, o consumo tende ao decréscimo.

Estas realidades refutam completamente a crença comum a burgueses e stalinistas no crescimento sem limites das

---

<sup>557</sup> Idem, p. 32.

<sup>558</sup> Idem, p. 33.

<sup>559</sup> Idem, p. 34.

<sup>560</sup> Idem, *ibid*, p. 34.

<sup>561</sup> Idem, p. 35.

necessidades das pessoas normais [...] A saturação das necessidades básicas é uma tendência verificável no ocidente, não apenas devido ao declínio em sua intensidade, que ocorre quando ultrapassado certo limiar, mas também por causa de uma mudança de motivação. Padrões racionais de consumo tendem tomar lugar de desejos supostamente instintivos de consumir mais a cada vez.<sup>562</sup>

Os problemas com a escassez de alimentos ilustram claramente este fato. A Europa, após a Segunda Guerra Mundial, passou por uma grande crise de escassez generalizada de alimentos e, tão logo foi possível, o consumo de comida sofreu um salto espantoso, as pessoas que antes não tinham o que comer passaram, naturalmente, a comer em excesso, porém este “surto” não durou mais do que vinte anos, após os quais, pela própria maturidade dos consumidores, na média, comer menos se tornou uma necessidade, entre outras coisas, pelo zelo com a boa saúde. Esta relação de “normalização”, ou seja, o estabelecimento de padrões de consumo mais saudáveis que implicam na diminuição do consumo de alimentos, ocorreu por diversas vezes na história e em diversos locais.

A mesma relação de escassez, explosão de consumo e “normalização” de um padrão mais salutar, ocorre – como também ocorreu com a Segunda Guerra Mundial – com o uso de remédios cujo consumo exacerbado pôde ser facilmente reconduzido por meio de uma educação/orientação adequada.

Assim, Mandel infere que, à medida que a produção voltada ao conjunto da humanidade, no caminho ao socialismo, desenvolver-se e proporcionar a satisfação plena das necessidades básicas e for, gradualmente, confinando a escassez apenas a bens e serviços menos essenciais, será possível reduzir drasticamente o papel do dinheiro na economia até a sua supressão. Afinal, as pessoas não gastam seu dinheiro aleatoriamente, mas sim com bens e serviços que respeitam uma hierarquia de necessidades bastante clara conforme seu montante de dinheiro lhes permite.

Ao contrário do que objetam muitos sábios reformistas ideólogos, a padronização em uma economia adequadamente planejada não se elevaria ao extremo, mas sim, tenderia a uma diminuição bastante drástica em relação ao capitalismo industrial de hoje, pois os indivíduos teriam as condições necessárias para o seu livre desenvolvimento. Dessa forma, as inovações e a criatividade na produção seriam fatores muito mais ativos e presentes que numa economia de mercado. Sem imposições, a

---

<sup>562</sup> Idem, p. 36.

produção tomaria rumos muito mais agradáveis sob o prumo daqueles que a produziram e, num só tempo, seriam consumidas também por toda a humanidade.

Estas bases gerariam as condições para a supressão das relações de mercado e as condições para a melhoria de vida da maioria esmagadora da humanidade. Com o desaparecimento da escassez dos insumos elementares ao ser humano, desapareceriam também os reflexos subjetivos deste fator material e os conflitos sociais diminuiriam de maneira abrupta. Afinal, conforme assevera Mandel, os grandes e mais problemáticos conflitos ocorrem quando estão em jogo a fome, o desemprego, a vida... E não assentos na Bolsa de Valores de Chicago. Quando a disputa, a concorrência estiver limitada aos bens de luxo, a humanidade se encontrará em uma situação ímpar de plena determinação, capaz de alavancar seu padrão de vida plenamente.

Com relação às resistências a estas evidências, Mandel afirma que, algumas em especial, comuns a defensores da economia mista e a liberais mais coerentes, devem merecer especial atenção. Afirma-se que as necessidades individuais são suprimidas em benefício apenas das “necessidades socialmente reconhecidas”, de forma que apenas estas necessidades pautariam a economia, de maneira tirânica, em detrimento das inclinações e necessidades individuais, fato que teria ocorrido – como de fato ocorreu – nas economias de miséria mista. Porém, Mandel diz, no momento seguinte, que é fatal a ocorrência de uma espécie de despotismo, de tirania neste sentido, mas pede cuidado com a forma específica que tal despotismo assume nas diversas sociabilidades.

E o despotismo agudo, realizado pelo mercado, dita um consumo de luxo a algumas pessoas e uma miséria geral a muitas? Pautando-se por uma análise histórica mais coerente e que transmita a realidade dos fatos, ao invés de análises presas a exemplos que são exceções, fica claro que o capitalismo é tão desgraçadamente despótico quanto outras formas ditatoriais de Estado.

Quando a fome devasta o Sahel [ou qualquer outro dos muitos lugares onde ocorre], quem condenaria a distribuição de alimentos por rações aos famintos como um exemplo de alocação “ditatorial”, reduzindo os esfomeados a “servos” – quando lhes vender comida os faria “mais livres”? Se uma epidemia grave irrompe em Bangladesh, a distribuição controlada de remédios deve ser considerada nociva se comparada com sua compra no mercado?<sup>563</sup>

O fato é que a alocação sem a mediação putrefata do mercado é (não só mais) justa como também muito mais barata e menos penosa. Além disso, a suposta liberdade

---

<sup>563</sup> Idem, p. 44.

do consumidor no capitalismo não passa de ilusão ideal. Quem escolhe neste sistema (in)justo? Pois as pessoas não escolhem se compram um carro luxuoso ou uma segunda casa antes de comer.

O prospecto é de ampliação gradativa da satisfação das necessidades humanas, e não de sua restrição, num primeiro momento para a satisfação das necessidades mais fundamentais e, num segundo momento, para a ampliação no mais possível destas satisfações chegando, muito provavelmente num período relativamente curto, a um nível de satisfação jamais visto.

Para Mandel, a preocupação de Alec Nove e outros críticos do socialismo marxista quanto aos problemas ligados ao consumo é, em si, unilateral, pois os cidadãos de um país industrial avançado não são, durante a maior parte de suas vidas, apenas consumidores, mas também, produtores. Existe todo o trabalho cotidiano que o trabalhador realiza em horas diárias continuamente.

Mandel salienta ainda que, quanto mais aparecem necessidades a serem satisfeitas, maior é a jornada de trabalho requerida dos produtores a um dado patamar de tecnologia e organização do processo de trabalho. Portanto, se as decisões das jornadas de trabalho não forem consciente e democraticamente tomadas pelos próprios trabalhadores, serão ditatorialmente impostas a eles, seja por uma economia de mercado ou por uma economia burocrática centralizada.

Diante de um trabalho alienado e mecanizado, Mandel questiona se não vale a pena renunciar a alguns privilégios e produtos tecnologicamente avançados em troca de uma possível redução da jornada de trabalho. As decisões em uma economia de mercado, comenta Mandel, não são tomadas pelos conjuntos dos trabalhadores e produtores e sim, pelos empregadores e pelas leis objetivas do capitalismo. No entanto, não há razões que impeçam os produtores de se auto-organizarem e de tomarem decisões com todos e para todos e gradualmente reduzindo as jornadas de trabalho conforme as necessidades e o grau de avanço da tecnologia presente.

Alec Nove em sua obra, *The Economics of Feasible Socialism* argumenta que, mesmo considerando o mercado e os seus defeitos, a única alternativa como força organizadora coerente da economia é uma poderosa burocracia centralizada. No entanto, o autor não dá a devida atenção ao fato de que a crescente contradição entre a socialização objetiva do trabalho e a contínua fragmentação do poder de decisão pode cada vez menos ser contida, tanto pelo mercado quanto pelo planejamento burocrático centralizado.

As relações monetárias não são simplesmente idênticas às relações de mercado, pois podem assumir apenas a natureza de quase-relações ou pseudo-relações de mercado. A economia de mercado é dirigida por flutuações de preços. Os “agentes econômicos” reagem aos sinais de mercado. No entanto, os estudos do comportamento real dos consumidores mostram que a grande maioria dos bens atualmente produzidos são comprados em lojas costumeiras, ou de distribuidores costumeiros de serviços, independente das flutuações de preços. Com isso, constata-se que, nenhuma flutuação normal de preços induzirá um cliente comum a subitamente mudar o seu lugar de consumo. Ou seja, as evidências indicam que as respostas não-mercadoológicas suplantaram as reações ao mercado em muitas áreas do comportamento econômico. Neste sentido, relações econômicas desta natureza representam formas elementares de cooperação econômica.

Mandel identifica algumas produções e serviços dominadas por monopólios que prestam serviços independentemente da força do mercado ou de grandes burocracias. Alguns serviços, como o de fornecimento de energia elétrica, poderiam ser levados amplamente a efeito por computadores programados para trabalhar com dados estatísticos disponíveis. Com isso, as burocracias existentes nas indústrias poderiam ser suprimidas definitivamente. A este respeito, Mandel nos diz:

Alguns problemas de centralização são na verdade de tal maneira técnica que não podem dispensar instituições decisórias. A divisão global dos recursos econômicos (em escala nacional e internacional) entre diferentes ramos de atividade deve ser regulada por uma instancia deliberativa.<sup>564</sup>

Mandel credita na sorte uma socialização objetiva do trabalho: uma auto-gestão democraticamente centralizada – isto é, articulada – fundada sobre a cooperação livre e consciente. E prontamente responde também que esta “terceira solução” – a associação dos trabalhadores – não levará à estagnação econômica, pelo menos não no campo da produção, onde os interesses dos produtores em reduzir a jornada de trabalho e melhorar a ecologia gerariam um incentivo automático no sentido da diminuição dos custos. Para Mandel, talvez ocorresse uma desaceleração da enxurrada de novos bens de consumo. Uma alteração no fluxo atual de mercadorias dificilmente acarretaria, por si mesma, muita penúria. Em relação a esta problemática, acredita em uma democracia socialista que se desenvolveria no seio da civilização, e não meramente relacionada ao consumo,

---

<sup>564</sup> Idem, p. 66-67.

ou seja, expandir-se-ia em meio a um espectro de atividades e relações humanas significativas.

Sobre uma possível estagnação econômica ou diminuição do avanço das forças produtivas em uma socialização objetiva do trabalho, Mandel responde:

A ausência da competição de mercado não implica necessariamente ausência de inovação de produtos. Ao longo da história, na verdade, a maioria das invenções e das descobertas importantes foram feitas totalmente fora de qualquer nexo comercial.<sup>565</sup>

Com isso, Mandel acredita que o desaparecimento das relações de mercado e das recompensas monetárias não levaria ao desaparecimento das inovações tecnológicas, como também, a igualdade social não seria um obstáculo para a eficiência econômica.

Sobre a questão da individualidade, ressalta que a inclinação individual, o processo de individuação das pessoas de modo algum desaparece como resultado da igualdade social, pois, numa sociedade sem classes, gerar-se-ia uma maior diferenciação do número de indivíduos dentro dela. Pois, a meta do socialismo não é tanto a socialização *da pessoa*, mas a personificação *da sociedade* – isto é, promover o desenvolvimento o mais completo possível da personalidade única do indivíduo.<sup>566</sup>

Em suma, fica constatado que a questão da motivação para a eficiência, cooperação e inovação não são, portanto, de maneira alguma, insuperáveis para a democracia socialista. Com isso, fica nítido que a redução da jornada de trabalho não significa redução dos avanços das forças produtivas e da produção tecnológica.

Com a socialização e a auto-gestão articulada dos trabalhadores, Mandel acredita e propõe que os trabalhadores e todo o povo se organizem em conselhos ou corpos autogestionários em nível nacional e, tão logo quanto possível, em nível internacional. Estes conselhos determinariam as grandes divisões do produto nacional, partindo de alternativas coerentes e previamente debatidas por todos os cidadãos quando da eleição do congresso. Assim, os trabalhadores poderiam deliberar um programa que definisse:

jornada média de trabalho (duração da semana de trabalho);  
necessidades prioritárias a serem satisfeitas para todos através  
de alocação garantida dos recursos (distribuição “gratuita”);  
volume de recursos destinados ao “crescimento” (fundo de  
reservas + consumo da população adicional + investimentos  
líquido como uma função das escolhas tecnológicas, também

---

<sup>565</sup> Idem, p. 68.

<sup>566</sup> Uma sociabilidade em que “o livre desenvolvimento de cada um é [seja] a condição para o livre desenvolvimento de todos” (MARX, K., ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Boitempo: São Paulo, 1998, p.55).

definidas de modo bem claro); volume de recursos reservados para bens e serviços “não essenciais” a serem distribuídos pelos mecanismos monetários; rendimentos monetários mínimos e máximos; política de preços para bens e serviços comercializáveis.<sup>567</sup>

Em sua crítica, Alec Nove propõe um modelo de socialismo que julga “viável” baseado em uma combinação de empresas estatais, socializadas, cooperativas, privadas de pequena escala e individuais. Em suma, um socialismo com mercado. Comparado com o modelo de auto-gestão articulada dos trabalhadores, o modelo de socialismo de mercado proposto por Alec Nove apresenta divergências em três aspectos essenciais.

Primeiramente, Nove se mostra favorável a uma lucratividade individual dentro da produção. Quanto a isso, Mandel afirma:

Do nosso ponto de vista, ligar rendimentos pessoais ou grupais ao “lucro” equivale a introduzir no sistema poderosos impulsos à irracionalidade, levando ao risco de distúrbios sociais à medida que múltiplas decisões são tomadas como função de interesses particulares, fragmentados.<sup>568</sup>

Mais adiante, afirma que a dinâmica da transição favoreceria o gradual desaparecimento da produção de mercadorias e não a sua expansão.

Quanto à segunda divergência, Alec Nove estabelece uma distinção entre um “setor estatal” centralizado, sobre o qual argumenta que a escala e a complexidade técnica impediriam a auto-gestão pelos produtores, e um setor “socializado” de empresas em que a auto-gestão funcionaria. Com isso, também sugere as diferenças de rendas para cada nível de produção, como uma espécie de mercado do trabalho. A este respeito, Mandel responde argumentando que o trabalho distribuído cooperativamente é uma alternativa real. E afirma, inclusive, que até as organizações de grande escala podem ser administradas sem diferenças de renda. Neste contexto, explica também que a função de lixeiro, por exemplo, deveria ser melhor remunerada por se tratar de trabalho desagradável, sujo ou penoso.

Mandel propõe que as unidades menores se auto-adminstrassem e elessem delegados (inclusive por rotação) os quais, por seu turno, administrariam unidades maiores que, por sua vez, administrariam o todo. Esta proposição se funda na constatação de que, mesmo na economia de mercado, as pessoas não podem e não conseguem trabalhar sem cooperação mútua. Ou seja, a auto-gestão é um princípio

---

<sup>567</sup> MANDEL, E. *Socialismo X mercado*. São Paulo: Ensaio, 1991, p. 73.

<sup>568</sup> Idem, p. 86-87.

universal, e não apenas setorial, e as recompensas monetárias e privilégios materiais não são indispensáveis, mas são contrários ao exercício democrático da responsabilidade administrativa.

Alec Nove, por seu turno, quer também preservar a competição, os incentivos monetários dentro do seu socialismo de mercado. Todavia, Mandel distingue as formas de competição, pois a concorrência comercial é diferente, por exemplo, da competição pela vitória na milha olímpica ou mesmo da eleição do conselho dos trabalhadores; esta sim deveria ser valorizada de acordo com o socialismo preconizado por Mandel.

A produção de mercadorias realiza o valor total dos produtos justamente na circulação, porém, a dação de valor só pode ocorrer no momento da produção. O valor se realiza no momento em que se bifurca em *valor de uso*, intrínseco a toda produção humana, e *valor* sob o mercado. O grande problema é justamente a imposição do valor sobre o valor de uso, ou seja, a produção humana sob a égide do mercado não é voltada ao consumo humano, mas, antes de tudo, à realização do mais valor. Este disparate da história humana deve ser corrigido.

Portanto, mais do que a simples divisão da sociedade em classes, mais do que a simples configuração do sistema produtivo pela divisão do trabalho, a sociedade moderna se constitui, ainda, de maneira altamente contraditória. Isto ocorre não somente por estabelecer o antagonismo de classes, mas, também, porque se caracteriza por um descontrole produtivo na medida em que toda a produção é voltada ao mercado. A regulação de toda a produção é dada pelo mercado e não de acordo com as necessidades reais do gênero humano. O capitalismo é incapaz de estabelecer uma condição mínima de existência a todo o conjunto da humanidade, fato que tende ao agravamento devido ao seu movimento constitutivo de caráter autofágico, constituindo, assim, crises sequentes e cada vez mais graves na produção, fato que gera miséria material e espiritual.

Dessa forma, por meio do adequado desvelamento das bases das formas de sociabilidade humana, assim como pela adequada apreensão das manifestações históricas das mesmas, é possível estabelecer como *télos* a iminente necessidade de emancipação da humanidade de uma situação vil, baseada na exploração do trabalho em benefício de uma classe de proprietários e em detrimento de outra absolutamente majoritária – justamente a que trabalha. Juntamente, o mercado deve ser extirpado tão logo quanto possível, pois, como fica claro pelas análises de Mandel, não somente há uma clara possibilidade de supressão do mesmo como há uma inexorável necessidade

de extingui-lo no caminho de uma forma de sociabilidade levada a cabo pela associação dos produtores.

Socialismo e mercado são formas de sociabilidade absolutamente excludentes na medida em que, com a base da concorrência, sem a devida e completa supressão da propriedade privada, toda a situação de miséria da condição humana, de competição e luta pela satisfação das necessidades mais elementares levaria, conseqüentemente, à reinstauração do capitalismo.

O capitalismo deve ser solapado em sua estrutura juntamente com todos os seus resquícios e particularidades para que, e só assim, seja construído um futuro para a humanidade no qual o desenvolvimento humano seja resultado do trabalho coletivo e tenha, igualmente, a apropriação coletiva de seus produtos. Enfim, um futuro *no qual a regulação da produção seja dada pelas necessidades reais do conjunto dos indivíduos*.

Os problemas do modo de produção do capital se apresentam de forma clara para todos aqueles que o queiram ver, para todos aqueles que, devido à sua condição de existência, enxergam além do idealismo burguês. O pensamento hodierno tem suas ideias permeadas por um cunho burguês, o que impede que se perceba onde se encontra, de fato, a raiz dos problemas. Tal situação se coloca como reflexo da difusão das ideias da classe dominante e deve ser superada. As ideias burguesas que permeiam os indivíduos da modernidade devem ser rebatidas e, em seu lugar, as reais necessidades do gênero humano devem ser postas em questão.

## **2.6. Socialismo Democrático no PT**

O contexto histórico da esquerda que possibilitou a constituição do PT em nível nacional foi marcado, de um lado, pelo esgotamento dos partidos comunistas e do “nacional-populismo” que, em fins de 1970, possuía pouca expressão social e, por outro, pela esfacelada esquerda revolucionária que sofria os duros golpes dos militares. No contexto internacional, vivenciávamos a crise do “socialismo real” explicitado pelas grandes transformações pelas quais passavam a União Soviética e o Leste Europeu. Neste sentido, o sindicato Solidariedade, da Polônia, e o PT possuem algo importante em comum: a crítica às experiências do “socialismo real” e reivindicação da democracia como valor universal.

A crítica ao socialismo real tem raízes no próprio modelo de revolução realizado pelos bolcheviques em 1917 e rejeita a tese de uma revolução política iniciada por meio de um assalto ao poder realizado por um partido de quadros. Essa rejeição abriu espaço para formulações gramscianas: “Ao definir sua intervenção na vida política brasileira como de ‘acumulação de forças’ e ao definir um programa de reformas qualificado de ‘democrático-popular’, o PT resolveu um problema e deixou em aberto outros”.<sup>569</sup>

A “acumulação de forças” e o “programa democrático-popular” chamavam a atenção para o fato de que o socialismo não era o objetivo imediato do partido. A resolução política do partido traz à tona a social-democracia de matriz bernsteniana que vinculou a mudança social e política às reformas parciais do capitalismo. Sobre esta social-democracia, Garcia apresenta duas posições:

Uma, mais "à esquerda", segundo a qual as reformas teriam um caráter cumulativo e terminariam levando ao socialismo, pensado como regime qualitativamente distinto. A política de nacionalizações desempenharia um papel fundamental neste modelo [...] Outra, mais "à direita" e, talvez, mais fiel a Bernstein, para qual não havia uma diferença qualitativa entre capitalismo e socialismo. O socialismo passava a ser o próprio movimento pelas reformas. Com a crise teórica e prática do "socialismo real" esta tese ganhou muitos adeptos.<sup>570</sup>

A tese bernsteniana de que “o socialismo passava a ser o próprio movimento pelas reformas” abriu caminho para que uma tese eurocomunista ganhasse força nos debates internos do PT: a tese segundo a qual o socialismo seria uma radicalização da democracia política e a democracia seria um valor universal. Deste modo,

A democracia política não pode ser entendida apenas como um meio de chegar-se à democracia social, ou a uma posição melhor de luta por ela. A democracia política é um fim em si. Um valor estratégico e permanente. Se esta tese é social-democrata, paciência: sejamos social-democratas.<sup>571</sup>

Assim, Marco Aurélio Garcia explicitou a reivindicação da tese eurocomunista e, em particular, do Partido Comunista Italiano, da “Democracia como valor universal”, trazida ao Brasil pelo filósofo baiano Carlos Nelson Coutinho. Neste caso, o Estado é visto de modo “ampliado” como um poder em disputa a ser conquistado por meio da “acumulação de forças”, o que conduziria à conquista da hegemonia. A adesão a esta tese surgiu na contramão das concepções golpistas dos bolcheviques: “Um dos avanços

---

<sup>569</sup> GARCIA, Marco Aurélio. Terceira via: A social-democracia e o PT. *Teoria e Debate*, n.12, 1990, p.54.

<sup>570</sup> Idem, p.54-55.

<sup>571</sup> Idem, p.55.

do PT é abandonar a ideia do poder como um lugar a ser tomado e reformado (proposta social-democrata) ou tomado, destruído e reconstruído (proposta revolucionária clássica)”.<sup>572</sup>

Para Garcia, o caminho petista de construção do socialismo seria a chamada “terceira via”, ou seja, um novo caminho iniciado com base na rejeição da social-democracia e do bolchevismo.

Para construir seu projeto de transformação socialista do Brasil, o PT precisa escapar do dilema bolchevismo x social-democracia. Para tanto, necessita despir-se de preconceitos que dominaram a esquerda durante décadas e que produzem hoje, em meio à crise por que passa a ideia de socialismo, efeitos opostos, porém simétricos: de um lado, a defesa intransigente da ortodoxia, como se nada houvesse ocorrido; de outro, o abandono da noção de socialismo em proveito de um (neo)liberalismo que nem mesmo os (neo)liberais praticam.<sup>573</sup>

Apesar das rejeições ao passado, o próprio Garcia evidencia o diálogo que o PT deveria manter com a social-democracia e o eurocomunismo: “Dialoga, sem preconceitos, com a social-democracia, e com as expressões do comunismo renovado que se manifestam em países como a Itália ou mesmo no Leste Europeu.”<sup>574</sup>

Partindo desses processos de rejeições e diálogos, Garcia definiu o PT como um partido “pós-social-democrata e pós-comunista”.

É ilusório pensar que o PT é um fenômeno isolado no mundo. Ele faz parte deste processo de transição da esquerda mundial. Neste sentido, é um partido pós-social-democrata e pós-comunista. Constrói sua identidade não combatendo estas correntes, mas dialogando criticamente com elas, voltado para novos (e velhos) desafios que seus ancestrais não puderam responder.<sup>575</sup>

A concepção gramsciana de “Estado ampliado” e as críticas aos processos despóticos do “socialismo real” conduziram o PT à formulação do socialismo petista entendido como uma forma democrática de socialismo. Um dos principais defensores do chamado “socialismo democrático” foi Carlos Nelson Coutinho.

Recém-chegado da Itália, onde desenvolveu uma relação teórica íntima com os eurocomunistas do PCI, Carlos Nelson Coutinho desenvolveu a tese da “Democracia como valor universal” que ganhou força no PT quando o autor se filiou ao partido, em 1989. Coutinho se propôs a realizar um breve histórico sobre a chegada do pensamento

---

<sup>572</sup> Idem, *ibid.*

<sup>573</sup> Idem, p.56.

<sup>574</sup> Idem, *ibid.*

<sup>575</sup> Idem, *ibid.*

do marxista italiano Antonio Gramsci ao Brasil, assim como a contribuição das categorias gramscianas para a compreensão da realidade brasileira. Para tanto, o autor explicou como ocorreu a ocidentalização do marxismo brasileiro no interior do PCB.

Apesar da questão estético-filosófica em Gramsci dominar os debates no interior do PCB, Coutinho explicitou que a maior contribuição de Gramsci se encontrava no âmbito político:

A política é o ponto focal do qual Gramsci analisa a totalidade da vida social, os problemas da cultura, da filosofia etc. É na esfera da teoria política – ou, de modo amplo, na elaboração de uma antologia marxista da *práxis* política – que parece residir a contribuição essencial de Gramsci ao marxismo [...] Somente depois que emergiu entre nós o Gramsci político é que renasceu o interesse pelo Gramsci filósofo e crítico, já agora no quadro de uma visão global capaz de resgatar plenamente a dimensão universal de sua obra.<sup>576</sup>

Coutinho evidenciou que a ocidentalização do marxismo brasileiro representou uma ruptura com o marxismo-leninismo exportado pela Terceira Internacional, aprofundada pela absorção das teses eurocomunistas, elaboradas principalmente pelo PC Italiano. Tais transformações colocaram na ordem do dia a discussão sobre a questão democrática para grande parte da esquerda que se propunha, na época, a passar por esse processo de renovação.

A aceitação da "ocidentalidade" de nosso país exigia uma radical reavaliação da "questão democrática" no Brasil e, de modo mais geral, impunha a adoção de uma nova atitude em face do vínculo entre democracia e socialismo. Malgrado as hesitações da direção do PCB diante dessa tarefa, um fenômeno de alcance mundial – o surgimento do eurocomunismo – provocou então um forte abalo na cultura comunista, com significativas repercussões também no Brasil. A afirmação de que a democracia é um "valor histórico universal" – feita em 1977 por Enrico Berlinguer – representou, para muitos intelectuais brasileiros de esquerda, o ponto da ruptura definitiva com o "marxismo-leninismo".<sup>577</sup>

A renovação do marxismo vinda precisamente do PCI não agradou setores da direção do PCB fiéis às teses "terceiro-internacionalistas", provocando, desse modo, uma ruptura que levou os setores gramscianos para o PMDB ou PT.

Tal expansão resultou, em grande parte, da diáspora dos "gramscianos" egressos do PCB: o fato de que tenham optado por diferentes partidos, sobretudo (num primeiro momento) o PMDB e (mais recentemente) o PT, contribuiu para dar à

---

<sup>576</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadão Brasileiro. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.61.

<sup>577</sup> Idem, *ibid.*

influência gramsciana um caráter talvez menos nítido, porém certamente mais amplo e polimorfo.<sup>578</sup>

Enquanto a presença de teses "gramscianas" é cada vez mais débil no PMDB, hoje, hegemônico pelas correntes liberais, nota-se uma crescente influência de conceitos de Gramsci nos documentos políticos do PT e na produção de alguns de seus intelectuais no período 1987-1992.

Como já foi demonstrado em outros momentos, Coutinho reafirma a necessidade de se valer da contribuição das categorias gramscianas para a compreensão da realidade brasileira como, por exemplo, a categoria de "revolução passiva" para compreender os processos de "transformação pelo alto" e a categoria de "Estado ampliado" para sociedades de "tipo ocidental".

O contexto histórico do surgimento do PT ilustra as características que definiriam o perfil e a identidade do partido: negação e crise do chamado marxismo ortodoxo, valorização da democracia burguesa e ascenso do reformismo no interior do movimento operário. Tarso Genro explica:

Seu crescimento e amadurecimento dá-se numa época de crise profunda dos valores do comunismo, de cerco ideológico contra a possibilidade de revolucionar a sociedade, de valorização extrema da democracia burguesa clássica e das suas instituições, de ascenso do reformismo no interior do movimento operário em escala mundial.<sup>579</sup>

Portanto, impõe-se como condição para a formação de uma "nova esquerda" a revisão das principais teses marxista e a formulação de novas categorias para a análise da realidade brasileira à luz da contribuição gramsciana.

Trata-se também de *forjar uma elaboração estratégica* que compreenda a especificidade da luta socialista no Brasil, num momento negativo para o socialismo em escala mundial e de crises dos modelos "socialistas" existentes.<sup>580</sup>

Ou seja, é necessário a re-fundação da esquerda sob novas matrizes filosóficas e políticas que tenham a democracia como valor universal. A assertiva petista indica que é necessário se desvencilhar dos modelos de sociedades socialistas, para criar uma *via brasileira de construção do socialismo*.

É preciso, ainda, construir no interior desse partido uma coluna vertebral – uma corrente filosófica e política – enraizada na intelectualidade e no proletariado moderno para, a partir daí,

---

<sup>578</sup> Idem, 62.

<sup>579</sup> GENRO, Tarso. Gramsci, Rosa e o PT: A história se reflete. *Teoria e Debate*, n.10, 1990, p.47.

<sup>580</sup> Idem, p.48. Grifo nosso.

irradiar *um novo movimento de esquerda*, amplo e radical, que reconstrua a idéia do socialismo em conexão com a questão democrática e se aproprie, de forma nova, dos valores democráticos já constituídos pela humanidade como patrimônios irrenunciáveis.<sup>581</sup>

Evidencia-se assim, a necessidade de refundação da esquerda sob novas matrizes: “Finalmente, é preciso criar quadros intermediários e superiores que tenham capacidade de se tornarem referências de massas, politizados e qualificados do ponto de vista cultural”.<sup>582</sup>

Em contraposição ao “marxismo ortodoxo”, o marxismo oficial do “Estado soviético”, Ozeas Duarte propõe uma renovação do socialismo que inclua questões intelectuais e morais.

A tarefa de renovação do socialismo precisa enfrentar incontornavelmente a exigência de uma reforma intelectual e moral do próprio movimento socialista. A crise do "socialismo real" é, antes de tudo, uma crise do marxismo ortodoxo e de pressupostos, não de respostas apenas. O marxismo ortodoxo – filosofia oficial do "Estado soviético" e seus assemelhados – não passa, hoje, de uma filosofia do conservadorismo burocrático. O título não a salva da condição de filosofia reacionária, uma escolástica cuja função é justificar a opressão e a alienação política do povo.<sup>583</sup>

O caminho da renovação do socialismo foi aberto com base no legado de Gramsci, que legitima as teses petistas de construção do socialismo por meio da acumulação de forças e da conquista da hegemonia, bem como da formação de um Estado Socialista plural, democrático e de direito.

O novo Estado, aquele que deverá emergir da superação do Estado capitalista, precisará ser concebido como um Estado socialista necessariamente democrático e de direito, submetido a uma sociedade civil autônoma e plural, bem desenvolvida e articulada. Trata-se de aprofundar o caminho já aberto por Gramsci [...]Tal concepção, antideterminista e libertaria, deverá conferir à noção de hegemonia o estatuto de categoria central da política revolucionária.<sup>584</sup>

Na luta contra o stalinismo e contra o que se convencionou chamar de “marxismo ortodoxo”, Bucci propôs uma volta aos revisionistas do início do século XX: “Antes, o revisionismo era a lepra. Depois, finda a 2ª Guerra Mundial, virou condição

---

<sup>581</sup> Idem, *ibid.* Grifo nosso.

<sup>582</sup> Idem, *ibid.*

<sup>583</sup> DUARTE, Ozeas. Socialismo real: nem burguesia, nem estatismo. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.48.

<sup>584</sup> Idem, *ibid.*

de sobrevivência: rever para guardar a sanidade mental.”<sup>585</sup> Dentro desse processo de revisão a ser realizado, caberia aos petistas refutar a suposta tese marxista de uma “fé inabalável na natureza boa do homem”.

Há uma base no sonho socialista, a mais utópica de todas as bases de todas as utopias, que é a fé inabalável na natureza boa do homem [...] Nem que seja este o nosso último gesto enquanto socialistas, sejamos revisionistas.<sup>586</sup>

Amparando-se nas discussões dos revisionistas do início do século XX, Bucci reivindica as teses que consideram o socialismo o aperfeiçoamento da democracia: "A democracia, no limite, é socialismo. O socialismo, no limite, é democracia. É óbvio: resta-nos a democracia e só ela é capaz de definir o socialismo".<sup>587</sup> Para Bucci, a ausência de um programa cuidadosamente delimitado é parte da estratégia bem calculada daqueles que, de modo camuflado, guardam resquícios do stalinismo.

As indefinições que compõem o programa do partido podem, a propósito, ser entendidas como omissões calculadas. Indicam lacunas intencionais no contexto de um certo pensamento autoritário que, apesar de ocupar postos de destaque dentro do partido, de controlar alguns de seus mais importantes segmentos, não têm coragem de exprimir todos os seus pontos de vista.<sup>588</sup>

Nos discursos dos principais intelectuais da Articulação e das tendências majoritárias, o socialismo petista seria um constante *vir a ser* na medida em que seria construído por meio das experiências cotidianas. Assim, é comum encontrar nos discursos petistas a expressão “socialismo do dia-a-dia” demonstrando o caráter “basista”, privilegiando o taticismo do dia-a-dia em constante processo de construção.

A recusa por uma definição a respeito de por qual socialismo lutar, apresenta-se como uma postura política de rejeição do chamado “marxismo ortodoxo”.

O fato de ter surgido em um país cujo campo cultural da esquerda era dominado pelo PC (em concubinato com o populismo), de abrigar em suas fileiras, e mesmo nas direções, muitos ex-militantes formados na escola das organizações comunistas, e de conviver em seu interior com grupos e tendências de inspiração leninista e/ou trotskista, contribuiu para que o PT pensasse muitos de seus problemas através desta

---

<sup>585</sup> BUCCI, Eugênio. A Revolução Perdida: Nós que amávamos tanto as reformas. *Teoria e Debate*, n.14, 1991, p.44.

<sup>586</sup> Idem, *ibid.*

<sup>587</sup> Idem, *ibid.*

<sup>588</sup> Idem, p.45.

cultura política até então hegemônica e da qual ele procurou dissociar-se já em sua fundação.<sup>589</sup>

Assim, desde a sua fundação, o PT reitera a distância em relação a alternativas que representavam um passado com o qual não queria se comprometer. Desse modo, deixava para segundo plano, definições de cunho ideológico – o que não significa a sua inexistência – em favor de uma política condicionada pelas experiências cotidianas da classe trabalhadora, o que daria um caráter processual ao socialismo vislumbrado pelos petistas.

Como já visto, de acordo com a concepção de “Estado ampliado”, o Estado deixa de ser visto como alvo único de todas as lutas e o conceito de ruptura foge da imagem implícita em alguns programas ortodoxos. Assim, para Vannucchi, o adeus às armas exige de alguns setores do PT o abandono das chamadas “elaborações clássicas”.

Há os que se mantêm excessivamente presos às elaborações clássicas e, por isso, não conseguem sentir ampla confiança no projeto petista, alertando sempre que "as leis da história" terminarão punindo nosso espontaneísmo. E há os que assimilam melhor a dinâmica do reaprender permanente, sem esquecer a necessidade de levar em conta que uma estratégia de libertação dos explorados precisa considerar a possível e provável resistência violenta dos exploradores.<sup>590</sup>

Valendo-se da estratégia de conquista gradual dos espaços políticos, Vannucchi explicita que a concepção petista deve considerar o abandono das armas e, portanto, passar à construção de um socialismo pela via pacífica.

A estratégia assumida pelo PT deve afirmar, em alto e bom som, nossa opção resoluta pela disputa democrática, sem tomar a iniciativa da violência [...] Optamos pelo caminho da disputa pacífica, insistindo em que ele corresponde a um padrão superior de humanidade e de civilização. Somos defensores ardorosos da paz, do desarmamento e da não-violência. A conquista do socialismo sem derramamento de sangue seria, de nossa parte, desejo e sonho ardentes.<sup>591</sup>

Fica evidenciado, assim, que a construção do socialismo petista ocorre prioritariamente por meio da luta institucional, aceitando as “regras do jogo”.

Nosso movimento de longo prazo consiste no estabelecimento de um cerco à dominação burguesa sob a forma de uma pinça, onde a luta institucional e a pressão de massa representam os

---

<sup>589</sup> GARCIA, Marco Aurélio. Terceira via: A social-democracia e o PT. *Teoria e Debate*, n.12, 1990., p.53.

<sup>590</sup> VANNUCCHI, Paulo. Adeus às armas? *Teoria e Debate*, n.11, 1990, p.41.

<sup>591</sup> Idem, *ibid.*

dois braços do instrumento. Nesse avanço, estamos convictos na disposição de acatar as regras da disputa democrática.

Portanto, Vannucchi explicita a concepção de um setor significativo do PT – a Articulação – que insere o partido na luta institucional, pois compreende a construção do socialismo por meio das conquistas dos espaços políticos, já que “a conquista do Estado não pode ser vista como ruptura revolucionária final”.<sup>592</sup> Ainda de acordo com Vannucchi, a tendência petista que mais absorve essa grande revisão do pensamento da esquerda é a Articulação, pois se insere na reivindicação da tese da “Democracia como valor universal”.

A Articulação indica a opção pela luta de massa, a construção do partido de massas, a noção de disputa e conquista de hegemonia, a afirmação da democracia como valor universal, a conjugação da luta de classes de modo a articular campo e cidade, a combinação de diferentes formas de luta, com peso corajoso na questão institucional, a perspectiva internacionalista e a alternativa democrático-popular como eixos de importância estratégica, que já puderam emergir de nossa própria experiência.<sup>593</sup>

Sob a perspectiva desse novo socialismo, Dirceu defendeu a manutenção da propriedade privada como condição imprescindível para o desenvolvimento das forças produtivas.

Embora defenda a manutenção da propriedade coletiva dos meios de produção essenciais, não se pode imaginar que é possível desenvolver as forças produtivas nesses países todos sem deixar a pequena e média propriedades, além da prestação de serviços, nas mãos de particulares, ou seja, sem a existência da propriedade privada dos meios de produção e de bens.<sup>594</sup>

Complementando a sua defesa acerca da propriedade privada, Dirceu afirmava que a produção capitalista possibilita a criatividade e a capacidade.

Eu concebo a unidade de produção capitalista, a pequena e a média, como uma possibilidade de se liberar a criatividade, a capacidade, a organização da mão-de-obra, de capitais, de administração ou de recursos humanos, por milhares de pequenos, micros e médios empresários [...] Não acredito que nos próximos cinquenta anos alguma sociedade possa saltar para o futuro sem combinar a propriedade coletiva com a pequena e média propriedades privadas.<sup>595</sup>

---

<sup>592</sup> Idem, *ibid.*

<sup>593</sup> Idem, p.40-41.

<sup>594</sup> DIRCEU, José. Socialismo real: O pluralismo inevitável. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.42.

<sup>595</sup> idem, p.43.

Em contraposição aos Estados do socialismo real, formados a partir da concepção de centralismo democrático do partido único, Dirceu defendeu a existência de uma “Teoria Geral do Estado Socialista” legitimado pelo Estado de Direito, necessário devido ao reconhecimento que, mesmo após a tomada do poder, haveria um amplo pluralismo cultural, social, ético e religioso.

A inexistência da Teoria Geral do Estado Socialista tem um peso fundamental no fracasso das experiências socialistas. Falta a concepção de Estado democrático, a concepção de Estado que tenha absoluta obediência à lei, à legalidade [...] E aqueles que se dizem socialistas ou marxistas e que, chegando ao poder, desconhecem que a luta de classes, a desigualdade, o pluralismo cultural, social, ético, religioso, continuam existindo acabam fracassando.<sup>596</sup>

A defesa do Estado de Direito Socialista – também defendida por José Genoino e Tarso Genro – abre precedentes para questionamentos acerca da interpretação que o “socialismo real” realizou sobre a ditadura do proletariado leninista.

Acredito que a concepção leninista da ditadura do proletariado, não como ela foi concebida, mas como foi realizada na prática, está ultrapassada. Ela impôs uma imprensa estatal, ausência de oposição, partido único e uma planificação da economia. Acho que os setenta anos de socialismo julgaram e reprovaram.<sup>597</sup>

Assim, a defesa do Estado de Direito Socialista expõe a necessidade da valorização da democracia representativa e, portanto, do parlamento para se fazer reconhecer a pluralidade cultural.

Precisamos, portanto, pensar uma Teoria Geral do Estado Socialista para garantir os espaços e canais democráticos. Nas relações de poder, por exemplo. É um erro descartar a democracia representativa. Está provado que a diferenciação cultural da população, principalmente dentro da classe trabalhadora, faz com que grande parte das pessoas não consiga exercer o poder através da democracia direta, através de plebiscito e do referendo, e que a democracia representativa é uma necessidade [...] Então, acredito que devemos resgatar a representação parlamentar como forma de organizar o poder, desde que democratizemos os meios de comunicação e o poder militar.<sup>598</sup>

Paul Singer defende que a democracia seja meio e fim para a consolidação do socialismo, rejeitando assim, a herança marxista-leninista.

---

<sup>596</sup> Idem, p.43-44.

<sup>597</sup> Idem, p.44.

<sup>598</sup> Idem, ibid.

A democracia continua sendo a estrada real para o socialismo, mas sem que (como se pensava antes) a consecução deste último implique a anulação ou "superação" do andaime democrático. Agora, *o socialismo não passa de seqüência natural da democracia*, vivida como norma social em áreas cada vez mais amplas da vida nacional.<sup>599</sup>

Neste sentido, rejeita-se aqui a concepção instrumentalizada da democracia, como se fosse uma etapa necessária para socialismo. Defende-se sim, a radicalização da democracia como princípio universal do socialismo. Assim, “a nova concepção rejeita tais etapas e encara o combate pela democracia como um processo que não se esgota no plano político, devendo se estender a todos os domínios da vida social”.<sup>600</sup>

No entanto, para que a radicalização seja possível, faz-se necessária uma ampla mobilização popular. Nas palavras de Paul Singer: “A democratização das instituições civis pressupõe ampla mobilização das coletividades diretamente interessadas, a qual não pode ser promovida pelo Estado, mas apenas reconhecida e institucionalizada pelo mesmo.”<sup>601</sup> Essa mobilização popular teria como principal função mudar o aparelho do Estado:

A democratização da vida cotidiana passa pela mudança do aparelho de Estado em dois sentidos: na abertura de processos decisórios, sob responsabilidade do Executivo, à participação direta ou indireta dos interessados; e na participação dos trabalhadores do setor público na gestão das empresas ou entidades a que pertencem.<sup>602</sup>

Nessa esteira, Daniel Aarão Reis Filho, fazendo uma alusão à crise do socialismo real e a desagregação da URSS, reivindica o “socialismo democrático”: “Não nos iludamos: a fábula que se conta hoje no mundo socialista diz respeito a nós. O que está em jogo é nada mais nada menos que o futuro de nosso projeto político de construir no Brasil um socialismo democrático.”<sup>603</sup>

Da ruptura com o “marxismo-leninismo” e das experiências do “socialismo real”, abrem-se as portas para a afirmação da “democracia como valor universal” e, portanto, da democracia não simplesmente como meio, mas como fim do que se chama de “socialismo democrático”. Frei Betto afirma:

---

<sup>599</sup> SINGER, Paul. Planejamento: Estratégia de mudança. *Teoria e Debate*, n.7, 1989. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/ensaio-estrategia-de-mudanca>>. Acesso em 19/02/2012. Grifo nosso.

<sup>600</sup> Idem.

<sup>601</sup> Idem.

<sup>602</sup> Idem.

<sup>603</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Socialismo real: um mundo de ponta cabeça. *Teoria e Debate*, n.8, 1989, p.05.

A crise do socialismo real coloca a concepção de democracia no centro do debate do que se entende por socialismo. A concepção de democracia como valor universal é legítima enquanto supõe a síntese da democracia formal com a democracia substancial. A democracia formal é aquela que estabelece meios e regras do exercício da soberania popular, ou seja, *como* deve se dar o processo de participação popular nas decisões políticas e não o que deve ser decidido. Neste sentido, é um governo *do* povo, mas não necessariamente para o povo, como acontece no Brasil. A democracia substancial centraliza-se no elenco dos fins, como a igualdade jurídica, social e econômica, considerando irrelevante o modo como se adotam os meios para alcançá-los. Portanto, é um governo para o povo, embora nem sempre o povo tenha possibilidade real de participar das decisões que lhe concernem, como deveria ocorrer nos países socialistas.<sup>604</sup>

Marilena Chauí também explicitou a vinculação intrínseca entre socialismo e democracia:

O socialismo é intrinsecamente democrático porque, caso contrário, não é socialismo. E que a democracia é concretamente socialista, porque, caso contrário não é democracia. Ou seja, o socialismo se coloca como a realização dos direitos econômicos e sociais, portanto de um novo conceito de justiça e dos direitos políticos vinculados a uma prática democrática extremamente complicada que é a participação.<sup>605</sup>

Em entrevista, quando perguntado sobre a sua postura ideológica, Eduardo Suplicy reivindicou o socialismo democrático de seu partido por meio da transformação de valores.

Sou a favor da construção do socialismo por formas democráticas, pela conscientização das pessoas. O socialismo se dá na transformação dos valores humanos, que mudam através de exemplos, de nossas atitudes cotidianas. Relações menos autoritárias contribuem para a construção do socialismo [...] no programa do PT está claro que queremos construir o socialismo com democracia.<sup>606</sup>

Francisco Weffort, um dos principais dirigentes e ideólogos do partido argumenta no mesmo sentido. Segundo ele, a democracia perdeu o seu fundamento burguês na medida em que aconteceu a conquista popular do sufrágio universal, o fortalecimento dos sindicatos e o surgimento dos partidos operários. Weffort estabelece que as democracias da atualidade *estariam sob hegemonia burguesa*, hegemonia essa

---

<sup>604</sup> BETTO, Frei. Socialismo real: o fim do que foi princípio. *Teoria e Debate*, n.10, 1990, p.14.

<sup>605</sup> CHAUI, Marilena. Cultura, Socialismo e Democracia: Cultuar e Cultivar. *Teoria e Debate*, n.8, 1989, p.56.

<sup>606</sup> SUPLICY, Eduardo. A vitória da transparência: Entrevista com Eduardo Suplicy. *Teoria e Debate*, n.12, 1990, p.05.

que estaria em constante disputa por parte dos trabalhadores. Logo, a proposição da corrente marxista que entende a democracia política como a forma, por excelência, de dominação burguesa, estaria errada. É o que podemos concluir com a leitura deste trecho de *Por que democracia?*:

Chamar as modernas democracias européias atuais de burguesas só é possível à custa de um enorme empobrecimento da análise e, por conseqüência, da perspectiva política. Seria mais correto dizer que são democracias sob hegemonia burguesa, aliás hegemonia em permanente disputa por parte dos trabalhadores. O problema dos trabalhadores nas democracias modernas é o de conquistar a hegemonia no campo de uma democracia que consideram sua. E é assim, de fato. Não se pode falar de democracia no sentido moderno da palavra se esquecermos as lutas dos trabalhadores para que ela viesse a ser o que é.<sup>607</sup>

É o que se conclui também dos escritos de Coutinho:

Como se sabe, elemento essencial da democracia liberal é a afirmação da soberania popular, de que todos são cidadãos e participam igualmente na formação da vontade política geral; contudo, nos primeiros regimes liberais, tal afirmação não tinha correspondência na realidade. Basta pensar no fato de que o sufrágio universal, uma medida essencial para tornar viável a efetivação daquele princípio igualitário no plano formal, só foi conquistado na maioria dos países desenvolvidos – e graças às lutas da classe operária – em final do século XIX ou início do XX.<sup>608</sup>

No entanto, Augusto de Franco confessa a inexistência de definição clara no interior no partido do que seja socialismo e do caminho estratégico para conquistar e construí-lo.

Tivemos – e não pudemos aproveitar bem – muitas chances para dizer, em alto e bom som, que éramos socialistas sim e qual era o nosso socialismo. Por que não o fizemos? Por um motivo básico (além de evitar problemas na frente): não conseguimos, ainda, definir com clareza o socialismo que queremos e o caminho estratégico para conquistá-lo e construí-lo.<sup>609</sup>

Em defesa da democracia, Bucci rechaçou a adoção da concepção de “democracia operária” em favor de uma democracia que atendesse às necessidades de uma “cidadania plena”.

---

<sup>607</sup> WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984, p.38.

<sup>608</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980, p. 26.

<sup>609</sup> FRANCO, Augusto. Socialismo real: Muito o que (des)fazer. *Teoria e Debate*, n.9, 1990, p.52.

De saída, descartemos uma via. Democracia operária não, obrigado. A expressão já está devidamente plena de significado à *la* centralismo democrático [...] Democracia burguesa talvez [...] E quando a democracia burguesa atingir o grau de contemplar a todos os homens com a cidadania plena, terá se convertido na negação de si mesma, pois terá deixado de ser a democracia que atende apenas aos interesses da burguesia.<sup>610</sup>

Afirmando a constituição de uma social-democracia singular, Bucci explicita que o seu principal compromisso é com a democracia e foi por isso que deixou em seu programa o “socialismo a definir”.

Todos sabemos que a social-democracia do PT é atípica, inédita e inventiva. O "xis" do problema é que é social-democracia. Tanto que o primeiro (original) compromisso do partido é a democracia. Sua vocação é a garantia da democracia, o que ocasionou a inclusão (acertada, nesses termos) do "socialismo a definir" entre suas palavras-de-ordem. O maior desafio deste período é promover o reencontro do PT com a democracia plena, radical.<sup>611</sup>

O “socialismo a definir” abriu caminho para uma atuação partidária destinada ao aperfeiçoamento do Estado, posto como momento último da realização humana: “De um jeito ou de outro, é tentador acreditar que as energias principais deste partido ainda estejam assentadas na defesa da democracia e dirigidas para a conquista da cidadania”.<sup>612</sup>

Tarso Genro reconhece ausência de um projeto socialista do PT para o Brasil:

Ainda hoje permanecemos no *socialismo do dia-a-dia*, sem um projeto que tenha abrangência e responda às próprias questões colocadas pela modernidade, embora estejamos começando a debater essas questões a partir da própria polêmica sobre a concepção de partido.<sup>613</sup>

Assim, Genro chama atenção para a ausência de estratégia que permeia o projeto petista e que poderia culminar num reformismo caudatário.

Entendo que sem uma estratégia que leve em conta este eixo moderno e desenvolvido da economia, o socialismo no Brasil é mera ilusão. E esta ilusão poderá gerar seu subproduto na própria qualidade política e orgânica do Partido dos Trabalhadores, esgotando sua luta abstrata pelo socialismo e integrando-o à ordem, por meio do velho *realismo* de quem luta por reformas como um fim em si mesmo. Esta possibilidade já está posta, no plano ideológico, pelas concessões que o partido

---

<sup>610</sup> BUCCI, Eugênio. A Revolução Perdida: Nós que amávamos tanto as reformas. *Teoria e Debate*, n.14, 1991, p.46.

<sup>611</sup> Idem, *ibid.*

<sup>612</sup> Idem, *ibid.*

<sup>613</sup> GENRO, Tarso. Um novo partido socialista de massas. *Teoria e Debate*, n.4, 1988, p.39.

tem feito no seu relacionamento com parcelas da burguesia e que devem ser corrigidas imediatamente.<sup>614</sup>

Raul Pont também evidenciou lacunas nas formulações petistas sobre as estratégias para o poder:

A questão mais relevante, ainda pouco desenvolvida e, portanto, não conscientizada pelo conjunto do partido, trata da estratégia em relação ao poder. O programa democrático-popular, do 7º Encontro, indica que as tarefas de formulação não se esgotam nos limites do capitalismo, mas já engendram propostas de transição e formas para o socialismo. A tradução disso, na estratégia de construção e preparação do partido para tais tarefas, ainda é insuficiente e requer de nós uma formulação mais consensual.<sup>615</sup>

A queda do Muro de Berlim e a falência da União Soviética provocaram amplas discussões no interior da esquerda acerca da questão democrática. Sobre essas discussões, Ronald Rocha se coloca como crítico das concepções dominantes que cercavam o PT, impulsionadas pela tendência Articulação. Procurando desvendar as matrizes dessas concepções, Rocha mostra que elas desagregavam a centralidade categorial da revolução na estratégia, em favor da “democracia como valor universal”. Assim, dizia: “A democracia institucional vem sendo vista como valor universal, conduto privilegiado, fim manifesto e núcleo conceitual da política socialista.”<sup>616</sup>

A aceitação da “democracia como valor universal” possui antecedentes nas discussões da Segunda Internacional. Rocha aponta aqui, as raízes teóricas dessa concepção:

Kautsky e Bernstein estavam de acordo na separação metafísica entre as instituições democráticas e o Estado. Assim, ambos convergiram para o mito da transição ao socialismo pela via eleitoral. O primeiro, pela ótica do evolucionismo objetivista, afirmando que o socialismo seria o fruto inevitável da evolução orgânica do capitalismo. O segundo, pelo ângulo do neokantismo, sustentando que o socialismo seria a culminância de uma cruzada moral visando ganhar a sociedade civil burguesa para ideais eticamente superiores.<sup>617</sup>

Dessa forma, Ronald Rocha aponta em Kautsky e Bernstein as raízes dessa concepção parlamentar de transição para o socialismo e que serão endossadas por “austro-marxistas” como Otto Bauer. Hoje, os seguidores dessa concepção procuram de todos os modos comprovar uma autonomia radical das instituições democráticas para

---

<sup>614</sup> Idem, p.40.

<sup>615</sup> PONT, Raul. Para onde vai o PT: ajustar a sintonia. *Teoria e Debate*, n.15, 1991, p.38.

<sup>616</sup> ROCHA, Ronald. Democracia Profana. *Teoria e Debate*, n.11, 1990, p.43.

<sup>617</sup> Idem, *ibid.*

que seja possível ignorar a violência institucionalizada do capital. Assim, os partidários desse projeto

tentam despir a democracia formal da sua particularidade de classe e do seu caráter de instituição estatal, apresentando-a como invenção e conquista unilaterais e infinitas dos trabalhadores. Não conseguem percebê-la como resultado multilateral e finito da práxis do homem real no interior da luta de classes e das formações sociais burguesas, aqui entendidas como ambiência que engloba as forças do capital enquanto personagens indescartáveis.<sup>618</sup>

Fica evidenciado assim que, nessa concepção, perde-se o caráter de classe das instituições democráticas e os limites que essas possuem para o horizonte humano. Ronald Rocha reforçou a sua análise ao criticar os projetos da esquerda que convidam os trabalhadores a incorporar o programa da etapa democrático-burguesa.

Na estratégia reformista para o socialismo no Brasil tornou-se comum, durante décadas, aferrar-se à chamada etapa democrático-burguesa. Cristalizou-se uma cultura esdrúxula: convidar os trabalhadores a incorporarem, como seu valor, um projeto institucional que a burguesia supostamente não desejou ou não pôde realizar, nem desejará ou poderá fazê-lo.<sup>619</sup>

O contexto histórico do surgimento do Partido dos Trabalhadores foi marcado pela falência do chamado “milagre econômico” e a transição conservadora pelo alto da autocracia burguesa para a Nova República.

A transição se inaugura sob o "absolutismo" da questão democrático-institucional, exacerbado pela hegemonia monopolista, o continuísmo da tutela militar e o caráter altamente restritivo da liberalização em curso. É preciso esclarecer: este "absolutismo" não reside no reconhecimento geral da importância da luta democrática, politicamente desejável, mas na sua conversão em projeto liberal-conservador, com o abandono das questões econômico-sociais, nacional, agrária, ideológico-culturais e, principalmente, da abordagem do poder.<sup>620</sup>

Oriundo desse contexto-histórico, o PT buscava se apresentar como novidade histórica, uma nova esquerda que dizia ter acertado as contas com o seu passado ortodoxo.

Calcados em uma simetria filosófica em relação ao stalinismo, inspirados enfim no idealismo moral e no irracionalismo contemporâneo, vários autores de passado marxista associam absoluta e mecanicamente os fracassos das tiranias burocráticas

---

<sup>618</sup> Idem, *ibid.*

<sup>619</sup> Idem, p.44.

<sup>620</sup> Idem, *ibid.*

às revoluções originárias e buscam resgatar fórmulas evolucionistas para o movimento socialista.<sup>621</sup>

O acerto de contas com os chamados marxistas ortodoxos, principalmente com o legado bolchevique, permitiu a essa nova esquerda aderir às teorias daqueles que, na época, foram chamados de revisionistas, como Kautsky e Bernstein. Ademais, essa nova revisão do pensamento da esquerda possibilitou ao PT flertar com o irracionalismo contemporâneo, engendrando assim, uma esquerda eclética, confusa e sem identidade com o movimento operário.

O medo e a vergonha preconizados pelas experiências autoritárias do chamado “socialismo real” engendraram uma esquerda que esbraveja para todos cantos do mundo o caráter universal da democracia, ignorando a natureza particular de sua constituição.

Salta aos olhos o tratamento exclusivamente abstrato que vem sendo conferido à questão democrática: a democracia como valor universal. Divinizada como absoluta como "absoluta mediação", isola-se no alto de sua torre de marfim, sem o pecado original do concreto. Os socialistas podem ignorá-la como relação social, estabelecida pelo Homem real no interior de uma sociedade particular enquanto instituição do Estado?[...] Reduzir a democracia ao momento universal, transformá-la em universalidade abstrata, sem particularidade de classe, é uma postura que potencializa ilusões.<sup>622</sup>

Assim, o PT dissolve o conteúdo de classe da democracia em favor de uma luta gradual, realizada na esfera parlamentar, vista como um espaço neutro em disputa.

Mas a dissolução categorial da democracia burguesa na liberdade, isto é, do momento particular no valor universal, tem sido a base teórica do liberal-reformismo. Na primeira racionalidade, a liberdade só interessa à burguesia, o que desconstitui a luta democrática sob o capitalismo e os direitos formais nas sociedades pós-revolucionárias. Na segunda, a democracia burguesa é neutra e o espaço por excelência da liberdade do sujeito, o que desagrega o caráter revolucionário da política e o de classe do Estado socialista.<sup>623</sup>

Por sua vez, a democracia era vista como o terreno incolor das disputas políticas "civilizadas", possuidora de um valor supraclassista, como se fosse o habitat da igualdade política e o Estado como uma correlação de forças.

A exaltação do suposto valor da democracia acima das classes legitima as instituições burguesas. A política é vista como ação meramente construtiva, uma espécie de eco do contratualismo. Aparece como ato individual de cessão positiva que legaliza

---

<sup>621</sup> Idem, *ibid.*

<sup>622</sup> Idem, *ibid.*

<sup>623</sup> Idem, p.44-45.

uma vontade tangida pela moralidade. Daí o acento unilateral na construção da hegemonia, que passa a monopolizar a estratégia. A dimensão destrutiva, indispensável a toda e qualquer política revolucionária, entra em eclipse.<sup>624</sup>

Desse modo, as instituições burguesas eram vistas como espaços em disputas para a construção da hegemonia. Para Ronald Rocha, a esquerda deveria recusar a democracia burguesa como objetivo estratégico para que o movimento socialista ultrapasse a espontaneidade da ideologia dominante.

Realçar a importância da luta pelos direitos democráticos no interior do capitalismo, mas recusar a democracia burguesa como horizonte estratégico, isto é, como projeto histórico-subjetivo, como valor e como conduto por onde deve fluir necessariamente a revolução [...] Tais parâmetros não substituem a crítica à democracia burguesa, condição *sine qua non* para que o movimento socialista ultrapasse a espontaneidade de ideologia dominante e o senso comum liberal.<sup>625</sup>

Portanto, deve-se denunciar a democracia como um instrumento político e ideológico de dominação burguesa.

Alguns séculos de dominação burguesa já deveriam ser mais que suficientes para que todos os socialistas soubessem que a democracia sob o capitalismo é e será uma democracia do capital, a liberdade formal para homens e mulheres reais em sua profunda desigualdade social, jamais uma democracia real. Valor mitificado, é mais que uma instituição objetiva do Estado burguês: converte-se em instrumento ideológico de poder político, em nome do qual se reproduz um consenso e se aplica o monopólio da coerção, pratica-se uma hegemonia e uma ditadura de classe.<sup>626</sup>

Assim, Ronald Rocha afirma que é necessário se “desvencilhar da herança burocrática” do “socialismo real” sustentado por suas concepções economicistas e evidenciar o caráter intrinsecamente democrático do socialismo.

Portanto, as "Soluções" adjetivas e substantivas pretendem simplesmente reformar uma concepção falida. Socialismo democrático? Socialismo com democracia? Ultrapassando os remendos no chamado "socialismo real", os revolucionários precisam se desvencilhar da herança burocrática e reconceituar o socialismo: rejeitar a categoria economicista que legitima como socialista uma formação social antidemocrática, sem democracia. O socialismo é intrínseca e conceitualmente democrático, portador de democracia. Onde não há democracia socialista o socialismo não se mantém, desagra-se como

---

<sup>624</sup> Idem, p.45.

<sup>625</sup> Idem, *ibid.*

<sup>626</sup> Idem, p.46.

categoria teórica e sistema social. Eis a principal experiência a extrair de décadas de stalinismo e da crise em curso no Leste Europeu: "socialismo" sem democracia socialista não é socialismo, é a tirania burocrática do capital de Estado.<sup>627</sup>

Ronald Rocha explica, para evitar mal entendidos, que o caráter democrático do socialismo não está vinculado a uma nova forma de Estado supraclassista, ou ainda, de um Estado sob controle da classe trabalhadora, mas está intrinsecamente vinculado a uma sociedade em que o Estado e as classes sociais e a propriedade privada estejam devidamente desaparecidas.

A "democracia" já não será uma instituição do Estado e da sociedade civil classista. Será uma legalidade desalienada, no interior do não-Estado e sem particularidade de classe. Aí sim, um valor universal, mas constituído pela *práxis* do Homem real [...] A propriedade universal é a não-propriedade, a democracia universal será a não-democracia. Este é o valor que os socialistas devem cultivar enquanto projeto histórico.<sup>628</sup>

Criticando a defesa petista por uma democracia supraclassista, Arcary evidencia a existência de uma crise de identidade cuja raiz estaria na relação do partido com os aparelhos em que atua. Os petistas que possuem cargos administrativos não estariam suportando as pressões da institucionalidade fazendo, assim, uma defesa “embriagada” da “democracia formal”.

Este fenômeno vem trazendo uma crescente adaptação do partido ao *status quo* da institucionalidade democrático-burguesa. Essa é a origem da defesa embriagada que muitos petistas fazem da democracia entendida como respeito ao sufrágio universal, modelo parlamentar, divisão dos três poderes – em resumo, do Estado burguês na sua forma atual: uma democracia formal.<sup>629</sup>

Para Arcary, o “nó” da questão estava em “ceder ou não às enormes pressões que os aparelhos, onde nosso partido atua, exercem sobre nós [...] agir, raciocinar, nos limites da legalidade burguesa, respeitando a ordem e agindo ‘nos conformes’ da institucionalidade”.<sup>630</sup>

Marcus Sokol assinala que cabe ao PT aprender com as lições do passado para buscar o novo. Caberia ao PT guiar as massas no caminho da revolução socialista.

Ninguém vai fazer a revolução para as massas. Ao PT cabe ajudá-las a encontrar a ponte entre as suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Ou seja, o PT não inventa

---

<sup>627</sup> Idem, *ibid.*

<sup>628</sup> Idem, *ibid.*

<sup>629</sup> ARCARY, Valério. Pra onde vai o PT: Prisioneiros da legalidade? *Teoria e Debate*, n.14, 1991, p.52.

<sup>630</sup> Idem, *ibid.*

as massas, não decreta suas lutas, ele ajuda a ligá-las com a plataforma de transformações socialistas.<sup>631</sup>

Quanto ao exercício do poder político do Estado pelos trabalhadores, Marcus Sokol defende uma “democracia ativa, mobilizadora e direta”, a ser conquistada por meio de uma “apropriação radical do exercício direto do poder político, com a menor delegação representativa possível”, que potencializariam Conselhos Populares possibilitando a constituição de uma dualidade de poderes.

Percival Maricato assinala que, passado os primeiros anos de sectarismo e da derrocada do “socialismo real”, o PT se encontraria dentro de grandes impasses: “entre antigo e moderno, ortodoxia e heterodoxia, autoritarismo e democracia, isolamento e política de alianças”.<sup>632</sup> O sectarismo desses anos obedeceria a interesses corporativistas de algumas direções e tendências que buscam se desvencilhar das decisões das bases para manter os seus cargos.

A miopia obedece a interesses corporativistas de algumas direções e à visão daqueles que têm medo de "diluir o PT em frentes liberais" e só sabem fazer política reduzindo-a a posições simplistas do sim ou não, bons ou maus, mesmo nas questões táticas mais elementares. A síntese é rápida mas suficiente[...]O partido todo aparelhado por grupos e tendências que não deixam espaço para quem a eles não pertence; conflitos entre direções e administrações de municípios; insuficiência da organização; partido de quadros e não de massas; autoritarismo e intolerância; envelhecimento das direções.<sup>633</sup>

Para Maricato, o dogmatismo e o sectarismo já começavam a ser postos em xeque por líderes que reivindicam um processo de rupturas e revisão. Vale lembrar que esses líderes estiveram presentes em cargos do alto escalão dos governos Lula/Dilma.

Nossa organização e nossas táticas, nosso isolamento e burocratização podem ser constatados na palavra de líderes até há pouco ortodoxos: "a organização do partido está caduca"; "o PT precisa romper" definitivamente com a ideia de que pode governar sozinho" (deputado federal José Dirceu); "Precisamos evitar essas discussões intermináveis só de tendências", "precisamos mudar toda a organização", nunca se discutiu teoria profundamente" (deputado federal Luiz Gushiken). Isto tudo para não falar de outros muito mais avançados nas análises das deficiências, que fizeram verdadeiras e corajosas revoluções em suas concepções, como é o caso do deputado federal José Genoino e de Tarso Genro, vice-prefeito de Porto Alegre.<sup>634</sup>

---

<sup>631</sup> SOKOL, Markus. De volta para o futuro. *Teoria e Debate*, n.13 1991, p.39-40.

<sup>632</sup> MARICATO, Percival. Para onde vai o PT: Começar de novo. *Teoria e Debate*, n.14, 1991, p.48.

<sup>633</sup> Idem, p.49.

<sup>634</sup> Idem, *ibid.*

A democracia passaria por um processo de revisão. Deixaria de ser vista como um instrumento tático para condução à “ditadura do proletariado”, para ser compreendida como um valor “clássico e universal”.

A democracia que queremos é a clássica e universal, decorrente das lutas sociais por direitos e liberdades que levaram à Revolução Francesa. O voto é direito de cada cidadão, seja ele operário, pequeno ou grande burguês, camponês etc. Ou seja, queremos a democracia sem adjetivos, sem subterfúgios, desacompanhada dos epítetos "burguesa", "proletária", "socialista" [...] Na defesa da democracia, justifica-se muito mais um acordo com forças de centro e direita democráticas e modernas do que com outras de esquerda autoritárias.<sup>635</sup>

Verifica-se que a questão político-ideológica é secundarizada em favor da defesa supraclassista da democracia, na medida em que se justificam acordos até com setores da direita. As resoluções políticas absorveram esses debates e evidenciaram a conversão de “nova esquerda” para a democracia, vista como valor estratégico e universal e a recusa do que se convencionou chamar de ditadura do proletariado:

Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concretizado em todos os países do chamado socialismo real [...] Afinal, “democracia, para nós, é simultaneamente meio e fim”. Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores.<sup>636</sup>

A defesa do Estado de Direito realizada por intelectuais como José Genoíno, José Dirceu e Tarso Genro nas páginas da revista *Teoria e Debate* se refletiria nas resoluções políticas do 1º Congresso Nacional de 1991. Da defesa da democracia como valor universal, temos a confirmação do Estado como instituição perene no socialismo.

O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de Direito, no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical etc [...] A democracia socialista que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância no poder.<sup>637</sup>

---

<sup>635</sup> Idem, *ibid*, p.49.

<sup>636</sup> Resolução do 1º Congresso Nacional de 1991. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.), *op. cit.*, p. 499.

<sup>637</sup> Idem, p. 500.

Fica assim evidente, que o pensamento petista perde de vista o fato de que o Estado organiza a dominação de classe e se define pela função social que exerce, qual seja, a de defender os interesses da classe dominante na perpetuação do capitalismo. Assim, ainda que os trabalhadores gozem do direito de expressar suas opiniões e posições no debate político, é importante ressaltar que o acesso a ele se dá de maneira desigual, e essa desigualdade é constituída por meio da separação entre classes sociais.

Dessa forma, mesmo que a democracia possibilite o embate político regulamentado entre as classes, o Estado, maior instituição política e única capaz de exercer coerção sobre todas as pessoas, serve, em última instância, aos interesses burgueses, que são diametralmente opostos aos interesses do proletariado. Por isso, ainda que o Estado capitalista sofra um intenso processo de democratização, o acesso e o controle de núcleos estratégicos do poder político por parte dos trabalhadores sempre será parcial e restrito.

## CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

### 3.1. O processo de conversão da “esquerda democrática”

Na transição do século XIX para o século XX, predominou na esquerda a concepção de que haveria uma exclusão mútua entre os termos socialismo e democracia, de modo que esta última era entendida como mera expressão dos interesses burgueses e que, portanto, deveria ser considerada apenas como um instrumento tático a ser eliminado durante o processo de transição. Essa compreensão era produto de uma concepção que entendia o socialismo como sinônimo de estatismo, ou seja, um modo de produção governado por um Estado que se confundia com um partido em crescente burocratização.

No mesmo período, a recepção das ideias de Marx tiveram um forte acento economicista. Dessa forma, em oposição ao idealismo, enfatizava-se o caráter materialista da história e este materialismo se expressava na afirmação de que o que importava era a base econômica, relegando à “superestrutura” uma importância secundária. De acordo com essa concepção, o socialismo tendia a reduzir-se à socialização da economia. E essa socialização, por sua vez, tendia a ser entendida como estatização. Por outro lado, a recepção das ideias marxianas também entendia o socialismo como o inverso do capitalismo. Ou seja, se o capitalismo era uma ordem social cujo eixo estava no indivíduo, o socialismo seria uma ordem social centrada na coletividade. Dessa concepção de socialismo, oriunda das deturpações do positivismo naturalista da II Internacional e do stalinismo da III Internacional, resultaram as tragédias do que ficou conhecido como “socialismo real.”<sup>638</sup>

Na tentativa de se opor a esse quadro, surge, ainda na primeira metade do século passado, com a social-democracia alemã (SPD) de Eduard Bernstein e Karl Kautsky, a proposta de um “socialismo democrático”. A origem das posições desses dois autores remete à *Introdução* de Engels, de 1895, para a reedição de *As Lutas de Classes na*

---

<sup>638</sup> Uma série de autores denominados como marxistas aderiram ao conceito de socialismo real (sem aspas), sob o argumento de que o que importa são os fatos. Contudo, se eles contrariarem a teoria, é esta última que deve ser modificada e não eles. Parte-se simplesmente da ideia de que o que foi realizado em nome do socialismo era a efetivação da teoria socialista original de Marx, não importando as suas modificações nem as circunstâncias concretas da sua realização. Entre os autores que sustentam esse argumento podemos encontrar A. Schaff, E. Hobsbawm, C. Lefort, Boaventura de S. Santos, A. Nove, A. Gorz, N. Bobbio, J. Habermas, R. Miliband, R. Blackburn, J. McCarney e inúmeros outros.

*França*, de Marx. O referido texto causou um grande impacto no pensamento marxista da época e, concomitantemente, foi alvo de diversas interpretações que chegaram às deturpações que até hoje encontramos suas sequelas. As deturpações dariam origem ao que, posteriormente, foi chamado de revisionismo. Essas formulações seriam realizadas principalmente por Bernstein que tratou de apresentar suas ideias como uma atualização e correção parcial das obras de Marx e Engels. No entanto, nessas formulações já se incorporavam elementos da teoria liberal. Benstein se valia do papel de executor testamentário de Engels para justificar suas políticas no interior do SPD, fazendo o partido se alinhar com a legalidade e com as lutas por reformas graduais. Desta situação, provinha a sua defesa pela democracia, sua recusa a considerar o antagonismo de classe na sociedade, sua crença na moral e no possível idealismo desinteressado de todos os setores da sociedade. Enfim, aceitava a realidade da ordem burguesa vigente, do parlamento, do direito e da justiça burguesa como o horizonte e limite da prática e da luta social-democrata. Suas posições ganharam legitimidade, principalmente depois da referida publicação da *Introdução*, na qual Engels, ao reduzir o papel das barricadas e das revoltas armadas, por conta das largas ruas de Paris, colocava agora o sufrágio universal como um “novo método de luta do proletariado”. Engels expõe:

No entanto, utilizando tão eficazmente o sufrágio universal, o proletariado praticara um método de luta inteiramente novo que se desenvolveu com rapidez. Viu-se que as instituições estatais, nas quais se organiza o domínio da burguesia, ainda oferecem possibilidades novas de utilização que permitem à classe operaria combatê-las. Participou-se das eleições para as diversas dietas, conselhos municipais e juntas de trabalho, disputando-se à burguesia cada posto em cuja designação do titular participava uma parcela suficiente do proletariado. Ocorreu então que a burguesia e o governo chegaram a ter mais medo da atuação legal que da atuação ilegal do partido operário, mais temor aos êxitos das eleições que aos êxitos da rebelião<sup>639</sup>.

Mais adiante, Engels prossegue:

Passou o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes. Onde quer que se trate de transformar completamente a organização da sociedade, cumpre que as próprias massas nisso cooperem, que já tenham elas próprias compreendido de que se trata, o motivo pelo qual dão seu sangue e sua vida. Isto é o que nos ensinou a história dos últimos cinquenta anos. Mas para que as massas compreendam o que é necessário fazer é mister um trabalho longo e

---

<sup>639</sup> MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, v.1, 1980, p.103.

perseverante; é precisamente esse trabalho que realizamos agora, com tal êxito, que desespera nossos adversários<sup>640</sup>.

O “trabalho longo e perseverante” que Engels falava, consistia antes de qualquer coisa, no esclarecimento político dos objetivos e das tarefas do movimento operário. Entretanto, para Bernstein, esta era uma justificativa para qualquer política gradualista e reformista no SPD.

Com isso, Bernstein, em suas obras, começa a substituir gradualmente a luta pela emancipação do proletariado pela luta para cidadania. Ele nega uma postura de classe em nome de uma pretensa luta pelos interesses de todos, em nome de uma cidadania universal a ser alcançada. A cidadania, neste caso, é entendida como estágio superior a todas as classes, o que significa aceitar a sociedade burguesa como estágio final.

Rosa Luxemburgo identifica este problema:

Quando [Bernstein] utiliza a palavra cidadão, sem distinções, para referir-se tanto ao burguês quanto ao proletário, querendo com isso, referir-se ao homem em geral, identifica o homem em geral com o burguês e a sociedade humana com a sociedade burguesa.<sup>641</sup>

Portanto,

nega-se a contradição estrutural entre burguesia e proletariado para justificar a possibilidade de avançar a uma sociedade justa sem romper com o capital, sem a expropriação dos meios de produção, por meio da ampliação contínua dos direitos individuais e sociais. Em comum com os atuais estrategistas da cidadania, em lugar da derrubada da burguesia, Bernstein pensava em chegar a uma civilização superior sem destruir o capital, e que deveria ter uma construção independente e acima das classes.<sup>642</sup>

Verifica-se que a defesa da cidadania significa apenas uma defesa caduca da reforma da ordem vigente. Neste sentido, Bernstein sustentou que todas as classes têm um interesse comum na manutenção e aperfeiçoamento dos valores civilizados, e este interesse comum que era, ou deveria ser, o objetivo da atividade política. O Estado burguês é visto como moderno, democrático, a realização da civilização, dos interesses de todos os homens, sem vínculo de classe. A democracia burguesa era associada à

---

<sup>640</sup> MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, v.1, 1980, p.106.

<sup>641</sup> LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2003, p.25.

<sup>642</sup> WELMOWICKI, José. *Cidadania, Democracia e Sociedade Civil: A volta de Eduard Bernstein*. in *Marxismo Vivo*, São Paulo, PSTU, nº 04, Dez/01, p.119.

“ausência de governo”, que podia e devia ser aperfeiçoada, mas sem romper suas regras básicas. O trecho a seguir é ilustrativo do pensamento bernsteiniano:

O que é democracia? [...] Chegaremos muito mais perto do cerne da questão se nos expressarmos negativamente e definirmos democracia como a ausência de um governo de classe. Isto indica um estado em que nenhuma classe tem o privilégio político [...] consideramos que o conceito de democracia inclui a ideia de justiça, que alude à igualdade de direitos entre todos os membros da comunidade e coloca limites para a regra da maioria [...] É claro que democracia e ausência de lei não é a mesma coisa. Democracia se diferencia de outros sistemas políticos não pela ausência de leis em si, mas tão somente pela ausência de leis que criem sanções ou limitem direitos individuais, com base na propriedade, nascimento, ou religião confessa. Democracia é tanto meio quanto meta. É uma arma na luta pelo socialismo e é a forma na qual o socialismo será concretizado.<sup>643</sup>

O socialismo era, de acordo a Bernstein, “o herdeiro legítimo do liberalismo” ao que acrescentava: “não existe pensamento realmente liberal que não pertença também aos fundamentos das ideias do socialismo”.<sup>644</sup> Rosa Luxemburgo rebateu frontalmente essa visão:

Quando [Bernstein] fala do caráter humano geral do liberalismo e transforma o socialismo em uma variante do liberalismo, priva o movimento socialista (em geral) de seu caráter de classe e, portanto, de seu conteúdo histórico; o corolário disso é que se reconhece na classe que representa historicamente o liberalismo, a burguesia, a campeã dos interesses gerais da humanidade.<sup>645</sup>

Para Bernstein, o Estado não era um instrumento da dominação de classe, mas o caminho para a civilização avançada, no qual seria possível satisfazer as reivindicações dos trabalhadores por meios políticos normais e estabelecer compromissos na base do interesse comum. O primeiro objetivo do movimento socialista devia, por isso, ser a democracia plena, e é significativo que Bernstein definisse democracia como “a ausência de um governo de classe”.

A concepção bernsteniana encontra ecos nas formulações dos principais ideólogos do “socialismo democrático”, como podemos verificar em Claude Lefort:

Ora minha convicção continua sendo a de que só teremos alguma oportunidade de apreciar o desenvolvimento da

---

<sup>643</sup> BERNSTEIN *Apud* WELMOWICKI, José. Cidadania, Democracia e Sociedade Civil: A volta de Eduard Bernstein. *Marxismo Vivo*, São Paulo, PSTU, n.4, 2001, p.120.

<sup>644</sup> Idem, *ibid.*

<sup>645</sup> LUXEMBURGO, Rosa *Apud* WELMOWICKI, José. Cidadania, Democracia e Sociedade Civil: A volta de Eduard Bernstein. *Marxismo Vivo*, São Paulo, PSTU, n.4, 2001, p.120.

democracia e as oportunidades para a liberdade com a condição de reconhecer na instituição dos direitos do homem os sinais da emergência de um novo tipo de legitimidade e de um espaço público no qual os indivíduos são tanto produtos quanto instigadores; com a condição de reconhecer, simultaneamente, que esse espaço só poderia ser devorado pelo Estado a custo de uma violenta mutação que daria nascimento a uma nova forma de sociedade.<sup>646</sup>

Essa concepção se mostra também presente nos discursos de Tarso Genro, um dos principais dirigentes do PT:

Abordarei o tema “instituições políticas do socialismo” como instituições políticas de um Estado democrático de Direito, que abra perspectivas para um projeto socialista democrático, e não como instituições de um Estado “inteiramente outro” para usar uma expressão de Claude Lefort. Faço-o porque entendo arriscado avançar mais do que isso. Diante da total falência e da inoperância dos “soviets” parece imprudente partir desta instituição política da democracia direta para pensar um novo Estado. [...] É preciso, pois, reinventar a democracia para repor a confiança da sociedade nas instituições políticas do Estado democrático, indicando os pontos de desequilíbrio para sua democratização radical.<sup>647</sup>

Genro, portanto, nega o “caminho” dos soviets para defender a democratização e o aperfeiçoamento do Estado de Direito. Como já verificamos em outros momentos, o PT defende nominalmente a construção do Estado de Direito, entendendo-o como o próprio socialismo. No 1º Congresso de 1991 diz:

O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de Direito, no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical etc [...] A democracia socialista que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância no poder.<sup>648</sup>

No entanto, o legado teórico de Bernstein não se limita à defesa da democracia e do Estado de Direito. A sua concepção de socialismo entendida como ideia moral, não como necessidade material também estará presente nos discursos da “esquerda democrática” e, particularmente entre os petistas. O socialismo, como realização moral,

---

<sup>646</sup> LEFORT, Claude. 1991. *Pensando o Político: Ensaio Sobre a Democracia, Revolução e Liberdade*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, p.41.

<sup>647</sup> GENRO, Tarso *Apud* WELMOWICKI, José. Cidadania, Democracia e Sociedade Civil: A volta de Eduard Bernstein. in *Marxismo Vivo*, São Paulo, PSTU, nº 04, Dez/01, p.121.

<sup>648</sup> Resolução do 1º Congresso Nacional de 1991 In ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 500.

como difusão de valores universais e atemporais, partia em Bernstein de sua negativa a aceitar a ideia de “objetivo final” como meta a serviço de uma classe. Por isso, defende a ideia de conquistar uma sociedade justa pela propaganda dos valores da ética e da justiça. Rosa Luxemburgo em crítica à Bernstein afirma:

Bernstein não gosta que se fale de uma “ciência do partido”, ou mais precisamente de uma ciência de uma classe, assim como não gosta que se fale do liberalismo de uma classe, ou da moral de uma classe. Acredita que consegue expressar a ciência humana em geral, abstrata, o liberalismo abstrato, a moral abstrata. Porém, dado que a sociedade está composta por classes que possuem aspirações e concepções diametralmente opostas, uma ciência humana em geral, um liberalismo abstrato, uma moral abstrata, são na realidade, ilusões, utopia pura. A ciência, a democracia, a moral, que Bernstein considera gerais, humanas, são na verdade, nada mais que a ciência, a democracia e a moral dominantes, ou seja, burguesas.<sup>649</sup>

Ao ver o socialismo não como uma necessidade histórica, mas uma questão de compromisso moral, Bernstein tinha oferecido uma explicação idealista do socialismo. Em resposta a esta e outras críticas, teria declarado:

Eu francamente admito que tenho muito pouca inclinação ou interesse pelo que é usualmente chamado de “objetivo final do socialismo”. Este objetivo, independente do que seja, não significa nada para mim, o movimento é tudo.<sup>650</sup>

Bernstein estava abandonando, com essa afirmação, a noção capital para os marxistas de que um programa revolucionário deveria dar sentido a toda a prática política e às táticas que o partido efetivaria. Ao se mover pelos objetivos imediatos, perderiam a perspectiva histórica e a própria razão de ser do partido socialista revolucionário, ele se converteria em um movimento por pequenas conquistas fadado à integração na ordem. O destino posterior do Partido dos Trabalhadores é a maior prova desta contradição incontornável.

Partindo dessa concepção, mas por intermédio de Habermas, intelectuais petistas defendem a teoria da “ação comunicativa” e o “diálogo racional” entre todos os cidadãos como substituto à luta de classes dita “arcaica”. Esses intelectuais têm pautado os seus esforços em buscar por meio da filosofia política um direito racional e normas éticas universais que aceitem um exercício democrático renovado que fuja às determinações seja do poder econômico e do Estado. O peso dado ao “diálogo” e a conseguir uma ética superior transmitida a todos a partir desse “consenso” tem levado

---

<sup>649</sup> LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2003, p.112.

<sup>650</sup> BERNSTEIN, Eduard *Apud* WELMOWICKI, José. *Cidadania, Democracia e Sociedade Civil: A volta de Eduard Bernstein. Marxismo Vivo*, São Paulo, PSTU, n.4, 2001, p.122.

os seguidores de Habermas a limitar-se a uma luta pela difusão do direito e de valores éticos. A categoria habermasiana do “mundo da vida” ofereceu um modelo alternativo à centralidade do trabalho. O “mundo da vida”, enquanto “lugar transcendental”, que funda a intersubjetividade, é o fundamento teórico da revalorização da linguagem e da prática da negociação na construção do consenso social com o que Habermas pretende a luta de classes.

Retomando as concepções da social-democracia alemã, o Estado teria como função representar o interesse geral, permanecendo acima do conflito de classes. Bernstein argumentava que a autonomia e a democratização progressiva do Estado atingiram um patamar que o desvincularia dos interesses da classe dominante e das relações de opressão. O socialismo, assim, viria pelo caminho de uma evolução gradativa do próprio capitalismo. Sem rupturas, sem grandes choques entre as classes antagônicas.

A concepção de Estado perderia a sua natureza de classe com a ampliação do sufrágio e o progresso eleitoral dos partidos representantes da classe trabalhadora, o que lhes renderia a ocupação do governo e progressiva organização da sociedade para o ingresso no socialismo. Quanto mais se amplia esse processo, mais os aparelhos de coerção estariam sob o controle da vontade popular. O fim da luta de classes retiraria do Estado seu caráter opressor, mas permaneceria seu caráter regulador. Não seria necessária a abolição do Estado, mas da natureza classista do poder público. Assim, nessa concepção, ocupar um espaço central no Estado seria essencial para a atuação da social-democracia. Tal objetivo seria alcançado mediante coligações com os partidos burgueses de inclinação mais democrática, buscando amortizar a influência dos dois extremos, de esquerda e de direita, e procurando transformar em harmonia o antagonismo da sociabilidade do capital. A classe trabalhadora, muito mais numerosa do que a classe burguesa, conquistaria o poder do Estado para, por meio dele, promover, gradualmente e sem ferir a ordem democrática, as transformações sociais que desembocariam numa sociedade socialista.

Em suma, para a social-democracia clássica, o socialismo não seria mais um objetivo, uma forma radicalmente nova de sociabilidade, mas um processo gradativo e crescente de ganhos econômicos e sociais, realizado não de forma revolucionária, mas de forma democrática. Na verdade, o socialismo, seria um processo sem fim de aprofundamento e alargamento da democracia. Deste modo, passa-se a atribuir à esfera

política, que para Marx realizaria apenas as tarefas negativas, a condução positiva do processo de construção do socialismo.

A revolução russa de 1917 demonstrou à esquerda da época a possibilidade de promover uma revolução por meio de um processo insurrecional sob a perspectiva da centralidade do trabalho. Entretanto, as condições objetivas, nacionais e internacionais inviabilizaram a consolidação desse processo e conduziram a revolução à luta pela “imundice anterior”.

O atraso econômico e político de uma Rússia semi-feudal trouxeram uma grande impasse para o processo revolucionário. Dirigentes russos, como Lênin, tinham ciência desse entrave e perspectivava a eclosão de processos revolucionários nos países centrais da Europa como solução para o atraso russo.

Meses antes da revolução, Lenin possui claro acordo com as teses marxianas acerca do Estado. Em *O Estado e a Revolução* Lenin deixa claro que há uma relação intrínseca entre o Estado e as classes sociais e que mesmo se tratando de um Estado de tipo democrático, o caráter de classe não é eliminado.

O Estado é o produto e a manifestação do *caráter inconciliável* das contradições de classe. O Estado surge precisamente no lugar, na hora e no grau em que as contradições de classe objetivamente *não podem*, objetivamente, conciliar-se. E vice-versa: a existência do Estado demonstra que as contradições de classe são inconciliáveis.<sup>651</sup>

Polemizando com os reformistas, Lênin ainda alertava para o fato de que não tínhamos “nenhum direito de esquecer que a escravidão assalariada é o destino do povo, inclusive sob a república burguesa mais democrática”.<sup>652</sup> Já na polêmica com os anarquistas, Lênin deixava claro que o Estado não será abolido, mas se extinguirá, na medida em que esvanecerem as bases materiais para cuja reprodução ele contribui. Ademais, afirma ainda que, ao Estado proletário nem se deveria dar o nome de Estado, mas de Comuna, uma vez que se trataria de um Estado em extinção, portanto, já não seria um Estado propriamente dito, seria, conforme definiram Marx e Engels no *Manifesto Comunista*: “o proletariado organizado como classe dominante”.<sup>653</sup> Desse modo, o proletariado organizado deveria se valer de sua condição de classe dominante para iniciar um processo de superação do capital e da propriedade privada, apor meio da

---

<sup>651</sup> LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1978, p.54-55. Grifos nossos.

<sup>652</sup> Idem, p.66.

<sup>653</sup> Idem, p.70.

expropriação do processo produtivo sob a organização do trabalho livre associado. Valendo-se da experiência da Comuna, Lênin diz:

Essas medidas – as medidas políticas tomadas pela Comuna – referem-se à reorganização estatal, puramente política, da sociedade, mas é evidente que só adquirem sua plena importância e sentido em conexão com a “expropriação dos expropriadores” já em realização ou em preparação, ou seja, com a transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção em propriedade social.<sup>654</sup>

No entanto, após a Revolução de Outubro, a Rússia se encontrava destruída sob os efeitos da Primeira Guerra Mundial e atrofiada pelo seu capitalismo híbrido. Tal situação era completamente adversa para a literatura socialista e exigia dos revolucionários novas respostas para as novas exigências. A derrocada da esperada revolução alemã deixava a Rússia soviética ainda mais isolada. Essa realidade impossibilitava a realização do projeto vislumbrado por Lênin em *Estado e a Revolução* de superação do capital e do Estado sob o trabalho livre e associado. Não lhes era admitido retroceder, entregando covardemente o poder de volta às mãos do antigo regime russo, tampouco poderiam prosseguir em um processo de socialização da produção e estabelecimento do trabalho associado, consciente e coletivo, posto o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, obstáculos inarredáveis a essa alternativa.

Sob esse contexto, Lênin se vê obrigado a colocar a Rússia em outro caminho. Nessa nova situação, propõe uma “modernização” das relações de trabalho tal como foi proposto por Taylor. Verifica-se uma clara tentativa de repor a Rússia no caminho da modernização ainda que sob a égide do capital. O atraso russo impõe ao Estado o papel de impulsionador da modernização. Assim, o processo da “socialização dos meios de produção”, transforma-se em estatização dos meios de produção sob a justificativa de se tratar de uma ditadura do proletariado, tal como preconizado por Marx. Em nome da “ditadura do proletariado”, inicia-se uma série de perseguições e eliminações de supostos adversários da revolução que, na verdade, situavam-se à esquerda do partido bolchevique. Os soviets, que outrora tiveram fundamental importância no processo revolucionário e na reorganização da economia, são, nesse momento, gradualmente absorvidos pelo Estado, transformando-se em mero apêndices deste.

A necessidade de responder às exigências deixadas pela guerra obrigou o partido bolchevique a aumentar a participação do Estado na economia. Inicia-se o período que

---

<sup>654</sup> LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1978, p.89.

foi conhecido como “comunismo de guerra” porque implicou em uma onda de confiscos e requisições da produção agrícola, a expropriação da grande indústria, controle sobre a produção no campo e a organização de grandes unidades coletivas de produção no campo.

O fracasso da política de “comunismo de guerra” levou à adoção da NEP (Nova Política Econômica) que aceitava o livre comércio interno, o funcionamento de pequenas empresas particulares, o retorno de propriedades rurais privadas, além de concessões a empresas estrangeiras e aumento da burocracia partidária na administração das empresas.

Posteriormente, com a morte de Lênin, o destino trágico percorrido pelo stalinismo é bem conhecido. O já “agigantado” Estado se transforma em uma brutal ditadura, tornando-se, cada vez mais, um elemento aparentemente fora e acima da sociedade, mas, na realidade, cumprindo o papel de instrumento de repressão sobre a classe trabalhadora e de apropriação coletiva/não social da riqueza produzida. Ou seja, na esfera da produção, continuou a existir a separação entre os produtores e os proprietários dos meios de produção (sob controle da burocracia estatal), que está no fundamento do capitalismo. O “Estado proletário” passa a ser um instrumento de expropriação da riqueza produzida pela classe trabalhadora. Deste modo, não se eliminou, de fato e pela raiz, a propriedade privada, mas apenas a sua forma imediata.

Desse modo, passou-se a compreender que socialismo, do ponto de vista econômico, resumir-se-ia no planejamento centralizado nas mãos do Estado, na eliminação jurídica e política da propriedade privada, na criação de uma forte indústria de base. Assim, estaria eliminada a concorrência, considerada a alma do capitalismo e o Estado seria o representante da classe trabalhadora e, portanto, controlador de toda a economia, fixando-lhe um caráter socialista. O Estado passaria, então, a ter uma função positiva na edificação do socialismo.

O modelo stalinista foi exportado para o resto do mundo por meio da 3ª Internacional como se fosse o próprio marxismo. O Partido Comunista da União Soviética (PCUS) é entendido como o grande farol do mundo e esse “marxismo” assume o papel de legitimador do “socialismo real”, sob a denominação de “marxismo-leninismo”. Até mesmo após as denúncias dos crimes de Stálin no XX Congresso do PCUS, de 1956, propagava-se aquilo que era o socialismo perspectivado por Marx, como aponta Sérgio Lessa:

Quando os revolucionários assumiram como tarefa defender o país dos soviets enquanto socialistas, as suas elaborações teóricas se resumiram em tentar provar que era socialismo o que gritantemente não passava de uma nova forma de exploração do homem pelo homem. Deixaram de produzir ciência para mistificar a realidade. [...] O marxismo, de teoria revolucionária que, dotando os homens de uma consciência superior do seu em-si, propunha-se a possibilitar que a humanidade conscientemente fizesse a sua história, converteu-se, em poucas décadas, na ideologia (no sentido pejorativo do termo) de um Estado opressor dos trabalhadores. De ciência à falsificação do real: este o triste destino do marxismo no século XX.<sup>655</sup>

No entanto, o modelo de controle burocrático-político do processo produtivo e a impossibilidade objetiva de avançar isoladamente para uma sociabilidade além do capital, acabam por atrofiar o desenvolvimento das forças produtivas nos países pós-capitalistas de modo que, a partir de 1950, quando os países do capitalismo avançado demonstram se erguer das ruínas da Segunda Guerra Mundial, torna-se cada vez mais claro o atraso da União Soviética.

Durante os anos de 1970, a questão do caminho democrático para o socialismo voltou à cena política internacional, desta vez, pelo Partido Comunista Italiano, estendendo-se depois a outros países da Europa. O elemento impulsionador desta retomada era a constatação das profundas diferenças que marcavam as sociedades europeias ocidentais em relação às orientais. Como consequência, não faria sentido seguir o caminho da Revolução Russa e muito menos pensar na extinção das objetivações democráticas.

A esquerda da Europa ocidental inicia, portanto, um processo de reavaliação das teses que legitimavam o “socialismo real”. Em meio a esse processo, surgem intelectuais que serão conhecidos como “marxistas ocidentais”, ou ainda, “eurocomunistas”, em oposição aos marxistas do oriente, os bolcheviques. Para essa “nova esquerda”, os países do “socialismo real” não possuíam problemas no seu plano econômico, já que conseguiam atender às necessidades básicas da população. O problema estaria no plano político que, devido a uma concepção equivocada acerca da democracia, teria levado à supressão das instituições democráticas e das liberdades dos indivíduos.

Portanto, a causa fundamental dessas irregularidades e deformações não era buscada na esfera de possibilidades posta pela base material. A concepção estreita de

---

<sup>655</sup> LESSA, Sérgio. *Crítica ao praticismo “revolucionário”*. Revista *Práxis*, n.4. Belo Horizonte: Projeto, 1995, p.38.

Estado, os equívocos acerca da ideia de revolução, de política, de democracia, de cidadania, de direitos humanos, etc. teriam sido, no fundo, os responsáveis fundamentais pelos desvios e deformações da Revolução Russa. As próximas revoluções, a serem desencadeadas nos países mais desenvolvidos, deveriam seguir um caminho democrático e ter um caráter socialista, mas só poderiam ser autenticamente socialistas se fossem autenticamente democráticas. A partir dessa constatação, a “nova esquerda” passou a defender a democracia como “o” caminho para o socialismo, o chamado “socialismo democrático”.

Como se pode verificar, o denominado “socialismo democrático” teve, desde o começo, um caráter claramente politicista.<sup>656</sup> Com efeito, não era uma nova concepção que pretendesse fazer uma crítica radical das tentativas de revolução socialistas. Pelo contrário, implicava justamente que, do ponto de vista econômico, não obstante todos os seus erros e defeitos, a União Soviética estava no caminho do socialismo. Neste terreno, tratava-se somente de correções e de reformas, mas não de alterações substanciais.

No entanto, faltava uma parte substancial no que diz respeito à esfera da política. A eliminação dos direitos e liberdades democráticas não fora ocasional, mas produto de uma concepção equivocada dos marxistas acerca da questão da política. Por sua vez, a não socialização do poder político teve implicações flagelantes sobre o processo econômico, levando à burocratização e, por fim, à reposição das desigualdades sociais. Por isso, é justificado o reexame da teoria marxista e a crítica das suas debilidades na esfera da política. O objetivo era evidenciar que, ao contrário do “socialismo real”, economicamente socialista, mas politicamente ditatorial, o socialismo autêntico deveria ser a socialização do poder político. A crítica ao objetivismo “economicista” dos soviéticos abre espaço para valorização da subjetividade, realçando o caráter de “invenção” do socialismo, de “fazer o caminho caminhando”.

No entanto, o eurocomunismo não se restringe à oposição que faz ao modelo soviético. Ele também propõe superar a prática social-democrata. O erro da social-democracia era creditado ao fato de ela não compreender a contradição existente entre democracia e dominação da classe burguesa, ou seja, não se entender que a classe burguesa é antidemocrática por natureza e por isso está sempre disposta a se valer de medidas autoritárias para que o processo de democratização não se complete.

---

<sup>656</sup> Politicista porque autonomiza a dimensão política de sua base material, a economia, como se a política pudesse ser compreendida a partir dela mesma.

Os eurocomunistas, liderados pelos dirigentes PCI e guiados por suas leituras particulares - muitas vezes liberais, de Gramsci - defendem que a maioria eleitoral deve se constituir como um “bloco histórico”. Ou seja, a conquista de hegemonia na sociedade civil se daria com base na transformação de maioria eleitoral em um bloco histórico o que exigiria a formação de uma ampla política de alianças com diversos partidos políticos e por diversos “setores” da sociedade: a classe operária, as pequenas e médias empresas e a pequena e média burguesia urbana e rural. No entanto, vale a pena ressaltar que tal “bloco histórico” cumpriria um papel importante não apenas na luta pelo socialismo, como também na construção do próprio socialismo.

O que se verifica nessa concepção é o entendimento da política e do Estado como elementos intrínsecos e, portanto, insuperáveis do ser social e que, por isso, não deveriam ser superados, mas somente reformados. A consequência dessa concepção é a compreensão da economia do ponto de vista da política, ou seja, tomando a dimensão política como a dimensão fundante do ser social. Como se sabe, esta é uma das teses centrais da concepção burguesa: a de que a sociedade é instaurada pela existência do Estado. O que equivale a dizer que é impossível a existência da sociedade sem esta dimensão.

A cidadania sempre teve a sua existência vinculada com as classes sociais, ou seja, a definição de quem seria ou não cidadão sempre tinha como base a propriedade privada. Isto era relativamente claro até o advento da sociedade moderna. Foi somente nesta, com a separação entre o econômico e o político, que este fundamento classista da cidadania ficou ocultado e mistificado, parecendo que ser cidadão nada tinha a ver com a posição dos indivíduos no sistema produtivo. A “nova esquerda” assumiu esse discurso mistificador e escolheu o caminho da colaboração e da negociação entre as classes para o estabelecimento de uma sociedade plenamente cidadã, compreendendo cidadania como a existência de direitos e por cidadania plena a realização plena dos direitos democráticos.

Essa concepção contribui para o entendimento da cidadania e da democracia como valores universais. Neste sentido, em 1977, Enrico Berlinguer, secretário-geral do Partido Comunista Italiano e um dos maiores inspiradores da “via democrática”, asseverou em Moscou, por ocasião das comemorações dos sessenta anos da Revolução Russa, que a “democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual

funda uma original sociedade socialista.”<sup>657</sup> Assim, não haveria uma vinculação essencial entre capital e democracia. A prova disto estaria no fato de que a democracia é muito mais antiga que o capital, pois ela nasceu na Grécia. A democracia, definida como a participação na atividade pública, o que implica, necessariamente, a existência de direitos e deveres, faria parte inseparável da dimensão política.

A presença da social-democracia ainda que velada, foi regenerada pela tese da interlocução social, difundida por Habermas, como elemento desconstituidor da reflexão estratégica. Ao democratismo radical que, sem dúvida, encara com sinceridade e sem concessões a luta democrática, falta uma crítica teórico-ideológica ao capitalismo e aos seus conceitos de propriedade, cidadania e liberdade etc.

No Brasil, Francisco Weffort e Carlos Nelson Coutinho foram responsáveis pela introdução das obras desses “marxistas ocidentais”. Cabe ressaltar que no processo de reflexão teórica, o autor Antonio Gramsci teve um tratamento especial. Apesar de pertencer à primeira metade do século XX, o pensamento gramsciano só encontrou ecos a partir de uma nova leitura conduzida pelos novos marxistas do PCI (Partido Comunista Italiano), como Enrico Berlinguer. No que concerne sua introdução no Brasil, sabe-se que foi Carlos Nelson Coutinho quem importou essas leituras e provocou inúmeros debates na esquerda brasileira a respeito das teses clássicas do marxismo e iniciou um processo de reavaliação de conceitos como Estado, sociedade civil e democracia.

Dessa reavaliação, verifica-se que o conceito de Estado, por exemplo, teria adquirido uma forma ampliada em relação às suas características coercitivas do século XIX. Na nova visão, o Estado já não poderia ser mais entendido como mero “comitê executivo da burguesia”, como queriam Marx e Engels. A crescente complexidade da “sociedade moderna” teria ampliado as esferas de participação de tal modo que a sua natureza coercitiva havia dado espaço para o desenvolvimento do consenso. Desse modo, a classe dominante não estaria mais perpetuando a sua dominação por meio da coerção, mas pela conquista de hegemonia, que estaria em constante disputa com o proletariado. Essa mudança na natureza do Estado moderno exigiu da “nova esquerda” uma nova estratégia de luta pelo socialismo.

---

<sup>657</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980, p.20.

A mudança do caráter do Estado teria provocado, por consequência, uma redefinição do conceito de sociedade civil. Se, para Marx, a sociedade civil era "todo o intercâmbio material dos indivíduos, no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas",<sup>658</sup> para a "nova esquerda", a sociedade civil passou a significar um conjunto de instituições não-estatais criadas pelos "cidadãos" a fim de lutarem pelos seus direitos contrapostos ao Estado. Neste sentido, assim se expressa Francisco Weffort: "A decepção, mais ou menos generalizada, com o Estado, abre caminho depois de 1964 e, sobretudo, depois de 1968, à descoberta da sociedade civil". E ainda: "Quando se quer entender porque o Estado tomou a dianteira na transição, não se pode esquecer que, depois de 1968, a sociedade civil brasileira fora reduzida à impotência, fragmentada no extremo limite". E mais adiante: "Nós queríamos ter uma sociedade civil, precisávamos dela para nos defender do Estado monstruoso à nossa frente".<sup>659</sup>

Carlos Nelson Coutinho mostra o mesmo entendimento quando afirma:

Embora duramente reprimida, a sociedade civil brasileira [...] cresceu e se tornou mais complexa nos últimos dezesseis anos. Multiplicaram-se, sobretudo nos últimos tempos, organismos de democracia direta, sujeitos políticos de novo tipo (comissões de empresas, associações de moradores, comunidades religiosas de base, etc.) [...] O fortalecimento da sociedade civil abre assim a possibilidade concreta de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política.<sup>660</sup>

E conclui então que:

A progressiva obtenção de posições firmes no seio da sociedade civil é a base não só para novos avanços, que gradativamente tornarão realista a questão da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras.<sup>661</sup>

A democracia política passa a ser colocada como o objetivo fundamental da sociedade civil neste momento, como forma de fazer do Estado o espaço do exercício dos direitos até então violados. A democracia política é posta como condição indispensável para uma transformação mais profunda da sociedade. Neste sentido, assim afirma Weffort:

---

<sup>658</sup> MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1986, p.53.

<sup>659</sup> WEFFORT, Francisco. *Por que Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 93.

<sup>660</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980, p.35-36.

<sup>661</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980, p.35-36.

Criar uma democracia em um país como o nosso supõe, certamente, o restabelecimento das eleições diretas, o pleno restabelecimento das prerrogativas do Congresso, a independência do judiciário, a revogação da Lei de Segurança Nacional, a supressão de leis que tolhem o exercício da liberdade e da autonomia sindical, a supressão das leis que tolhem a liberdade de organização partidária, a desativação dos órgãos da chamada “comunidade de segurança”.<sup>662</sup>

Verifica-se, portanto, o conceito de sociedade civil por um viés predominantemente político e a partir daí considera a democracia como um valor universal, sem atentar para os laços que existem entre a política e as condições materiais de existência. Nessa nova interpretação, a sociedade civil perde sua dimensão como espaço de produção e reprodução da vida material dos homens. Com isso, o conflito não se dava mais no interior da sociedade civil por meio da luta de classes, mas por uma oposição entre Estado e sociedade civil.

O conceito de democracia também passou por uma reavaliação. Se antes os “marxistas ortodoxos” a avaliavam como um instrumento de dominação burguesa e que, durante o processo revolucionário cumpria apenas um papel transitório, com a “nova esquerda” a democracia passaria a ser entendida como valor universal e, portanto, como meio e fim para o socialismo. De acordo como Coutinho, “tanto na fase de transição, quanto no socialismo realizado continuam a ocorrer situações que só a democracia política será capaz de resolver no sentido mais favorável ao enriquecimento do gênero humano”.<sup>663</sup>

No novo projeto de “socialismo democrático”, do qual o PT é expressão política mais acabada em solo latino americano, permeariam diversas características próprias do liberalismo político, tais como: o parlamento; a divisão de poderes; a existência de partidos; o pluralismo político; a alternância no poder; e as eleições periódicas livres sob a administração do Estado de Direito.

No plano econômico, a “socialização dos meios de produção” vislumbrada por Marx, daria lugar a formas mistas de propriedades, no qual conviveria harmonia propriedades estatais e privadas sob a regência de um “mercado socialmente controlado”.

O papel da “nova esquerda” na luta por esse “socialismo democrático” seria a conquista lenta, gradual e pacífica da hegemonia na nova sociedade civil e também no

---

<sup>662</sup> WEFFORT, Francisco. *Por que Democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 129.

<sup>663</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. São Paulo, Cortez, 1992, p.21.

interior das instituições do Estado e que provocariam a gestação de novas formas econômicas e de poder no interior mesmo da sociedade burguesa.

De acordo com João Quartim de Moraes, não era necessário, para condenar a negação das liberdades democráticas e o caráter burocrático da ordem política do socialismo real,

[...] recorrer a uma fórmula que recobre, sob um verniz de grandiloquência, falaciosas ambigüidades, das quais a mais óbvia está em sugerir que para afirmar a necessidade da democracia no socialismo seria necessário proclamá-la um valor universal, como se o paradigma das instituições políticas de toda a humanidade se encontrasse na democracia burguesa<sup>664</sup>.

Nessa linha argumentativa, Moraes crítica Coutinho e Weffort ao afirmar que ambos perderam de vista tanto a dominação de classe organizada pelo Estado quanto o fato de que o mesmo se definiria por sua função social, ou seja, a defesa *a priori* dos interesses da classe dominante na perpetuação do capitalismo.

O sociólogo mexicano, Jorge Castañeda, grande representante da esquerda democrática, em sua obra “*Utopia Desarmada*”, simboliza e sintetiza o pensamento da nova esquerda na América Latina:

A melhor maneira para se definir a esquerda é a partir da direita e das posturas que adotam diferentes grupos sociais sobre as questões mais importantes da atualidade (...) Hoje pertencem à esquerda partidos, grupos, movimentos ou líderes políticos que, desde a Revolução Cubana, privilegiaram a transformação e não a continuidade; a democracia e os direitos humanos e não a segurança nacional; a identidade e a soberania nacionais e não a integração econômica (...) Nas áreas econômica e social a esquerda costuma insistir mais na justiça social do que no desempenho econômico (...) enfatiza mais a distribuição de renda do que o bom funcionamento do mercado; e defende antes a redução das desigualdades do que a competitividade; o gasto social do que o controle da inflação; a necessidade de investimento do que o imperativo do saneamento das finanças governamentais<sup>665</sup>.

É importante notar que, ao definir os posicionamentos da esquerda, some ao horizonte de Castañeda a superação do capital por meio de uma revolução social. Tal posicionamento se evidencia quando o autor afirma que resta à esquerda “adaptar e moldar os sistemas existentes, transformando-os em algo novo e que, no entanto, não se

---

<sup>664</sup> MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da Democracia. Revista *Crítica Marxista*, n.12, São Paulo: Boitempo Editorial, 2001, p.10.

<sup>665</sup> CASTAÑEDA, J. G. *Utopia Desarmada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p.31-32.

oponha totalmente ao status quo".<sup>666</sup> Depois da derrocada do "socialismo real", isso se tornou possível já que "desapareceu na prática a sufocante oposição entre socialismo e mercado, a esquerda deve maximizar as diferenças entre as economias modelos de mercado existentes".<sup>667</sup> Com isso a "nova esquerda" poderia realizar a "transição de um tipo de economia de mercado a outro: da economia individualista e anglo-saxônica à economia social de mercado, ao estilo europeu ou, ainda, a uma versão nipônica".<sup>668</sup> Em contraposição apresentamos a definição de Esquerda de José Chasin:

A designação, no que concerne à esquerda, surgiu como indicação de polaridade ou consequência, determinação de radicalidade ou máxima expansão da lógica do capital, ao tempo da instauração do seu domínio político (...) Enquanto tal, move-se no espaço do capital e, por mais aguda que seja a transfiguração societária que promova ou preconize, não ultrapassa o estatuto e as fronteiras do matrizamento daquele. Desse circuito, onde capital e trabalho são tomados como vetores complementares (...) os designativos transpassam para o universo da contradição entre capital e trabalho, quando então (...) passam à condição de campos distintos, antagonicamente contrapostos. A partir daí, genericamente, direita compreende o conjunto das proposituras e práticas políticas subsumidas à lógica do capital e esquerda aquelas outras que são próprias à lógica do trabalho.<sup>669</sup>

Nesse sentido, identifica-se uma esquerda burguesa no âmbito do capital e uma esquerda do trabalho oposta ao capital. Ainda com Chasin, em outro momento define-se que o papel de uma esquerda autêntica seria:

1) representar a crítica ao sistema do capital – recolocar no horizonte a revolução social, reconhecendo sua impossibilidade presente; 2) como oposição ao regime e não simplesmente ao governo, e mais ao regime e do que a este governo, apresentar-se como força política na pressão e composição com o governo em benefício do social, em especial do benefício do social, me especial das maiorias compostas pelo complexo social do trabalho e não puramente em representação corporativa<sup>670</sup>.

Desse modo, só se pode falar de esquerda sob perspectiva da revolução social. Não uma forma mais branda ou mais intransigente de oposição ao governo, mas a partir

---

<sup>666</sup> Idem, p.354.

<sup>667</sup> Idem, p.355.

<sup>668</sup> Idem, p.359.

<sup>669</sup> CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Rev. Ensaio*, n.17/18. SP, Ed. Ensaio, 1989, p. 57-58.

<sup>670</sup> CHASIN, José. Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista. *Ensaio Ad Hominem*, v.1, T.III, 1999, p. 50.

da plataforma positiva de um novo sistema: a alternativa sistemática do trabalho ou da sociabilidade do trabalho.

Contudo, nem o que foi enterrado como "socialismo real", nem o que é posto no seu lugar como "socialismo democrático" ou "economia social de mercado" guardam a menor semelhança com a propositura marxiana e, o que é mais importante, com a possibilidade efetiva de construir-se uma sociedade verdadeiramente livre e humana.

### **3.2. Centralidade da política e centralidade do trabalho**

Para que possamos, ainda que brevemente, realizar algumas considerações críticas sobre o que vem sendo defendido pela “nova esquerda”, faz-se necessário redescobrir alguns postulados marxianos. Para Marx, a sociedade civil é o conjunto das relações que os homens estabelecem entre si, na produção material, numa determinada fase da história e, por isso, ela constitui uma dimensão social fundante. É a partir dela, portanto, que se originam diversas esferas da sociedade, entre a política e o Estado, assim como as suas variações, por exemplo, a democracia.

Como recordam Marx, em *A ideologia alemã*, e Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, o surgimento do Estado está vinculado à questão da luta de classes surgida com o advento da propriedade privada. Desse modo, o Estado teria erigido com a função de perpetuar a dominação da classe dos proprietários. Dominação essa que, feita por coerção ou consenso, não elimina a sua natureza de classe. Por isso, Marx atribui um caráter essencialmente negativo ao Estado, já que ele se assenta sobre a exploração do homem pelo homem.

Contudo, quando Marx identifica a natureza do Estado como um aparelho de dominação de uma classe sobre a outra, assentado sobre a exploração do homem pelo homem e possibilitado pela propriedade privada, ele está evidenciando o seu caráter essencialmente negativo. Tal esclarecimento torna-se importante para que nós possamos identificar os limites das análises da “nova esquerda”.

Quando a “nova esquerda” defende que o Estado alterou a sua natureza, transformando-se apenas em um espaço de consensos e disputas por hegemonia, rompe com a dependência intrínseca entre Estado e sociedade civil afirmando, portanto, que Estado e sociedade civil são esferas autônomas. No mesmo sentido, quando a “nova esquerda” identifica no Estado autoritário o principal problema dos países do “socialismo real” e, em contraposição, propõe o Estado democrático, não se atém para

sua real natureza de classe. Não se compreende que o Estado democrático é também um aparelho de dominação burguesa.

Ao não compreender a natureza de classes do Estado, a “nova esquerda” se vê entregue a num processo de defesa e respeito às regras do jogo democrático, como afirma Coutinho: "Muitas décadas de experiência do chamado ‘socialismo real’ demonstraram suficientemente que, quando não existem os aspectos ‘formais’ ou ‘procedimentais’ da democracia perdem-se também seus elementos ‘substantivos’.”<sup>671</sup>

Quando Coutinho realiza a distinção entre elementos “substantivos” e elementos “formais”, acaba realizando uma dissociação crucial entre a dimensão social fundante do trabalho e a sua expressão no plano da política. Segundo tal concepção, portanto, o socialismo estava posto no plano econômico, já que este era entendido como estatismo e, por isso, a sua expressão formal estava deturpada, já que se vivia uma ditadura.

Ao identificar “socialismo real” com o próprio socialismo perspectivado por Marx, percebemos que a “nova esquerda” não conseguiu compreender as condições históricas e sociais desses países, assim como não compreenderam o próprio pensamento marxiano. O capitalismo atrasado na Rússia, por exemplo, criou infundáveis dificuldades para o desenvolvimento tecnológico do país, impossibilitando a satisfação das necessidades societárias, a redução da jornada de trabalho e a substituição do trabalho assalariado para o trabalho livre e associado.

Os momentos históricos são sempre um campo de possibilidades, no interior do qual os indivíduos e grupos sociais fazem as suas escolhas. Mas este campo de possibilidades, embora elástico, tem limites que não podem ser ultrapassados. Portanto, sem um amplo desenvolvimento das forças produtivas não será possível a socialização e o desenvolvimento das riquezas materiais e espirituais. No entanto, caso os homens consigam desenvolver as forças produtivas sob um sistema de trabalho livre e associado, todas as esferas assentadas sob a propriedade privada tendem a desaparecer.

Do mesmo modo, o capital, o mercado e o Estado desaparecerão assim como as suas derivações: democracia, cidadania, partidos políticos, alternância no poder, pluralismo político. O próprio direito é a confissão cabal de que impera uma desigualdade real, impossíveis de serem realizados na esfera política por meio de uma igualdade formal. Neste sentido, a desigualdade social é, portanto, o solo matrizador do

---

<sup>671</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. São Paulo, Cortez, 1992, p.35-36.

direito. Vale dizer, o direito regula a atividade social no interior de uma sociabilidade fundada na desigualdade social sem, em nenhum momento, atingir a raiz dessa desigualdade. Assim como a política, o direito é expressão e condição de reprodução da desigualdade social.

É necessário deixar claro, portanto, que o aperfeiçoamento da democracia e o aprofundamento da cidadania fazem parte da luta por emancipação política, a luta por uma liberdade formal e parcial, já que se encontra ainda assentada sob a propriedade privada e o capital.

A pluralidade de partidos defendidos pelos ideólogos do “socialismo democrático”, por exemplo, se insere nos limites da emancipação política, já que a existência de partidos pressupõe a existência de interesses de classes. Em uma sociedade “para além do capital” os partidos não são suprimidos, simplesmente se perde o sentido de duas existências, já que se desaparece o seu chão social.

No que tange a questão da transição, os ideólogos do “socialismo democrático” advogam que ela se dará por “via democrática”, pois entendem que “a democracia não é *um* caminho para o socialismo, mas sim *o* caminho do socialismo”. Esse caminho democrático se daria por meio de uma ampla aliança com forças progressistas, constituindo um “bloco histórico” que disputaria a hegemonia na nova sociedade civil e no Estado, a fim de realizar uma busca permanente pela “socialização política”. Assim, quando se afirma que a democracia é “o” caminho para o socialismo está se afirmando para “bons entendedores” que o eixo da luta para o socialismo é o parlamento e que as lutas populares devem sintetizar a suas reivindicações por intermédio dessa esfera institucional.

Conforme afirma Coutinho, se os parlamentos permanecerem abertos à pressão dos organismos populares “podem ser o local de uma síntese política das demandas dos vários sujeitos coletivos, tornando-se a instância institucional decisiva da expressão da hegemonia negociada”.<sup>672</sup> Coutinho afirma ainda que, na atual ordem social, já estão em curso ganhos democráticos efetivos para o processo de transição e, assim, seria um equívoco afirmar que um “novo patamar no processo de democratização só possa se manifestar, em todos os seus aspectos, após a plena conquista do poder pelos trabalhadores”<sup>673</sup>. O espaço democrático não seria apenas o *locus* privilegiado, para o

---

<sup>672</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. São Paulo, Cortez, 1992, p.31.

<sup>673</sup> Idem, p.22.

qual as lutas da classe trabalhadora pela superação do capital deveriam ser conduzidas. Seria também o espaço onde a “nova” sociedade se aperfeiçoaria de modo indefinido.

Deixar a luta socialista circunscrita à esfera política significa não reconhecer o trabalho como dimensão fundante do ser social. A luta extraparlamentar, quando subordinada ao parlamento, tende a redundar num reformismo caudatário. Tal perspectiva tem provocado, ao longo da história, a perpetuação de uma esquerda pronta para aperfeiçoar o Estado, administrar e domesticar o capital. Eric Hobsbawm sintetiza essa constatação:

Em resumo, hoje a divergência entre liberais e socialistas não diz respeito ao socialismo, mas ao capitalismo. [...] Em princípio, socialistas e liberais (com exceção dos teólogos neoliberais) aceitam uma economia mista. Muitos socialistas [...] perguntam-se se existe realmente uma linha separando economias mistas não-socialistas das socialistas e, se houver, onde deve ser traçada e o que distingue as sociedades do lado socialista das que estão do lado não-socialista.<sup>674</sup>

O desconhecimento das particularidades do capitalismo brasileiro, bem como a inexistência de uma crítica radical quanto aos pressupostos filosóficos do stalinismo, findam por colaborar para que a nova geração de revolucionários não arrisque um papel decisivo na crise aberta pelo processo de “transição pelo alto”. Vulnerável teórica, política e ideologicamente, a nova geração de marxistas terminou por reproduzir uma variante da velha forma de militância stalinista. O voluntarismo e a crença no desenvolvimento teleológico da história, característicos dos velhos tempos, são agora revividos com um extrato abertamente religioso, fornecido pela Teologia da Libertação. A vontade de lutar pela justiça e a fé no socialismo, agora entendidos nos moldes de um igualitarismo cristão, substituem a compreensão científica da realidade.

Como produto dessa particularidade histórica surgiu uma nova “ideologia revolucionária” eclética, profundamente confusa e amorfa, caracterizada por uma síntese da Teologia da Libertação com as velhas concepções stalinistas de militância e acerca do papel do indivíduo na história. Ao ser confrontada com a necessidade de um novo programa para reestruturação do Brasil, no contexto de crise do “milagre” e decadência da autocracia burguesa, os novos socialistas, por mediações as mais variadas, findou por emaranhar um mistificador programa estratégico. Com base em

---

<sup>674</sup> HOBBSAWM, Eric *apud* SADER, Emir (org.). *O Mundo Depois da Queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p.225.

uma crítica formal ao modelo soviético e às velhas concepções políticas da esquerda, dita “tradicional”, valoriza as concepções democráticas de cunho liberal radical. Deste modo, afirmam uma proposta democrático-radical que, além da democracia formal (igualdade efetiva entre os concorrentes eleitorais, controle do poder econômico nas disputas eleitorais, controle das fraudes, etc.), exige também uma política de distribuição de rendas e de reforma agrária. Tal postura distributivista resulta no reconhecimento do direito à propriedade privada e nos mecanismos políticos democrático-burgueses, a panaceia contra os males do “totalitarismo soviético”.

Com a queda do Muro de Berlim e a derrocada da União Soviética, tanto no Brasil, como no debate internacional, a revalorização da “política” e da sua “autonomia” levou à “redescoberta” do papel central do indivíduo para a ação política, ou seja, a “redescoberta” do “sujeito” e, por estas e outras mediações, chegou-se à revalorização das teses liberais acerca da liberdade, do indivíduo, do mercado e do Estado. Esses debates corroboram para que a nova “nova esquerda” explicita a sua defesa da democracia e do mercado como mediações indispensáveis para a efetiva liberdade humana.

Com o fim do “socialismo real”, as categorias marxistas do século XX abrem caminho para as teses de Habermas que, concebendo o consenso como verdadeiro motor da história, forneceu às teses conservadoras e reformistas, uma base de apoio para a fundamentação teórica das suas proposições. A modernidade somente entraria no Brasil quando a ultrapassada proposta de supressão do outro no panorama político fosse superada pela concepção, mais “moderna e racional”, de busca do consenso entre os opositores. Ao invés da superação do capital, a esquerda deveria adentrar no jogo democrático de modo a estabelecer um consenso nacional que levasse à introdução do Brasil entre os países capitalistas mais avançados.

Como já dito em outros momentos, a defesa da democracia e do mercado como *telos* para a humanidade é tributário de uma ausência de crítica radical ao marxismo conhecido no século XX e que ganhou uma interpretação acentuadamente vulgarizada com o advento do stalinismo. Com isso, é corrente na compreensão desse marxismo vulgar no Brasil, a afirmação da determinação direta da subjetividade pelo mundo material e a redução do indivíduo a objeto da infra-estrutura. Entretanto, esta determinação direta do subjetivo pelo material convive lado a lado com a concepção epistemológica pela qual o objeto do conhecimento é absolutamente distinto do objeto real. Deste modo, a explicação marxista vulgar da relação entre a subjetividade e a

materialidade se reveste de dificuldades verdadeiramente insuperáveis. Estas dificuldades estão na origem de uma dicotomia teórica que pode ser sintetizada nestes termos: o conteúdo do pensamento é determinado de modo absoluto pela materialidade e, ao mesmo tempo, é o produto exclusivo da subjetividade.

A inabilidade em superar a dualidade subjetividade/objetividade conduziu uma parte significativa da “nova esquerda” para uma concepção política dual, na qual indivíduos e sociedade compõem dois pólos necessariamente antagônicos. Sob diversas formas, entre esses intelectuais, surgiu novamente uma questão típica do liberalismo clássico, qual seja, a procura de um modelo político capaz de absorver de modo ideal os inevitáveis embates produzidos pelas antagônicas relações entre indivíduos e sociedade. A individualidade terminou por se converter no *locus* por excelência da liberdade, o mercado adquiriu funções positivas na regulamentação das inevitáveis disputas individuais e a política e o Estado, passaram a ser considerados como mediações indispensáveis, pois essenciais à civilização.

Expressão institucionalizada dessas concepções, o PT coloca-se como parceiro da “novidade” promovendo na revista *Teoria e Debate* uma leitura anti-leninista de Gramsci cujo eixo está na afirmação da necessidade de um longo processo pedagógico que conscientize as classes populares dos seus interesses históricos, construindo deste modo uma contra-hegemonia à dominação burguesa. Por esse caminho, o conceito de hegemonia de Gramsci, associado às influências da pedagogia de Paulo Freire e à Teologia da Libertação, forneceu subsídios ao partido para se desvencilhar do passado soviético e aderir à tese da “democracia como valor universal”.

Canonizando a democracia e embrenhando-se nas formas suas de procedimento, o PT assumiu a sua vocação de radicalismo abstrato, subsumindo o seu *corpus* teórico ao “participacionismo” correspondente à fé na totalização do poder liberal instaurado e inexequível.

Produto de uma concepção teórica-ideológica de baixa qualidade, o “participacionismo” redundava numa participação degenerada e que, aliada ao desprezo por programas, desemboca num espontaneísmo e na crença do voluntarismo político como prática resolutiva dos males sociais. Nas palavras de Chasin:

Da mesma forma que economicismo e politicismo são degenerações, respectivamente, da luta econômica e da luta política, o participacionismo é a participação degenerada. Nas três a constante é a atrofia da consciência. Ao primeiro falta o sentido do poder; ao segundo, o sentido da determinabilidade da produção e reprodução da entificação social; ao terceiro, o

sentido da própria consciência. Do primeiro ao terceiro vai a linha descendente do espontâneo ao espontaneísmo, redundando na concepção declinante da política como mera volição ou invenção.<sup>675</sup>

A crítica de Chasin é endereçada ao Partido dos Trabalhadores que, durante os anos de 1980, eximiu-se de cumprir a função de dirigente das massas em diversas oportunidades históricas, sob a falácia de construir o “socialismo do dia-a-dia” por meio das necessidades cotidianas dos trabalhadores. Baseado nessa lógica, desarmou as massas que ficaram prostradas como meras testemunhas do jogo da “abertura política”:

O participacionismo é a participação sem consciência participante ou a presença participante sem consciência, isto é, a presença inativa da consciência desarmada, reduzida, quando muito, a puro testemunho, e exposta, sem saída, à instrumentalização, seja por parte de deus, seja por parte do demônio.<sup>676</sup>

Prosseguindo em sua crítica à abstenção petista diante das oportunidades históricas da década de 1980, Chasin realiza a necessária distinção entre “participar” e “participacionismo”:

Participar é atar-se, sob forma consciente, à política concreta pelas demandas finitas de um momento histórico dado, no processo verdadeiramente infinito da auto-edificação humana e de sua emancipação. Participacionar é servir como número à manipulação politicista, destituído de classe, consciência e individuação, sem vínculo concreto com a construção do humano e de sua liberdade.<sup>677</sup>

### **3.3. Metapolítica e emancipação humana**

Para que possamos realizar uma crítica radical aos pressupostos do “socialismo democrático” precisamos retomar uma questão básica, porém, essencial: o que é o socialismo? O que significa, de antemão, recuperar a centralidade do trabalho, em detrimento da centralidade da política, de modo a ver nessa categoria tanto o fundamento ontológico do ser social e, portanto, o fundamento de qualquer forma de sociabilidade, como o elemento norteador do processo revolucionário em direção ao socialismo.

---

<sup>675</sup> CHASIN, José. *A Miséria Brasileira: 1964 –1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000, p.161-162.

<sup>676</sup> Idem, p.162.

<sup>677</sup> CHASIN, José. *A Miséria Brasileira: 1964 –1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000, p.162.

O que se entende é que, ao supor que a centralidade está na política, há a rebaixamento da esfera do trabalho a uma posição relativamente secundária, apondo-a como um fator onde não se sabe mais qual a sua força determinativa. Nesse concepção, a centralidade da política recusa os esboços ontológicos de Marx em dois momentos centrais:

1) reduz o complexo fundante a fator, empobrece e estreita sua manifestação, irradiação e responsabilidade pelo conjunto da formação; 2) desordena a lógica determinativa, não mais se tem a linha consistente de determinação, as relações determinativas passam a ser voláteis, arbitrarias ou fortuitas, tendendo sempre a predominar, em última análise, a determinação da política como determinação decisiva<sup>678</sup>.

Compreendo que, tanto no caso do caminho reformista, quanto no caso do caminho soviético, o que aconteceu foi um deslocamento da centralidade do trabalho em direção à centralidade da política. Assim, o protagonismo da revolução foi retirado das mãos da classe trabalhadora para ser entregue ao Estado que, para Marx, é, por sua natureza, produto da reprodução da desigualdade social e, portanto, da exploração do homem pelo homem.

As revoluções de tipo soviético defenderam a tomada do poder para, por meio dele, realizar as transformações rumo ao socialismo. O que denota dizer que competiria à política (ao Estado) o papel de capitanear a construção do socialismo. Já a proposta reformista, defendida tanto por social-democratas, quanto pelos ideólogos do “socialismo democrático”, impunha à política a função de eixo norteador da construção pelo socialismo na totalidade do processo. Os reformistas entendiam que se tratava de uma caminhada lenta e gradual, não admitindo, em momento algum, uma ruptura radical. A consequência dessa concepção é que o eixo de toda a luta social, mesmo das lutas travadas fora do parlamento, está colocado no interior deste. Isto porque se pressupõe que a superação do capitalismo seja um processo que se realize sem que haja um rompimento com as instituições democráticas.

Nas duas perspectivas o que se evidencia é a perda da compreensão do homem em seu processo de autoconstrução, em favor de categorias políticas e/ou econômicas desconectadas do processo de tornar-se homem. Como demonstra Chasin:

O que fica perdido, quando a obra marxiana é tomada de modo cientificista, seja reduzida a uma disciplina qualquer (economia,

---

<sup>678</sup> CHASIN, J. *Ensaio Ad Hominem/Estudos e Edições Ad Hominem*. São Paulo: Ad Hominem, 2000, n.1, tomo III, p.35.

história, política) ou à mera reflexão gnosiológica (lógica, epistemologia, teoria do conhecimento), ou ainda à simples ideação da prática política, – é justamente o centro nervoso e estruturador da reflexão marxiana: o complexo de complexos constitutivo pela problemática da autoconstrução do homem, ou, sumariamente, o devir homem do homem.<sup>679</sup>

Ao percorrermos o caminho intelectual de Marx, verificamos que ele realiza uma ruptura com a busca por compreender “a coisa da lógica”, própria do seu neo-hegelianismo pré-1843, em favor da busca por compreender “a lógica das coisas”, própria do pensamento marxiano propriamente dito. Tal ruptura fez Marx realizar um extenso trabalho de buscar na economia política a “anatomia da sociedade civil” e, no trabalho, compreendido como transformação da natureza, o ato ontológico-primário do ser social. Neste sentido, Marx rompe com a filosofia especulativa de seu pensamento anterior e inicia o seu processo de partir “da terra para o céu”, “dos indivíduos concretos, sua ação e suas condições materiais de vida...”, ou seja, na sua concretude histórico-social.

José Chasin, referindo-se ao fato de que Marx inaugura uma nova forma de pensar que compreende o mundo até a sua raiz, diz que, eliminada a especulação, o pensamento

Volta ao mundo para tomá-lo no complexo de complexos de sua totalidade. Debruça-se sobre ele para capturá-lo pela raiz, colhê-lo pela anatomia da sociedade civil, matriz da sociabilidade (pela dimensão social fundante, não por um fator social qualquer, escolhido a talante e conveniência do intérprete). Ou seja, operação ontológica que rastreia e determina o processo de entificação do mundo e da lógica de sua transformação.<sup>680</sup>

Coloca-se como imprescindível, portanto, a tarefa de procurar, na análise de qualquer fenômeno social, a lógica da sua constituição a partir da raiz do ser social, isto é, da economia, entendida como o modo como os homens produzem e reproduzem os seus meios de vida, que se constitui como raiz do processo de tornar-se homem. Por isso, é preciso desvendar, no curso do processo, a relação entre as determinações mais essenciais e as formas concretas em que elas se manifestam. É no processo real e objetivo que o sujeito deve buscar, de modo ativo, tanto o conhecimento como a

---

<sup>679</sup> CHASIN, José. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Ensaio*, n. 17/18, São Paulo, 1989, p.30.

<sup>680</sup> CHASIN, J. Marx: Da Razão do Mundo ao Mundo sem Razão. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Marx Hoje*. n.1, São Paulo: Ensaio, 1987, p.45.

orientação para a ação. É nesse estatuto ontológico, portanto, que Marx encontra, no trabalho, a matriz fundante do ser social.

Partimos então da concepção marxiana do trabalho como ato que funda o ser social. Ele é o único elemento que faz a mediação entre o ser natural e o ser social. Neste sentido, o surgimento do ser social está intrinsecamente vinculado à constante necessidade de intervenção sobre a natureza a fim de atender as necessidades humanas. Isso significa dizer, entre outras coisas, que o trabalho como produtor de valor de uso será uma necessidade infundável da humanidade, evidenciando, desse modo, que o trabalho é o elemento fundante de toda forma de sociabilidade. De modo que, ao transformar a natureza, os homens se transformam a si mesmos e vão construindo determinadas relações sociais e todo o conjunto das outras esferas. Deste modo, o ser social se torna cada vez mais complexo, o que dá origem a novas questões.

A dimensão cada vez mais complexa das relações sociais faz surgir desafios que não mais podem ser solucionados diretamente no âmbito do trabalho. O enfrentamento dessas novas questões exigirá o surgimento de novas dimensões da atividade social, com uma natureza e uma legalidade específicas. Sua origem última está no trabalho, mas sua função social já não se refere diretamente à transformação da natureza. Temos, assim, a arte, a religião, a política, o direito, etc. Cada uma delas tem uma função própria na reprodução do ser social.

Vale a pena ressaltar que, afirmar a existência de uma dependência intrínseca dessas manifestações com o trabalho, em nada permite justificar uma interpretação mecanicista ou economicista. O que se quer afirmar é que o trabalho é a raiz a partir da qual, em momentos e com funções sociais diferentes surgem as outras esferas. Capturar a definição dessas esferas significa entender, a partir da sua gênese, a função que exercem na reprodução do ser social. Porém, não significa que as outras esferas sejam uma emanção direta do trabalho, nem que sejam inferiores ou superiores a ele. A sua configuração resulta não apenas de sua relação com o trabalho, mas também com todas as outras esferas. Assim, o ser social se constitui como uma totalidade articulada em processo, um complexo de complexos, pois nele todas as partes interagem e se constituem em determinação recíproca. No entanto, qualquer transformação no interior do ser social só pode ser radical na medida em que atinge profundamente a sua raiz, ou seja, o trabalho.

No que se refere a umas das esferas mais importantes do ser social, o poder político, Marx o considerava expressão da alienação, poder organizado de uma classe

para opressão de outra, um instrumento de manutenção e reprodução da exploração do homem pelo homem e, por isso, denotava-lhe um caráter negativo. A raiz do poder político está, para Marx, precisamente no trabalho, nas relações de produção, na propriedade privada, ou seja, na propriedade gerada da exploração do trabalho. É porque a sociedade se encontra dividida em classes antagônicas que se faz necessária a existência do poder político. Neste sentido, uma sociedade em que inexistam classes sociais não necessitará de poder político, mas apenas da potência que possibilite a sua autoadministração. A isso, Marx chama de “administração das coisas” em contraposição à “administração dos homens”, típica das sociedades de classes.

Nas palavras de Marx: “o Estado jamais descobrirá no Estado e na organização da sociedade a razão dos males sociais”. Ou ainda, “todos os Estados buscam em defeitos casuais ou intencionais da administração a causa de seus males e recorrem, por consequência, a medidas administrativas para os remediar”.<sup>681</sup> Desse modo, Marx enfatiza a impotência do poder político diante do capital.

O Estado não pode superar a contradição entre a boa vontade e a disposição da administração e sua capacidade e os meios que tem para operar, sem destruir a si mesmo, já que repousa sobre esta mesma contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Daí que a administração tenha de se limitar a uma atividade formal e negativa, pois sua ação termina onde começa a vida civil e sua ação. Por isso a impotência é a lei natural da administração.<sup>682</sup>

E Marx enfatiza com: “se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência de sua administração, teria de acabar com a atual vida privada. E se quisesse acabar com a vida privada, teria de destruir a si mesmo, pois o Estado só existe em oposição a ela”.<sup>683</sup> Por isso mesmo, ainda que o Estado possa interferir nessas relações, por sua própria natureza, jamais poderá alterá-las radicalmente.

No entanto, há entre aqueles que advogam o marxismo a compreensão de que, na medida em que o poder político seja transferido para as mãos dos trabalhadores, possa se tornar um instrumento positivo a serviço da construção de uma outra ordem social. O Estado passaria, então, a ser visto como uma arena na qual cada um dos antagonistas poderia se tornar hegemônico e vencedor, ou como um instrumento que poderia ser posto a serviço desta ou daquela classe. Porém, o Estado não deixa de ser

---

<sup>681</sup> MARX, K. *apud* CHASIN, José. *Ensaio Ad Hominem*. Santo André: Ad Hominem, 2000, n.1, T.3, p.154.

<sup>682</sup> Idem, *ibid.*

<sup>683</sup> Idem, *ibid.*

um poder do homem sobre o homem porque é exercido pelos trabalhadores e, portanto, não deixa, jamais, de ser uma expressão da alienação a representar o choque do poder político do trabalho contra o poder político do capital. A verdadeira força de ambos não se encontra ali, mas no processo de produção, onde surge a riqueza. Sua natureza, em suma, é sempre de uma força de dominação do homem sobre o homem.

As chamadas revoluções socialistas do século XX ocorreram em países atrasados e, por isso, tiveram que lançar mão da exploração e da repressão para desenvolver mais rapidamente as forças produtivas ao mesmo tempo em que conferia certos limites políticos à lógica do capital e isso, por intermédio do Estado. Em uma situação de atraso, aquele desenvolvimento só pode ser feito por via da exploração dos trabalhadores, o que provoca, necessariamente, a apropriação não social da riqueza, já que este é expropriado pelo Estado. A condição de atraso conferiu um destino trágico a esses trabalhadores. A carência, como diz Marx em *A Ideologia alemã*, levará necessariamente à *luta pelo necessário* e ao restabelecimento da “imundície” anterior.

[...] este desenvolvimento das forças produtivas [...] é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a carência, recomençaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida.<sup>684</sup>

Tais experiências demonstram a impossibilidade de solucionar os males sociais por meio de resoluções políticas. É por isso que o trabalho como fundamento do ser social, sob a forma de trabalho associado, deveria ser a matriz da emancipação humana. No entanto, as revoluções do século XX foram revoluções sociais com alma política, ou seja, revoluções que não eliminavam a exploração e a dominação do homem pelo homem. A revolução sob a lógica onímota do trabalho é a primeira a ser, necessariamente, uma revolução política com alma social. A revolução do trabalho deve ser uma revolução que altere radicalmente as relações de produção, instaurando uma forma de trabalho essencialmente livre e que, por isso, expresse o grau mais alto da liberdade humana. O período político é necessário, mas ele é apenas um momento preparatório para dissolver o poder político da burguesia. Contudo, dado esse primeiro passo, é a alma social da revolução que deve se por. Nesse sentido, Marx afirma:

Se é parafrático ou absurdo uma revolução social com alma política, é racional, ao contrário, uma revolução política com alma social. A revolução em geral – a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações – é um ato político.

---

<sup>684</sup> MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986, p.50.

Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político.<sup>685</sup>

Engels corrobora a afirmação de Marx:

Embora o proletariado precise do Estado, dele não necessitará no interesse da liberdade, mas para submeter seus adversários, e logo que se possa falar em liberdade, o Estado enquanto tal deixará de existir. Por isso, nós poderíamos empregar sempre, em vez da palavra Estado, a palavra “comunidade” (Gemeinwesen), uma boa e antiga palavra alemã que equivale à palavra francesa Commune<sup>686</sup>.

E Lenin, comentando essa afirmação de Engels, diz

A Comuna já não era um Estado no sentido verdadeiro da palavra”: essa é a afirmação mais importante de Engels, do ponto de vista teórico. (...) A Comuna ia deixando de ser um Estado, uma vez que seu papel não consistia em reprimir a maioria da população, mas a minoria (os exploradores); havia rompido a máquina do Estado burguês; em vez de uma força especial para a repressão, entrou em cena a própria população. Tudo isso significa afastar-se do Estado em seu sentido estrito. E se a Comuna tivesse se consolidado, nela se “extinguiriam”, por si mesmos, os vestígios do Estado, não seria necessário “suprimir” suas instituições. Estas teriam deixado de funcionar na medida em que não tivessem nada a fazer.<sup>687</sup>

Deste modo, cabe à política realizar as tarefas negativas e o trabalho as tarefas positivas. Trata-se da subordinação da política ao trabalho e não o oposto, como aconteceu nas tentativas revolucionárias do século XX. Assim, a perspectiva marxiana indica que a revolução deve conduzir à emancipação humana transformando as relações de produção e instaurando o controle livre, consciente e coletivo dos produtores sobre o processo de produção.

Essa constatação nos leva a problematizar a pertinência da tese do “socialismo democrático” e a romper criticamente o nexo entre socialismo e democracia. Ao colocar o problema da relação entre socialismo e liberdade no terreno da política, atribui-se a esta categoria um lugar central na constituição da realidade social. A liberdade política, defendida por esses ideólogos, apesar de ser uma forma superior de objetivação da

---

<sup>685</sup> MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. Por um prussiano. *Práxis*, n.5, Belo Horizonte, 1995, p.90.

<sup>686</sup> LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 108.

<sup>687</sup> Idem, p. 109.

liberdade, comparada com as sociabilidades anteriores, é ainda estreita e limitada, sendo ainda típica do mundo do capital. Com base nesta, concepção vêem como construção do socialismo a aceitação da forma possível e limitada de liberdade na moldura imposta pelo mundo do capital, qual seja, a liberdade política. A esse respeito, Chasin afirma:

Liberdade típica do mundo do capital, a liberdade política é a liberdade parcial e unilateral do homem, e por isso mesmo a plena liberdade do capital – da propriedade privada, categoria inerente à mônada que se verga sobre si mesma, e que se obriga a morrer sobre si própria em idêntico isolamento.<sup>688</sup>

Não podemos perder que as formas institucionais de liberdade são permanentemente limitada pela forma política da democracia,

de uma ou de outra maneira pertencente ao anel perpetuador da totalização recíproca entre sociedade civil e estado. É, decerto, parte de um circuito menos perverso que outros – não por isso deixa de ser um modo pelo qual a sociedade civil, ou melhor, seu setor ou setores dominantes reproduzem a formação política segundo sua própria imagem<sup>689</sup>.

Assim, por mais que o PT procure a supressão dos nexos entre liberalismo e democracia, deixando a democracia reservada para aqueles que defendem o aprofundamento do âmbito da vida pública, e liberalismo para os que demandam pôr fim aos limites da vida privada, é impossível superar a fusão intrínseca que os une.

É nesse sentido que, tanto democracia como liberalismo, se conformam como objetivações particulares de liberdade. Sobre isso, Chasin defende que liberalismo e democracia são

Formas organicamente articuladas e complementares de liberdades diversas, ou seja, o liberal-democrático é uma unidade do diverso, e só enquanto tal se afirma como existência efetiva, não importando que na gênese histórica que a concretiza os vetores que a integram tenham seguido a tendência do desenvolvimento desigual e combinado<sup>690</sup>.

Ao assentarmos a ênfase na centralidade do trabalho, pretendemos mostrar que a luta socialista deve se fundamentar na questão da liberdade plena, portanto, para além do horizonte da democracia e da cidadania, pois deve ter no horizonte a consolidação da liberdade a partir da interatividade social no processo de autoconstrução humana

---

<sup>688</sup> CHASIN, José. A determinação ontonegativa da politicidade. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio Ad Hominem*. Santo André: Ad Hominem, 2000, n.1, T.3, p.125.

<sup>689</sup> CHASIN, J. *Ensaio Ad Hominem/Estudos e Edições Ad Hominem*. São Paulo: Ad Hominem, 2000, n.1, tomo III, p.97.

<sup>690</sup> CHASIN, J. *A Miséria Brasileira*. São Paulo: Ad Hominem, 2000, p. 205.

consciente, apenas permitido como base o trabalho associado. Neste sentido, Chasin afirma:

A democracia, não por constituir a forma de liberdade originária da sociabilidade do capital, mas por ser a *forma acabada da liberdade limitada*, tem de ficar para trás, quando se trata de ampliar ou expandir, de dar prosseguimento à edificação da própria liberdade. Tem de ser ultrapassada como desobstrução da rota que conduz a níveis mais elevados de liberdade ou emancipação. Caminho que não é, nem pode ser, a dilatação da liberdade política, uma vez que esta – a democracia – é a sua forma final; ou seja, não há, *politicamente*, um para além da democracia, ao mesmo tempo que ela é uma figura que estaciona no aquém da *forma 'final'* da liberdade. Ou seja, é uma forma particular de liberdade, homóloga à particularidade do modo de produção do capital, e, enquanto tais, formas transitórias de produção e liberdade. A questão, por conseguinte, não se delucida pelo aumento impossível da quantidade de liberdade política, mas somente se resolve no terreno de uma nova qualidade de liberdade, em um salto de padrão em matéria de liberdade.<sup>691</sup>

A superação da liberdade, para além da liberdade pública, faz com que a liberdade seja refundada na cotidianidade, de modo que os indivíduos passam a compreender e a reger conscientemente a forma societária que os engendra e que é por eles engendada. A liberdade plena está, por conseguinte, para além da questão da cidadania e das equações democráticas, pois tem em perspectiva sua consolidação no grau em que põe a possibilidade da autoconstrução dos homens e de sua mundaneidade. Prosseguindo nas palavras de Chasin:

O que significa que pela potência onímoda da lógica do trabalho, difundida por toda enervação da convivência, o indivíduo recupere em si mesmo o cidadão abstrato, não mais separe de si força social sob a forma de força política, reconheça e organize suas próprias forças como forças sociais, de modo que converta, por tudo isso, na vida cotidiana, no trabalho individual e nas relações individuais, em ser *genérico*, em individuação atual pela potência de seu gênero. Ou seja, viver cotidianamente em liberdade é viver em autoconstrução, em revolucionamento, porque é efetivar a existência na e através da comunidade interativa dos homens. Numa palavra, ser livre é ser socialmente humano ou, o que é o mesmo, humanamente social, como indica a X Tese *Ad Feuerbach*.<sup>692</sup>

No caso da especificidade histórica da sociedade capitalista, a classe trabalhadora, devido ao papel que cumpre no processo produtivo, adquire uma

---

<sup>691</sup> Idem, p.207-208.

<sup>692</sup> CHASIN, José. *A determinação ontonegativa da politicidade*. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio Ad Hominem*. Santo André: Ad Hominem, 2000, n.1, T.3, p.127.

dimensão essencialmente revolucionária, já que é o agente produtor de riqueza dessa sociedade. Desse modo, é a única que possui condições de realizar uma “revolução política com alma social”, o que significa dizer que ela detém a possibilidade de destruir o poder político no sentido de viabilizar uma nova forma de sociabilidade, fundada no trabalho livre e associado. Por isso, na perspectiva marxiana, não se trata de distribuir melhor a riqueza produzida, como deseja o programa petista de distributivismo keynesiano.<sup>693</sup> A forma da distribuição já está pressuposta na forma da produção.

Ao investigar então a sociedade do tempo, Marx verifica que o seu fundamento é o capital e que, junto com o capital surgem a propriedade privada, a divisão do trabalho, o mercado e o trabalho assalariado. A liberdade da sociedade capitalista é superior à feudal, dada a igualdade de todos perante a lei. Mas, por outro lado, na medida em que o capital submete os homens a poderes cuja origem e natureza, ignoram, e lhes confere formas de ser e de agir que fogem ao seu controle, fixa-lhes o interesse particular como fundamento estruturador tanto do indivíduo, quanto das relações sociais. A esse respeito, Marx afirma:

É inércia considerar a livre concorrência como o último desenvolvimento da liberdade humana e a negação da livre concorrência, negação da liberdade individual e da produção social fundada na liberdade individual. Não se trata, precisamente, nada mais do que do desenvolvimento livre sobre uma base limitada, a base da dominação do capital. Enfim, esse tipo de liberdade individual é ao mesmo tempo a abolição mais plena de toda liberdade individual e a submissão cabal da individualidade a condições sociais que adotam a forma de poderes objetivos, inclusive de coisas poderosíssimas, de coisas independentes dos próprios indivíduos que se relacionam entre si.<sup>694</sup>

Portanto, Marx esclarece que o sistema de mercado não é o meio mais apropriado para o desenvolvimento humano, como também é a forma mais plena da negação da liberdade. E como liberdade é a capacidade de autoconstrução, no sistema capitalista, essa possibilidade é inexistente.

---

<sup>693</sup> Wladimir Pomar expõe esse pensamento no interior do PT: “[...] no capitalismo reformado do governo Lula o que se pretendia era democratizar o capital através de uma profunda redistribuição da renda [...] também ao contrário do que se propalava, o governo Lula não pensava em expulsar as empresas de capital estrangeiro, ou impedir sua entrada no país [...] Embora já tenha amadurecido entre nós a ideia de que não é possível fugir ao processo de internacionalização crescente da economia, isso não significa que não se estabeleçam normas de relacionamento com o capital estrangeiro que garantam a soberania nacional e tragam algum tipo de benefício para o conjunto da sociedade”. POMAR, Wladimir. *Quase lá – Lula, o susto das elites*. São Paulo: Brasil Urgente, 1990, p.43.

<sup>694</sup> MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.169.

Trata-se, pois, de introduzir uma nova forma de produção que, então sim, sugere uma distribuição de acordo com as necessidades humanas, e não com a reprodução do capital. Mas para que isso seja possível, faz-se necessária a existência de uma base material adequada, ou seja, um alto desenvolvimento tecnológico que possibilite a redução do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção, com condições de estabelecer o tempo livre como elemento socialmente predominante; a extinção do trabalho assalariado e a instauração do trabalho emancipado.

Deste modo, o acesso do indivíduo aos bens materiais e espirituais gerados pelo conjunto da humanidade, assimilando-os como seu ser, e a socialização das energias físicas e espirituais, tornando-as patrimônio de toda a humanidade, são condições indispensáveis para que se alcance um novo patamar, desta vez, ilimitado, de autoconstrução do indivíduo e da humanidade. Como diz Chasin:

O trabalhador poderá ser um indivíduo livre, entre individualidades livres, se e somente se tiver acesso efetivo aos meios de subsistência e em escala crescente, que corresponda à ampliação e à renovação de seu gradiente de necessidades humanas (materiais e espirituais), próprias à construção de sua personalidade, e, simultaneamente — sine qua non — se exercer a responsabilidade social da autodeterminação do trabalho. É do que consiste, em seu fulcro, a “organização livre dos trabalhadores livres”, ou seja: a sociabilidade ordenada pelo trabalho vivo, ou, como Marx a chamou, “a sociedade humana ou a humanidade social”.<sup>695</sup>

O controle coletivo e consciente do trabalho livre e associado tem a possibilidade realizar um amplo desenvolvimento das forças produtivas e gerar riqueza material e espiritual para todos.

A questão hoje, porém, não é esta. No atual momento da barbárie da dominação do capital sobre o trabalho, o que se pode fazer em prospectiva com a ideia e a prática da democracia? Chasin responde que a democracia deve ser mediação política, ou seja:

Como mediação, instrumento, e nesse sentido, pensa-la na sua real estrutura de nexos e liames substantivos. E assim, compreendê-la para além de uma simples mágica angelical das formas. Se ela só pode ganhar a trama e a lógica de sua matriz, se ela só pode ser política como política da “sociedade civil”, então sua verdade, sob a regência do capital só pode ser ou a conhecida verdade liberal dos proprietários ou então a verdade possível dos trabalhadores que neguem a placenta do capital.<sup>696</sup>

---

<sup>695</sup> CHASIN, José. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Ensaio*, n. 17/18, São Paulo, 1989, p. 57-58.

<sup>696</sup> CHASIN, José. *A determinação ontonegativa da politicidade*. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio Ad Hominem*. Santo André: Ad Hominem, 2000, n.1, T.3, p.98.

Chasin sustenta a inviabilidade da construção de uma democracia liberal no Brasil e que as duas alternativas possíveis são, ou a democracia dos proprietários, ou a democracia do trabalho que, ao contrário do que propõem os ideólogos do “socialismo real”, supõe, como eixo, uma reordenação tal da economia, levada a efeito sob a hegemonia das classes populares, dirigidas pelos trabalhadores, que torne possível realizar as tarefas econômicas e políticas que a burguesia não tem condições de realizar. Um reordenamento posto numa tal direção que, ainda que não signifique a imediata superação do sistema capitalista, aponte decididamente para este objetivo.

O fato de a emancipação humana ser o objetivo superior de toda a luta, não significa que ela deva ser posta, em qualquer momento, como meta imediata a ser atingida. Mas isto significa que toda proposta política deve ser perspectivada em função dela, com todas as consequências concretas que isto implica. O que vale dizer, para o caso brasileiro, que não é o mesmo propor uma luta perspectivada pela democracia do capital ou pela democracia do trabalho.

Desse modo, a democracia se constitui como uma forma particular de liberdade que deve ser superada por uma de sociabilidade que supere as bases materiais que assentam quaisquer formas de mediações políticas.

Da crítica ao poder político, ou seja, da negação às formas de dominação como fim em si mesmo, Chasin coloca no horizonte de toda análise a permanente e infinita revolução social/emancipação humana.

Só é legítimo o poder que nega esse poder discriminatório do poder, isto é, que dissolve a si mesmo. Poder legítimo unicamente porque discrimina para extinguir a discriminação, porque disputa, conquista e usa o poder político para aniquilar o poder político, porque sua conquista de poder e o uso correlato do mesmo, isto é, sua vitória, é simultaneamente sua dissolução, porque compreende, positivamente, a construção de uma nova ordem social, auto-regulada por suas próprias qualidades.<sup>697</sup>

Chasin novamente evidencia o caráter contraditório da negociação na política, o que nos faz aludir à fé cega da “nova esquerda” de promoção do socialismo por meio da conciliação entre capital e trabalho

A negociação é a grandeza e a miséria da política. Grandeza por reconhecer contraditórios e postular a via racional de sua resolução. Miséria porque a natureza de suas resoluções é sempre a prática da conciliação, não podendo nunca levar a contradição até o fim e nessa rota solucioná-la, mas apenas a

---

<sup>697</sup> Chasin, J. Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio Ad Hominem*. Santo André: Ad Hominem, 2000, n.1, T.III, p.39.

contorna, de modo que ela retorna mais adiante. A negociação é algo como uma protelação, por impotência resolutive, à espera de uma solução futura, que a ultrapassa e não depende dela.<sup>698</sup>

Contudo, identificamos, lembrando novamente o PT que, a prática política “é por natureza irresolutiva, de modo que é uma ilusão castradora assentar sobre ela a esperança de que as questões humano-societárias possam ser por seu meio efetivamente resolvidas”.<sup>699</sup> Essas características aludem ao projeto petista em seu clamor pela justiça social baseada na cidadania, como se a inserção na sociedade política seja conferida como direito inalienável. Isto nada mais é do que a expressão mais acovardada do reformismo. Neste contexto, a ênfase na cidadania como *telos* – política como realização da universalidade humana – é uma renúncia cega ou apavorada da revolução.

A fé cega na política como esfera resolutive dos males sociais se configura ainda mais como um absurdo caduco, pois não atenta para as transformações trazidas pela globalização. A esse respeito Chasin, afirma:

O universo econômico está esvaziando a política. Quanto mais a ordem do capital se desenvolve e completa, tanto mais se autonomiza e independe da intervenção estatal para se estabelecer e dominar. O segredo do estado é a sociedade civil.<sup>700</sup>

Para a construção de uma esquerda autêntica se impõe a necessidade de, com base em uma análise da realidade presente, estabelecer a perspectivação da revolução social, para tanto, é fundamental a redescoberta do pensamento marxiano e o resgate do humanismo, esquecido ao longo do século XX.

As deturpações do que se chamou de marxismo continua presente nos principais quadros teóricos da atual esquerda como, por exemplo, considerar o marxismo simples “crítica do capitalismo”. Estas deficiências quanto ao entendimento do marxismo, põe para a nova esquerda algumas tarefas/objetivos: “ontologia, crítica da política e a centralidade do processo da individuação social, e por isso a revolução social como necessidade permanente e infinita.”<sup>701</sup> Esses objetivos nos impõe a tarefa tardia do que Chasin chama de “redescoberta de Marx” e, na mesma escala, a penetração radical na realidade atual e a partir disso, pôr a necessidade da revolução social. Neste sentido, Chasin sintetiza o norte das tarefas da nova esquerda:

---

<sup>698</sup> Idem, *ibid.*

<sup>699</sup> Idem, *ibid.*

<sup>700</sup> Idem, p.41.

<sup>701</sup> Idem, p.51.

para manter alternativa socialista com sentido é preciso radicalizar, aprofundar até as raízes o conhecimento da realidade e das possibilidades que ela contém – compreender que a luta é contra o estado, e não pela estatização da economia e a perfectibilização do estado e do regime democrático.<sup>702</sup>

E, radicalizar significa ir à raiz e “a raiz do homem é o próprio homem”. Desse modo, deve-se desenvolver uma prática “metapolítica” que tenha no horizonte a emancipação humana e que, por isso, converta-se em “praticar uma política orientada pela superação da política, fazer uma política que desfaça a política, pois seu escopo é a reconversão e o resgate das energias sociais desnaturadas em vetores políticos”. Prática metapolítica é aquela que vai “se desfazendo, desde o princípio, de toda e qualquer politicidade”<sup>703</sup> e que aponta para a sociabilidade que a engendra colocando em xeque os pilares da “anatomia da sociedade”, o chão social que dela urge. Portanto, ao realizar uma prática política radical, impõe a essa revolução uma “alma social”, que não afirmará a soberania de uma classe, mas que, ao invocar as forças da lógica onímoda do trabalho, põe sob o chão toda a estrutura de uma sociedade de classes.

Como assevera Chasin, a revolução, no sentido marxiano, é o

ato social, que quebra as pernas da própria política, atinge a forma política, mas visa destruir a placenta e criar uma nova, na qual não mais ganhe raiz um novo seletor e sinalizador dos caminhos. Em suma, a emancipação, em seu processo de efetivação, restitui à ‘sociedade civil’ o poder que lhe fora ‘usurpado’ pela sociedade política<sup>704</sup>.

Nas palavras de Marx:

A classe laboriosa substituirá, no curso de seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo da sociedade civil.<sup>705</sup>

Nesse sentido, emancipação humana é o ato que põe fim ao estranhamento das formas de objetivação capitalistas; na asserção de Chasin é a

reunificação e reintegração de posse, social e individual, de uma força que estivera alienada. A força de produzir e reproduzir, na

---

<sup>702</sup> Idem, p.52.

<sup>703</sup> CHASIN, José. Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. In: TEXEIRA, F. J. S. *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995, p. 369.

<sup>704</sup> CHASIN, J. *Ensaio Ad Hominem/Estudos e Edições Ad Hominem*. São Paulo: Ad Hominem, 2000, n.1, tomo III, p.97.

<sup>705</sup> MARX, K. *apud* CHASIN, José. Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista. In: *Ensaio Ad Hominem*, v.1, T.III, 1999, 54

individuação e na livre associação comunitária, pela única forma que o homem conhece e da qual é capaz – a sua própria atividade<sup>706</sup>.

---

<sup>706</sup> CHASIN, J. *Ensaio Ad Hominem/Estudos e Edições Ad Hominem*. São Paulo: Ad Hominem, 2000, n.1, tomo III, p.97.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão deste estudo fornece indicações sobre a construção do pensamento político petista na década de 1980, percebendo-o como uma síntese de rupturas, de superação e, ao mesmo tempo, de continuidade com o pensamento dos partidos de esquerda que o precederam, demonstrando assim, caracteres ambíguos, conflituosos e contraditórios que concretamente incidiram sobre a prática petista.

As greves do ABCD e o processo de “auto-reforma da autocracia burguesa” colocavam o PT num momento histórico de grande singularidade para classe trabalhadora do Brasil. Nesse contexto, o PT foi possuidor de uma oportunidade histórica, propícia para delinear um programa econômico de transição sob a lógica onímota do trabalho. No entanto, aprisionado a uma análise imediatista, que não lhe possibilitou pensar além da ordem burguesa, terminou privilegiando seu campo de alianças com prejuízo aos movimentos sociais, ou seja, retirou do movimento social a sua característica principal – de agente da ação – transferindo-a ao partido.

Desde a sua fundação, em 1981, o PT defendeu uma via alternativa para fugir do dogmatismo dos partidos comunistas tradicionais, adotando a ideia de um “partido movimento”, que se consolidava na sua própria prática partidária. “Qual o socialismo quer o PT?”, perguntavam algumas pessoas, e a resposta era: “O socialismo que os trabalhadores fizerem na luta cotidiana”. Uma proposta construída com base nos próprios trabalhadores, mas que dizia muito pouco sobre qual era o projeto estratégico do partido. Desse modo, essas “formulações” não representariam uma ruptura com os erros históricos da esquerda considerada “tradicional”, como dizem alguns autores. Ao contrário, seria uma continuidade da tradição “economicista” e/ou “sindicalista” que tanto quis superar.

Esta perspectiva analítica se confirma mesmo após a consolidação do processo de “transição pelo alto”, já que a tônica no discurso petista não se modificou significativamente, pois prevalece a ideia de que seu programa, socialista ou não, seria definido “pelos trabalhadores”. Na prática, o PT, como sujeito dirigente e educador no sentido gramsciano, não assumirá seu papel como tal, ao contrário, o PT se mostrou incapaz de preparar uma estratégia e uma tática política consistente que alterasse as formas organizativas e a consciência própria do espontaneísmo das massas.

Em várias ocasiões, o PT evitou o debate a respeito do projeto estratégico do partido e da sua natureza, o que facilitou os “deslizamentos” da direção, pois, afinal de

contas, se o PT é uma coisa que se constrói a partir do próprio movimento, os dirigentes podem dizer: “os trabalhadores hoje nos levaram para essas posições”, “somos os mesmos, só que a conjuntura mudou e embora tenhamos os mesmos princípios, temos que adaptar as nossas ideias”.

Embora fique evidente que não foi isso que aconteceu, essa é a justificativa do partido. Uma das formas de entender isso é pelo subterfúgio do debate de concepção, que se expressa em muitos momentos, em nome da ideia de que seriam os trabalhadores a dar a dimensão política fundamental do PT. Eurelino Coelho denuncia a falácia da direção petista, o “campo majoritário”:

Na verdade, o principal trunfo da esquerda do capital para disputar a hegemonia entre os demais setores da classe dominante é a sua condição de força hegemônica nas classes subalternas. Do ponto de vista das classes subalternas, a derrota histórica reduziu a intensidade e a frequência das manifestações de descontentamento. Estas, quando ocorreram, foram quase sempre organizadas e dirigidas pelo “campo majoritário” segundo os objetivos do seu projeto. O risco de que estas manifestações de descontentamento ultrapassassem os níveis mínimos dos anos 90 não podia, no entanto, ser desconsiderado. O sentido da atuação do “campo majoritário” foi o de impedir que o descontentamento se organizasse com independência de classe (“espírito de cisão”) e o de dirigi-lo para manifestações dentro da ordem, e não contra a ordem.<sup>707</sup>

Assim, o estímulo à espontaneidade do movimento, tal qual o PT propõe, acarreta o incentivo à subordinação da ideologia burguesa, visto que a luta sindical é meramente econômica e imediata. Conseqüentemente, qualquer diminuição do elemento consciente no movimento, acarreta uma influência da ideologia burguesa sobre os trabalhadores. Neste sentido, o culto ao espontaneísmo das massas conduziu o PT a não conseguir desenvolver um projeto político socialista fundamentado em uma ação teleológica.

Tais demandas resultaram na fragilidade do programa político do PT, pois impediram a todo o instante que o partido construísse um programa que fosse além de propostas de princípios gerais e que se constituísse como um momento da tomada de consciência e, como conseqüência, estabelecesse as tarefas políticas concretas necessárias diante das questões nacionais.

---

<sup>707</sup> COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Niterói, 2004. Tese (Doutorado em História) –UFF, p.512.

O PT é um partido que, ao longo de sua existência, orgulhou-se pela sua rejeição ao desenvolvimento teórico e se tornou, por isso, incapaz de apreender a essência do processo histórico. Em decorrência da falta de compreensão do mundo, o partido foi incapaz de preparar um programa político que estabelecesse as tarefas políticas necessárias frente aos problemas nacionais e, como consequência, acabou aprisionado a uma prática balizada pelo taticismo, originário de uma completa falta de estratégia política. Assim, marcado por uma ação política pragmática, o partido assumiu um discurso conciliatório, no qual o antagonismo entre o capital e o trabalho é reduzido a meras diferenças conjunturais, cabendo ao partido lutar por uma melhor relação entre eles. Delineia-se, sempre mais claramente, a postura da modernização e de “humanização” do capitalismo ou, para usarmos uma expressão usual no interior do PT, a tentativa de estabelecer “uma relação ética entre capital e trabalho”.

A extrema atenção dada às necessidades táticas e administrativas imediatas, em detrimento do exame rigoroso das questões teóricas decisivas, tem deixado desarmada teórica e ideologicamente a militância de esquerda. Neste contexto, a recusa da teoria em favor das necessidades práticas imediatas tem se constituído na ideologia da burocracia, tanto do PT, como do movimento sindical. Por meio do elogio da habilidade tática e administrativa e do desprezo pelas questões teóricas, ditas “abstratas”, e pelo socialismo, dito “utópico”; por meio do elogio das propostas “práticas”, que reconhecem sensatamente as “limitações” do presente, em detrimento das propostas “teóricas”, que não trazem ganhos imediatos aos trabalhadores; por meio da exacerbada valorização da habilidade para “articular” política e administrativamente em detrimento do conhecimento e da filiação a princípios, a burocracia tem justificado sua submissão às teses reformistas e, assim, se consolida como esfera decisória cada vez mais importante.

Assim, ao estabelecer que o programa do partido fosse construído com o movimento espontâneo das massas, o PT, refém de um movimento social sem cultura política, tornou-se incapaz de elaborar um programa político consistente, ou ainda, forjou um programa político de baixa qualidade, resíduo ideológico de uma esquerda em crise. O partido, na ânsia de exorcizar o passado, cai na tentação de desconsiderá-lo mesmo em seus aspectos positivos.

O classismo, ainda que abstrato, dos seus primeiros anos, transformou-se num discurso conciliador, sustentado no pluriclassismo democrático como um valor

universal a ser fielmente reproduzido no interior das instituições democrático-burguesas.

Com a esfera da institucionalidade exacerbada e a luta de classes diluída, o partido se afasta do espontaneísmo típico da sua relação com os movimentos sociais, entretanto, não para elevá-los a um novo nível de consciência, mas sim para subordiná-los às lutas referentes aos interesses do partido, que são os cargos parlamentares. Desta forma, preso à luta parlamentar, como a principal instrumento de luta do partido, acaba abandonando a real fonte de seu poder, os movimentos de massas e, com isso, desloca o eixo da luta da centralidade do trabalho para a centralidade da política.

Esse deslocamento, como já vimos, é resultado de um processo extremamente complexo, que tem início na segunda metade do século XIX, com a social-democracia alemã, passando, depois, pelo eurocomunismo, pelos partidos socialistas, pela via democrática para o socialismo (especialmente os italianos), até o atual “socialismo democrático”. Em resumo, esse deslocamento significa, em graus e modos variados, abrir mão da superação radical do capital para admitir o aperfeiçoamento desta ordem social como objetivo último, ou, então, a instauração de uma sociedade “mais justa”, “mais livre”, “mais igualitária” por intermédio de um Estado que seria posto a serviço das classes trabalhadoras. O resultado prático desta concepção é que o foco das lutas sociais é deslocado do lugar onde se produz a riqueza (a fábrica, em sentido extremamente amplo) para o lugar onde se trava a luta política por ela (o parlamento).

Nos anos de 1990, o que se evidencia no desenvolvimento do discurso petista é que o ato de administrar conduziu o partido a negociar, a modificar a sua orientação e a adotar uma postura mais pragmática no sentido de conquistar postos na institucionalidade burguesa. Esta prática reforçou o poder de coação do aparato institucional condicionando cada vez mais a atuação partidária. A glorificação da luta na esfera parlamentar implicou um alargamento dos limites de classes representadas pelo partido.

Este processo, que já podia ser identificado ao longo dos anos 1980 adquiriu, nos anos 1990, a sua plenitude quando o partido passou a não mais se dirigir aos trabalhadores e sim ao “povo”, conceito que naquele momento já se apresentava carente de qualquer noção de conflito de classes. Em vez de construir uma hegemonia de classe, o partido se esforçou por ser o catalisador de um “novo pacto social” entre as diferentes classes sociais, as quais o partido representaria na medida em que conquistasse o poder Executivo. Assim, ao restringir toda a luta do partido à conquista do poder Executivo o

partido acaba diminuindo seus esforços na busca de credibilidade no caso de um eventual governo petista. Essa busca de credibilidade conduziu a um abrandamento do discurso do partido, que a todo instante destaca o seu total respeito às regras democráticas postas. A luta pelo governo a todo custo é característica de um partido que não possui qualquer tipo de projeto estratégico.

Desse modo, forja-se uma esquerda no âmbito do capital. Uma esquerda autêntica é definida, necessariamente, pelo objetivo central de superação radical do capital, com todas as suas conexas categorias. Como não existe outra alternativa a não ser a sua sustentação, não importa sob que forma, isto significa a perpetuação da exploração do homem pelo homem. A esquerda, temerosa de ser denominada de autoritária, anti-democrática, dedicou-se com afinco a buscar a construção de uma sociedade justa, livre e igualitária sem uma ruptura radical com o capital.

O programa petista se consolidou nos anos de 1990 com a proposta de defesa da reforma agrária de acordo com os marcos do liberalismo, ou seja, uma política corretiva das desigualdades regionais, legislação de defesa e valorização da força de trabalho, ampliação do mercado de consumo de massa, distribuição de renda e combate à corrupção. Essas tarefas dependiam, simplesmente, de uma ação política positiva capaz de aperfeiçoar o Estado e a democracia participativa. Neste sentido, vislumbra-se a formação de um capitalismo organizado, com distribuição de renda e ampliação da participação popular na definição de políticas públicas e cujo motor principal seria a expansão do mercado interno e a impulsão de um novo ciclo de desenvolvimento.

Como programa, não há muita novidade nessas idéias que são, na verdade, os eixos do programa socialdemocrata clássico amparado na conciliação de classes e nas políticas distributivas, legitimado pela ampliação da política de bem-estar nos países imperialistas mantida durante período pós-Segunda Guerra. As condições para uma repetição deste programa num país de periferia e em pleno período de crise do capitalismo hiper-tardio são, no entanto, problemáticas.

A expectativa de distribuição de renda, com a qual o PT acena para os trabalhadores, e a perspectiva de desenvolvimento econômico, com a qual acredita atrair não apenas os trabalhadores interessados na ampliação da oferta de emprego, mas também os setores burgueses descontentes com as políticas neoliberais diante da impossibilidade de continuar a sustentar o velho receituário keynesiano, demonstram que a “nova esquerda” findou por assimilar o neoliberalismo. Ou seja, transformou-se num partido de retórica social-democrata, porém com uma prática neoliberal, seguindo

caminho semelhante ao da terceira via europeia. No entanto, sem o chão social de um país imperialista como no “velho continente”.

Para a esquerda do capital, a circunstância ideal seria, então, aquela que possibilitasse diminuir as opções políticas a somente duas, precisamente as duas alas principais (direita e esquerda) do partido do capital. Em tais circunstâncias, teria elementos mais competentes para tentar embaraçar o crescimento de alternativas políticas dos trabalhadores, apresentando-se como única alternativa viável contra a direita.

Nesse sentido, o PT desenvolve uma crítica moralista contra as “injustiças da riqueza” e a “ganância”, resultando no intento de um capitalismo “mais justo” e “honesto”, possibilitado por atos de vontade política na crença de completar o capital sob o compromisso de distribuição de renda.

Diante deste horizonte teórico, o PT não consegue ultrapassar o liberalismo, tornando-se um partido liberal, apesar de sua origem anti-liberal. Sua liderança hegemônica é altamente influenciada pela tese da “democracia como valor universal” e confunde táticas e estratégias.

Os partidos que optaram pela “via democrática para o socialismo” foram gradualmente abandonando, de modo cada vez mais amplo e profundo, a perspectiva revolucionária e se tornando partidos tipicamente burgueses. No desejo de definir nitidamente sua distância do chamado “socialismo autoritário” e de evidenciar sua plena conversão aos valores democráticos, foram diluindo cada vez mais a ideia de socialismo, até chamá-lo apenas de “democracia sem fim”.

A “nova esquerda” adota, assim, como pressuposto a ideia de que o vínculo entre socialismo e democracia acarretaria na construção de uma sociedade mais livre e mais justa. O “socialismo democrático” seria, pois, um espaço de aperfeiçoamento indefinível, na medida em que trás como fundamento intrínseco, além da socialização da economia, o alargamento contínuo e crescente da socialização da política. Aceita-se, a partir daí, que as conquistas democráticas, em curso em nossos dias, já estariam nos dirigindo para a ordem societária emancipada, livre das contradições e desigualdades próprias da sociabilidade do capital.

O resultado disso é que toda a luta da classe trabalhadora, mesmo quando se trata de luta no interior da fábrica, tem o seu eixo posto no parlamento e assim será travada no campo e pelas regras estabelecidas pelas classes dominantes. É isto o que aconteceu com os partidos comunistas e com todos os partidos que adotaram essa via. A

essência desse caminho foi o deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política, ou seja, o abandono do trabalho e, conseqüentemente, das lutas nucleadas e orientadas pela perspectiva do trabalho em sua oposição ao capital e a concentração de todas as lutas no parlamento e no Estado.

Com isso, ocorre o rebaixamento do horizonte da luta da classe trabalhadora e de outras lutas conexas e o sua conseqüente desorientação. Teórica e praticamente, esta luta foi centrada na intensificação da democracia e da cidadania, como se, por esta via, se pudesse superar a desigualdade social. Esta via tende a privilegiar a participação política das massas no interior da ordem democrática, mantendo-a nos limites do jogo proposto. Isto denotava a concordância, como algo insuperável, da existência de partidos políticos, da alternância no poder (e, portanto, da existência do poder) e do não questionamento radical da ordem social capitalista. Como conseqüência dessa concepção, temos a burocratização dos partidos de esquerda, a transferência do protagonismo das massas para os partidos, subjugando aquelas aos interesses eleitorais partidários e a centralização de todas as lutas sociais no âmbito do parlamento e do Estado.

O deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política teve outro efeito negativo para a luta dos trabalhadores. Ao posicionar a crítica às tentativas revolucionárias na esfera da política, ignorando a radical novidade da perspectiva instaurada por Marx, que considera o trabalho a categoria fundante do ser social, a esquerda passou a adotar nas discussões teóricas e em toda a prática política uma posição completamente equivocada, já que, ao invés de fazer a crítica com base na raiz do ser social, que é o trabalho, buscou as causas do fracasso das tentativas revolucionárias na esfera política.

Desse modo, ao colocarmos a ênfase na centralidade do trabalho, intentamos mostrar que uma postura crítica em relação a esta teoria deve fundar a questão da liberdade plena, portanto, para além do horizonte da democracia e da cidadania, pois deve ter em mira a consolidação da liberdade a partir da interatividade social no processo de autoconstrução humana consciente, apenas permitido tendo como base o trabalho associado.

Rasgar horizontes é condição importante para alargar as possibilidades de transformação. Compreender o programa político do PT é compreender as principais contradições da “nova esquerda” que se coloca como alternativa diante da escassez de possibilidades e de um horizonte próximo “para além do capital”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES

#### *DOCUMENTOS OFICIAIS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES*

Carta de Princípios de 1979

Declaração Política de outubro de 1979

Manifesto. Aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980.

Plano de Ação de 1980

Discurso de Lula no 1º Encontro Nacional do PT de 1981

Resolução do 1º Encontro Nacional de 1981

Resolução do 2º Encontro Nacional de 1982

Resolução do 3º Encontro Nacional de 1984

Resolução do Encontro Nacional Extraordinário de 1985

Resolução do 4º Encontro Nacional de 1986

Resolução do 5º Encontro Nacional de 1987

Resolução do 6º Encontro Nacional de 1989

Resolução do 7º Encontro Nacional de 1990

Resolução do 1º Congresso Nacional de 1991

#### *ARTIGOS DA REVISTA TEORIA E DEBATE (1987-1991)*

ALMEIDA, Jorge. Cara a Cara com a realidade. *Teoria e Debate*, n.13, 1991.

ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.

ALVAREZ, Cezar. Para onde vai o PT: modelo esgotado. *Teoria e Debate*, n.15, 1991.

ARCARY, Valério. Pra onde vai o PT: Prisioneiros da legalidade? *Teoria e Debate*, n.14, 1991.

- ARCARY, Valério. Qual é a tua, Convergência? *Teoria e Debate*, n.10, 1990.
- BETTO, Frei. Socialismo real: o fim do que foi princípio. *Teoria e Debate*, n.10, 1990.
- BUCCI, Eugênio. A Revolução Perdida: Nós que amávamos tanto as reformas. *Teoria e Debate*, n.14, 1991.
- CAPRISTANO FILHO, David. Duas maneiras de ver (e criticar) a “Glasnost” e a “Perestroika” soviéticas. *Teoria e Debate*, n.2, 1988.
- CARVALHO, Apolônio de. Correntes internas do PT: momentos de exclusão. *Teoria e Debate*, n.9, 1990.
- CARVALHO, Carlos Eduardo. Tentação reformista: o medo (e gosto) de pecar. *Teoria e Debate*, n.10, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura, Socialismo e Democracia: Cultuar e Cultivar. *Teoria e Debate*, n.8, 1989.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadão Brasileiro. *Teoria e Debate*, n.9, 1990.
- DIRCEU, José. Socialismo real: O pluralismo inevitável. *Teoria e Debate*, n.9, 1990.
- DUARTE, Ozeas. Socialismo real: nem burguesia, nem estatismo. *Teoria e Debate*, n.9, 1990.
- DULCI, Luis. Conselho Popular: o sujeito subversivo. *Teoria e Debate*, n.6, 1989.
- FAVRE, Luis. Duas maneiras de ver (e criticar) a “Glasnost” e a “Perestroika” soviéticas. *Teoria e Debate*, n.2, 1988.
- FERNANDES, Florestan. Entrevista realizada por Paulo de Tarso Venceslau. *Teoria e Debate*, n.13, 1991.
- FORNAZIERE, Aldo. Limites da Estratégia. *Teoria e Debate*, n.13, 1991.
- FRANCO, Augusto de. Os três desafios do Partido dos Trabalhadores. *Teoria e Debate*, n.5, 1989.
- FRANCO, Augusto de; PAULA, Juarez de. Revolução: que Ruptura? *Teoria e Debate*, n. 12, 1990.
- FRANCO, Augusto. Socialismo real: Muito o que (des)fazer. *Teoria e Debate*, n.9, 1990.
- GARCIA, Marco Aurélio. Terceira via: A social-democracia e o PT. *Teoria e Debate*, n.12, 1990.
- GENOINO, José. A Transição Fardada. *Teoria e Debate*, n.1, 1987.
- GENRO, Tarso. Gramsci, Rosa e o PT: A história se reflete. *Teoria e Debate*, n.10, 1990.

- GENRO, Tarso. Um novo partido socialista de massas. *Teoria e Debate*, n.4, 1988.
- GUIMARÃES, Juarez. A estratégia da pinça. *Teoria e Debate*, n.12, 1990.
- GUSHIKEN, Luiz. Partido dos Trabalhadores: Luta em solo minado. *Teoria e Debate*, n.10, 1990.
- KOSHIBA, Luiz. Mercado reinventado: O socialismo (é) possível. *Teoria e Debate*, n.12, 1990.
- MACHADO, João. Socialismo real: Pela tradição marxista. *Teoria e Debate*, n.10, 1990.
- MANDEL, Ernest. Europa Oriental: Reformas e Revolução. *Teoria e Debate*, n.9, 1990.
- MARICATO, Percival. Para onde vai o PT: Começar de novo. *Teoria e Debate*, n.14, 1991.
- MULLER, Wilson Luiz. Socialismo: O pior cego é o que não quer ver. *Teoria e Debate*, n.12, 1990.
- NOVE, Alec. A economia do socialismo possível. In: KOSHIBA, Luiz. Mercado reinventado: O socialismo (é) possível. *Teoria e Debate*, n.12, 1990.
- PALMEIRA, V., VAINER, C. PT: Ameaçador ou ameaçado? *Teoria e Debate*, n.8, 1989.
- POMAR, Valter. Que partido é esse? O enigma petista em letra de fôrma. *Teoria e Debate*, n.9, 1990.
- POMAR, Wladimir. Atos de hoje constroem o amanhã. *Teoria e Debate*, n.4, 1988.
- PONT, Raul. Para onde vai o PT: ajustar a sintonia. *Teoria e Debate*, n.15, 1991.
- PONT, Raul. Pluralismo, disciplina e internacionalismo. *Teoria e Debate*, n.5, 1989.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Socialismo real: um mundo de ponta cabeça. *Teoria e Debate*, n.8, 1989.
- RIBEIRO, Renato Janine. Corrupção em Casa: Os Perigos do Universal. *Teoria e Debate*, n.10, 1990.
- ROCHA, Ronald. Democracia Profana. *Teoria e Debate*, n.11, 1990.
- ROLIM, Marcos. O futuro como referencial. *Teoria e Debate*, n.6, 1989.
- SILVA, Luís Inácio Lula da. Entrevista: Mãos à obra. *Teoria e Debate*, n.13, 1991.
- SILVA, Luiz Inácio da. *Lula: Entrevistas e Discursos*. São Paulo: ABCD, 1980.
- SINGER, Paul. Planejamento: Estratégia de mudança. *Teoria e Debate*, n.7, 1989. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antteriores/ensaio-estrategia-de-mudanca>>. Acesso em 19/02/2012.

SOKOL, Markus. De volta para o futuro. *Teoria e Debate*, n.13 1991.

SUPLICY, Eduardo. A vitória da transparência: Entrevista com Eduardo Suplicy. *Teoria e Debate*, n.12, 1990.

VANNUCHI, Paulo. Adeus às armas? *Teoria e Debate*, n.11, 1990.

WEFFORT, Francisco. Consolidar o partido, construir a democracia. *Teoria e Debate*, n.4, 1988.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, G. *O Novo (E Precário) Mundo do Trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

AMARAL, Oswaldo Martins E. *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. Campinas-SP, 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UNICAMP.

AMARAL, Oswaldo M. E. *As mudanças no PT: um estudo dos programas de governo de 1989 e 1998*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História) - PUC-SP.

ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ANDERSON, Perry. As Antinomias de Gramsci. In: ANDERSON, Perry. *A Estratégia Revolucionária na Atualidade*. São Paulo, Joruês, 1986.

ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho: o Confronto Operário no ABC Paulista: as Greves 1978/80*. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

ARICÓ, José. O Itinerário de Gramsci na América Latina. Trad. Alberto Aggio. *Revista Estudos de Sociologia*, n.5, 1998.

AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *A Estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

AZEVEDO, Clovis. *Leninismo e Social-Democracia: Uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo.

BAIA, Paulo Fernandes. *A economia política do Partido dos Trabalhadores: um estudo sobre o discurso petista (1979-1994)*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em Economia) – PUC-SP.

BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura (1978 – 1980)*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História), FFLCH – USP.

BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

- CASTAÑEDA, J. G. *Utopia Desarmada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- CHASIN, J. Marx: Da Razão do Mundo ao Mundo sem Razão. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Marx Hoje*. n.1, São Paulo: Ensaio, 1987.
- CHASIN, José. *A Miséria Brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.
- CHASIN, José. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Ensaio*, n. 17/18, São Paulo, 1989.
- CHASIN, José. *Ensaaios Ad Hominem*. Santo André: Ad Hominem, 2000, n.1, T.3.
- CHASIN, José. Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. In: TEXEIRA, F. J. S. *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- CHASIN, José. Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista. In: *Ensaaios Ad Hominem*, v.1, T.III, 1999.
- CHASIN, José. Trabalho e Democracia. In: \_\_\_\_\_. *A Miséria Brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.
- CICONE, Reinaldo Barros. *Da intenção ao gesto: um olhar gramsciano sobre a possibilidade de integração do PT à ordem*. Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas.
- COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Niterói, 2004. Tese (Doutorado em História) –UFF.
- COSTILLA, Lucio Oliver. Um Gramsci para o século XXI: para nos re-apropriar e repensar a ciência do Estado moderno. *Revista de Ciências Sociais*, 2004.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como Valor Universal*, 1.ed, São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. *O desafio de ser Governo: o PT na Prefeitura de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- DIAS, Edmundo F. (et al). *O outro Gramsci*. 3.ed., São Paulo: Xamã, 1996.
- FERREIRA, Jaqueline. A questão do partido distinto em Marx e as raízes ideo-políticas do Partido dos Trabalhadores. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, FFC, Unesp, Campus de Marília. <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/jaquelineferreira.pdf>

- FERREIRA, Jaqueline. *O Partido dos Trabalhadores e os Núcleos de Base*. Marília, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UNESP.
- GADOTTI, Moacir, PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GENOINO, J. *Repensando o Socialismo*. 2.ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Maquiavel e Notas Sobre o Estado e a Política*. v.3, 3.ed., Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.
- GRUPPI, Luciano. *O pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Claro enigma: o PT e a tradição socialista*. Campinas, IFCH/Unicamp, 1990.
- GURGEL, Claudio. *Estrelas e Borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.
- HOBBSBAWN, Eric. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, v.2.
- IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- KAREPOVS, Dainis, LEAL, Murilo. Os Trotskismos no Brasil: 1966-2000. In: RIDENTI, Marcelo, REIS, Daniel Aarão (orgs). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- KECK, Margaret E. *PT: a lógica da diferença*. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.
- LAGOA, Maria Izabel. *O Programa Político do Partido dos Trabalhadores no contexto de uma Esquerda em crise*. Marília, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, UNESP.
- LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- LESSA, Sérgio. *Crítica ao praticismo “revolucionário”*. Revista *Práxis*, n.4. Belo Horizonte: Projeto, 1995.
- LOPES, Alexandre dos Santos. *A metamorfose da atuação política do Partido dos Trabalhadores (1987 – 1991)*. Marília, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, UNESP.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2003.

- MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.
- MANDEL, E. *A Crise do Capital: Os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ed. UNICAMP/Ensaio, 1990.
- MANDEL, E. *Socialismo X mercado*. São Paulo: Ensaio, 1991.
- MARX, Karl, ENGELS, F. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MARX, Karl, ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Boitempo: São Paulo, 1998.
- MARX, Karl, ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, v.1, 1980.
- MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. Por um prussiano. *Práxis*, n.5, Belo Horizonte, 1995.
- MARX, Karl. Introdução. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: A formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- MÉSZAROS, István. *Filosofia, Ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*, São Paulo: Ensaio, 1993.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UnB, 1982.
- MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da Democracia. *Revista Crítica Marxista*, n.12, São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- NOGUEIRA, Marco A. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco A, (orgs.), *Gramsci e a América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- OLIVEIRA, Isabel R. de. *Trabalho e Política: as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- OZAÍ, Antônio. A Esquerda marxista e o PT. *Revista Espaço Acadêmico*, n.87, 2008.
- OZAÍ, Antônio. *Partido de massa e partido de quadros: A social-democracia e o PT*. São Paulo: CPV, 1996.
- OZAÍ, Antônio. Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores. Uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação-PT. *Revista Espaço Acadêmico*, n.22, 2003.

OZAWA, Luiz Fernando. *Partido dos Trabalhadores e Governo Lula: dilemas e tensões ideológico-programáticas*. Itajaí, 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – UNIVALI.

PARTIDO dos Trabalhadores. *Cadernos de Teoria e Debate: O PT e o Marxismo*. São Paulo: Diretório Regional de São Paulo, 1991.

POMAR, Valter. Socialismo ou barbárie. In: *Documentos da Articulação de Esquerda*. São Paulo: Viramundo, 2000.

POMAR, Wladimir. *Quase lá – Lula, o susto das elites*. São Paulo: Brasil Urgente, 1990.

PRZERWORSKI, Adam. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

RAGO FILHO, Antonio et al. Lula: retrato de corpo inteiro. *Nova Escrita Ensaio*, v. 9, 1982.

RAGO FILHO, Antônio. O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa. *Projeto História*, nº 29, tomo1, 2004.

RAINHO, Luis Flavio, BARGAS, Osvaldo Martines. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977/1979)*. São Bernardo do Campo: Editora FG, 1983, v.1.

RIBEIRO, Pedro. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos, 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos: escritos de Sociologia Política*. São Paulo: Ática, 1990.

SADER, Emir (org.). *O Mundo Depois da Queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades – 34, 2000.

SCOLESO, Fabiana. *Reestruturação Produtiva e Sindicalismo Metalúrgico do ABC Paulista: As Misérias da Era Neoliberal na década de 1990*. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em História) -PUC/SP.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e a Revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, Antonio Ozaí da. *História das tendências no Brasil*. Origens, cisões e propostas. São Paulo: Dag Editorial, 1987.

SILVA, Antônio Ozaí da. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PUC-SP.

- SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001 (Folha Explica).
- TEXEIRA, F. J. S. *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- TONET, Ivo. *Democracia ou liberdade?* Maceió: Edufal, 1997.
- TONET, Ivo. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Unijuí, 2005.
- TONET, Ivo.; NASCIMENTO, A. *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. Maceió: 2006 (mimeo).
- TROTSKI, Leon. *A revolução traída: o que é e para onde vai a URSS*. São Paulo: Instituto. José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- VIEIRA, Zaira. A teoria crítica de Habermas frente à perspectiva onto-prática de Marx. Revista *Verinotio*, n.2, ano I, 2005.
- WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra*. Estudos CEBRAP: São Paulo, 1973.
- WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- WELMOWICKI, José. Cidadania, Democracia e Sociedade Civil: A volta de Eduard Bernstein. *Marxismo Vivo*, São Paulo, PSTU, n.4, 2001.